

Francisco Gleison da Costa Monteiro
Márcio Douglas de Carvalho e Silva
Mário Sérgio Pereira de Olivindo
(Organizadores)

HISTÓRIA SUJEITOS E NARRATIVAS

NO PIAUÍ MONÁRQUICO
E REPUBLICANO



cancioneiro

História, sujeitos e narrativas no Piauí Monárquico e Republicano

História, sujeitos e narrativas no Piauí Monárquico e Republicano

cancioneiro

Copyright © 2025 by Francisco Gleison da Costa Monteiro; Márcio Douglas de Carvalho e Silva; Mário Sérgio Pereira de Olivindo. Todos os direitos reservados.

Projeto gráfico e diagramação
Mário Sérgio Pereira de Olivindo

Ilustração
Mário Sérgio Pereira de Olivindo

Editora-chefe
Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Conselho editorial
Antonio Ozaí da Silva (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)
Francisca Verônica Cavalcante (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Héctor Fernández L'Hoeste (Georgia State University, EUA)
Henrique Buarque de Gusmão (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)
Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)
Nancy Yohana Correa Serna (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)
Sílvia Glozer (Universidade de Buenos Aires, Argentina)
Talyta Marjorie Lira Sousa (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

H673

História, sujeitos e narrativas no Piauí Monárquico e Republicano [livro digital]
/ Francisco Gleison da Costa Monteiro, Márcio Douglas de Carvalho e Silva,
Mário Sérgio Pereira de Olivindo (orgs.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2025.
497 p.: e-book. PDF.

ISBN: 978-65-5330-009-5

1. Piauí – História 2. Literatura Piauiense – História e Crítica 3. Teresina – História 4. Piauí – Política 5. Piauí – Religião 6. Jornalismo 7. Cultura Piauiense
I. Título

CDD – 981.22

Ficha Catalográfica: Bibliotecária Larissa Andrade CRB – 3/1179

EDITORA CANCIONEIRO
Teresina - Piauí
www.editoracancioneiro.com.br
contato@editoracancioneiro.com.br

Sumário

Apresentação 09

01

A prática escriturística de David Caldas nos jornais *O Amigo do Povo* e *Oitenta e Nove* (1868-1875) 11

Rodrigo Thadeu Paiva Dias
Teresinha Queiroz

02

História, suporte e narrativas: a trajetória das produções folhetinescas nos periódicos teresinenses (1871-1903) 36

Wellington dos Santos Pereira

03

Endemias na capital piauiense: diarreia, disenteria e outras moléstias gastrointestinais (1852-1889) 58

Danielle Filgueiras Santos
Joseanne Zingleara Soares Marinho

04

"Temos chuvas copiosas e gerais": a cessação dos socorros públicos da seca no Piauí (1877-1879) 81

Kátia de Araújo Silva
Francisco Gleison da Costa Monteiro

05

Algumas reflexões acerca da Micro-História e a seca no Piauí oitocentista 102

Lucas Clementino Feitosa Pinheiro
Francisco Gleison da Costa Monteiro

06

Violência e crimes no Piauí na seca de 1877-1879 121

Márcio Douglas de Carvalho e Silva

07

Santos e pecadores: religião, poder e moral no clero piauiense (1906-1912) 139

Gabriel Moraes Vieira

08

Entre textos e dores: relatos de miséria e adoecimento nas cidades piauienses do início do século XX na obra *Caatingas e Chapadões* 156

*Gustavo Cleon Marques Nascimento
Pedro Pio Fontineles Filho*

09

A Liga Pró-Saneamento e Eugênia no Piauí (1912-1930) 176

*Aricélia Soares Barros
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz*

10

Os boletins regimentais do 25º Batalhão de Caçadores (1918-1942): acervo documental e possibilidades de pesquisas 204

*Clarice Helena Santiago Lira
Pedro Moraes Amaral de Queiroz*

11

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a promoção da saúde materno-infantil no Piauí durante o governo de Leônidas Mello (1942-1945) 224

Francilene Teles da Silva Sousa

12

A produção de políticas públicas de saúde no Brasil (1941-1980): estratégias desenvolvidas para a integração do Piauí 245

*Ana Clara Brito de Abreu
Antonia Valtéria Melo Alvarenga*

13

Uma análise da censura no jornalismo piauiense durante a primeira fase da ditadura civil-militar 266

*João Victor da Costa Rios
Cláudia Cristina da Silva Fontineles*

14

É hora de salvar o Piauí: análise das representações sobre o Piauí na revista *O Cruzeiro* (1964-1969) 290

*Joel Marcos Brasil de Sousa Batista
Francisco de Assis de Sousa Nascimento*

15

O *Gramma*: curtição e desbunde nas páginas do jornalismo teresinense (anos 1970) 316

*Carlos Alberto de Melo Silva Mota
Cláudia Cristina da Silva Fontineles*

16

Do lado de fora: crítica de cinema brasileiro na coluna *Plug*, de Torquato Neto (1971) 341

*Sávio de Oliveira Silva
Caio Felipe Rodrigues Miranda
Edwar de Alencar Castelo Branco*

17

Entre a delicadeza e a virilidade: um olhar sobre a história e memória de expoentes masculinos da dança em Teresina (1970-1990) 355

*João Vitor dos Santos
Francisco de Assis de Sousa Nascimento*

18
O rádio e o rock no cotidiano do litoral piauiense na segunda metade do século XX **379**

*Gustavo Silva de Moura
Cláudia Cristina da Silva Fontineles*

19
O teatro como ferramenta do ensino de História: análise da produção da peça Carlos Said: O Magro-de-Aço no processo de ensino-aprendizagem na UFPI **401**

*Honorielio de Andrade Sales
Nilsângela Cardoso Lima
Sávio de Alencar Pessoa*

20
Em terra de muitos analfabetos, quem sabe ler tem motivo para sorrir: Alagoinha do Piauí na mira da Rede Record de televisão (2014) **426**

*José Clecionarton Teixeira
Raimundo Nonato Lima dos Santos*

21
O sabor dos inquéritos policiais militares: tecendo possibilidades para a compreensão do terror de Estado em solo piauiense **447**

Helen Adriely Sobreira de Sousa

22
A presença da violência na cultura política do Piauí: notas sobre os assassinatos de prefeitos piauienses entre 1989 a 1999 **470**

Phablo Ferreira de Jesus Noleto

Os autores **484**

APRESENTAÇÃO

A presente coletânea, intitulada *História, sujeitos e narrativas no Piauí Monárquico e Republicano*, reúne textos oriundos das apresentações e discussões ocorridas no “V Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil” da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI), realizado concomitantemente com o “II Encontro de Discentes e Egressos do PPGHB”, que teve como tema “60 anos da ditadura civil-militar: memórias do passado, combates do presente”.

Realizado em 2024, o evento marcou as comemorações dos 20 anos de implantação do PPGHB, mostrando-se uma oportunidade propícia ao debate sobre pesquisas desenvolvidas pelos discentes do PPGHB, ao longo dessas duas décadas, a nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Resultado do evento supracitado, esta coletânea composta por 22 artigos analisa diversas facetas da história do Piauí, desde o período monárquico até o final do século XX, com incursões pontuais no século XXI. Tendo como referência o recorte geográfico e temporal mencionados, o livro abarca uma análise transversal revelando dinâmicas da escrita histórica por meio das experiências de sujeitos em contextos específicos, e as imbricações entre cultura, poder e sociedade. Questões relacionadas à saúde pública e às respostas sociais e políticas a eventos como secas e endemias permeiam os estudos sobre o século XIX e as primeiras décadas do XX. A emergência e a consolidação de instituições, práticas religiosas, e políticas públicas, incluindo aquelas voltadas para a saúde e o saneamento, também recebem atenção.

No período republicano, a produção e a recepção

de narrativas veiculadas pela imprensa, a atuação de órgãos de repressão durante a ditadura, a violência política e a representação do estado em diferentes mídias, as expressões culturais como o rock, o cinema e a dança são temas analisados, demonstrando a diversidade de abordagens e fontes na historiografia piauiense recente.

De modo geral, o livro revela em seus artigos, as possibilidades teórico-metodológicas para a investigação histórica no Piauí e suas conexões com o cenário nacional, sendo uma mostra do panorama multifacetado da historiografia e sua vitalidade na pesquisa, na apresentação da diversidade de temas e abordagens que caracterizam a produção acadêmica com a marca indelével da multiplicidade das fontes e de um rico arcabouço teórico.

Os organizadores

01

**A prática escriturística de
David Caldas nos jornais *O
amigo do povo* e *Oitenta e
nove* (1868-1875)**

*Rodrigo Thadeu Paiva Dias
Teresinha Queiroz*



A segunda metade do século XIX, no Brasil, foi um período marcado por agitações políticas, avanços materiais e embates no campo das ideias – estes, especialmente em torno de questões referentes ao funcionamento do Estado e à forma através da qual o governo imperial estava a lidar com pautas como a abolição e os desarranjos legislativos. No início dos anos 1870 ganharam força, através da ascensão dos republicanos, reivindicações em torno da troca de regime político (Krause; Soares, 2022).

O decênio anterior, nesse sentido, foi decisivo para o desenrolar dos processos e eventos que contribuíram para a queda da monarquia, em 1889. Durante a década de 1860, percebe-se a ocorrência de uma série de importantes acontecimentos que impactaram o Império nos domínios da sociedade, da política, da economia e das finanças. Entre esses acontecimentos, destacam-se a criação da Liga Progressista,¹ a deflagração da Guerra do Paraguai, a crise financeira de 1864 e a queda do Gabinete Zacarias, em 1868.

No cenário internacional, a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, a abertura do Canal de Suez (que reduziu a distância da viagem marítima entre a Europa e a Ásia Meridional, sem que fosse necessário contornar o continente africano), bem como as guerras de unificação de Itália e Alemanha (ambas já em curso desde as décadas anteriores), davam àquele momento ares de período de transição: fortaleciam-se os Estados nacionais e o nacio-

1. A Liga Progressista foi uma experiência política brasileira, iniciada no começo dos anos 1860, que uniu políticos liberais (descontentes com a predominância conservadora no poder) com conservadores dissidentes mais moderados, que romperam com os conservadores puritanos para formar a coalisão que, em 1862, derrubou Caxias da presidência do Gabinete de Ministros. A Liga Progressista teve como alguns de seus principais representantes Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis e Vasconcelos e José Inácio Silveira da Mota, e teve termo em 1968, após a queda do gabinete de Zacarias de Góis.

nalismo; além do que, os países progrediam do ponto de vista material, subsidiados pelo salto em suas indústrias e pelo desenvolvimento técnico-científico (Hobsbawm, 2019).

Atento a esse contexto, o piauiense David Moreira Caldas (1836-1879) deixou na cultura escrita registros sobre a forma como percebeu aquele momento da história. O jornalista se mostrou um observador atento do período no qual estava inserido, tornando-se o mais ilustre defensor do regime republicano no Piauí dos anos 1860 e 1870. É esta, inclusive, a dimensão de sua existência mais explorada pela historiografia. Caldas nasceu na fazenda Morrinhos (localizada no atual município de Barras-PI). Foi jornalista, político, professor e funcionário público,² notabilizando-se especialmente por sua atuação nos jornais. Com formação em Direito frustrada (a sua tentativa no Recife foi interrompida antes mesmo da aprovação nos exames preparatórios,³ em razão do falecimento de seu pai, em 1860), o autor retornou à terra natal e passou a atuar junto à imprensa periódica. Com relação à atividade como escritor, até onde se sabe, não publicou livros, mas deixou registrados em jornais centenas de textos que compõem uma obra fecunda para a apreciação historiográfica e, mesmo, linguística (Chaves, 2013, p. 469-472; Santos, 2024, p. 39-41).

2. Como funcionário público piauiense, David Caldas atuou como professor da Escola Normal, oficial da Secretaria da Presidência da Província, oficial-maior da Secretaria do Governo, professor de Geografia e História do Liceu Piauiense; além de ter ocupado o cargo de deputado provincial, pelo Partido Liberal, entre 1868 e 1869 (Chaves, 2013, p. 469-472).

3. Os exames preparatórios eram a forma através da qual os estudantes se credenciavam para o ingresso nas escolas superiores. Começaram a ser aplicados no Piauí, ainda de maneira irregular, nos anos 1870. Somente a partir dos anos 1880 passou a haver regularidade na aplicação dos exames, que eram realizados no Liceu Piauiense sob forte fiscalização – o que não isentava o processo de acusações de fraude. Esse modelo de ingresso na educação superior, apesar de ser submetido a reformas, permaneceu praticamente o mesmo até 1911 (Queiroz, 2017, p. 61-67).

Neste texto, para além do David Caldas republicano histórico, busca-se, a partir dos jornais *Oitenta e Nove* e *O Amigo do Povo* em textos publicados entre o final dos anos 1860 e o início dos anos 1870, estudar a sua atuação intelectual através da imprensa, percebendo-o como um homem de seu tempo e um escritor singular no tocante ao estilo. Sobre os periódicos acima mencionados, ambos fundados por Caldas, Dayane Sampaio dos Santos faz a seguinte síntese:

Após o distanciamento do Partido Liberal e do jornal *A Imprensa*, centrou-se em seus jornais de cunho republicano *O Amigo do Povo* e, posteriormente, *Oitenta e Nove*. O jornal *O Amigo do Povo* iniciou sua circulação em 28 de julho do ano de 1868 em Teresina. Tratava-se de periódico político, de autoria de David Caldas, publicado duas vezes ao mês e poderia ser distribuído gratuitamente àqueles que soubessem ler e quisessem buscá-lo na tipografia na qual era produzido. Essa informação aparecia no cabeçalho do jornal e comprova o empenho desse jornalista em ser lido e o quanto desejava que suas ideias chegassem ao maior número possível de pessoas daquela sociedade, por isso, facilitava o acesso ao seu periódico (Santos, 2023, p. 244).

Através de metáforas e analogias, da invenção de apelidos para os adversários políticos e da exposição de notáveis conhecimentos históricos, o autor lançou mão de impressos que saíam do prelo acompanhados de objetivos utilitários. Segundo Ana Regina Rêgo, o jornal *Oitenta e Nove* chegou a ocupar o posto de terceiro maior periódico da província, atrás apenas dos órgãos oficiais dos partidos Liberal e Conservador, o que demonstra terem as ideias de Caldas repercutido significativamente no Piauí do período (Rêgo, 2001, p. 107). Para a pesquisadora, o *Amigo do Povo* e o *Oitenta e Nove* eram bastante semelhantes no tocante ao conteúdo. Quando este substituiu aquele, portanto, continuou “[...] o mesmo estilo do jornal anterior, ou seja, com artigos a favor da república e democráticos, denúncias concernentes à situação do Brasil e ao

governo monárquico, críticas à Casa Imperial e à figura do imperador, embora mais amenas” (Rêgo, 2001, p. 115).

Os textos analisados neste trabalho podem ser lidos a partir da noção de prática escriturística formulada por Michel de Certeau. Segundo Certeau, os intelectuais procuram, a partir da ponta de suas penas, ordenar racionalmente a realidade. Eles assumem o lugar de observadores lúcidos e providos de autoridade, capazes da construção de uma ordem na mecânica caótica e imprevisível do cotidiano, havendo uma tentativa de significar ou ressignificar, através de sua prática escriturística, as realidades analisadas (Certeau, 1994, p. 224-226). A partir dessa perspectiva, percebe-se que David Caldas utilizou a escrita como instrumento de atuação política e de transformação social.

A constatação é evidenciada pela preocupação que o autor demonstra com os setores mais pobres da sociedade piauiense. Em 1868, quando era deputado provincial, David Caldas chegou a apresentar aos seus pares um projeto que propunha auxílio do poder público para a substituição das coberturas de palha por telhas nas casas cujos proprietários não pudessem realizar a obra com recursos próprios e que tivessem “amor pelo trabalho e suficiente moralidade” – entre alguns outros pré-requisitos, como determinadas especificidades estruturais nas residências (Caldas, 15 abr. 1868, p. 1). Pode-se também mencionar as críticas do jornalista à forma como se deu o recrutamento para a Guerra do Paraguai: “O recrutamento constitui no Brasil uma exceção odiosa nas nossas leis, contra a classe menos favorecida: porquanto, unicamente sobre os filhos dos desvalidos ou dos homens mais pobres é que a algema pesa com toda a sua crueza e ignomínia!” (Caldas, 17 ago. 1870, p. 1-2). Em outra oportunidade, já no ano de 1870, David Caldas denunciou n’*O Amigo do Povo* um caso de violência policial ocorrido no interior do Piauí, no

qual uma menina foi violentada sexualmente: “A polícia que surra, esborda, e exerce toda sorte de violência (...) e é natural que necessite de distrair-se, embora violando a honra de pobres órfãs” (Caldas, 17 nov. 1870, p. 3).

Os casos explicitam a preocupação de David Caldas para com as questões sociais; e demonstram que o autor fez da palavra escrita vetor de suas reivindicações e forma de interferir na realidade. Mesmo em relação ao projeto apresentado à Assembleia Provincial, o autor buscou através da imprensa dar publicidade à sua iniciativa, lançando mão dos impressos para potencializar o alcance de suas ideias. A atitude pode ser interpretada de diferentes formas, que vão desde a autopromoção até a tentativa de pressionar os outros deputados pela aprovação do projeto. É certo, no entanto, que, do lugar de político liberal (e, a partir de 1870, republicano), David Caldas buscava com suas críticas atingir a monarquia e os seus representantes no Piauí; assim como a forma através da qual o regime dirigia as instituições do Estado. Nesse sentido, havendo pessoas desassistidas pelo poder público – e mesmo vítimas dele –, deveriam ser responsabilizados os sujeitos que ocupavam posições de mando. No topo da hierarquia, portanto, estava o representante maior da nação.

Nos anos 1860, a imprensa também foi utilizada pelos representantes do governo imperial na tentativa de arregimentar tropas para a Guerra do Paraguai. Segundo o historiador Johny Santana de Araújo, durante a campanha de mobilização, a elite política e intelectual piauiense percebeu a necessidade de que um conjunto de ideias que estimulasse o patriotismo e o sentimento de dever alcançassem considerável parcela da população do Piauí. A província, entretanto, possuía elevados níveis de pobreza e analfabetismo – em um contexto no qual poucos tinham acesso à instrução formal. Araújo entende que a palavra

escrita publicada nos jornais encontrava na oralidade uma poderosa forma de transmissão. As conversas na porta de casa, a propaganda falada e a comunicação entre transeuntes eram algumas das maneiras de fazer circular ideias e informações. Desse modo, o analfabetismo “não era um empecilho fundamental para o acesso ao que era publicado” (Araújo, 2015, p. 111). As ideias republicanas registradas por David Caldas nos jornais, portanto, não ficavam exclusivamente restritas ao público leitor. Tampouco se tornavam reféns de um vetor material. Elas circulavam e eram decodificadas através de formas alternativas de acesso aos textos.

Dom Pedro II, nos escritos de David Caldas, por vezes se confunde com o regime. O piauiense faz críticas personalíssimas ao imperador, descrevendo o monarca, bem como a família imperial, como símbolos da decadente monarquia e empecilhos para o estabelecimento da República. Nas páginas d’*O Amigo do Povo*, Dom Pedro II se tornou Bibiano (um de seus nomes do meio, provavelmente considerado atípico e um tanto embaraçoso à época) e a princesa Isabel era casada com Conde d’Eu, um pronomine pessoal (Caldas, 12 nov. 1869, p. 2; Caldas, 1869, 21 dez. 1869, p. 1-2). As referências jocosas demonstram a qualidade retórica de David Caldas, que também se aventurou pelo campo das disputas simbólicas. Ao reclamar de possíveis perseguições sofridas por políticos liberais em todo o Brasil, por exemplo, o autor praguejou contra o imperador, fazendo-lhe votos de calvície: “*O Amigo do Povo* limita-se [...] a desejar que por cada vítima liberal praza a Deus que caia um cabelo da cabeça do Sr. D. Pedro II, de sorte que em breve fique ele feito o mais respeitável careca do mundo” (Caldas, 17 dez. 1868, p. 1).

Percebe-se em David Caldas certo ressentimento

pela forma como Dom Pedro II regia a alternância entre liberais e conservadores no Poder Executivo. Era atribuição do imperador, em virtude do Poder Moderador, a nomeação do presidente do Gabinete de Ministros, assim como a dissolução do governo e da própria Câmara dos Deputados, quando fosse constatada necessidade em razão de completa falta de governabilidade; ou quando o Estado estivesse em risco. A administração pública imperial funcionava como uma teia muito bem articulada – mas em muitas ocasiões ineficiente, do ponto de vista da prestação de serviços burocráticos básicos e da moralidade no trato com a coisa pública. Em síntese, o imperador escolhia o presidente do Gabinete de Ministros; o presidente do Gabinete definia os seus ministros, com o aval do imperador; o governo nomeava os presidentes das províncias e estes atuavam no sentido de tornar o mais previsível possível o resultado das eleições. E da forma como eram realizadas as eleições, sob suspeitas quanto à lisura do processo, observa-se que o governo tinha uma maior facilidade para eleger correligionários e formar uma base na Câmara. Esse sistema esteve muito bem estabelecido nos anos 1850, época de predomínio saquarema.⁴ Em razão da assiduidade dos conservadores no poder, David Caldas acusava Dom Pedro II de nutrir um ódio profundo e implacável contra os liberais (Caldas, 26 ago. 1868, p. 2).

A questão é retomada quando o jornalista comenta a queda do Gabinete chefiado por Zacarias de Góis e Vasconcelos,⁵ em julho de 1868. Zacarias de Góis assumiu a posição em agosto de 1866 e foi retirado do poder pelo imperador Dom Pedro II, em razão de três fatores princi-

4. Os membros do Partido Conservador eram também conhecidos como saquaremas.

5. Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877) foi um destacado político liberal brasileiro do século XIX. Por três vezes ocupou a presidência do Gabinete do Conselho de Ministros do Brasil, em passagens intercaladas entre os anos de 1862 e 1868. Sua saída do poder em 1868 marcada por uma grave crise política que reverberou pelos anos 1870 e 1880.

país: 1) a enorme emissão de papel moeda em 1867, realizada por conta dos custos da guerra em curso contra o Paraguai, que superaram a receita orçamentária; 2) as dissidências com o então marquês de Caxias,⁶ que comandava o Exército Brasileiro na guerra e acusava o governo de permitir a escassez de suprimentos na frente de batalha e proceder com nomeações precipitadas para cargos no alto comando das Forças Armadas; 3) a rispidez no tratamento dispensado ao Banco do Brasil, visto que o governo instituiu políticas que reduziam os lucros da instituição, além transferir a prerrogativa da emissão de moedas do banco para o Tesouro Nacional. Em resumo, “Pedro II optou por Caxias, pelo Banco do Brasil e pelo enfrentamento da questão servil” (Krause; Soares, 2022, p. 311), visto que as pressões internacionais sobre o Império pela adoção de uma agenda abolicionista (ou ao menos emancipacionista) eram enormes, em especial sobre a questão do ventre livre. Unindo-se às reivindicações mais radicais, que exigiam do Império a abolição imediata da escravidão, David Caldas se posicionou da seguinte forma em maio de 1869:

Acabemos com a escravidão, se queremos ser livres. Zombam dos direitos sociais a pretexto de corrigir escravos: e os livres aplaudem: isto é horrível. Abaixo a escravidão: os homens todos só serão livres e iguais e irmãos quando não houver escravos: só a força, só a tirania mantém a escravidão. Demos liberdade aos cativos. É tempo. Qualquer demora pode ser muito funesta, principalmente aos possuidores de escravos. Na América só o Brasil continua o bárbaro sistema da conquista; só ele possui escravos. Abaixo a escravidão: libertemos nossos irmãos do horrível bacalhau da polícia e dos bárbaros que se dizem seus senhores. Brasileiros, liberdade aos cativos. Só assim seremos livres e dignos da liberdade” (Caldas, 15 maio 1869, p. 3).

6. Luís Alves de Lima e Silva (1802-1880), o Duque de Caxias, foi um importante militar e político do período imperial brasileiro. Ocupou em três ocasiões o cargo de presidente do Conselho de Ministros do Brasil e comandou o Exército brasileiro durante a Guerra do Paraguai. No exercício desta incumbência, desentendeu-se por algumas vezes com Zacarias de Góis e Vasconcelos, que no ano de 1868 era o chefe do governo brasileiro. A situação foi uma das principais causas para a crise política pela qual passou o Império naquele ano.

A iniciativa do imperador, apesar da complexidade da situação e da necessidade de que fossem equilibrados interesses distintos, acabou por adquirir aspecto de golpe de Estado entre liberais e membros da Liga Progressista; ainda mais por conta do agravante de ter Dom Pedro II escolhido o Visconde de Itaboraí (um dos mais ilustres saquaremas dos anos 1850) para substituir Zacarias de Góis. Na prática, o que houve foi uma inversão partidária a partir da qual os “emperrados” foram alçados de volta ao poder. A Liga Progressista surgiu no começo dos anos 1860 justamente como alternativa política à predominância conservadora. Os ligueiros formavam um grupo heterogêneo composto por liberais e conservadores moderados, do qual fazia parte o derrotado Zacarias de Góis, cuja queda pôs termo à experiência política da Liga. Após 1868, o Partido Liberal foi reestruturado e de seu interior brotou uma ala radical que, em 1870, passou a compor os quadros republicanos. Percebe-se, então, por parte desses sujeitos, radicalização no protesto pela emergência de determinadas pautas, como a própria mudança de regime político. Para Sérgio Buarque de Holanda, a crise de 1868 marcou o começo da derrocada do Império. Trata-se do acontecimento que “produz uma clivagem na história política na monarquia brasileira e marca o ponto de partida mais visível da deterioração do regime” (Holanda, 1971, p. 7).

Atento aos acontecimentos do Império, David Caldas criticou duramente a decisão de Dom Pedro II, caracterizando-a como estelionato político e, mais uma vez, afirmando que os liberais brasileiros enfrentavam perseguições. Seriam estes preteridos em favor dos conservadores:

El-rei Bibiano, o Estelionatário, deu um péssimo exemplo aos seus escravos; hoje não há cascudo que não queira embarcar a sua bisca ou cometer também o seu *estelionato* político.

Querem, fraudulentamente, se apossar da bandeira gloriosa que, sendo dos liberais, não pode convir jamais àqueles que se *conservam* em obediência passiva ao seu rei e senhor. O estandarte fulgurante da liberdade só pode ser hasteado no arraial dos liberais; é isto uma verdade incontestável; entretanto os *cascudos* querem se apoderar dele (Caldas, 12 nov. 1868, p. 2).

Para Vinícius Leão Araújo, foi a completa discórdia com a inversão partidária de 1868 que motivou David Caldas a radicalizar o seu discurso antimonárquico: “Seu desapontamento com as transformações bruscas operadas pelo imperador D. Pedro II na substituição dos gabinetes foi o estopim para que se posicionasse contrariamente ao sistema monárquico constitucional” (Araújo, 2021, p. 192). Em 1871, já com algum afastamento temporal dos acontecimentos e podendo observar as repercussões políticas da queda do Gabinete Zacarias, Caldas seguia inapelável na defesa da tese de que o imperador apresentava consistentemente fortes traços autoritários, reproduzindo o que também teria sido uma das principais características de Dom Pedro I enquanto homem público:

Daqui a 9 para 10 anos, verão os iludidos quanto foram fáceis em acreditar que podiam *democratizar* o filho de um déspota; mas, ainda não desenganados de todo, só de 1868 em diante é que chegaram à evidência de que a raposinha ingênua tornou-se ainda mais matreira e daninha de que o próprio pai dela!.... (Caldas, 14 fev. 1871, p. 5-6).

Para David Caldas, mesmo sendo o Brasil uma monarquia constitucional, o regime político, na prática, era autoritário. A queda do Gabinete Zacarias, inclusive, foi um excelente exemplo de desrespeito do imperador às regras do jogo político. O enorme descontentamento do jornalista era demonstrado nas páginas da imprensa atra-

vés de críticas diretas a Dom Pedro II.

As posições de Caldas relacionadas ao regime monárquico, provavelmente também possuíam forte relação com o iluminismo francês do final do século XVIII. Há, inclusive, uma atribuição póstuma de poderes proféticos a David Caldas após a Proclamação da República, por terem coincidido o ano da queda do Império (1889) com o nome do jornal fundado por Caldas em 1870 para disseminar a propaganda republicana: o *Oitenta e Nove*. A historiadora Teresinha Queiroz, entretanto, nega ao jornalista qualquer dom sobrenatural, atribuindo o título do periódico à “apropriação e divulgação de ideias iluministas no Piauí” (Queiroz, 2011, p. 303), o que ressalta o sentido revolucionário sugerido por David Caldas em seu jornal

O modelo intelectual seguido por David Caldas, inclusive, converge com as reflexões de Rousseau sobre a utilidade dos pensadores para a sociedade. Segundo o iluminista francês, a produção de conhecimento e a circulação de ideias deveriam possuir uma finalidade prática:

Respondei-me, pois, filósofos ilustres, vós por intermédio de quem sabemos por que razões os corpos se atraem no vácuo; quais são, nas revoluções dos planetas, as relações entre áreas percorridas em tempos iguais; quais as curvas que têm pontos conjugados, pontos de inflexão e de retrocesso; como o homem vê tudo em Deus; como, sem comunicação, se correspondem a alma e o corpo, tal como o fariam dois relógios; quais os astros que podem ser habitados; quais os insetos que se reproduzem de modo extraordinário – respondei-me, repito, vós de quem recebemos tantos conhecimentos sublimes, se não nos tivésseis nunca ensinado tais coisas, seríamos com isso menos numerosos, menos bem governados, menos temíveis, menos florescentes ou mais perversos? Reconhecei, pois, a pouca importância de vossas produções e, se o trabalho dos mais esclarecidos de nossos sábios e de nossos melhores cidadãos nos proporciona tão parca utilidade, dizei-nos o que devemos pensar dessa chusma de escritores obscuros e letrados ociosos que, em pura perda, devoram a substância do Estado (Rousseau, 1999, p. 204-205).

Não é possível afirmar que David Caldas leu o *Discurso sobre as ciências e as artes*, de Rousseau. É certo, porém, que o piauiense, na integralidade da sua atuação intelectual, apresentou características que convergem com a reflexão do francês e com a própria natureza do movimento iluminista do setecentos. Parece claro que, nos inúmeros textos publicados por David Caldas nos periódicos, nas apreciações da política e da sociedade de sua época, assim como nos comentários sobre notícias nacionais e internacionais, o Caldas produziu conhecimentos novos que objetivavam impactar o espaço-tempo no qual estava inserido. Essa característica é observada não somente nas contribuições do autor à cultura escrita, mas também em sua inserção na política partidária e na atuação como professor. Paulo Gutemberg de Carvalho Souza, observa que: “O ensino era uma de suas paixões, desde quando professor vitalício na aula pública primária na Vila de Barras, até próximo do fim de sua vida, quando dirigia colégio particular e se dedicava à alfabetização de adultos nas ‘aulas noturnas’, em Teresina” (Souza, 2010, p. 76).

Os periódicos *O Amigo do Povo* e *Oitenta e Nove* também apresentam uma série de referências ao regime político dos Estados Unidos. David Caldas formulou sua ideia de República arrimado em noções intelectuais originárias da política estadunidense. É perceptível nos periódicos, segundo o historiador Vinícius Leão Araújo, que: “A exaltação da democracia e da liberdade, a mudança de regime governamental, de forma ordeira e pacífica, visando ao estabelecimento da república conforme o exemplo ‘americano’ dos Estados Unidos” (Araújo, 2021, p. 203). No entanto, “o Brasil estava longe de ser como o modelo de República visado pelo escritor: os Estados Unidos”, em boa medida por conta da escravidão, mantida sob a pena de serem prejudicadas as bases agrárias e urbanas do Es-

tado (Araújo, 2021, p. 209).

À constatação de Araújo sobre a percepção de Caldas, pode-se somar a útil observação de Ana Regina Rêgo. Para a pesquisadora, a imprensa política do Piauí oitocentista atuava em torno da expectativa de ocupação das posições de mando. A busca pelo exercício do poder orientava a atuação dos sujeitos nos domínios da cultura escrita: “[...] tudo é contextualizado sob foco principal do poder. O poder almejado, o poder combatido, as forças que compõem o opositor, enfim, tudo pelo poder” (Rêgo, 2001, p. 313).

Exatamente nesse sentido, nos textos de David Caldas é possível encontrar inúmeras formulações sobre a educação, quase sempre buscando associar a baixa instrução popular a projetos autoritários de poder. Sua atuação na alfabetização de adultos em aulas noturnas é o perfeito exemplo de atividade intelectual pragmática, de uma perceptível busca por alinhar ideais específicos à realidade. O autor fez da arena política e da sala de aula, locais de atuação intelectual efetiva, de amplificação das mensagens por ele registradas nas páginas dos jornais, que encontravam dificuldades para alcançar segmentos sociais mais afastados da cultura escrita. O autor era bastante consciente do poder transformador da educação; assim como da capacidade, entre os que dirigem o ensino popular, de conservar as estruturas socioculturais. Dessa forma:

Aquele que puder dominar a educação de um povo, e conseguir dirigir a seu jeito a instrução de todas as classes sociais, este será necessariamente o senhor delas; senhor absoluto, senhor em toda a extensão da palavra! Nas monarquias é isso muito fácil ao indivíduo, tornado um semideus, que tem em suas mãos a chave miraculosa de toda a organização política e social. Nas repúblicas bem constituídas é necessário que o próprio povo, para que se torne senhor de si mesmo, dirija cuidadosamente, sem poupar nem um sacrifício, a própria educação e instrução; tudo em puro proveito da comunidade, como felizmente se pratica nos Estados

Unidos.

Se o país real descarta de sua educação, sob princípios singelos, francos e moralizados, e se instrução carece aí de solidez e de bom senso, debalde ele lutará então contra a misteriosa corrente que o empuxa para um abismo insondável, cujo fundo pode conter – ou as fúrias da anarquia, ou o monstro insaciável da tirania coroada. Desta verdade nos achamos intimamente convencidos (Caldas, 7 dez. 1872, p. 1-2).

Além disso, David Caldas estabelece uma relação entre ensino popular e progresso. Para o jornalista, educação primária de qualidade, à qual as grandes massas populacionais tivessem acesso, favoreceria o desenvolvimento material e civilizatório brasileiro:

O ensino popular é a nosso modo de ver a questão capital de todo o povo livre e culto como o nosso. Com efeito, de nada serviria que as primeiras classes da sociedade fossem muito instruídas, se a massa do povo, como se costuma dizer, permanecesse ignorante; por que a ignorância só origina o fanatismo estúpido, a relaxação de costumes e portanto a degradação de toda a sociedade. Um povo em que só é instruído o homem de comodidades e o pobre é ignorante, semelha um corpo leproso de cara bonita e limpa, mas cuja exalação torna-se repugnante. Um povo assim é vicioso, imoral, preguiçoso e de intenções brutais; falta-lhe a ideia do bom e do justo. Perguntamos pois: a quem mais interessa a educação dessas massas? Sem dúvida à sociedade ilustrada, porque ela aproveitará necessariamente de seus benefícios. Povo instruído é industrioso, digno, e compreende os seus deveres e seus direitos para consigo e para com a sociedade; cessa o fanatismo e finalmente a sociedade lucra em geral quando as massas aprendem os rudimentos que se ensinam em nossas escolas primárias. Eis a razão por que insistimos sustentando que a sociedade ilustrada deve ser a mais interessada no ensinamento popular, isto enquanto à sua própria conveniência social (Caldas, 30 jun. 1874, p. 1).

Caldas via, portanto, na educação um instrumento que, para o bem e para o mal, possui o poder de redefinir os destinos de uma nação, uma vez que as forças políticas que controlam a instrução popular seriam dotadas de autoridade sobre diversos setores da sociedade – situação que se potencializava nas monarquias. Ter um povo instru-

ído, por outro lado, seria pré-requisito para que qualquer país alcançasse o progresso.

A reflexão do autor, de 1874, ocorre em um momento no qual o Brasil enfrentava graves consequências financeiras após a dispendiosa participação na Guerra do Paraguai. A economia do país, entretanto, apesar da precariedade nas contas públicas, seguiu em frente após o conflito, sendo as últimas décadas de Império um período de excepcional crescimento material. De um modo geral, na segunda metade do século XIX são percebidas grandes transformações na economia brasileira. Foi o momento no qual o país ingressou na modernidade das práticas econômico-financeiras e assumiu as feições do capitalismo oitocentista, a partir do surgimento de uma série de empreendimentos como bancos, indústrias diversas, companhias de navegação a vapor, empresas de seguro, colonização, mineração, transporte urbano e gás; além de significativos investimentos na construção de ferrovias. A maioria desses empreendimentos, entretanto, foram subsidiados pela especulação que fora estimulada a partir da súbita liberação de capitais antes investidos no tráfico de escravizados, pela inflação de crédito e pelo aumento na impressão de papel moeda, ao longo dos anos 1850 e 1860. Apesar dos meios empregados (e também por causa deles), mesmo com as graves crises financeiras de 1857 e 1864, esse período deixou sólidos frutos: o desenvolvimento das ferrovias e da navegação a vapor, além do crescimento na agricultura a partir do café (Prado Júnior, 1998).

David Caldas era consciente da realidade brasileira no século XIX, um “século esclarecido” (Caldas, 16 dez. 1871, p. 1-2). O autor, em alguns de seus textos, demonstrava perceber que o mundo progredia em diversos aspectos; e que o Brasil também. O país, no entanto, mar-

chava a passos lentos por conta do histórico *fico* de Dom Pedro I, ou seja, da manutenção do regime monárquico (Caldas, 16 jan. 1872, p. 4). Caldas frequentemente comparava o Império brasileiro à República estadunidense ou a países europeus, de modo a concluir que vivia em um lugar atrasado em relação aos grandes centros urbanos do mundo: vitrines do desenvolvimento técnico científico e da democracia. Desse modo, “acanhadas são as vistas de um improvisado publicista de aldeia (Teresina não passa disso, e bem pequeninha, comparada com Londres) onde não há *horizonte possível*” (Caldas, 16 dez. 1871, p. 1-2).

Apesar de considerar que vivia em uma pequena aldeia, a partir da qual não se podia vislumbrar “*horizonte possível*”, David Caldas nutria muita esperança com relação ao futuro: a República haveria de chegar, o país se desenvolveria e uma educação primária de qualidade alcançaria os segmentos sociais menos abastados. O autor era um assumido defensor da noção oitocentista de progresso, especialmente inspirado pela obra de Eugène Pelletan:⁷ “*Le monde marche*, como diz um célebre democrata francês: confiemos, pois, no futuro...” (Caldas, 14 fev. 1870, p. 4). Mesmo a persistência da monarquia “não nos faz, porém, descrever da marcha do mundo, nem da razão de Pelletan” (Caldas, 16 jan. 1872, p. 4).

O livro *Le monde marche*, de Eugène Pelletan, consiste na contribuição de um homem de ação aos debates sobre o progresso, que captura e reproduz o que considerava ser um grito do século XIX e adota postura menos de

7. Eugène Pelletan (1813-1884) foi um escritor, jornalista e político francês. Foi eleito deputado em 1863 e reeleito em 1860; em 1884, ano de sua morte, foi eleito senador vitalício. Empreendeu forte oposição a Napoleão III e à participação na guerra contra a Prússia, sendo amigo bastante próximo de Alphonse Lamartine, um dos principais nomes envolvidos no estabelecimento da Segunda República Francesa, que durou de 1848 a 1852. As obras escritas por Pelletan versam, em boa parte, sobre as questões da política francesa na época contemporânea ao autor.

filósofo e cientista que de político. Pelletan foi um amigo próximo de Alphonse Lamartine (um dos atores que contribuíram para a instituição da Segunda República na França, em 1848) e do lugar de parlamentar firmou posição contra o governo de Napoleão III. Segundo a perspectiva do autor: "*Le monde marche, voilà le mot de la création, depuis le brin d'herbe jusqu'à l'étoile, et depuis l'étoile jusqu'à l'homme*" (Pelletan, 1858, p. 1).⁸ Em *Le monde marche*, estão reunidas correspondências enviadas a Lamartine nas quais Pelletan articula reflexões sobre o progresso e a situação política da França de sua época.

A partir desse posicionamento progressista, David Caldas entendia que a humanidade estaria a marchar irresistivelmente para dias melhores, mesmo que não fosse através de um trajeto retilíneo e uniforme. O jornalista chega a fazer o seguinte vaticínio, que sugere a percepção de que havia no mundo uma tendência de que as monarquias fossem todas substituídas gradualmente por Repúblicas democráticas:

Já veem os leitores que o negócio tem ido à razão de um por cada ano!

Pelo jeito que levam as coisas, em 1905 a Europa estará inteiramente limpa...sem nem um monstro coroadado, para semente ao menos.

Nós ficaremos livres do SÁBIO muito breve, visto que é *único* neste vasto continente do Novo Mundo (Caldas, 5 nov. 1870, p. 1-2).

O autor observa que o século XIX, até aquele momento (1870), havia sido marcado pela queda de diversos reis e figuras autoritárias europeias; e que todos tiveram como destino o exílio ou a prisão. A tendência teve início no final do século XVIII, quando Luís XVI foi guilhotinado em 1793 pelos revolucionários franceses e inaugurou uma época de rompimento com o absolutismo. No século XIX

8. "O mundo caminha, essa é a palavra da criação, desde a folha de grama até a estrela, e da estrela até o homem" (Tradução livre dos autores).

há uma crescente adesão a modelos políticos constitucionais, acompanhada de forte recusa ao autoritarismo absolutista. Tal contexto possibilitou a construção do regime que vigorou no Brasil até 1889. Mesmo que acompanhada do controverso Poder Moderador, a monarquia brasileira submetia até mesmo o imperador às regras constitucionais e a uma participação assídua nas articulações político-partidárias (Slemian, 2009).

No tocante à propaganda republicana no Piauí, segundo Teresinha Queiroz, nota-se uma movimentação mais ampla na década de 1880, liderada pelos bacharéis formados na Faculdade de Direito do Recife (Queiroz, 2011, p. 303). Entre esses bacharéis, Clodoaldo Freitas acabou por se tornar mais um entre outros tantos republicanos históricos desapontados com a República que se instaurou no Brasil (Freitas, 2011, p. 89-92). David Caldas não viveu o bastante para ver as mazelas estruturais da Primeira República, mas também esbarrou inúmeras vezes na crueza da realidade em sua profissão de fé republicana, ao confrontar-se quase que isoladamente com as estruturas monárquicas já bem estabelecidas, sem conseguir agremiar um grupo ao seu entorno que fizesse com que a propaganda da República alcançasse maior repercussão na província. Entretanto, “se não havia um movimento formalmente organizado em torno de David Caldas, existia público e interesse pela crítica radical ao regime”, observa Teresinha Queiroz (Queiroz, 2011, 304). O jornal *Oitenta e Nove* possuía dezenas de assinantes (entre os quais, muitos inadimplentes) que proporcionavam uma pequena renda a David Caldas e, mais que isso, garantiam que as ideias republicanas, as críticas à monarquia e as percepções do redator sobre os processos que estavam em curso no mundo naquele momento circulassem pelo Piauí.

Nas páginas do periódico, os leitores deparavam-se

com a rebeldia de Caldas nos domínios da linguagem, a utilização atípica de símbolos gráficos e uma escrita rica em argúcia. No jornal *Oitenta e Nove*, o público podia buscar informações, mas também entretenimento. Tal característica pode ser considerada como uma estratégia para potencializar a divulgação das principais pautas republicanas em um contexto no qual David Caldas era um exército de um homem só. Não sendo possível vencer pela quantidade, recorreu-se, pois, a artifícios linguístico-retóricos. Salta aos olhos a sofisticação intelectual do autor, que, mesmo não conseguindo ingressar nas escolas superiores do Império, em razão de dificuldades materiais e familiares, mostra-se habilidoso na construção de seus textos. A escrita do século XIX era bastante peculiar, quando comparada a outros períodos, especialmente em periódicos predominantemente políticos. Tratava-se de uma escrita na qual muitas vezes eram utilizados pseudônimos e os escritores assumiam identidades diversas: provocavam, respondiam, treplicavam, alternavam entre os pseudônimos, apelidavam adversários. David Caldas, engenhoso com as palavras, assumiu vários papéis simultâneos naquele contexto histórico: o escritor, o político e o professor convergiram na defesa de determinados ideais (Chaves, 2013, p. 469-472). Caldas chegou, inclusive, a aventurar-se pelo campo literário, ao inventar pequenos textos em prosa, sempre recorrendo à elaboração de analogias referentes a eventos e personagens históricos ou mitológicos (das mitologias grega e romana). Em 16 de setembro de 1868, dois meses após a queda do Gabinete Zacarias, foi publicado n' *O Amigo do Povo* a prosa "O pigmeu e o gigante", na qual o autor faz referência a Elissa de Tiro, que, segundo o mito de criação de Cartago, teria sido a primeira rainha cartaginense (no século IX a.C.) e ficou conhecida como Dido, a estelionatária. A referência

histórica foi, provavelmente, uma sutil recordação do “estelionato político” cometido por Dom Pedro II dois meses antes (Caldas, 16 set. 1868, p. 3-4).

Os escritos de David Caldas, portanto, são bastante reveladores sobre a época na qual o autor viveu. Suas contribuições à cultura escrita explicitam importantes aspectos do período imperial brasileiro, além de possibilitarem acesso a um modelo pitoresco de jornalismo republicano das décadas de 1860 e 1870. A forma como o jornalista noticia eventos da geopolítica mundial e alguns dos processos pelos quais passava o Ocidente no século XIX, também qualifica os seus textos como fecundas fontes históricas para o estudo do trânsito de informações no Brasil oitocentista. O autor realizava mediações entre os acontecimentos da época e os leitores dos seus jornais, através de uma postura política e intelectual bastante intransigente. Parece ser esta uma chave analítica bastante fecunda quando se trata de estudar os periódicos *O Amigo do Povo* e *Oitenta e Nove*.

David Caldas captura, ainda, um momento no qual o Piauí ansiava pela presença efetiva do Estado. São abundantes, nos seus textos noticiosos, relatos sobre violências diversas no interior da província. Casos como severas agressões ministradas a mando de determinadas lideranças políticas ou policiais – além da suspeição das eleições e da precariedade do ensino público –, dão mostras de que Caldas percebia que o Estado ofertava uma assistência insuficiente aos piauienses. O poder central, naquele momento, estava ainda se instalando em determinadas regiões, por meio do estabelecimento das instituições (Co-ser, 2008).

Os periódicos analisados também são fontes repletas de potencialidades para o estudo do David Caldas intelectual, que buscava utilizar textos e impressos de uma

forma transformadora, ordenando o mundo através de sua prática escriturística – mas não somente através dela. Como homem de ação, fez-se também político e professor, tamanha era a sua urgência em garantir não apenas a própria subsistência, mas a aceleração da marcha através da qual o mundo rumava para dias melhores, com mais democracia e cidadania sob um regime político republicano.

Referências

ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos... A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai (1865-1866)*. Teresina: EDUFPI, 2015.

ARAÚJO, Vinicius Leão. *Impressos de uma monarquia em abandono: modernização, escravidão e propaganda republicana na imprensa piauiense de 1868 a 1889*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

CALDAS, David Moreira. Acabou-se a vergonha. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 8, p. 2, 12 nov. 1868.

CALDAS, David Moreira. Consequências do abraço imperial. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n. 41, p. 1-2, 17 ago. 1870.

CALDAS, David Moreira. Deplorável cegueira! *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n. 71, p. 1-2, 16 dez. 1871.

CALDAS, David Moreira. Desejo. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 12, p. 1, 17 dez. 1868.

CALDAS, David Moreira. Escola noturna. *O Amigo do*

Povo, Teresina, ano 2, n. 32, p. 4, 14 fev. 1870.

CALDAS, David Moreira. Fico. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n. 73, p. 4, 16 jan. 1872.

CALDAS, David Moreira. Instrução popular. *Oitenta e Nove*, Teresina, ano 2, n. 25, p. 1, 30 jun. 1874.

CALDAS, David Moreira. *O Amigo do Povo*. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 5, n. 88, p. 1-2, 7 dez. 1872.

CALDAS, David Moreira. Parte noticiosa. A escravidão. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 19, p. 3, 15 maio 1869.

CALDAS, David Moreira. Parte noticiosa. Projeto de lei. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 4, 28 jul. 1868.

CALDAS, David Moreira. Triunvirato famoso. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 46, p. 3, 17 nov. 1870.

CALDAS, David Moreira. Uma pura verdade. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 3, p. 2, 26 ago. 1868.

CALDAS, David Moreira. Variedade. Um pigmeu e um gigante. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 4, p. 3-4, 16 set. 1868.

CALDAS, David Moreira. Vão desaparecendo. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n. 45, p. 1-2, 5 nov. 1870.

CALDAS, David Moreira. Variedades. Marvão e Chicago. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 51, p. 5-6, 14 fev. 1871.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013. p. 469-472.

COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e fede-*

ralismo no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos: crônicas*. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de letras; Brasília: Senado Federal, 2011.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios, 1875-1914*. 27. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. O Brasil monárquico: do Império à República. vol. 5, tomo II. São Paulo: DIFEL, 1971.

KRAUSE, Thiago; SOARES, Rodrigo Goyena. *Império em disputa: coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

PELLETAN, Eugène. *Lettres a Lamartine: le monde marche*. 2. ed. Paris: Pagnerre, 1858.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí: 1880-1930*. 2. ed. Teresina, PI: Academia Piauiense de Letras, 2017.

RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens/ Discurso sobre as ciências e as artes*. vol. II, São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SANTOS, Dayane Sampaio dos. David Moreira Caldas: o reverberar da memória de um republicano. In: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; QUEIROZ, Teresinha; FERREIRA, Ronyere; SOUSA, Talyta Marjorie Lira (orgs.). *O Piauí oitocentista: economia, política, sociedade e cultura*. Teresina: Cancioneiro, 2023. p. 241-255.

SANTOS, Dayane Sampaio dos. *“Viva o governo republicano, o único que pode fazer a felicidade da nação!”: David Moreira Caldas e as narrativas sobre o ideário republicano na imprensa piauiense (1868-1975)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, 2024.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo, SP: Hucitec, Fapesp, 2009.

SOUZA, Paulo Gutemberg Carvalho de Souza. *História e identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina: EDUFPI, 2010.

02

**História, suporte e narrativas:
a trajetória das produções
folhetinescas nos periódicos
teresianenses (1871-1903)**

Wellington dos Santos Pereira



Entre ligeirezas e saliências fisionômicas: as múltiplas faces desse poliedro denominado folhetim

Em 11 de Fevereiro de 1871, figurava no jornal A Pátria uma pequena nota anunciando a publicação do romance Vinte Horas de Liteira, do escritor português Camilo Castelo Branco⁹. Ao afirmar que ele se encontra “em outra parte desta folha” (1871, p. 4), a notícia revelava que a referida produção literária sairia através de uma modalidade de divulgação característica do século XIX, denominada folhetim. Mapeando sua trajetória no periódico, foi possível perceber que o título circulou por cerca de sete meses, de 11 de fevereiro a 13 de setembro de 1871, totalizando trinta e uma edições. Investigando o percurso do folhetim em questão nos jornais de outras províncias, foi possível encontrá-lo no periódico Diário de Pernambuco¹⁰ (1864, p. 8). Tal aspecto nos permitiu conjecturar sobre a possibilidade de que o folhetim publicado em A Pátria tenha partido do periódico pernambucano. Aqui, vale a observação ressaltada por Abreu (2016), quando afirma que a dinamicidade da circulação nos obriga a rever a ideia de uma produção literária cuja territorialização é algo que não podemos apreender com facilidade, como também a existência “de múltiplos centros”, que, por sua vez, “não ocupam centros fixos” (Abreu, 2016, p. 11). Ou seja, diferente do que se pensa, o processo de circulação é “dinâmico”, como também reforça Chartier (2004), e isso nos leva à desconstrução de uma hierarquização entre centro e periferia.

Ao destacar que “os jornais ocupavam um lugar de indiscutível destaque na literatura” (Abreu, 2016, p.24), Márcia Abreu reforça que a relação entre os dois elementos

9. Publicado no periódico Comércio do Porto, em Porto, Portugal, em 1864.

10. Criado em 1825, pelo tipógrafo Antônio José de Miranda Falcão.

era algo presente entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Poderíamos nos arriscar em afirmar que a literatura também ocupava destaque na imprensa, tanto no que diz respeito à sua utilização, como instrumento de visibilidade, a exemplo do anúncio de vendas de livros demonstrado no excerto anterior, quanto ao fato de o espaço do jornal servir como suporte de divulgação dessa literatura. Nesse processo de imbricamento, imprensa e produção literária convergem com a culminância da emergência de uma modalidade de divulgação literária bastante característica do século XIX, que é denominada de folhetim. As obras literárias não circulavam apenas através de livros, pois grande parte dessa literatura encontrava instrumento de visibilidade no rodapé do jornal.

A revisão de literatura revela que a origem dos folhetins não é consensual. Reivindicam esse lugar França e Inglaterra. É preciso destacar também que a temporalidade dessa emergência é alvo de disputa. Trizotti ressalta que a “França teve um papel fundamental na disseminação dos folhetins no mundo [...], mas que não pode se menosprezar a publicação de romances nos jornais e revista na Grã-Bretanha desde o fim do século XVII” (2016, p. 22). Encontramos colocação semelhante em Hohlfedt (2003). Ao problematizar acerca de uma genealogia do romance-folhetim gaúcho, o autor destaca que o romance inglês no século XVIII contribuiu para o processo de significação do suporte. Raymond Williams (2007) atesta essa emergência, a partir de 1780, notadamente por meio do processo de expansão da ficção na imprensa popular inglesa. Dentre os fatores elencados que justifiquem o posicionamento do pesquisador, destaca-se o processo de pirataria de obras clássicas, movimento semelhante ao de Darnton (1987), ao analisar o comércio livreiro e as tipografias piratas na França no Antigo Regime, bem como o

aumento das oficinas de reimpressão, evidenciando ainda a “extensão dos folhetins” (Williams, 2007, p. 17). A *serial novel*, denominação inglesa ao suporte, encontra espaço de propagação no país por meio da imprensa. Contudo, conforme aponta Trizotti (2016, p. 24), a criação de novas taxas sobre os jornais resultou na perda do interesse em continuar com a publicação ficcional no jornal, restando as revistas como espaço de divulgação.

A travessia dos folhetins sobre o Atlântico e sua fixação nos periódicos brasileiros encontra, entre as décadas de 30 e 40 dos oitocentos, momentos de aporte. Trizotti (2016, p. 40) evidencia que a primeira referência ao suporte reporta a 1836, no jornal fluminense *O Chronista*. Nadaf localiza no ano de 1839 a estreia do espaço, no *Jornal do Commercio*¹¹, com a publicação de Edmund e sua prima (2002, p. 42). Meyer (1996) destaca que entre os anos de 1839 e 1842 há uma maior recorrência de publicações cotidianas de ficção fatiada nos jornais cariocas, sobretudo no referido periódico.

Divergências no que tange ao estabelecimento de um marco preciso à emergência do suporte nos trópicos evidenciam a fluidez em que os impressos circulavam. Novamente nos deparamos com o presente aspecto. As distâncias parecem encurtar, quando percebemos a quase simultaneidade de textos, obras literárias e folhetins circulando entre Europa e o Brasil. Tal fato se evidencia com a revista *A Ilustração*¹². Chama-nos atenção a sua constituição, pois De Luca (2018) afirma que a natureza do impresso em questão implicava múltiplas “vinculações internacionais” sem as quais é impossível compreender seu processo de constituição. A construção em questão im-

11. Surgido na cidade do Rio de Janeiro em 1827 e criado pelo francês Pierre René Francois Plancher de La Noé, foi considerado o jornal de maior circulação da América Latina, tendo suas atividades finalizadas no ano de 2016.

12. Revista Quinzenal originada em 1884, cujo último número data de 1892, abordando temáticas literárias, culturais e históricas.

plicava diferentes espaços, com redação e impressão em Paris, de direção portuguesa, onde cada edição seguia, a partir dos portos franceses, para Lisboa e Rio de Janeiro.

Todo esse cenário de mobilidade, no qual os textos, os jornais e as revistas não encontravam fronteiras físicas, alcançando distintos espaços, pode ser visualizado também pelas traduções de folhetins franceses nos jornais brasileiros. “A publicação de jornais tornou a sincronia entre França e Brasil ainda mais evidente, uma vez que alguns títulos foram publicados ao mesmo tempo, chegando a haver interrupções na publicação das traduções por falta de desenvolvimento dos textos originais na Europa” (Abreu, 2016, p. 32). Segundo Mendes (2016), a emergência do folhetim no Brasil seguia uma lógica do imediatismo de tradução e impressão, muitas vezes “feito no calor do momento”, tudo com o intuito de atender às demandas impostas pelo mercado tipográfico.

O relato de Trizotti (2016) quanto à impossibilidade de estabelecer um marco sobre os folhetins, devido a problemas ligados à conservação, constitui-se também em um empecilho para responder à questão sobre a presença do suporte na imprensa piauiense. À princípio, o levantamento documental nos levou a crer que os primeiros folhetins publicados nos jornais datavam da década de 60 dos oitocentos e, de modo mais específico, do ano de 1862, por meio do periódico teresinense *Liga e Progresso*¹³, quando foi possível localizar o Folhetim do *Liga e Progresso* - revista da semana (Teresina, out., 1862, ano 01, n. 02).

Na medida em que fomos aprofundando o levantamento de fontes, foi possível encontrar a presença do suporte em publicações anteriores a essa data. No *Jornal*

13. Periódico de caráter político alinhado ao Partido Liberal, tendo como redatores Deolindo Mendes da Silva e Davi Caldas. O jornal Circulou entre os anos de 1862 e 1864.

O Conciliador Piauiense¹⁴, jornal teresinense publicado semanalmente, encontramos o folhetim denominado O assobio (Teresina, set., ano 01, p. 01), datado no ano de 1857.

Refletir sobre as produções folhetinescas na imprensa teresinense durante o recorte proposto, de 1871 a 1903, é também discutir as condições sociais nas quais elas estavam inseridas. Para mostrar a relevância do folhetim, é necessário percebê-lo como uma construção social carregada de uma complexidade que ultrapassa o próprio suporte. Uma das formas de possibilitar essa discussão perpassa pelas dificuldades na produção de obras na capital piauiense do período. Queiroz (2011) aponta dois caminhos para o seu fabrico: primeiro, ou se produzia nas tímidas tipografias dos jornais da cidade ou se contaria com as editoras de outras províncias para a publicação dessas produções, o que era, inclusive, uma prática recorrente no século XIX. Barbosa (2010, p. 350), ao tratar sobre os intermédios da leitura na Paraíba Oitocentista, afirma “em certo sentido, esses tipógrafos tinham o compromisso com a ‘ilustração’ dos leitores, tanto que era raro o jornal paraibano que não se dedicava também às variedades, à literatura e ao conhecimento, o que incluía a impressão e venda de livros didáticos e a publicação de livros de literatura local”. Queiroz ressalta que “a má qualidade material nas edições feitas no Piauí desanimava os poucos felizardos que conseguiam recursos para publicação de suas obras e era considerada um fator negativo na difusão do livro” (2011, p. 170). O segundo trajeto representava um caminho mais oneroso. A produção de obras em editoras de outras províncias representava uma possibilidade de tornar o desejo de publicação de livros

14. Jornal Publicado Semanalmente, publicado pela Tipografia Independente, impresso Por Cândido Gaxa Peçanha Jr e redação de Lívio Lopes Castelo Branco. De acordo com Pinheiro (1997), o periódico circulou apenas no ano de 1857.

de autoria piauiense uma realidade, sobretudo se fosse de alguma editora do Rio de Janeiro, o que representava certo prestígio a quem conseguisse tal feito. Diante de todas as dificuldades retratadas acima, no que diz respeito à produção, venda e circulação de livros, evidenciamos a importância dos periódicos para a construção e disseminação da literatura. Inclusive, tais formas de publicação constituíam uma estratégia de tornar os artefatos literários uma “vitrine nos jornais”.

Ainda que o caráter múltiplo das produções folhetinescas encontre espaço de discussão entre as pesquisas sobre o folhetim, o gênero romance desponta como representação majoritária, tornando-se por muito tempo sinônimo do suporte. É como se a fórmula tivesse nascido por meio do gênero, afirmação que requer cautela. Entretanto, não podemos escapar da constatação de que, em grande medida, o suporte se tornou um fenômeno graças à publicação dos romances nessa parte específica do jornal. Meyer afirma que, no início da década de 1840, “a receita está no ponto e é o filé mignon do jornal, grande isca para atrair e segurar os indispensáveis assinantes” (1996, p. 59), fazendo uma clara referência à consolidação do romance nos folhetins, que passou a ser denominado romance-folhetim, e que trouxe para o espaço tipográfico uma série de novas dinâmicas, como a publicação de uma ficção seriada, a formação de novas práticas de leitura e de uma nova relação entre autor e leitor.

As produções folhetinescas teresinenses e suas miscelâneas

Nos periódicos teresinenses, publicações como *Três Botões de Rosa* (O Abolicionista, 1884), *A Bela Condessa*, *Vintes Horas de Liteira* (A Phalange, 1889), *Romance*

Instantâneo (O Telephone, 1882), O fanatismo (O Artista, 1903), Noivas pelo Coração (O Telephone, 1889) são exemplos de como o gênero romance-folhetim ocupava espaço entre as produções folhetinescas nos jornais da capital da província piauiense. Entre as notícias e anúncios em que o termo folhetim figura, encontramos na última página do periódico A Pátria¹⁵ uma pequena nota anunciando a publicação do romance-folhetim Vinte Horas de Liteira, de Camilo Castelo Branco:

FOLHETIM - Em outra parte desta folha principiamos hoje a publicar para o recreio das nossas amáveis leitoras uma linda coleção de conto de Camilo Castelo Branco – intitulado *Vinte horas de liteira*. Reconhecido o direito que têm elas a algumas colunas desta folha, apressamos em hoje a satisfazê-la, pedindo humildemente desculpa de não tê-lo feito há mais tempo (A Pátria, 1871, p. 04).

A nota em questão nos ajuda a vislumbrar o direcionamento do consumo do referido folhetim ao público feminino, evidenciado quando o autor afirma “para o recreio das nossas amáveis leitoras”. Sua importância reside no fato de percebermos como, a partir do anúncio, é possível captar uma das representações acerca dos folhetins. Ao nos determos no presente trecho, alguns enunciados nos direcionam para pelo menos dois problemas que evidenciaremos nesse texto: primeiro, o quanto as produções folhetinescas poderiam ser, de fato, algo eminentemente direcionado a um grupo específico, nesse caso, o público feminino. Segundo, quando o texto aponta a função da leitura, voltada ao recreio, ou seja, para fins de entretenimento, nos faz refletir sobre as funções que a rubrica possa apresentar.

Quanto ao primeiro aspecto, é necessário afirmar que a referida construção parece ter sofrido um processo de naturalização, procedimento semelhante ao ocorrido

15. Periódico de propriedade de Agésilau Pereira da Silva. Circulou entre os anos de 1870 e 1872.

com o romance-folhetim, que virou sinônimo do suporte. Ao problematizar sobre o perfil de um possível leitor, esse que, nas palavras da autora, muitas vezes se apresenta de maneira abstrata, Meyer (1996) localiza, dentre essas possíveis representações, a relação entre a figura feminina e as práticas de leitura. A pesquisadora apresenta como caminho para pensar esse vínculo o próprio gênero romanesco. Segundo a autora, “a mulher, ‘gentil leitora’ é o destinatário natural do romance” (1996, p. 379). Um dos caminhos apontados para compreender a presente questão estaria na utilização das iconografias, bastante utilizadas como fontes para perceber tais imagens. Danrton (2011), ao problematizar a importância de se analisar os locais de leitura, mostra o quanto as pinturas podem fornecer subsídios para se pensar sobre os ambientes da referida prática. Chartier (2011) também demonstra a importância das pinturas como possibilidade de representação das práticas de leitura. Em grande medida, nessas pinturas, a figura feminina foi bastante utilizada como uma maneira de evidenciar o ato de ler, o que possivelmente tenha auxiliado no processo de construção de um imaginário que ajudava a reforçar a presente questão.

Zilberman e Lajolo (2019, p. 318) afirmam que tais representações ou “alusões a práticas de leituras” eram frequentes no romance romântico. O surgimento da figura da leitora é impulsionado pelo desenvolvimento da imprensa e pelo sistema educacional. Os dois elementos suscitariam na literatura mudanças sensíveis, no sentido de que o público feminino passou a ser favorecido:

A literatura, já beneficiada com as modificações impostas ao sistema educacional, sofre alterações também em virtude da emergência simultânea do público feminino, representado pelo contingente de leitoras, obrigado a ficar em casa, pois era-lhe vedada a atividade pública. Aumenta com isso o número de obras em prosa, de consumo mais fácil que os textos em verso, sobretudo os

de tendência épica, como eram expressões nobres na Renascença; aparecem gêneros originais, de trama prolongada e atraente como o romance e o folhetim; priorizam-se enredos romanescos e de aventuras, herdeiros do *roman courtois*, mas dissociados da religião; enfatiza-se a apreensão do comportamento a partir de um ângulo interno, gerando a narrativa psicológica; e valoriza-se a personagem feminina como protagonista de grandes amores (Zilberman; Lajolo, 2019, p. 319).

Tais ganchos psicológicos, retratados no trecho acima, configuram-se como uma estratégia dos jornais em ampliar cada vez mais o público leitor. Marialva Barbosa afirma que “o jornal é, para ela, a possibilidade de se inserir num mundo distante, de recuperar um tempo passado que se torna presente na identificação de personagens conhecidos nas descrições ou nas indicações fornecidas pelo periódico” (2010, p. 208). Nesse sentido, tanto os folhetins quanto as notícias sociais eram, segundo a autora, espaços de usos femininos nos jornais, bem como as colunas de moda e concurso feminino (2010, p. 209). Contudo, a aproximação entre as produções folhetinescas ao romance e, conseqüentemente, pelo gênero feminino, é apenas uma face desse poliedro da rubrica. O folhetim *Notas a êsmo*, do periódico *A Reforma*¹⁶, por exemplo, constitui um relato cuja narrativa retrata do regresso de uma figura denominada Dr. Licínio à cidade de Campo Maior, localizada no norte do Piauí e situada a 85 quilômetros da capital Teresina. Utilizar o espaço folhetinesco para narrar fatos relacionados ao cotidiano era algo bastante recorrente na imprensa periódica brasileira. Caparelli (2015, p. 216) aponta que “tanto no Brasil como na França, o folhetinista aproveita a matéria jornalística para construir seu folhetim”. De fato, o cotidiano apresenta-se

16. Periódico surgido em 1865 e encerrado em 1889. De caráter político, uma vez que reivindicava ser órgão do Partido Liberal. Entre proprietários e redatores, destacam-se Deolindo Mendes da Silva Moura, Davi Caldas, Manoel Idelfonso de Sousa Lima, Jesuíno José de Freitas, Miguel de Sousa Borges Castelo Branco, Clodoaldo Freitas e Higino Cunha.

como matéria-prima que se estende à rubrica, dando realces literários para os mais diversos fatos e camadas de realidades que passavam a ser construídos por intermédio dos jornais e dos folhetins.

Mais à frente, na trama construída pelo folhetim em questão, o autor nos presenteia com sua concepção de folhetim, "(...) uma cousa ligeira e vaporosa, saltitante, que atraia a curiosidade e o faça girar a gente muito boa" (*A Reforma*, 1887). O excerto evidencia um aspecto que foi marca da rubrica no seu processo de constituição, sua plasticidade. Esse também é um elemento presente nas considerações de Machado de Assis sobre o suporte, em *O Folhetinista*, publicado em *O Espelho*, que, segundo Gledson (2013), era um periódico semanal com publicações folhetinescas aos domingos. Por meio do título, o literato se destina a tecer uma série de considerações sobre a construção do folhetinista, que, segundo ele, seria a "fusão admirável entre o útil e o fútil, o parto curioso do sério, consorciado com o frívolo" (2013, p. 44). Para além de refletir sobre essa "improvável" mistura de elementos aparentemente antagônicos, o autor de *Dom Casmurro* declara que a emergência do folhetim se deu com o jornal e a do folhetinista com o jornalista. O mais interessante dessas impressões é percebermos como o autor significa o espaço do rodapé por meio de uma suposta indefinição ou, conforme é dito por Assis, é "pelas saliências fisionômicas" em que o suporte se configurava.

Os dois folhetins analisados, constituídos e publicados em espaços distintos, um nas tipografias teresinen-ses e o outro produzido no Rio de Janeiro, aproximam-se bastante quando evidenciam o caráter múltiplo dos folhetins. Isso nos remete automaticamente ao prólogo de Meyer (1996, p. 411), ao defini-lo como um fenômeno poliédrico, de infinitas formas. Seguindo o itinerário

proposto pela discussão produzida no tópico anterior, ao evidenciar essa perspectiva de variedades que não se restringiam somente ao romance que o suporte carrega, é que vamos analisar a produção folhetinesca encontrada nos periódicos teresinenses entre 1871 e 1903. Para isso, serão úteis as proposituras de Meyer (1996), que concebe o suporte como um espaço do “vale tudo” – ainda que a autora direcione suas análises sobre os romances- folhetins – e o caráter miscelâneo, proposto por Nadaf (2002), de grande valia para a presente produção, não somente por discutir uma produção nacional, concentrando-se nos folhetins mato-grossenses, mas também por evidenciar o caráter de variedade do espaço da rubrica.

As discussões desenvolvidas pelos franceses sobre os folhetins corroboram com as análises anteriores. Queffélec-Dumasy (2011, p. 32) afirma que “é na fronteira da informação e o divertimento em que se situam toda uma série de textos que se desenvolvem sobre uma variedade maior da informação ao fictício: resenhas de livros de história, estudos históricos, memórias contemporâneas”. De modo bastante claro, é possível perceber, através do fragmento, o quanto o folhetim poderia ser o espaço múltiplo. É como se tudo coubesse no suporte, de resenhas de livros às memórias, como a autora afirma. E essa perspectiva não seria uma leitura exclusiva dela. Outros autores franceses parecem conduzir suas leituras sobre os folhetins também por esse viés. Thérenty (2015, p. 59, grifos do autor) evidencia que o folhetim é “ao mesmo tempo um espaço da ‘convivência’, um espaço do ‘contrapoder’, uma espécie da ‘série’ e um espaço da ‘criação genérica’”. Caparelli (2015, p. 118), por sua vez, evidencia “que se deve mais ao seu suporte do que à simples influência da literatura”. Por certo, é necessário compreender as dinâmicas que atravessaram a construção do suporte e, com

isso, evidenciar a possibilidade de entender o caráter disforme que os folhetins apresentam.

No jornal *A Época*, publicado em 18 de setembro de 1880, encontramos um artigo denominado *O Banquete dos Martins*, transcrito do periódico carioca *Gazeta da Tarde*¹⁷. A análise evidenciou que o texto tratava das polêmicas políticas envolvidas em torno do jantar de Martinhos Campos¹⁸. O que nos chama atenção é a utilização do termo folhetim no escrito, quando o autor afirma que levou o folhetim do jornal “a festa” (*A Época*, 1880). Podemos ler a referida frase, que foi utilizada no final do texto, possivelmente em tom de ironia, de modo a significar a rubrica como sinônimo de notícia, uma das representações que o suporte apresentaria. E, de fato, o folhetim era utilizado como um espaço no qual as notícias poderiam ser publicadas.

Recuando em nosso recorte temporal ao ano de 1862, encontramos uma definição que aproxima o folhetim à prática jornalística. No folhetim *Revista da Semana*, uma espécie de crônica folhetinesca, publicada no *Jornal Liga e Progresso*, do referido ano, o cronista revela que “o folhetim é a alma do jornalismo”, ao revelar que questões graves e informação poderiam encontrar no espaço folhetinesco lugar de visibilidade. Encontramos concepção semelhante em um anúncio encontrado em 1926, na última página do periódico *A Imprensa*, na qual é anunciada a passagem da Coluna Prestes pelo interior brasileiro. Na ocasião, a nota afirma que “inseriremos em folhetim uma

17. Jornal carioca criado por Ferreira de Menezes. Circulou entre os anos de 1880 e 1901.

18. Martinho Campos foi presidente da Câmara do Deputado em 1882, sendo convidado a assumir a presidência do Conselho de Ministros, em que ocupou o cargo de Secretário de Estados dos Negócios da Fazenda. Foi também presidente da província do Rio de Janeiro de 1881 a 1882. Informações Disponíveis no site da Câmara dos Deputados. A História da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/martinho_campos.html. Acesso em: 03 dez. 2019.

completa reportagem, devida ao escritor e jornalista Viriato Correio, adquirida com exclusividade”¹⁹.

Além de atestarem a relação entre notícia, acontecimento e folhetim, os trechos acima também abrem possibilidade para refletirmos sobre o fato de que o espaço pode se alimentar do atual. Essa atualidade é um recurso apontado por alguns estudiosos que se debruçam sobre as produções folhetinescas, ao demonstrarem que a notícia poderia ser objeto dos folhetins tanto do ponto de vista de transcorrer sobre os fatos cotidianos quanto para servir como matéria-prima para as produções ficcionais. Caparelli (2015, p. 215) aponta que “desde sua invenção em 1800, a rubrica do folhetim tornou-se tributária da atualidade”, uma vez que impulsionava os escritores a recorrerem a uma narrativa. Possivelmente, isso justifique o fato de Machado de Assis (2013) aproximar o folhetinista à figura do jornalista, uma vez que o autor afirma que a constituição do primeiro elemento é consequência do último.

Na imprensa teresinense, no que tange a esse caráter descritivo apontado por Caparelli (2015), foi possível localizar duas fontes documentais que respaldassem essa problemática por meio de relatos de viagens publicados no espaço. Queffélec-Dumasy (2011, p. 929) afirma que os relatos de viagens são como “outro domínio temático que se desenvolve ao longo do século (XIX)”, sendo ainda, segundo a pesquisadora francesa, um gênero que atraía os leitores e que se firmava em jornais e revistas desse período²⁰. No periódico *Oitenta e Nove*²¹, de 1874, por intermédio de uma transcrição do periódico baiano *Diário da Bahia*, noticia-se o leilão do Cruzeiro do Sul, vapor nacio-

19. A Coluna Prestes através do Brasil. A Imprensa. 08 de julho de 1926. Ed. 109.

20. Um autre domaine thématique se développe dans le feuilleton au long du siècle (...), le récit de voyage est un genre qui attire le lectorat et se déploie dans journaux et revues d’un bout à l’autre du siècle. (Queffélec-Dumasy, 2011, p. 929).

21. Jornal de propriedade de David Caldas. Militava em torno do movimento republicano.

nal. A notícia ainda revela o fato de o redator do referido periódico ter viajado duas vezes a bordo do vapor e que publicara um relato sobre a viagem no ano anterior ao da notícia. Infelizmente, não foi possível localizar a produção indicada em nota no jornal.

Entretanto, a decepção cedeu à grata descoberta de termos encontrado uma produção do gênero no Jornal *A Opinião Conservadora*²², de 1874, intitulado *Viagem à colônia de S. Pedro Alcântara*. O folhetim é resultado de uma série publicada em 40 partes, das quais só tivemos acesso ao último número. As impressões do autor vão ao encontro de uma análise descritiva, no que se diz respeito à população local e paisagem que permeia as regiões vizinhas da colônia. Em relação a esse último aspecto, o autor diz:

A'vão de pássaro, é um quadrilátero, cujo lado direito é formado pelo (rio) Canindé, o esquerdo pelo (rio) Molato, o anterior pelo (rio) Parnahyba, e o posterior pelo ápice da emenencia.

A sua frente, do lado do Maranhão, está a próspera e commerciante villa de S. Francisco. Como se vê, Amaranthe se acaba comprimida como botão de uma roza, por aquellas liquidas sêpalas (*A Opinião Conservadora*, 1874).

A narrativa em torno da chegada à colônia de São Pedro nos revela também as impressões do povo que ali habitava. A análise em torno do presente elemento evidencia uma leitura daquela população, permeado de um posicionamento que reflete os debates da intelectualidade da época, que giravam em torno de aspectos como civilidade, ordenamento e discursos de caráter higienista, utilizando esses elementos para reforçar a ideia de estranhamento para com os povos encontrados, contribuindo, portanto, na construção e no enquadramento de um imaginário. Ou seja, é por meio da linguagem e das represen-

22. Jornal do Órgão do Partido Conservador, tendo circulado entre os anos de 1874 e 1876.

tações que se opera a referida categoria de análise, uma vez que é apontada como “um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo coesão ou o conflito” (Pesavento, 2012). Isso é evidente quando o cronista faz uso de adjetivos, como o termo *bizarro*, ou quando propõe um legado “semisselvagem” ao se referir às danças locais.

O bojo da serpente parnaibana tinha desaparecido. Navegamos em sua cauda desmesurada e gigante. Se perdeu ele em largura, ganhou em profundidade, porque daí em diante suas margens conservarão a forma de taludes naturais. A navegação era livre. Nossa viagem foi rápida, por que as 11 horas desse mesmo dia aportamos na colônia de São Pedro de Alcântara. Multidão de ribeiros e vaqueiros das fazendas vizinhas estavam estupefatos nas ribanceiras dos rios admirando aquele monstro fumegante a sulcar as águas correntes.

Soltamos em terra. Foi-nos servido em profundo almoço liberalmente administrado. À noite apreciámos um espetáculo interessante e singular – O banquete dos libertos. Danças bizarras e esquisitoriais ao som de uma compassiva viola – essa harpa dos nossos sertões. Ellas consistem no deslocamento dos membros, e trejeitos no corpo, posições significativas, sapateados infernais. É uma dança curiosa pelo seu cunho de antiguidade. Legação semisselvagem dos nossos primeiros colonos (*A Opinião Conservadora*, 1874, p. 01).

O caráter descritivo retratado no relato de viagem aponta também para a temática do cotidiano. Essa matéria-prima, bastante utilizada pelos autores, nos direciona para a construção das crônicas, que encontravam no espaço tipográfico lugar de visibilidade. A crônica, que nasce em Paris, aporta no Brasil e, assim como na França, “herda esse espaço e suas potencialidades” (Caparelli, 2015, p. 108). O gênero passa a reivindicar um lugar de avaliação dos lugares, fatos e narrativas, ou seja, das múltiplas camadas que compõem o real e ajudam a construir uma realidade. Talvez isso justifique a afirmativa de Candido em atrelar seu surgimento ao suporte (1992, p. 15). Publicado em 1886, o folhetim *Atravez do mês Mariano* (*A Imprensa*,

1886), do periódico a *Imprensa*²³, nos oferece a oportunidade de perceber como Teresina era significada à luz da crônica. O título retrata uma festa religiosa, os festejos de Nossa Senhora do Amparo. Castor e Polux, autores do referido folhetim, possivelmente pseudônimos, utilizam as lentes da modernização para enquadrar a cidade, ao destacarem a sua precariedade infraestrutural. Ramos(2016, p. 15-16) aponta que, no “final do século XIX, alguns literatos pretendiam assumir a função de grandes transformadores da sociedade. Portanto, a crônica, muito mais que um gênero ‘menor’, se revela como um canal de interpretação de um momento histórico específico”, aspecto que podemos perceber a partir do trecho abaixo:

Abril foi chuvarento, [...] quase insuportável. Em casa a humildade peculiar aos *rés-de-chaussé*, incomoda e é muitas vezes doentia; nas ruas – a lama, as poças d’águas e como complemento de tudo isto, uma surdina de gotas de chuva açoabando os telhados e vidraças, apenas interrompida, de quando em quando por alguns aguadíssimos de origem elétrica. Depois a grande orquestra que enfrenta no século dezenove o mesmo que executava em que teve o cristianismo seu berço (*A Imprensa*, 1886) .

Retratar o cotidiano a partir de uma narrativa literária se apresenta como elemento constituinte da crônica que, em grande medida, ia ao encontro do rodapé dos jornais. Utilizar a rubrica como meio de visibilidade revela que “o folhetim tem um papel curioso na economia do jornal” (Caparelli, 2015), e isso indica que havia um processo de reconhecimento do espaço como um lugar de grande potencialidade. Esse *lócus*, permeado por infinitas possibilidades e combinações, revela os múltiplos usos, ora apresentando conveniência ao jornal, ora se contrapondo a ele, dando às crônicas folhetinescas a oportunidade de

23. Jornal de caráter político, alinhado aos ditames ideológicos do Partido Liberal. Teve como proprietário e redator Deolindo Mendes de Moura. Circulou entre os anos de 1865 e 1889.

retratar o acontecimento e de explorar elementos que geralmente poderiam ser ignorados em outros espaços dos periódicos.

Considerações finais

Pensar nas dinâmicas que os folhetins apresentavam por meio dos jornais teresinenses entre 1871 e 1903 nos levou ao caminho de entender seus usos, suas imagens e representações, uma vez que tais categorias de análise nos direcionam a perceber que elas são carregadas de intencionalidades, sendo, portanto, analisadas como um instrumento de disputa de poder, conforme evidencia Chartier (1990), ao mesmo tempo em que corrobora o caráter miscelâneo do suporte. Para o referido autor, “as representações supõem-nas como estando sempre colocadas em um campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação” (Chartier, 1990, p. 17). Perceber, através do presente objeto, como é possível captar as leituras de mundo de seus personagens, bem como uma dada “realidade é construída”, torna-se necessário nesse exercício a que nos propusemos. Juntamente a esse propósito, também é necessário levar em consideração o suporte como parte fundante nessas construções, tendo em vista que o folhetim é fruto das interações que o século XIX possibilitou.

Referências

ABREU, Márcia (org.). *Romances em Movimento: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016.

ASSIS, Machado de; GLEDSON, John (org.). *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Penguin Clássicos, Companhia das Letras, 2013.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Os intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: Livreiros e Tipógrafos. In: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (org.). *Impressos no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAPARELLI, André. O Folhetim e a Crônica na França e no Brasil: Produção e Recepção Midiática em Meados do Século XIX. In: ANDRIES, Lise; GRANJA, Lúcia. (org.). *Literaturas e Escritas da Imprensa: Brasil/ França, Século XIX*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.

DARTON, Robert. *Boêmia Literária e Revolução: O sub-mundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DARTON, Robert. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger. PAIRE, Alain (org.). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 77-105.

DARTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 203-242.

HOHLFEDT, Antonio. *Deus escreve direito por linhas tortas: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900*. Porto Alegre: EDIPCURS, 2003.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

MENDES, Maria Lúcia Dias. Romances-Folhetins sem fronteiras: O caso de Alexandre Dumas. In: ABREU, Márcia (org.). *Romance em Movimento: A circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, p. 223-253.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NADAF, Yasmin Jamil. *Rodapé das Miscelâneas: folhetins nos jornais mato grossense: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2002.

QUEFFÈLEC-DUMASY, Lise. Le Feuilleton. In: KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain. (org.). *La Civilisation du journal: une histoire de la presse française au XIX siècle*. Paris: Nouveau Monde, 2011, p. 925-936.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As Máscaras de Lélío: Política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

RUBIM, Benjamim. Adeus à minha noiva. *O Telephone*. Teresina. 1889. n. 32, p. 01.

THÉRENTY, Marie-Ève. Escrever Folhetins e continuar brasileiro é realmente difícil? O Folhetim de Crônica Parisiense como matriz do Jornalismo Literário no século XIX. In: GRANJA, Lúcia. ANDRIES, Lise. (org.). *Literaturas e Escritas da Imprensa: Brasil / França, século XIX*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2015. Coleção História da Leitura, p. 57-72.

TRIZOTTI, Patrícia Trindade. *Ao pé da página: o espaço ti-*

pográfico na imprensa paulistana (1851-1946). São Paulo, UNESP, Tese, 2016.

WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p.15-20, dez. 2007.

Fontes Hemerográficas

A COLUNA Prestes através do Brasil. *A Imprensa*. 08 de julho de 1926. Ed: 109.

ATRAVÉS do mês mariano. *A Imprensa*, Teresina, ano 21, n. 917, 15 maio 1886.

CASTELO BRANCO, Camilo. Vintes horas de Liteira. *O Piauí*, Teresina, 11 fev. 1871, p. 01.

FOLHETIM do *Liga e Progresso*, Revista da Semana. *A Liga e Progresso*. Teresina, 22 de outubro de 1862, ano 01, n.02.

FOLHETIM *A Pátria*, Teresina, n. 4, 11 fev. 1871. p. 04.

FOLHETIM O Assobio. *O Conciliador Piauiense*. Teresina, n.18, 21 set.1853. ano 01, p.01.

FOLHETIM O Fanatismo. *O Artista*. Teresina, 01, jun., 1902, ano 01, n 15, p. 03.

FOLHETIM. Viagem à colônia de São Pedro. *A Opinião Conservadora*. Teresina, 11 de setembro de 1874. n. 41, p.01.

J.F. TRÊS Botões de Rosa. *O Abolicionista*. Teresina. 1884. n. 2/ 3/4/5/6/7. p. 01.

LEILÃO do Cruzeiro do Sul, Periódico *Oitenta e Nove*, 1874,

Ed 31, p. 3.

MOREAL, Charles. A Bela Condessa. *A Phalange*. Teresina. 1889, n. 31, ano 64, p. 01.

O BANQUETE do Martins. *Época*. 18 de setembro de 1880. num, 126. Ano II.

ROMANCE Instantâneo (Transcrito do *Gazeta da Tarde*). *O Telephone*. Teresina, 1882, n. 3., p. 01.

SINCLAIR, Raul de. Nota a êsmo. *A Reforma*. Teresina. 21 out. 1887, p. 02.

03

Endemias na capital piauiense: diarreia, disenteria e outras moléstias gastrointestinais (1852-1889)

*Danielle Filgueiras Santos
Joseanne Zingleara Soares Marinho*



ALVARADO
1861 N. 123

Ao contrário do que ocorre em relação às epidemias, as referências às doenças endêmicas no Piauí, em geral, eram esparsas. Em muitos casos, apenas foram feitas menções, como “[...] continuam a aparecer as molestias endêmicas” (Piauí, 1857). A inexpressividade se dava, provavelmente, em razão da frequência com que se manifestavam, o que as tornava muito comuns. Ademais, as falas dos Presidentes da Província denunciavam as dificuldades que tinham em realizar levantamentos estatísticos sobre a quantidade de casamentos, nascimentos e óbitos.

A conjuntura percebida na capital piauiense durante o século XIX propiciou o surgimento de moléstias que atingiam diferentes partes do sistema gastrointestinal, composto por todos os órgãos envolvidos na digestão e absorção de alimentos. Essas doenças eram caracterizadas por sintomas debilitantes e manifestavam-se de forma endêmica na região. As evidências apontam, em maior número, para as moléstias que provocavam o aumento da frequência das evacuações, dores abdominais, mudanças na consistência dos excrementos, náuseas e vômitos (Santos; Marinho, 2023).

Diante disso, o intuito deste trabalho consiste em investigar a incidência de doenças gastrointestinais em Teresina. O recorte temporal abrange desde a fundação da cidade, em 1852, até o fim da monarquia, em 1889, evento que trouxe mudanças nas políticas de saúde, como a desmunicipalização da higiene promovida pelo Governo Provisório da República. Nesse ínterim, a capital piauiense foi acometida por surtos de moléstias endêmicas, caracterizadas pela recorrência com que se manifestavam em uma mesma região.

Algumas das principais fontes analisadas sugerem a

proximidade do rio como uma das causas prováveis para o aparecimento de doenças corriqueiras, como febres e moléstias gastrointestinais. Esse era um grupo amplo de patologias que se manifestava em determinados períodos do ano, sucessivamente, e acometia os piauienses que residiam em diferentes partes do território provincial. As fontes primárias utilizadas foram, principalmente, os relatórios governamentais escritos pelos Presidentes da Província do Piauí e apresentados à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí entre 1852 e 1889, além de matérias dos jornais *A Imprensa* (1878, 1883 e 1884), *A Época* (1879) e *O Piauí* (1869). As discussões foram fundamentadas em obras bibliográficas de autores como Joseanne Marinho (2018), Ana Karoline Nery (2021) e Rodrigo Silva (2021).

O viver em Teresina: fatores contribuintes para o surgimento de doenças gastrointestinais

A falta de higiene, de saneamento básico e o acúmulo de resíduos nas proximidades das residências eram alguns dos principais fatores para o acometimento de doenças endêmicas em Teresina, pois criavam um cenário propício para a disseminação de infecções, colocando em risco a saúde dos moradores e comprometendo significativamente a qualidade de vida na comunidade. O tratamento da água, por exemplo, consistia em mecanismos simples de filtragem, como a utilização de tecidos para a retirada das impurezas visíveis a olho nu, mas que eram insuficientes para torná-la livre de bactérias e outros microrganismos que poderiam acarretar a infecção daqueles que a consumiam (Monteiro, 1987; Santos, 2021). Teresina só veria água encanada, ruas calçadas e iluminação na área

central da cidade após o período imperial (Queiroz, 2011).

O cotidiano ruralizado era característico em toda a cidade. Não apenas os jumentos pertencentes aos carregueiros d'água passeavam pelas ruas. Era comum ver galinhas, porcos, cachorros, gatos, vacas e outros animais circulando livremente e remexendo o lixo em ambientes públicos. Assim, a população teresinense era afligida por moléstias gastrointestinais do tipo infectoparasíticas,²⁴ Como disenteria e vermes, além das que atacavam o sistema digestivo, como a diarreia e outras doenças que debilitavam o estômago e os intestinos. Tais patologias parecem ser de fácil resolução para a medicina atual, mas, no século XIX, eram doenças com um considerável grau de perniciosidade, pois debilitavam o indivíduo em questão de dias ou mesmo de horas.

Geralmente, as moléstias gastrointestinais não eram contagiosas, mas era comum que se manifestassem em vários membros de uma mesma família, pois havia uma forte ligação entre essas enfermidades e as deficiências nutritivas decorrentes da má alimentação. Muitos pobres tinham como base alimentar farinhas, rapadura, carne bovina e algumas frutas nativas, o que ocasionava a carência de vitaminas e nutrientes essenciais ao bom funcionamento do organismo e à manutenção da imunidade (Silva, 2021). Esses alimentos eram oferecidos até mesmo para as crianças (Marinho, 2017).

Era costume dos oitocentistas, não só de Teresina, mas também do restante do Piauí e de outras regiões do Nordeste, alimentar as crianças com mingaus feitos de leite ou água e diferentes tipos de farinhas. Essas papas

24. O termo em questão é utilizado para se referir às doenças causadas por agentes infecciosos, como bactérias, vírus, fungos e protozoários, ou por parasitas, que podem ser helmintos, isto é, verme, ou ectoparasitas, como carrapatos, pulgas e piolhos. A exemplo de doenças pertencentes a esse grupo, tem-se: "[...] tuberculose, maculo, varíola, tétano, febres intermitentes e perniciosas, febre amarela, tifo, tosse, sarampo, escarlatina, oftalmia, sarna, erisipela branca, elefantíase, beribéri, sífilis e cancro". (Barreto; Pimenta, 2013, p. 84).

eram oferecidas desde os primeiros meses de vida para complementar a amamentação ou mesmo para sustentar o bebê. Além das carências nutricionais, as crianças que se alimentavam dessa maneira poderiam sofrer de diarreia, pois, normalmente, a mãe oferecia o alimento com o próprio dedo, como aponta Joseanne Marinho (2018), ou sofrer constipação devido à densidade e à quantidade do mingau ingerido diariamente. Toda essa conjuntura fazia com que “[...] nascimento e morte [fossem] eventos opostos e tão ligados à infância oitocentista” (Del Priore, 2010, p. 165).

As deficiências alimentares eram um problema ainda mais alarmante entre as pessoas subjugadas pelo sistema escravocrata (Nepomuceno, 2024). Ao analisar as condições de vida dos escravizados em Teresina, Rodrigo Silva (2021) também observou que muitos deles morriam em decorrência de doenças relacionadas à falta de nutrientes, vitaminas e proteínas. Em 1872, foram identificadas 21 pessoas escravizadas com o que chamavam de demência ou alienação²⁵, uma doença decorrente do modo de vida ao qual eram submetidos, marcado por violência, castigos físicos, mas que também tinha relação com a falta de vitaminas do complexo B, como a niacina e a tiamina, conhecidas, respectivamente, como vitaminas B3 e B1. A ausência dessas vitaminas no organismo provocava doenças que afetavam a pele, o sistema gastrointestinal e o sistema nervoso, como o beribéri, pelagra²⁶ e problemas

25. No dicionário elaborado por Rafael Bluteau, publicado em 1789, alienação é descrito como o mesmo que alheação, e significa “[...] alienação dos sentidos, do juízo, falta de fenimento, cegueira de entendimento, juízo”. (Bluteau, 1879, p. 59). Um outro dicionário, datado de 1832, também o vincula a palavra alheação e apresenta o seguinte significado “[...] Falta de memória. Perda dos sentidos. Allucinação do entendimento”. (Pinto, 1832, [não paginado]). Já Pedro Chernoviz descreve a “alienação mental” como “loucura”. (Chernoviz, 1890, p. 104).

26. A pelagra é uma doença nutricional decorrente da deficiência de niacina, ou vitamina B3. Essa condição é caracterizada por um conjunto de sintomas clássicos, a dermatite, a diarreia e a demência. Quando não tratada, pode levar à morte. (Marques, 2024).

neurológicos.

Tendo primazia na criação de gado, a carne bovina era um dos principais ingredientes no cardápio do piauiense. No entanto, mesmo que as proteínas do animal fossem benéficas à saúde, o modo de preparo, as condições em que a carne era acondicionada e o próprio hábito de comer com as mãos sujas eram portas de entrada para doenças. A carne bovina geralmente era submetida a um processo de salga e ficava exposta ao sol. Esse processo retirava toda a água presente na carne, deixando-a seca e eliminando as reservas de vitamina B1. Esses fatores indicam que os cuidados necessários com os alimentos eram desconhecidos ou pouco difundidos entre a população oitocentista²⁷ (Silva, 2021).

Na sessão de Saúde Pública do relatório de governo de 1865, foi anunciada a criação de uma comissão composta por três médicos, que não foram identificados, para examinar as condições de higiene do Matadouro Público da capital:

[...] A comissão aconselhou como [medida] principal a mudança do matadouro, reconhecendo-o, segundo me parecia, já pela sua posição, já por outras ponderosas, por assaz nocivo à salubridade d'esta cidade. Determinada pela mesma comissão a localidade para onde elle devia ser transferido, chamei para este importante objecto a atenção da camara municipal, que, abraçando as minhas recommendações, mandou construir no sitio indicado um novo matadouro, o qual está quase promp-

27. Os alimentos desidratados facilitavam a condução e o armazenamento, mas eram propiciadores das doenças nutricionais, conforme aponta Avohanne de Araújo (2021). Ao se referir à incidência das doenças nutricionais na Cidade do Natal, a autora, respaldada por Kenneth Kiple, explica que a promoção da "[...] agricultura sedentária [permitiu] que os valores nutricionais das populações que adotaram esse tipo de cultura se tornassem baixos, daí a ocorrência de doenças relacionadas à anemia e à diminuição na estatura, em consequência da falta de nutrientes", e apresentou como exemplo o caso "[...] do beribéri na Ásia, doença causada pela falta de vitamina B, presente principalmente na casca do arroz", uma vez que "[...] a casca era retirada para tornar o grão mais saboroso e de fácil armazenamento, isso provocava déficit nutricional, ocasionando afecção". Além disso, ela pontua que "Kenneth Kiple também menciona que dietas à base de mandioca, farinha e pão branco também poderia ocasionar o beribéri". (Araújo, 2021, p. 41-2).

to e reunirá mais condições hygienicas, do que o actual (Piauhy, 1885, p. 29).

Não existiam, nesse local, instalações adequadas para o abate dos animais. A drenagem de sangue, bem como a limpeza do ambiente coberto de fezes, restos de tecidos orgânicos, vísceras e outros subprodutos, não parecia ser realizada de maneira satisfatória. Isso resultava no acúmulo de diferentes tipos de resíduos, gerando condições propícias para atrair moscas e outros insetos e, por conseguinte, favorecer a proliferação de diversas patologias. As medidas intervencionistas concentravam-se na modificação do ambiente. No documento em questão, não aparecem outras recomendações de higiene; se o matadouro estivesse comprometendo o quadro sanitário da capital, a solução era deslocá-lo para uma área ainda mais afastada.

Entre dores e calafrios: diarreia, disenteria e outras moléstias

O relatório governamental de 1858, escrito por João D'Oliveira Junqueira, Presidente da Província, afirma que a diarreia se encontrava entre "[...] as moléstias que reinavam de preferência nesse período" (Piauhy, 1858, p. 9). A doença, que se configura como um desarranjo intestinal que leva o indivíduo acometido ao descontrole das evacuações, pode ser causada por vírus, bactérias, parasitas, outras disfunções intestinais, intolerâncias ou intoxicações alimentares. Sua manifestação poderia ocorrer de forma leve ou intensa, o que era definido a partir da quantidade de vezes que o enfermo excretava. De cinco a seis vezes por dia era considerada leve. Já nos casos intensos, isso poderia ocorrer mais de vinte vezes dentro de um período

de 24 horas (Chernoviz, 1890).

A diarreia geralmente vinha acompanhada de fortes dores abdominais, calafrios, transpiração excessiva e, algumas vezes, provocava desmaios. A perda significativa de líquidos debilitava o corpo, fazendo com que a forte desidratação fosse uma das consequências adicionais. A incapacidade de repor adequadamente esses líquidos fragilizava ainda mais o paciente e, muitas vezes, era o que provocava o óbito, pois a desidratação severa comprometia o funcionamento dos órgãos vitais, o que poderia levar a complicações e tornar a recuperação mais difícil.

A diarreia era uma doença bastante conhecida entre os oitocentistas. Além de ser uma patologia em si, ela frequentemente se manifestava como um sintoma secundário de vários distúrbios gastrointestinais, o que aumentava ainda mais seu impacto na saúde digestiva. Embora não figurasse entre as doenças mais temidas da época, não deixava de apresentar um grau considerável de imprevisibilidade. Sua variabilidade no aparecimento e na intensidade dos sintomas tornava difícil prever a gravidade dos efeitos e a resposta aos tratamentos disponíveis. Isso porque a diarreia pode provocar a perda excessiva de líquidos, sais minerais e nutrientes, desencadeando quadros irreversíveis nos oitocentos, mas, em casos leves, a situação podia ser contornada apenas com a ingestão de água, sucos, sopas, soros e chás. Logo, havia grandes chances de que o paciente se recuperasse, mesmo tendo sofrido por dias com os males da doença. Contudo, também existia a possibilidade de que perdesse a vida em menos de um dia, principalmente se viesse atrelada a outras moléstias, pois a decadência ocorria de forma mais acelerada (Chernoviz, 1890).

A faixa etária era outro ponto de atenção, uma vez que os riscos aumentavam consideravelmente quando

se tratava de crianças ou de pessoas em idade avançada. No período oitocentista, e também durante o século XX, as taxas de mortalidade infantil eram elevadas, e muitas crianças morreram em decorrência da diarreia, como aponta Joseanne Marinho (2018). Quando adultos, não havia esperanças de uma vida longa, em razão, principalmente, das precárias condições de vida e da elevada incidência de moléstias. Os dados a respeito da expectativa de vida no século XIX são esparsos, mas estima-se que “[...] na época da Independência, [...] estava em torno de 25 anos [...]. Em 1900, a expectativa de vida era de 29 anos” (Alves, 2022, p. 10-11).

A mortalidade infantil, em especial, era considerada um problema sério que merecia a atenção dos poderes públicos e da ala médica, uma vez que já se defendia “[...] desde o século XIX, que a solução dos problemas sociais que direcionariam para o progresso da nação dependia, em grande parte, da proteção à infância” (Marinho, 2018, p. 19). Contudo, mesmo que a puericultura²⁸ já estivesse sendo aplicada em algumas regiões do país, não havia um atendimento especializado para essa parcela da população, de modo que a assistência conferida às crianças piauienses não se diferenciava da que era oferecida a qualquer outro membro da sociedade. O combate a esse quadro requeria esforços maiores, em termos de investimentos na saúde e mudanças de percepção sobre a infância, que só foram verificados no século seguinte, quando foram criados serviços de saúde que passaram a

28. O termo puericultura foi criado pelo suíço Jacques Ballexserd por volta de 1762, e etimologicamente significa criação da criança. A Puericultura chegou ao Brasil no século XIX, e foi propagada através de médicos como Moncorvo Filho que, seguindo os passos de seu pai, Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, primeiro médico brasileiro especialista em pediatria, tornou-se referência nacional em razão dos grandes avanços que proporcionou nesta área da Medicina. Isso ocorreu por meio de iniciativas como a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro - IPAI, em 1899, e ainda do Departamento da Criança no Brasil e o Museu da Infância, além das campanhas empreendidas em defesa da criança e da raça. (Medeiros, 2011).

atender o público materno-infantil de forma individualizada (Marinho, 2019).

Em 1879, o relatório de governo indica a presença da diarreia no território da Província do Piauí (Piauhy, 1879). Nesse ano, tem-se uma amostra da situação na capital, posto que, segundo Rafaela Martins (2016), o único documento identificado que possui os registros das doenças dos pacientes tratados no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Teresina é o Livro de Registro de 1879. Nele, foram computados três casos de diarreia, sendo que entre os pacientes constavam duas crianças. O nome, o gênero, a naturalidade e a idade também foram discriminados e reiteram as informações sobre a mortalidade infantil e a baixa expectativa de vida no século XIX. Maria era natural do Piauí e tinha apenas 3 anos de idade, ao passo em que Ana Gonçalves, uma pequena cearense, possuía somente 6 anos. O outro paciente era Raimundo Vieira, também cearense, que possuía 40 anos de idade.

Algumas décadas antes disso, em 1855, entraram três pessoas com diarreia no Hospital de Caridade de Teresina, de acordo com o relatório de governo, escrito pelo Vice-Presidente da Província, Balduino José Coelho (Piauhy, 1855). As estatísticas revelam que apenas uma se recuperou completamente, enquanto, dos outros dois, um não sobreviveu à doença e o outro permanecia internado, em tratamento. Quando se iniciaram os registros do ano seguinte, já havia uma pessoa internada no hospital e mais três foram recebidas no decorrer do processo. Dessa feita, um dos pacientes conseguiu se recuperar, mas os demais não tiveram o mesmo resultado e faleceram.

Os documentos não fornecem detalhes adicionais a respeito do local onde essas pessoas nasceram, tampouco informam quais eram seus nomes, o gênero ou a idade. Os dados dos pacientes que se internaram no Hospital de

Caridade nesse período foram organizados somente em categorias, que eram as de pobres, presos, polícia, educandos ou escravos nacionais. Os enfermos acometidos por diarreia nos anos supracitados foram alocados na categoria de pobres, confirmando o que pontuaram Jaques Revel e Jean Pierre Peter (1995, p. 143), de que “[...] a doença atinge inicialmente os pobres”, e indicando novamente maior vulnerabilidade enfrentada por aqueles que faziam parte desses segmentos.

Quando o enfermo não respondia aos tratamentos dispensados e, ao contrário do que era esperado, registrava-se uma piora no quadro clínico, surgia a necessidade de reavaliar a situação. Se o indivíduo passava a apresentar sintomas ainda mais graves, como sangue, muco ou pus entre os dejetos, “[...] por estarem os intestinos ulcerados”, o diagnóstico mudava para disenteria (Blutreau, 1879, p. 443). Em situações como essa, a chance de recuperação era consideravelmente menor. As causas apontadas para tal moléstia eram numerosas, mas assim como a diarreia, as mais comuns eram as infecções bacterianas ou parasitárias decorrentes da ingestão de alimentos ou líquidos contaminados (Pimenta; Barbosa; Kodama, 2015).

Em 1857, foram registrados alguns casos de pessoas acometidas por disenteria que receberam tratamento no Hospital de Caridade de Teresina (Piauhy, 1857). Eram ao todo 12 pessoas doentes, internadas no estabelecimento. O número de recuperados foi superior ao número de mortes, sendo que dez pessoas receberam alta médica e duas faleceram. É interessante observar que, nesse ano, algumas outras doenças gastrointestinais também foram identificadas. Surgem nos registros, além da disenteria, embaraço gástrico, febres gástricas, gastrite e vermes. Com exceção das febres gástricas, que vitimaram fatalmente os dois pacientes acometidos, as demais moléstias recaíram

apenas sobre uma pessoa de cada, e ambas sobreviveram. Entre 1877 e 1887, Rodrigo Silva (2021) identificou um total de 42 pessoas diagnosticadas com diarreia e 43 com disenteria, além de 30 pessoas acometidas por doenças gastrointestinais não especificadas e 18 por vermes.

No ano de 1857, também foi registrado o atendimento de quatro pessoas com vermes no Hospital de Caridade, sendo um classificado como pobre, um educando e dois escravos nacionais. Assim como as demais doenças gastrointestinais, as verminoses, que são moléstias causadas por vermes ou protozoários, eram mais severas quando acometiam crianças e idosos. Um anúncio no jornal *A Imprensa*, publicado em 1884, afirmava de maneira categórica que era “[...] notoriamente sabido que duas terças partes da mortandade, entre as crianças, é atribuída às moléstias causadas pelos vermes” (*Em A Casa... A Imprensa*, 1884, p. 4). A infestação por esses parasitas contribuía para a desnutrição e a fraqueza geral, debilitando o organismo, o que poderia agravar os efeitos de outras moléstias infecciosas, incluindo as diarreicas e as disentéricas.

A diarreia e a disenteria eram doenças que também costumavam grassar nos momentos de crise hídrica. A falta de alimento decorrente da miséria, e acentuada nesses períodos, obrigava os oitocentistas paupérrimos a recorrerem a meios alternativos na tentativa de garantir a sobrevivência. Até mesmo as fibras dos frutos de palmeiras como a de babaçu eram aproveitadas para sanar a carência alimentar (Santos, 2021). Salienta-se ainda que, em Teresina, foram identificados alguns casos de pessoas que adoeceram por ter ingerido barro. As motivações para tais práticas poderiam variar, mas a geofagia, ou seja, o hábito de ingerir terra, um dos desdobramentos das próprias verminoses, estava inclusa nessas possibilidades. As consequências desses atos, quando não levavam à morte,

costumavam ser dores abdominais intensas, que acarretavam diarreia e disenteria (Silva, 2021).

Em 1878, os nordestinos enfrentavam um período de seca. A estiagem, que havia iniciado no ano anterior, já tinha desencadeado uma série de adversidades suficientes para que os residentes das áreas mais atingidas se deslocassem em busca de lugares mais amenos. Nesses momentos, Teresina costumava receber uma quantidade significativa de migrantes, que vinham na esperança de obter melhores condições de vida (Araújo, 1995). O jornal *A Imprensa* divulgou, em 1878, o relatório apresentado pelo médico Constantino Luiz da Silva Moura, que foi imbuído da missão de examinar o estado sanitário dos núcleos de migrantes nas freguesias de Nossa Senhora do Amparo e das Dores, em Teresina, e na de União:

NUCLEO S. ANTONIO.

Este núcleo, que está sob a direcção do contractante o sr. Capitão Lucio Correia Lima, se acha situado a 11 leguas desta capital na margem direita do rio Parnahyba, em terreno plano e elevado, tendo a leste e em próxima distancia um grande baixio coberto de matas de palmeiras; [...] A população deste núcleo é de mil duzentos emigrantes e pode ser dividida em duas classes; uma sadia, valida, composta de pessoas vindas do valle de Crateús; outra mais ou menos cachetica, doentia e que fez parte do extinto nucleo de Santa Anna. Existião perto de duzentos doentes aos quaes visitei de casa em casa, entregando os medicamentos convenientes ao sr. Marnoel Cicero Correia Lima, moço inteligente que ficou encarregado de prosseguir na medicação, sengundo as prescripções que lhe dei (Documentos... *A Imprensa*, 1878, p. 1-2).

Observa-se que os migrantes foram divididos em dois grupos: um de indivíduos saudáveis e, portanto, aptos ao trabalho, e outro de pessoas doentes, logo inválidas. Numa sociedade na qual a capacidade de trabalho era o maior bem que um pobre poderia possuir, esse diagnóstico era no mínimo preocupante. Ele também informou em seu relatório, entre julho e setembro do ano em questão,

que 82 pessoas morreram, sendo que quase todas pertenciam ao antigo núcleo de Santa'Anna. As moléstias que predominavam eram as "[...] cachexias palustres, febres intermitentes, leucocitemias, hidropepsias e, sobretudo, a diarreia e a disenteria". Após fazer algumas investigações durante os três dias em que ficou alojado no núcleo Santo Antônio, o médico e inspetor sanitário constatou que a "[...] disenteria, que se manifestava em larga escala", era proveniente da ingestão do mel que alguns membros dos engenhos vizinhos levavam para negociar com os migrantes, conclusão que impeliu a proibição do consumo desse alimento (Documentos... A Imprensa, 1878, p. 2).

No segundo ponto de socorro, o Núcleo do Sítio, que ficava ainda mais próximo da capital piauiense, a situação dos sertanejos abrigados parecia ser ainda mais crítica. Ele abrigava mil e duzentas pessoas, das quais muitas estavam doentes, e ficava na margem direita do rio Parnaíba, mais próximo da capital. A respeito da situação em que se encontrava esse núcleo, o Presidente Sancho de Barros Pimentel alegou que "[...] é muito crescido o número de mortes que se dão na população imigrante, por efeito do estado em que chegam esses infelizes, sujeitos às intempéries, e vítimas da alimentação venenosa a que recorrem durante a viagem, mas não por moléstias que grassem na província." (Piauhy, 1878, p. 7-8).

A região selecionada para o estabelecimento do núcleo Santo Antônio era mais elevada e, por isso, não sofria com infortúnios decorrentes do aumento do nível das águas fluviais, ao contrário do que Constantino Luiz da Silva Moura observou no Núcleo do Sítio, onde as choupanas ficavam em lugares baixos, e sucessivos alagamentos ocasionados pela elevação das águas do rio foram apontados como a causa principal da insalubridade verificada no local. Sobre as enfermidades que mais flagelavam as

pessoas acolhidas no Núcleo do Sítio estavam, além das febres, as:

[...] vermes intestinais, [...] hydropepsias quase sempre asthenicas e principalmente as afecções do aparelho digestivo, sobresahindo a diarreia, muitas vezes provocada pela ingestão de substancias improprias para uma boa alimentação, como sejam a massa do côco ou o palmito, que alguns ingerem ainda crú. [...] acrescento que individuos existem que não possuem um vaso para deposito d'água, sendo obrigados a bebê-la no rio, o que é bastante prejudicial (Documentos... A Imprensa, 1878, p. 2).

Outras razões para o aparecimento ou agravamento da diarreia e, conseqüentemente, da disenteria, eram o consumo de comidas e bebidas consideradas indigestas, como frutas verdes, alimentos gordurosos e apimentados, e bebidas alcoólicas (Barreto; Pimenta, 2013), além da ingestão de carnes que sofreram fermentação ou que estavam em processo de putrefação, o abuso de purgantes, erros na dieta dos convalescentes, o consumo de águas estagnadas e lodosas, o estabelecimento de moradias em lugares baixos e pantanosos, o uso de roupas molhadas por algum tempo e o contato com substâncias que emanavam do corpo de animais em estado de decomposição ou com as fezes de uma pessoa afetada pela doença (Chernoviz, 1890).

Observa-se que situações como essas eram enfrentadas pela maior parte dos beiradeiros em um dia comum, sendo que todos esses fatores pareciam ser aplicáveis ao caso de Teresina. As mulheres que desciam para lavar roupas no rio, por exemplo, passavam uma grande parte do dia com suas vestimentas molhadas, e nos períodos mais quentes era provável que os beiradeiros não se atentassem tanto à qualidade das fontes de água, recorrendo aos lagos e lagoas que surgiam quando o nível do rio baixava para abastecer suas residências (Santos; Marinho, 2024).

Geralmente, os primeiros tratamentos dispensados

para as doenças gastrointestinais consistiam na introdução de chás de alecrim, especialmente de uma variedade conhecida como alecrim do Pará, que tinha um sabor mais amargo e era “[...] utilíssimo nas diarreias e disenterias por debilidade da mucosa intestinal. No Pará e no Maranhão, conforme o testemunho do Dr. Lacerda, usa-se desta planta” (O Alecrim... A Época, 1879, p. 4). Os resultados positivos obtidos eram decorrentes das propriedades anti-inflamatórias e antiespasmódicas da planta, que atualmente são bem conhecidas (Machado, 2024). Mas era comum que os jornais divulgassem as profilaxias mais recomendadas pelos médicos, como o Carvão de Belloc, que prometia a cura para “[...] todas as doenças nervosas do estômago e intestino”, sendo, sobretudo, um “[...] verdadeiro remédio nos casos de diarreia” (Carvão... O Piauí, 1869, p. 4). A pretensão era conscientizar a população sobre os supostos perigos de recorrer a outras práticas de cura, mas sabe-se que isso aponta para a condenação de remédios e, principalmente, de práticas decorrentes dos ofícios de curar, que eram consideradas de procedência duvidosa.

Nos jornais, nota-se ainda menções a outras doenças, ou desconfortos, de caráter gastrointestinal, como gastrodinia, gastralgia e câimbras no estômago, que se configuram como dores gástricas ou abdominais, e dispepsias (Vinho... A Imprensa, 1883, p. 8). Sobre a dispepsia, vale pontuar que George Gardner²⁹ escreveu no relato das viagens que fez pelo Brasil entre 1836 e 1841 a experiência que teve ao passar pelo Piauí. Chegando especificamente em Oeiras, que era a capital, percebeu que várias patologias se manifestavam na região: “Mas a

29. O naturalista George Gardner visitou o Piauí em 1839. Em seus registros, ele catalogou principalmente os aspectos geográficos da região, pontuando também algumas questões socioculturais, como o “[...] o caráter, os costumes e a condição das diferentes raças, indígenas ou não, de que se compõe a população das partes visitadas bem como curando doenças, operando e prescrevendo remédios para os que precisavam”. (Nery, 2021, p. 123).

doença predominante, para a qual fui chamado e tive de receitar mais vezes, era a dispepsia, sob as várias formas em que ataca estas populações” (Gardner, 1942, p. 215).

No século XIX, a dispepsia, conhecida atualmente como indigestão, era vista como um sintoma de diferentes patologias, sendo também relacionada a estilos de vida que favoreciam problemas digestivos. Por exemplo, alcoolismo, descontrole alimentar, trabalhos excessivos e preocupações eram listados como fatores que poderiam desencadear episódios de dispepsia, assim como doenças que afetavam o coração, o estômago, o fígado ou os pulmões. Em certas circunstâncias, ela passava a ser considerada uma doença. Para solucionar o problema, recomendava-se o consumo de leite, carnes brancas, exercícios físicos regulares, como passeios ao ar livre, que deveriam ser moderados, a abstenção de bebidas alcoólicas, a definição de horários fixos para as refeições, além da ingestão de alguns medicamentos, majoritariamente à base de vinhos (Chernoviz, 1890).

Considerações finais

No que tange às enfermidades que acometiam o sistema gastrointestinal, a análise das condições de saúde dos teresinenses oitocentistas revela os problemas advindos da diarreia, disenteria e verminoses, que grassavam na capital. Essas doenças, associadas à falta de saneamento, de higiene pessoal e alimentar, e à contaminação da água, eram causas significativas de sofrimento e mortalidade, particularmente em populações vulneráveis, como crianças, idosos e migrantes.

Os migrantes, em especial, sofriam mesmo quando eram acolhidos nos núcleos, pois enfrentavam dificulda-

des de adaptação, lidando com a precariedade das condições de vida, limitações no acesso a recursos básicos e, ainda, com a negligência governamental. E, ao contrário do que tentaram salientar alguns presidentes da Província, esses documentos revelam que o Piauí não estava imune às doenças, sejam elas endêmicas ou epidêmicas.

O combate à diarreia, à disenteria e às verminoses, portanto, exigia melhorias substanciais nas infraestruturas de saneamento, além de avanços na medicina, no sentido de identificar com maior precisão os agentes infecciosos e outras causas prováveis, de uma melhor compreensão das práticas de higiene e da redução da miséria — desafios que só puderam ser enfrentados no século seguinte. Salienta-se, portanto, que a discussão aqui realizada é apenas um ponto de partida para os estudos sobre essas doenças que fragilizavam os beiradeiros teresinenses.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. *Demografia e economia nos 200 anos da independência do Brasil e cenários para o século XXI*. Rio de Janeiro: ENS, 2022.

ARAÚJO, Avohanne Isabelle Costa de. *Curar, fiscalizar e sanear: as ações médico-sanitárias no espaço público da Cidade do Natal (1850-1889)*. Teresina: Cancioneiro, 2021.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

BARRETO, Maria Renilda Nery; PIMENTA, Tânia Salgado. A saúde dos escravos na Bahia oitocentista através do hospital da misericórdia. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 2, p. 75-90, 2013.

DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Simone. Chá de alecrim: veja os benefícios e como preparar. In: CNN Brasil. [2024?]. Disponível em: <https://encurtador.com.br/9MX3F>. Acesso em 02 nov. 2024.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. *"Manter Sadia a Criança Sã": as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945*. 2017. Tese. (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. *"Manter Sadia a Criança Sã": as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945*. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. A mãe cuidadosa também enterra seus anjinhos: a mortalidade infantil no Piauí (1889-1945). *Revista TEL*, Irati, v. 10, n.2, p. 154-176, jul. /dez. 2019.

MARQUES, Aluizio. Aspectos neurológicos da pelagra. Conferência feita na Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo em 29 de julho de 1994. In: *Arquivos de Neuro-psiquiatria*. [2024?]. Disponível em: <https://encurtador.com.br/UH8To>. Aceso em: 01 nov. 2024.

MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. O passado e o presente da puericultura através da história do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH-SP*. São Paulo, jul. 2011.

NEPOMUCENO, Talyta Marjorie Lira Sousa. As doenças dos escravizados e libertos na cidade de Teresina entre 1869 a 1877. In: *Anais do XIII Encontro Estadual de História – ANPUH-PE*. Disponível em: <https://encurtador.com.br/CxM1l>. Acesso em: 01 nov. 2024.

NERY, Ana Karoline de Freitas. *Políticas Públicas de Saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940*. 2021. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Teresina, PI, 2021. p. 123.

PIMENTA, Tânia Salgado; BARBOSA, Keith; KODAMA, Kaori. A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia. *Dimensões*, Vitória, v. 34, p. 145-183, 2015.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

REVEL, Jacques; PETER, Jean- Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). *História: novos objetos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

SANTOS, Danielle Filgueiras. *“Rio abaixo, rio arriba”: a modernização de Teresina nas águas do Parnaíba (1858-1947)*. 2021. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Teresina, 2021.

SANTOS, Danielle Filgueiras; MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “Reinão as moléstias endêmicas”: a incidência de febres nas regiões beiradeiras de Teresina (1852-1900). *Contraponto*, Teresina, v.12, n.1. jan/dez. 2023.

SANTOS, Danielle Filgueiras; MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. Ondas de medo: o rio Parnaíba e os surtos de doenças relacionadas à água em Teresina-PI (1889-1930). *Revista Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*, Portugal, Universidade Nova de Lisboa, v. 23, n. 1, 2024.

SILVA, Rafaela Martins. *As faces da misericórdia: a Santa Casa de Teresina na assistência pública (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade

Federal do Piauí. Teresina, PI, 2016.

SILVA, Rodrigo Caetano. Cidade febril: as doenças que matavam os escravos em Teresina (1877-1887). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará - IHGP*, Belém, v. 08, n. 02, p. 172 – 196, jul-dez. / 2021.

Fontes Primárias

BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Tomo primeiro: A-K. Lisboa: Officina de Simão Thadeu Ferreira, 1879.

CARVAO de Belloc. *O Piauhy*, Theresina, anno III, n. 104, p. 4, 5 de outubro de 1869.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias acessórias para Uso das Familias*. Volume Primeiro: A-F. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

DOCUMENTOS officiaes. *A Imprensa*, Theresina, anno XIV, n. 562, p. 1-2, 10 de outubro de 1878.

EM A CASA comercial de Raimundo Gomes [...]. *A Imprensa*, Theresina, anno XX, n. 840, p. 4, 24 de outubro de 1884.

GARDNER, George. *Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Vol II. Albertino Pinheiro (tradutor). Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1942.

O ALECRIN. *A Epoca*, Theresina, anno II, n. 45, p. 4, 8 de fevereiro de 1879.

PIAUHY, 1855. *Relatório apresentado à Assembléa Legis-*

lativa Provincial do Piauí na abertura de sua sessão ordinaria no dia 1º de novembro de 1855 pelo Excellentissimo Senhor Vice-Presidente da Provincia Balduino José Coelho. São Luiz: Typ. do Progresso, 1855.

PIAUHY, 1857. *Relatório com que foi entregue à administração da Provincia do Piahy no dia 7 de março de 1857 ao Exm.º Snr. 1º Vice-Presidente Dr. Lourenço Francisco D'Almeida Catanho pelo seu antecessor o Exm.º Snr. Senador Frederico D'Almeida Albuquerque. Theresina: Typ. Constitucional, 1857.*

PIAUHY, 1858. *Relatorio que dirigio o Presidente da Provincia do Piahy, o Exm. Snr. Dr. João J. D'Oliveira Junqueira, a Assembleia Legislativa Provincial no 1 de Julho de 1858. Maranhão: Typ. Temperança, 1858.*

PIAUHY, 1865. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa do Piahy no dia 12 de Julho de 1865 pelo Presidente da Provincia, o Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria. Sant'Luiz: Typ. B de Mattos, 1865.*

PIAUHY, 1878. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Piahy no dia 1º de junho de 1878, pelo Presidente da Provincia Dr. Sancho de Barros Pimentel. Theresina, 1878.*

PIAUHY, 1879. *Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da Provincia do Piahy ao Excellentissimo Senhor Dr. Manoel Aldefonso de Sousa Lima, 4º Vice-Presidente da mesma Provincia, no dia 11 de dezembro de 1879. Theresina: Typ. do Semanario, 1879.*

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyas. Ouro Preto: Thypografia de Silva, 1832. [não paginado].*

VINHO Eupeptico. *A Imprensa*, Theresina, anno XVIII, n. 767, p. 8, 28 de fevereiro de 1883.

04

"Temos chuvas copiosas e gerais": a cessação dos socorros públicos da seca no Piauí (1877-1879)

Kátia de Araújo Silva
Francisco Gleison da Costa Monteiro



A região Norte do Império do Brasil ao longo do século XIX sofreu com os efeitos das secas periódicas. Em 1877 teve início uma seca prolongada com duração de três anos que afetou algumas províncias do norte como Ceará, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A ausência das chuvas ocasionou uma crise humanitária pois modificou a dinâmica social e econômica levando milhares de pessoas a migrar, tornou-se comum cenas de fome e nudez, bem como a dificuldade econômica das pessoas pobres que ficaram em estado de indigência e também, das elites locais que enfrentaram problemas econômicos e por vezes precisaram migrar ou vender bens e propriedades.

A pobreza foi o contingente social que mais sofreu com os efeitos da seca. Sem chuvas, ficavam escassas as possibilidades de se sustentar no sertão, pois, a maior parte destes sujeitos residia no campo e tinha como meio de subsistência a agricultura e a pecuária. A vista disso, a irregularidade das chuvas e/ou a ausência destas ocasionou várias dificuldades a estes sujeitos menos favorecidos economicamente.

O movimento migratório ocorreu de duas formas: por terra, percorriam longas distâncias a pé, seguindo muitas vezes os caminhos das boiadas, sem a necessidade do custeio do estado com passagens, e também, os que migravam pelo mar nas embarcações. É importante salientar, que o processo migratório pelo mar foi diminuto, ou seja, houve a predominância das migrações por terra. Geralmente os retirantes ou flagelados que adentravam o Piauí, “compunham-se de famílias completas e quase sempre numerosas”. (Silva, 2023, p. 237). Notamos a partir da análise das fontes, que não havia um padrão para a composição familiar dos retirantes, em alguns casos eram

mulheres viúvas e com filhos, em outros eram famílias inteiras ou ainda pessoas solteiras e órfãos, os quais recorriam ao governo solicitando meios de subsistência.

Os fluxos migratórios durante a seca exigiu um olhar atento e paternalista do Estado imperial, o qual destinou verbas para as províncias afetadas pela seca com a finalidade de amenizar os seus efeitos.³⁰ Como uma melhor forma de gerenciar os auxílios públicos, a administração provincial instituiu comissões de socorros na capital e nas vilas do interior para socorrer a população desvalida³¹ através dos gêneros de primeira necessidade como roupas, alimentos e remédios, também criou frentes de serviço para empregar os migrantes válidos, a exemplo, as obras públicas e os núcleos coloniais. De acordo com Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves, estas comissões tinham por objetivo:

Amparar os migrantes que chegavam às cidades e não possuíam condições de manter-se, dependendo das ajudas mandadas pelas autoridades provinciais. A Comissão era um órgão de assistência aos flagelados da seca que visava fornecer ajudas imediatas para que não ocorresse calamidade em nível mais grave (Gonçalves, 2022, p. 88-89).

Por conseguinte, essa instituição administrou os socorros públicos de 1877 a 1879 quando estes auxílios foram cessados por ordem do Ministério do Império. A

30. No início da seca, muitas pessoas ajudaram os migrantes por meio da caridade pública, mas devido ao quando grande número de pessoas que adentravam o Piauí, tornou-se inviável da população socorrer os necessitados sem o auxílio do governo. Embora a caridade pública fosse vista como um ato "louvável", esta por si só não poderia socorrer a todas as necessidades dos retirantes, tendo em vista que, era uma demanda muito grande a ser atendida. Com isso, vê-se uma série de narrativas em que todas as comarcas enviavam para o governo provincial em Teresina, pedidos de ajuda, pois se encontravam em "estado aflitivo".

31. O termo "desvalido" antes da estiagem de 1877-1879 referia-se as pessoas que eram vítimas de violência, da falta de segurança pública, mas, com o advento da seca a denominação foi usada para caracterizar os "desvalidos" que sofriam com os efeitos da estiagem, ou seja, os homens e mulheres que não tinham condições de se valer pelos seus próprios meios sendo, necessária a ajuda do governo (Souza, 2015).

assistência estava voltada para as necessidades imediatas dos migrantes, isto é, a fome, nudez e doenças, não se pensou em soluções eficazes a longo prazo. Com isso, após a cessação dos auxílios os necessitados ficaram desassistidos pelo poder público, pois, somente eram considerados aptos a recebe-los as pessoas que estivessem empregadas em alguma obra ou os doentes.

Nesse sentido, este artigo analisa a cessação dos socorros públicos e as ações governamentais no Piauí, na seca de 1877-1879. Nesse sentido, apontamos os discursos nos jornais sobre as notícias da chuva após três anos de seca e também identificamos três medidas empreendidas pela administração provincial para gerenciar o fim dos auxílios aos migrantes.

Fundamenta-se em fontes hemerográficas – o jornal piauiense “A Imprensa: Periódico Político (PI)”, coletado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro –, em outros documentos escritos, como manuscritos da Comissão de Socorros Públicos, encontrado no Arquivo Público do Estado do Piauí e, na historiografia nacional sobre o tema da seca, com Araújo (1991), Monteiro (2016) e Silva (2023). As discussões teóricas seguem as reflexões de Thompson (1987).

O fim dos socorros públicos no Piauí em 1879

Após 1877 cada ano que iniciava renovava no povo nordestino a esperança de um bom inverno e dias melhores. Em 1879 terceiro ano de seca, os jornais piauienses noticiaram sobre as chuvas ocorridas em algumas cidades piauienses. No entanto, as chuvas eram irregulares e espaçadas o que não dava garantia de uma boa colheita. Nesse sentido, analisemos a menção na edição de 28 de

março de 1879, no órgão do partido Liberal.

Desapareceu, afinal, o terrôr pânico da secca, porque, fazem hoje 14 dias que temos chuvas copiosas e geraes; tendo inxorrado todos os rios: por tanto, para segurar a pastagem já temos chuvas suficientes, resta-nos saber se teremos para segurar os legumes. Si por este lado nos consideramos felizes, temos diante dos olhos, um novo quadro atterrador. Não temos sementes para plantar, e a população vive em revolução pedindo sementes e ninguém lhe dá, porque não há absolutamente (A Imprensa, ano XIV, 06 de maio de 1879, p. 01).

Decorridos três anos de uma seca cruel que motivou a migração de milhares de pessoas e cenas de fome e miséria, as primeiras notícias de chuva eram motivo de alegria pelos piauienses. Talvez impelidos pela emoção, afirma-se que “o terror, pânico da seca” haviam desaparecido e que chuvas eram “copiosas e gerais”, primeiramente, destacamos que devido a irregularidade das chuvas não se pode afirmar que elas ocorreram em todo o Piauí e com a mesma intensidade. Além disso, o pânico da seca não havia passado, pois os núcleos continuavam operando praticamente com a capacidade máxima de pessoas, a migração continuava e não existiam plantações suficientes para a subsistência da população local.

Outro dado importante da nota acima é falta de sementes. Ora, observamos na documentação coligida as constantes solicitações por sementes pelas comissões de socorros, pois este gênero necessário para as plantações estava em falta, principalmente para a população pobre que não podia compra-las. Ocorria que com o advento das primeiras chuvas os agricultores se animavam e lançavam as sementes no chão e como não chovia estes perdiam a produção, de modo que em 1879 de diferentes pontos da Província se lamentava que embora houvesse algumas chuvas não havia em absoluto os grãos para semear. Inclusive o governo Liberal chegou a comprar grãos

na Bahia, para distribuir entre os piauienses. Vejamos o relato do vice presidente do Piauí, o desembargador José Mariano Lustosa do Amaral³², em 06 de maio de 1879.

As chuvas que tem caído na província, de janeiro até hoje, não satisfazem as necessidades da lavoura; não temos tido inverno regular, e não só por isso, como pela falta de sementes, que aliás mandei distribuir pelos municípios a que podiam aproveitar, sei que poucas restam de boa colheita e com ella fallecem a crença de que em praso breve, as necessidades e grandes sacrificios do Estado (A Imprensa, 06 de maio, 1879, p. 01).

Apesar do presidente expor as dificuldades que a província passava, o governo Central mandou cessar os socorros em maio de 1879. Acreditamos que a medida deve ter causado preocupação na população local, pois como haveriam de viver tantos migrantes abrigados nos núcleos coloniais e nas demais localidades? E a pobreza local, como iriam subsistir sem o auxílio do governo e sem as plantações que não puderam ser feitas? Bem, o governo provincial estava aparentemente mais preocupado em aliviar os cofres públicos do que pensar em uma solução para o futuro incerto dos migrantes. A vista disso, informaram as comissões:

Sendo de esperar que melhorasse consideravelmente o abastecimento de gêneros alimentícios nos mercados das cidades e vilas desta província, por isso que com as chuvas ultimamente havidas iam sensivelmente desaparecendo as causas que determinavam a penúria, que portanto tempo a tem flagelado; havia resolvido, de acordo com as instruções do ministério do império, em ordem a ficarem os cofres públicos aliviados das enormes despesas, que sobre eles pesavam com os auxílios aos indigentes, - que de 15 de maio vindouro em diante cessassem de todo os socorros pelo estado prestados aqueles indigentes (A Imprensa, 11 de junho de 1879, p. 01).

Importante mencionar que o abastecimento interno

32. Foi um político, fazendeiro, magistrado e prosador, natural do município Paranguá, Província do Piauí. Exerceu cargos públicos no Piauí, entre eles o de 1º vice-presidente da província de 19 de dezembro de 1878 a 19 de março de 1879, contribuindo no gerenciamento dos socorros da seca.

da província dependia das plantações, mas diante da irregularidade das chuvas não se pode afirmar que houve uma boa colheita em todo o Piauí. Sabemos que nem todos as localidades sofreram na mesma proporção com a falta de cereais, no entanto, não podemos afirmar que as chuvas por si só tenham contribuído para o reerguimento da lavoura pós-seca, pois, boa parte dos cereais adquiridos pelo governo noutras províncias era destinado para alimentação e outra parte para a lavoura, todavia, desde setembro de 1878 havia perda de cereais, outros estavam estragados e alguns sacos furados. Tal situação dificultava tanto a alimentação quanto uso de sementes para o plantio. Vejamos o ofício a seguir.

Comunico a comissão de socorros desta capital, para os fins convenientes que o inspetor da Alfandega da Parnaíba, segundo comunicou-me em ofício de 29 de agosto ultimo, fez embarcar no vapor Paranaguá chegado ontem, oitocentos sacos de cereais dos quais se achavam naquela cidade vindos do Maranhão, sendo: com farinha em bom estado 200, estragados e com falta 27, com feijão, cheios ou quase cheios 370, estragados e com falta 28, com milho, cheios ou quase cheios 158, estragados e com falta 15 (APEPI. Ofício nº 587, de 11 de setembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos do Piauí).

Nesse sentido, após a determinação do Ministério do Império, os socorros foram cessados e a pobreza ficou desassistida pelo poder público. Por conseguinte, os contratantes dos Núcleos Coloniais foram informados que “houvessem de cessar, desde já, com os socorros aos emigrantes e indigentes” (A Imprensa, nº 600, p. 01, ano XIV, 5 de julho de 1879). Percebemos que com o fim dos socorros o governo provincial adotou três medidas para gerenciar as necessidades dos migrantes. Em primeiro lugar, incentivou a saída dos migrantes para outras províncias.

Os migrantes partiam nos vapores, geralmente de Amarante e Teresina com destino a Parnaíba, chegando

lá recebiam a concessão das passagens do governo, porém, houve uma recusa das companhias maranhense e pernambucana para receber os migrantes nos vapores (SILVA, 2023). Como isso, o embarque dos indigentes era inviabilizado e estes sujeitos ficavam a vagar pelas ruas de Parnaíba, passando necessidade. Muitas vezes foi necessária a intervenção das autoridades para que os migrantes pudessem seguir viagem.

Os migrantes que embarcavam escolhiam os mais variados destinos, alguns retornaram para seu lugar de origem, outros seguiram para outras províncias da região norte e para a sede da corte no Rio de Janeiro. Abaixo, apresentamos um quadro com a estimativa de migrantes que embarcaram ainda em 1878, elaborado a partir de ofícios entre os meses de maio e agosto.

Quadro 1 – Estimativa parcial de embarque de migrantes nos vapores Paranaguá e Piauí para fora da província do Piauí, em 1878.

Destino	Homens	Mulheres	Crianças	Total
Posto da Repartição	6	4	11	21 Pessoas
Maranhão	9	3	6	18 Pessoas
Rio de Janeiro	2	1	2	5 Pessoas
Pernambuco	23	20	32	75 Pessoas
Ceará	15	15	24	54 Pessoas
Maranhão e Pará	25	29	28	82 Pessoas
Pará	3	2	4	9 Pessoas

Fonte: Informações coletadas na documentação da Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878.

A metodologia empregada para quantificar os migrantes e dividi-los por sexo (entre homem e mulher) e crianças, foi feita mediante os nomes listados pela Comissão de Socorros. Quando o chefe de família era homem, em seguida colocava-se se tinha esposa, filhos ou outros dependentes como mãe, irmã ou sobrinhos. A vista disso, informamos que margem de erro para alguns destinos com relação a quantidade de crianças pode ser 2% para mais ou para menos.

Dito isso, no período de maio a agosto de 1878, os migrantes seguiram principalmente para seis destinos principais, sendo cinco na região norte e um no sul. Para o Rio de Janeiro, apenas uma família composta de cinco pessoas embarcou, sendo esse um dos locais menos procurados mas ainda assim optaram por seguir para um lugar onde acreditavam ser melhor para reconstruir suas vidas.

Embora a maior parte dos migrantes sejam oriundos do Ceará, nesse primeiro momento a província encontrava-se como o terceiro lugar mais procurado, com um total de 54 pessoas, sendo a maioria crianças. Lembramos que os dados da tabela são anteriores a cessação dos socorros públicos, o que sugere que parte dessas pessoas estavam esperando amenizar-se a calamidade para retornar, pois, em junho de 1879, 157 migrantes retornaram para o Ceará. O número de embarque só não foi maior devido a "uns por doentes e outros porque não quererem seguir" (APEPI. Ofício nº364 de 18/06/1879. Comissão de socorros públicos do Piauí, 1879). Este fato, faz-nos inferir que com o fim dos socorros o governo piauiense promoveu o retorno destes indivíduos para outros lugares, no entanto, ressaltamos que a decisão de partir ou não era do migrante. Em fevereiro embarcaram 205 migrantes para a província cearense (APEPI. Ofício nº286, de 22/02/1879).

Comissão de Socorros Públicos do Piauí, 1879).

De acordo com o quadro o destino mais procurado pelos migrantes era Pernambuco e Para e Maranhão, essas últimas províncias eram em certa medida o destino final de muitos retirantes que devido as circunstancia o Piauí tornou-se um local para refazer as forças e seguir viagem (Araújo, 1991). A oferta de passagens para as pessoas que desejassem seguir viagem foi amplamente propagada em 1879, certamente o governo não via com bons olhos tantos braços ociosos pelas ruas das cidades. Nesse sentido, Silva informa que:

Com essa ação, observa-se que a saída de emigrantes do Piauí era um esforço do governo provincial como política de combate aos efeitos da seca. Além das obras públicas, da distribuição dos socorros diretos e da manutenção dos Núcleos Coloniais, a Província do Piauí fez o quanto pode para expelir o excedente populacional para outras províncias consideradas mais aptas a receber aquelas pessoas. Para isso, concedia passagens à custa do Ministério do Império em ação combinada com a Comissão de Socorros de Parnaíba, que recebia os emigrantes enviados de algumas regiões do Piauí e providenciava o embarque dessas pessoas (Silva, 2023, p. 420).

Importante salientar que o retorno ao lar nem sempre ocorria nos vapores por Parnaíba. Houve quem escolhesse fazer o trajeto até Amarante para seguir viagem. Em 17 de março de 1879, o governo forneceu passagens a “Senhorinha Aguida de Freitas, Delfina Maria de Jesus, sua filha de nome Antonia de 16 annos de idade e seu neto José de 3 annos, e Julião de Sousa Leão, que pretendem regressar aos seus lares.” (APEPI. Ofício S/M, de 07/03/1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1879). No documento fica implícito o destino dos migrantes, o que nos faz pensar em duas possibilidades: a primeira de que fossem migrantes cearenses e que morassem em alguma vila ou cidade pela qual o acesso fosse

mais fácil via Amarante ou então que fossem piauienses que antes da seca vivessem em alguma região ao sul da província.

Enfatizamos que nem todos as pessoas envolvidas na distribuição dos socorros concordaram com a decisão do Ministério do Império em cessa-los. O membro da Comissão de Socorros de Teresina, o cônego Thomaz de Moraes Rego, expressou sua preocupação ao presidente da província, considerando que “o Ex^{mo} Sr. Ministro do Império foi mal informado acerca do estado calamitoso em que se acha esta província”. (APEPI. Ofício S/N, de 24/11/1878. Comissão de Socorros Públicos do Piauí, 1878). Concordamos que fazer regressar os migrantes a sua terra natal não amenizaria o estado de indigência no qual se encontravam e também, ao retornarem ao Ceará, por exemplo, continuariam a ser uma questão para o Estado resolver, a não ser que este fizesse vistas grossas para a situação. Assim sendo, informa:

Sem nenhum compromisso, pois, com a pública administração lamentaria a sorte de tantos brasileiros que terão de sucumbir em completo abandono, e condenável desespero. Contemplando este espetáculo digno de cortina, não assumirei a responsabilidade de um ato, que, me punge o coração, e Deus queira não traga ao governo mais serias dificuldades (APEPI. Ofício S/N, de 24/11/1878. Comissão de Socorros Públicos do Piauí, 1878).

De fato, as chuvas que caíram no início de 1879 foram irregulares não sendo suficiente para dar uma boa colheita em todo o Piauí. Desse modo, para suprir as necessidades da população desvalida ainda se fez necessária a ajuda do governo, as súplicas enviadas a Comissão de Socorros eram constantes o que reforça a preocupação que Thomaz de Moraes Rego, pois mesmo com os auxílios públicos o estado de indigência era crescente. Em 2 de janeiro de 1879, uma família composta de 31 pessoas

envia uma súplica ao presidente da província relatando a triste situação na qual se encontravam “difficil de poder-mos pintar aos olhos de VEx^a o quadro negro de nossas misérias, e o theatro compungente dos prantos de fome de nossas filhas.” (APEPI. Ofício nº158, de 02/01/1879. Comissão de Socorros Públicos, 1879).

Os suplicantes informam ser a maior parte naturais do Piauí e residentes em Teresina, encontravam-se nas proximidades do núcleo do núcleo Santa Filomena³³, uma distância de aproximadamente 2 léguas. Devido as consequências da seca, afirmam ter “esgotado nossas forças”, no entanto, recorrem ao governo como sua última esperança para salvar seus filhos dos “suspiros intercutados de dor” que sofrem pela fome e nudez. Notamos que esta família aparentemente só procurou os auxílios públicos quando os recursos naturais estavam se extinguindo, inferimos que ao optar por adquirir os meios de subsistência na natureza, fosse uma forma de fugir das imposições do estado para poder receber os auxílios, vejamos.

Não temos mais para que appellar Ex^{mo} Im, as caças braveas desaparecerão, o peixe como nunca escaceou, e até o fructo silvestre, além de sua mirrada produção a dous anos; essa parte acabou não se encontra um coco ou palmito se não depois de fortes diligências, a uma, duas, três legoas e mais. (APEPI. Ofício nº158, de 02/01/1879. Comissão de Socorros Públicos, 1879).

Antes de recorrer a Comissão de Socorros tentaram outros meios de sobrevivência, talvez tenham buscado

33. Os núcleos coloniais foi uma das ações da administração provincial no Piauí para amenizar os efeitos da seca. Esses núcleos foram criados na administração de Graciliano de Paula Batista em 1877. O governo provincial firmou contratos com fazendeiros que tinham propriedades nos arredores de Teresina e também em localidades fora do entorno da capital, como em União, na Vila dos Humildes e em Campo Maior. Nos contratos os fazendeiros ficavam responsáveis por abrigar os migrantes, dando-lhes moradia e terras para cultivar, em contrapartida, o governo fornecia alimentos, roupas, medicamentos e instrumentos de trabalho, como foices, machados e enxadas. Foram criados 19 núcleos coloniais no Piauí durante a seca, no entanto, alguns destes estabelecimentos foram extintos na gestão Liberal e em 1879 havia somente 7 núcleos (Silva, 2023).

ajuda na caridade particular, mas, parece ter sido a natureza a maior provedora dessa família. Nos chamou atenção para o fato de relatarem a escassez dos recursos naturais, o que pode indicar que para além de fatores naturais outros migrantes também tenham recorrido a caça e a pesca para se alimentar. Até mesmo os migrantes residentes nos núcleos embora recebessem cereais dedicavam-se também a extração de viveres nas matas. Nesse sentido, como forma de solucionar o problema dessa família a comissão sugere que estes sejam adicionados ao núcleo Santa Filomena ou a outro estabelecimento rural.

É importante frisar que a população pobre era vista pelas autoridades e pelas elites como “vadias” e “preguiçosas”, pois, o discurso oficial representava estes sujeitos como quem ojerizava o trabalho. Isso explica o fato de a comissão de socorros sugerir que os migrantes fossem admitidos em algum núcleo colonial para que estes pudessem se dedicar ao trabalho na lavoura e em contrapartida receber os auxílios públicos.

De acordo com Francisco Gleison da Costa Monteiro (2016), o governo provincial procurou manter essa população pobre sob vigilância, pois consideravam estes sujeitos como pervertidos, indisciplinados e arredios ao trabalho. Dessa forma, a pobreza foi sendo construída nos discursos oficiais como pertencentes ao “mundo da desordem”. Por essa razão, as autoridades procuraram vigiar as ações dessas pessoas com o intuito de evitar qualquer perturbação da ordem e do sossego público. Desse modo, manter os migrantes nos núcleos coloniais era uma forma de mantê-los sob a vigilância do Estado.

Outra forma de manter os migrantes sob o olhar do Estado foi o trabalho nas obras públicas, foram abertas algumas frentes de serviço em Teresina, local que recebeu 7 obras durante a seca e em algumas vilas e cidades

do interior da Província como Valença, São João do Piauí, Piripiri, Parnaíba, União, Piracuruca Pedro II. Identificamos que a renumeração nessas obras era feita na maioria das vezes com gêneros de primeira necessidade e raramente em dinheiro. Desse modo, muitos migrantes se recusavam esse sistema de exploração e evadiam-se dos serviços.

Em fevereiro de 1879, a comissão da capital reconheceu que precisava tomar “uma medida séria” com relação a nudez entre os migrantes. Dessa forma, afim de fazer “desaparecer esse deplorável estado de coisas” pede autorização ao presidente da província para comprar cinco contos de réis de fazendas para vestir “a esses infelizes”. No mesmo período o relatório de inspeção dos núcleos coloniais, apontou a nudez como um dos problemas recorrentes, todavia, as solicitações de fazendas quase sempre eram insuficientes para suprir a todos. A vista disso, aponta a comissão que para os núcleos seria necessária “uma grande quantidade de fazendas” caso contrário, muitos retirantes ficariam sem roupas o que ocasionaria tumultos (APEPI. Ofício S/N, de 27/02/1879. Comissão de Socorros Públicos, 1979).

A partir de maio de 1879, o presidente da província João Pedro Belfort Vieira, encarregou a Comissão de Socorros da capital de alistar os migrantes indigentes “verdadeiramente necessitados e que por enfermidades e outras couzas se achão impossibilitados para o trabalho no 5º districto.” (APEPI. Ofício S/N, de 15/05/1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1879).

O mesmo fez nos demais distritos da cidade, esse mapeamento era uma forma de controlar o auxílio a pobreza para que não fosse feito a pessoas que o governo considerava que podiam trabalhar, mas permaneciam no ócio. Consideramos os censos realizados em Teresina e em outras vilas da província foi uma das ações de geren-

ciamento da seca no Piauí e que contribuiu para que os socorros chegassem aos necessitados. Importante mencionar que em abril de 1879 havia na capital e nos arredores um total de 17.000 migrantes, conforme nos mostra o quadro a seguir.

Quadro 2: Demonstrativo da quantidade de migrantes socorridos pela Comissão de Socorros de Teresina, em abril de 1879.

LOCAL	NÚMERO DE MIGRANTES
Na capital	4.500 pessoas
Deserto	1.500 pessoas
Gandú	1.500 pessoas
Alagoa da Mata	2.000 pessoas
Felicidade	1.500 pessoas
Sítio	1.500 pessoas
São José	1.500 pessoas
Santo Antônio	1.500 pessoas
Santa Filomena	1.500 pessoas
TOTAL	17.000 Pessoas

Fonte: Ofícios da Comissão de Socorros de Teresina, 1877-1879.

O quadro mostra o número de migrantes que eram sustentados pelo governo através da comissão de socorros da capital e nos núcleos coloniais, menos de um mês antes da cessação dos auxílios do governo imperial. Isso mostra que apesar da campanha de regresso dos migrantes a suas províncias ou a outros destinos o número de desvalidos no Piauí era grande, 17.000 pessoas somente

em Teresina e seus arredores, sem somar aos desvalidos espalhados nos diversos pontos da província.

A justificativa para o retorno dos migrantes e fim dos socorros seria o aparente melhoramento no abastecimento de cereais no Piauí, advindo das chuvas. O regresso dos migrantes segundo o presidente da província Sancho de Barros Pimentel era “evitar as dificuldades da suspensão repentina dos socorros entre as populações aglomeradas de emigrantes” (APEPI. Ofício nº834, de 19/11/1878. Comissão de Socorros Públicos do Piauí, 1878). Essa decisão mostra a fragilidade das ações governamentais que eram momentâneas e não se pensou numa melhor forma de conduzir a situação de crise. Desse modo, notamos que ao fim do flagelo os problemas sociais continuaram, muitos desvalidos optaram por ficar no Piauí, alguns reconstruíram suas vidas aqui³⁴.

Acreditamos que a notícia da cessação dos auxílios públicos tenha gerado preocupação entre a pobreza desvalida, pois apesar de não receberem grande quantidade de cereais, tinham a esperança de que ao retornar ao local da distribuição seriam socorridos. Durante os três anos de seca as petições de auxílios foram constantes e, em 1879 não foi diferente, pois o estado ao tomar iniciativas para sanar as necessidades mais urgentes da população, ou seja, alimentação, roupas, remédios, não pensou em medidas efetivas que garantissem a sobrevivência destas pessoas pós-seca.

Com a extinção dos Núcleos Coloniais, o presidente provincial Dr. Belfort Vieira criou o Hospital Morro de Santo Antônio, local que deveria acolher os migrantes enfermos, porém, esta medida foi duramente crítica pelo jornal A Época por considerarem que as despesas dos cofres públicos. No último capítulo da tese de Márcio Douglas de Carvalho e Silva (2023), o autor apresenta informações relevantes sobre a vida dos migrantes no pós seca, de como estes indivíduos reconstruíram suas vidas se cansando e dedicando-se a diversas atividades.

blicos aumentariam, criticavam a localização do hospital, entre outros fatores.

Além disso, somente deveriam receber auxílios do governo os migrantes que estivessem trabalhando em alguma obra pública ou aos indigentes que tivessem roças nos núcleos, os demais tiveram de procurar outra forma de subsistência. Além disso, é provável que os migrantes que estiveram empenhados no serviço da lavoura tenham feito algum acordo com os proprietários para trabalharem nas roças.

O trabalho nas obras públicas após o fim da seca ocorreu somente em Teresina, na construção da Igreja de São Benedito sob administração de Frei Serafim. Entendemos a medida de somente distribuir socorros com os desvalidos que trabalhassem, como uma tentativa de controle dessas pessoas, certamente a elite estava temerosa de que sem os auxílios os migrantes cometessem crimes e revoltas. Além disso, reforçava a ideia de que os socorros deveriam ser distribuídos de forma indireta, ou seja, para receber os auxílios públicos os migrantes deveriam trabalhar.³⁵

Embora os migrantes enfrentassem dificuldades com a cessação dos socorros, estes se negavam a se vincular ao sistema de exploração imposto pela elite dominante. Reforçamos que entendemos a negativa ao trabalho como parte uma tomada de consciência de classe pelos migrantes e por isso eram comumente taxados de vadios e preguiçosos. De acordo com Thompson “Isso é revelado, em 35. Segundo José Weyne Freitas Sousa (2015), durante a seca de 1877-1879 na província do Ceará, destaca as ações implementadas pelo governo através da comissão de socorros públicos, bem como evidencia as intenções que haviam por trás dessa assistência prestada aos migrantes, dessa forma “o conceito de “socorros públicos” foi subvertido pelo esforço das elites políticas do Norte, sobretudo do Ceará, conjugando o sentido de “assistência” com o de “progresso”, na proporção em que substituiu o socorro direto pelo indireto”. No Piauí, observamos que a substituição do socorro direto pelo indireto ocorreu na medida em que se tentou empregar os migrantes nas obras públicas e nos núcleos coloniais como forma de ser socorrido pelo governo.

primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes” (Thompson, 1988, p.17).

Por conseguinte, vemos na negativa ao trabalho pela pobreza essa tomada de consciência de classe contra as ações de controle e exploração do estado através da elite política. Ressaltamos que em 1879 eram poucas as frentes de serviço lideradas pelo governo da província, o que de certa forma diminuía as chances da população migrante continuar a receber os auxílios, tendo em vista que não havia vagas para todos os migrantes válidos trabalhar.

Considerações finais

Diante disso, notamos que faltou uma organização melhor por parte do governo para gerenciar o fim dos socorros. Ao nosso ver, as medidas adotadas foram falhas e não garantiram aos migrantes um recomeço favorável após o terrível flagelo da seca. As ações governamentais buscavam solucionar as dificuldades imediatas, ou seja, a fome, a nudez, a migração e doenças não eram ações pensadas a longo prazo, a prova disso é que com as notícias de chuvas o Ministério do Império suspendeu os socorros.

Além disso, notamos que a estratégia do governo de controlar e disciplinar a população pobre, continuou após a seca, pois somente teriam direito aos socorros as pessoas que estivessem empregados em obras públicas ou que tivessem roças nos Núcleos Coloniais, quem não se submetesse a essa exigência teria que buscar outro meio de sobrevivência até se estabelecer novamente.

Referências

A IMPRENSA, nº 592. 01. Ano XIV, 06 de maio, 1879.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *O poder e a seca de 1877/79 no Piauí*. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 158, súplica enviada ao presidente da província através da comissão de socorros de Teresina, em 02 de janeiro de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração, enviado pela comissão de socorros de Teresina ao presidente da província do Piauí em 27 de fevereiro de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração, enviado pela comissão de socorros de Teresina ao presidente provincial João Pedro Belfort Vieira, em 15 de maio de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração, enviado pelo o cônego Thomaz de Moraes Rego, ao presidente da província do Piauí, em 24 de novembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração, enviado pela comissão de socorros de Teresina ao presidente provincial Mariano Lustosa do Amaral, em 7 de março de 1879. Comissão de Socorros Públicos

de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº834, de 19 de novembro de 1878, enviado pelo presidente da província, Sancho de Barros Pimentel as diversas comissões de socorros do Piauí. Comissão de Socorros Públicos do Piauí, julho-dezembro de 1878. Localização: Cod. 577, Estn. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº286, de 22 de fevereiro de 1879. Comissão de Socorros Públicos o Piauí, 1879. Localização: Cod. 579, Estn: 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício nº364, de 18 de junho de 1879. Comissão de Socorros Públicos o Piauí, 1879. Localização: Cod. 579, Estn: 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 587, de 11 de setembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos do Piauí, julho-dezembro de 1878. Localização: Cod. 577, Estn. 05, Prat. 02.

GONÇALVES, Kércia Andressa Vitoriano. *Degredados da seca: políticas intervencionistas em Teresina (1877-1879)*. Dissertação (Mestrado). PPGHB/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFCH/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

PARTE OFICIAL. A IMPRENSA. Nº 598, p.01, ano XIV, 11 de junho de 1879.

PARTE OFICIAL. A *IMPrensa*. N° 600, p. 01, ano XIV, 5 de julho de 1879.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. *Emigrados do sertão: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891)*. Tese (Doutorado em História). PPHIST/Universidade Federal do Pará. Belém, 2023.

SOUZA, José Weyne Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará: doença, pobreza e violência (1877-1932). *Projeto História*, São Paulo, n.52, p.178-219, Jan-Abr. 2015.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

05

A Igumas reflexões acerca da Micro-História e a seca no Piauí oitocentista

*Lucas Clementino Feitosa Pinheiro
Francisco Gleison da Costa Monteiro*



"A coruja de Minerva somente começa seu voo com a irrupção do crepúsculo"³⁶

Georg Wilhelm Friedrich Hegel

Compreender a nossa história a partir do povo, a partir do pobre é dar um instrumento de interpretação às forças de libertação e conscientização atualmente vivas no Brasil, e ao povo uma consciência histórica. A tarefa é complexa, difícil, mas não impossível. Precisamos começar.³⁷

Monsenhor Chaves

O trabalho do historiador vem sempre depois quando os fatos já foram consumidos pela a ampulheta do tempo, deixando apenas pó no fundo do seu vaso temporal. Porém, inspirado pelo anjo da história do Walter Benjamin (2012) que tenta remontar os cacos da história, mas não consegue, pois é empurrado pela tempestade do progresso, o historiador consegue essa façanha ao perceber que "a história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogêneo, mas por um tempo preenchido pelo Agora (Jetztzeit)" (Benjamin, 2012, p. 16). Por isso que o filósofo alemão Hegel (e por mais que ele se refira aos trabalhos dos filósofos, essa frase também vale para os historiadores) faz uma excelente analogia com o voo da coruja de minerva (símbolo do saber) que levanta seu voo ao fim do dia. Ou seja, quando tudo já tivesse acontecido, o historiador ergue a pena feita com uma pluma de Minerva para escrever a História.

36. HEGEL, Friedrich. *Linhas fundamentais da filosofia do direito, ou, Direito natural e ciência do estado em compêndio*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2010, p. 44.

37. CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013, p. 634.

Portanto, já erguendo a pena para escrever este trabalho de História, pretendo analisar os trabalhadores livres e migrantes na seca no Piauí oitocentista entre os anos de 1877 e 1879, mais conhecido como o triênio da grande seca que assolou o Nordeste ceifando a vida de quinhentas mil pessoas e ocasionando uma grande migração em massa para outras regiões. Além disso, o trabalho tem sua atenção voltada ao meio social que esses indivíduos estavam inseridos, como estes eram vistos pela elite e como foram explorados nos trabalhos das colônias e nas obras da cidade de Teresina.

Assim, tomando como a micro-história como um (não o único) dos caminhos teóricos a ser percorrido, a proposta de pesquisa aqui é analisar esses sujeitos nas bases microscópicas não vistas a olho nu. Carecendo de um olhar atento para aquelas fontes que foram produzidas por uma certa elite, mas que os seus protagonistas são esses sujeitos anônimos da história. Ou seja, "(...) é um traço da micro-história por excelência: buscar expor a história para os que a conhecem e também para os que a não conhecem, por meio da narrativa de casos miúdos" (Vainfas, 2002, p. 80-81).

Além disso, invoco aqui a autora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010) para falar da exclusão desses sujeitos no campo epistêmico, ou nas palavras da autora, dessa "violência epistêmica". E por mais que o debate teórico que essa autora se debruça fuja um pouco do tema desta pesquisa e deste artigo (a escritora trata no livro acerca dos debates pós-colonial), suas contribuições nos ajuda a entender sua célebre pergunta que dá título ao seu livro: "Pode o subalterno falar? " No caso das minhas fontes, os meus sujeitos não só falam como imploram. E são figuras centrais num período em que a elite era protagonista, mas, naquele momento (1877-1879) são esses

sujeitos que se tornam os protagonistas, mesmo sendo anônimos e mesmo tendo suas “falas” produzidas pela elite. Assim, “estou pensando na população em geral – não especialista ou acadêmica – ao longo do espectro de classes para quem a episteme opera sua silenciosa função de programação.” (Spivak, 2010, p. 54).

Desse modo, esta pesquisa foi realizada por meio da problematização e análise de documentos manuscritos correspondentes aos livros de códices da comissão de socorros públicos da província do Piauí, ou seja, os livros escritos pelos contratantes desta comissão, relatando sobre as relações estabelecidas entre os membros da comissão de socorros, os presidentes da província, os proprietários, os migrantes e demais trabalhadores pobres nesse contexto abordado. E também utilizo de recortes de jornais da época para analisar não só os discursos daquela elite, mas, bem como, compreender os muitos pedidos de socorros desses povos que utilizavam dessa ferramenta para pedir ajuda. Assim, o jornal analisado é “A Imprensa”, que funcionava como uma gazeta periódica através de assinaturas.

Essa pesquisa pretende ler, analisar a transcrição, a problematização dessas cartas, mapeando os sujeitos que as escreveram e os seus principais escritos a rogos. Os livros de códices trazem em suas linhas as condições em que se encontrava a população na província, bem como as principais necessidades que a Comissão de Socorros buscava sanar. Dessa forma, é importante notarmos a carência de trabalhos, mas também a exploração da mão de obra que chegavam a exaurir esses trabalhadores, às vezes, até a morte.

As fontes manuscritas expõem não apenas as ações de exploração destes trabalhadores, mas também as medidas de controle, uma vez que foi notado que havia a

recomendação por parte do governo de empregar os migrantes nas construções de obras públicas para se evitar o ócio e os malefícios, tais como: saques, roubos, prostituição, etc.

Nesse emaranhado de fontes, pretendemos cruzar as leituras, as informações, pois sabemos que trazem detalhes filigranados desses migrantes, desconhecidos pela historiografia, mas possível de validarmos sua importância pelos trabalhos e pela resistência que estabeleceram contra os proprietários dessa época na província do Piauí. Portanto, faço uso do “paradigma indiciário” do historiador italiano Carlo Ginzburg (1989) que se opõe àquela história que faz uso somente da estatística e acaba esquecendo que, por trás daqueles números, há uma humanidade e singularidade.

Ou seja, quando se está distante, você não consegue perceber a especificidade, a individualidade desses sujeitos. Quando você transforma as pessoas em número, você constrói uma distância que é incapaz de perceber que há uma micro-história. Assim, essa distância apaga a humanidade, a singularidade, a história de cada um desses indivíduos. “Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural.” (Ginzburg, 1989, p. 157). Assim, na documentação coligida, é possível lermos nas entrelinhas dos discursos oficiais, relatos difamatórios e desprezíveis, cujo objetivos estavam em macular as ações dessa população livre e na condição de migrantes pela pecha de “miseráveis” e “flagelados”. Por isso, planejaram e mapearam os lugares e os trajetos por onde essa massa de gente passava a fim de controlá-los e deixá-los sob vigilância.

Dessa forma, o trabalho metodológico aqui propos-

to é a partir das transcrições dos manuscritos e pontuar as questões e conceitos apontados pelos presidentes das comissões de socorros públicos, das correspondências com as autoridades, das petições e dos relatórios de atuações das assistências que será importante analisar o contexto narrado e situar os lugares dos sujeitos nas entrelinhas dos manuscritos, bem como o cotidiano desses trabalhadores. Assim, buscamos mapear os fazendeiros, os roceiros, homens livres e mulheres que resolveram migrar em busca de oportunidades de trabalho; depois de identificados esses sujeitos passamos a problematizar de como os temas de uso da terra e dos meios para modernizar os roçados chegaram até estes na forma de instrução para que os migrantes pudessem trabalhar nessa obra, pois além de “ajudar” na produção material da província, também estavam saindo da ociosidade.

Enfim, procuramos cercar, “garimpar” quaisquer indícios que nos apresenta como forma de instrução sobre o uso da terra e da relação que devem ter os lavradores com os espaços de trabalho e de produção. Conforme nos elucida Marc Bloch (2001, p. 55), o objeto de estudo dos historiadores são os homens no tempo. Mediante a isso, as fontes manuscritas expõem não apenas as ações de exploração destes trabalhadores, mas também as medidas de controle, uma vez que foi notado que havia a recomendação por parte do governo de empregar os migrantes nas construções de obras públicas na capital Teresina para se evitar o ócio e os malefícios.

Outrossim, ainda nos chama atenção as formas de como estes foram diversas vezes desclassificados pelas condições econômicas, sociais e políticas de seu tempo, na qual ocasionava uma dificuldade de que esses trabalhadores tenham um acesso livre desses à terra, como no caso dos agregados, vaqueiros, pequenos agricultores,

escravizados e retirantes.

Por outro lado, ainda nos chama atenção em como os presidentes provinciais se utilizaram dos migrantes para sua produção (Araújo, 1995). Essas frentes de trabalho referem-se a uma ocupação temporária para os migrantes, mas seu objetivo principal era mantê-lo ocupado e longe das elites, pois estes temiam saques de uma multidão que circulavam as vilas e terminavam por se concentrarem em Teresina (Neves, 2000).

Para tanto, importa-nos analisar as estratégias dos governos provinciais e dos proprietários na alocação desses roceiros em serviços privados e públicos. O que pretendemos analisar é como esses grupos se aproveitaram desse contingente populacional para explorá-los nos trabalhos das colônias e das obras públicas, oferecendo-lhes apenas uma miséria de proventos em que mal dava para alimentar suas famílias.

O fato que podemos registrar é que com a seca um grande contingente ficou sem trabalho, sem terra para plantar porque o fenômeno provocou uma desorganização do setor de abastecimento e une-se a isso a falta de alimentos e dos animais de criação que foram todos dizimados pela estiagem (Nunes, 2007).

Perante os percalços gerado pela seca a população teve que migrar, procurar outras terras que possibilitasse o plantio e foi essa massa de gente que os discursos oficiais intitularam de "faminta" e "desvalida" (Araújo, 1991). Portanto, importa-nos analisar os discursos da "assistência" e do "progresso" tão difundido nesses anos da seca para justificar o uso desses trabalhadores nos trabalhos da lavoura.

Para Araújo, "a população sertaneja, sentindo a falta de água, o desaparecimento dos rebanhos e a impossibilidade de preservar a economia de subsistência, inicia a

migração (1991, p. 40). De fato, desprovidos dos meios que pudessem sustentar suas numerosas famílias em seus locais de origem, os pobres camponeses não tiveram outra opção senão buscar refúgios em outras terras para buscar auxílios e aliviar suas famílias da fome, das moléstias e da falta d'água.

Por isso, uma população debilitada que precisava de alimentos, roupas, remédios para que depois de firmar o corpo e a família em alguma terra, pudessem se dedicar ao trabalho, mas não era essa a expectativa que tinham as autoridades para com esses migrantes. Ao contrário disso, o olhar era de medo e desprezo, logo, tinha como interesses aproveitá-los nas suas fazendas como força de mão-de-obra barata, mas não queria que essa população ficasse ociosa nos arrabaldes da capital da Província.

Os autores que mais se debruçaram sobre a temática da estiagem no Piauí foram Manuel Domingos Neto, Geraldo Almeida Borges e Maria Malfada Balduino de Araújo. Estes trouxeram contribuições importantíssimas para a historiografia piauiense no que concerne a este evento e das ações que as autoridades projetaram para controlar esses retirantes. Também podemos citar uma gama de narrativas que foram sendo construídas pela literatura da seca, cuja referência nos estudos nesta área centra-se em Silva (2005; 2013) ao propor um entrecruzamento da História com a ficção com a literatura da seca que foram produzidas entre os séculos XIX e XX.

Portanto, uma das justificativas para a elaboração desse trabalho é fazer uma história do "povo", a história da "gente comum", de acordo com o que Edward Thompson se debruçou em "Costumes em Comum" (1998). Com isso, um dos objetivos é trazer estes sujeitos isolados para os debates historiográficos.

Assim, não devemos perder a esperança na história

pelo simples fato que a cada período a maldade humana aparece, tal como o historiador Carlo Ginzburg ao dizer no final do seu livro “Olhos de madeira” o seguinte: “Nossa capacidade de contaminar e destruir o presente, o passado e o futuro é incomparavelmente maior que nossa fraca imaginação moral. ” (Ginzburg, 2001, p. 218). Devemos, então, manter a cabeça erguida e não deixar que nossa imaginação seja tomada por um pessimismo e uma preocupação de contaminação dos laços temporais que acabe atrapalhando o nosso fazer histórico, pois é ela, “a História nos une aos séculos passados e transmite o que nós somos aos séculos futuros.” (Hartog, 2017, p. 12). A reconstrução do passado depende desse árduo trabalho que

(...) reconstruir mundos é uma das tarefas essenciais do historiador, e ele não a empreende pelo estranho impulso de escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado – mas para conversar com os mortos. Fazendo perguntas aos documentos e prestando atenção às respostas, pode-se ter o privilégio de auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas. Se rompermos todo contato com mundos perdidos, estaremos condenados a um presente bidimensional e limitado pelo tempo; achataremos nosso próprio mundo (Darton, 1987, p. 07).

Falando em arquivo (falo do espaço físico), estão ali nossos sujeitos à espera de um diálogo que é de responsabilidade do historiador interrogá-las. É por meio desse exercício que o historiador conseguirá um avanço no diálogo e que muitas vezes não gostará das respostas que os seus sujeitos irão dar, como bem nos alerta a Arlette Farge (2009).

Visitar o arquivo é tarefa essencial do historiador, mas quem nunca desejou voltar ao passado e ver com seus próprios olhos os seus segredos? No entanto, o que nos resta é interrogar as fontes, que não é nada fácil, principalmente quando o material é de periódicos jornalísticos e, se o leitor for descuidado, pode tomar aquilo como

uma verdade absoluta, ou quando é necessário fazer um trabalho paleográfico para depois iniciar a operação historiográfica (Certeau, 1982). Seria bom voltar no tempo, ou, como diria Marc Bloch: "Qual historiador não sonhou poder, como Ulisses, alimentar as sombras com sangue para interrogá-las?"³⁸ (Bloch, 2001, p.74).

Saindo desses devaneios, voltemos aos nossos sujeitos como foco dessas pesquisas que não são muito diferentes daqueles das fontes policiais explicitadas pela Arlette Farge (2009):

Mendigos, desocupados, dolentes, ladras ou sedutores agressivos emergem um dia da multidão compacta, fígados pelo poder que os perseguiu em meio à sua agitação habitual, ou porque estavam onde não deviam, ou porque eles próprios decidiram transgredir e chamar a atenção, ou talvez ser nomeados, enfim, diante do poder (Farger, 2009, p. 31).

Desse modo, o propósito deste artigo é tratar acerca da gente comum nos moldes da metodologia da história vista de baixo do historiador Edward Thompson (2001) que procurava buscar uma ideia das classes populares da Inglaterra ao longo da história, ou seja, a análise da vida desses sujeitos deveriam ser de dentro do próprio contexto inglês, e não de análises estranhas àquela realidade vivida. Portanto, a classe Thompson tinha sua importância na escrita da História.

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um pro-

38. Para entender a passagem, ver o canto XI da Odisseia, de Homero. *HOME-RO. Odisseia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 297-319.

cesso histórico real" (Thompson, 2001, p. 274).

Ademais, seguindo os caminhos do historiador italiano Carlo Ginzburg (1989), com foco nos trabalhadores livres e migrantes na seca no Piauí oitocentista (1877-1879), na qual esses indivíduos foram muitas vezes desclassificados pelas organizações políticas e econômicas de seu período, cuja ocasionava um empecilho para que esses sujeitos tivessem um acesso à terra - como no caso dos posseiros, agregados, vaqueiros, pequenos agricultores, escravizados e retirantes.

Porém, muitos desses indivíduos ainda permanecem no anonimato, não se sabe sequer os nomes desses sujeitos, e um dos objetivos deste trabalho é mostrar que esse povo tinha nome e uma história para contar. Assim, "o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome" (Ginzburg, 1989, p. 174).

No capítulo *"Sinais raízes de um paradigma indiciário"*, Carlo Ginzburg inicia sua escrita com uma citação do historiador alemão Aby Warburg onde este diz o seguinte: "Deus está no particular." (Warburg, Apud Ginzburg, 1989, p. 143). Ou seja, um dos objetivos do Ginzburg deste artigo é dizer que o sentido da História está nas "pequenas coisas". Os detalhes negligenciados, que as pessoas não prestam atenção, são de suma importância para o historiador da micro-história. Ou seja, na análise de nossas fontes, encontramos uma problemática: não há de forma explícita as funções exercidas por esses trabalhadores livres, mas sabemos que há trabalho ali, já que foi citado nas fontes obras públicas, então imaginamos que nessas obras houve práticas de trabalhos pesados envolvendo a força bruta

Dessa forma, fazemos uso daquilo o Carlo Ginzburg

(1989) resolveu chamar de “paradigma indiciário” (paradigma - uma nova forma de chegar a um conhecimento; indiciário - feito por indícios, por pequenos elementos, pequenas pistas) e são nesses mínimos detalhes que aparece uma história oculta, não vista a olho nu, vista através de um olho calibrado que pode ser de um historiador, um investigador de algum romance policial, de analista clínico, etc. Esses sinais marginalizados, esquecidos e com “pouca relevância” muitos se assemelham com os rastros deixados pela “presa” de um caçador.

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tudo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas (Ginzburg, 1989, p. 151).

Esse conhecimento indireto, parecido com aquilo que o historiador faz ao percorrer os caminhos do passado para a reconstrução de uma história, vem a partir dessas pistas, desses paradigmas indiciários. Logo, você consegue construir uma parte do todo. E esse trabalho de decifração se refere ao passado. Portanto, Carlo Ginzburg toma emprestado o método de crítica das obras de arte do historiador italiano Giovanni Morelli, na qual este desenvolveu uma técnica de análise rigorosa das pinturas para identificar aquilo que era falso e aquilo que era verdadeiro.

Vejamos rapidamente em que consistia esse método. Os museus, dizia Morelli, estão cheios de quadros atribuídos de maneira incorreta. Mas devolver cada quadro ao seu verdadeiro autor é difícil: muitíssimas vezes encontramos frente a obras não-assinadas, talvez pintadas ou num mau estado de conservação. Nessas condições, é indispensável poder distinguir os originais das cópias. Para tanto, porém (dizia Morelli), é preciso não se basear,

como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Peruginho, o sorriso dos de Leonard, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés (Ginzburg, 1989, p. 144).

Essa micro-história muito se assemelha com o trabalho do biólogo onde este consegue enxergar a vida através de um microscópio. Também pode se assemelhar a um filme cujo atores coadjuvantes demonstram que também é uma peça fundamental para o enredo da história. Logo, o labor do historiador, que adota essa metodologia, é de conseguir captar um universo desconhecido através de uma análise minuciosa das fontes.

A ideia que se pode revelar muito olhando com atenção para um lugar onde aparentemente nada acontece sugere, se não um procedimento, ao menos a qualidade de observação ou de uma perspectiva frente aos objetos da análise. Uma atitude intelectual que se alimenta da convicção de que o olhar através do microscópio, o interesse pelo minúsculo - ou mesmo, no limite, pela miudeza e por aquilo que mais facilmente se negligencia -, pode revelar dimensões inesperadas dos objetos e, com sorte, perturbar convicções arraigadas no domínio da história (Espada lima, 2006, p. 14).

Desse modo, a intenção aqui é fazer com que a história desses fantasmas da história ganhe cada vez mais espaço nos debates acerca dessa temática. Nesse sentido, podemos questionar como escrever a história acerca da vida desses indivíduos sem rostos, desconhecidos? A multidão na história, que tanto nos fala George Rudé (1991), pode ajudar a resolver esse questionamento. Assim, "como todo imaginário social, o dos operários está povoado de fantasmas. Mas os fantasmas também fazem a história" (Perrot, 2007, p. 77). Dessa maneira, "no passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhe-

cer somente as 'gestas dos reis'. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais, se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. " (Ginzburg, 2006, p. 11).

À vista disso, para a historicização da seca no Piauí oitocentista, trago um trecho que lhes apresento do jornal "A imprensa", que noticiava a situação calamitosa que afetava a província do Piauí. Contexto este que envolvia a seca, a migração em massa e uma elite que criticava toda aquela situação, pois temiam saques, vandalismos, vagabundagem, entre outros adjetivos que eles usavam para tratar dessa gente retirantes que vagavam pela cidade, sem ter onde ficar e o que comer. Dito isso, vejam como essa cena foi noticiado na época:

A situação da província é desesperadora. Por toda parte se desenrola o quadro lúgubre da fome e da miséria. O inverno transacto foi escasso, as colheitas diminutas; mas não soffreriam totalmente as populações derramas em sua superfície senão fosse a enorme emigração das provincias vizinhas assoladas por esse flagelo. O governo que tudo concentra em suas mãos, não curou a tempo do remedio a applicar ao mal. Que tendia a aumentar e desenvolver-se com a falta de chuvas na estação propria, com o desaparecimento dos generos de primeira necessidades e com o meios de socorrer as localidades centraes que precisassem do seu auxilio. Do municipio de Oeiras, que alias não é dos mais ceatraes, escrevem-nos em data de 29 do mez findo: «Ainda não temos tido chuvas que animem: as poucas que houverão, forão hamais de mez. Tudo aqui falta e quando alguma couza apparece no mercado vende-se por um preço fabuloso. A farinha de mandioca e o arroz, unicos generos que ainda se encontrão, embora escassos, estão a preço de 23, 5500 a quarta, ou medida de 50 litros; as rapaduras regulão de 305 a 40, 5000 a carga e o assucar a 800 reis a libra. Os fazendeiros tem perdido todo o gado de suas fazendas; os mais felizes estão reduzidos a metade. A emigração agora é espantosa; os emigrantes são verdadeiros esqueletos que se movem cambaleando, sobre dous pés; andam completamente nus. Nunca suppoz ver tanto horrores e tantas miserias. Não desesperarei ainda, porque a esperança é a unica couza que abandona ao homem.³⁹

39. A Imprensa. 12 jan. 1878, p. 1.

Como podem ver, o autor dessa notícia tem a intenção de informar a conjuntura do Piauí naquele período, que era de uma calamidade que afetava ambas as classes sociais, mas, obviamente, atingia com mais força as classes mais baixas. Ademais, a narrativa adotada por esse autor ao falar dessa questão se assemelha a um gênero literário de terror, porém, ele está falando de algo que realmente aconteceu. A sua produção é do final do século XIX e os escritos produzidos naquela época não têm os mesmos moldes que se têm hoje. Ou seja, as pessoas daquele período consumiam esses jornais não somente para se informar, mas, bem como, para se entreter. Cabe salientar que, dentro desses periódicos, havia espaços dedicados a literatos para que estes escrevessem seus contos onde eram divididos em partes que eram lançados semanalmente. Logo, percebe-se que os não literatos copiavam o estilo da narrativa para informar os leitores as últimas notícias.

Além disso, o jornal faz uma crítica ao presidente provincial, que era o Raimundo Meneses de Carvalho (governou entre nove de janeiro de 1878 até vinte e sete de fevereiro do mesmo ano), do partido conservador, na qual o jornal afirma que “O governo que tudo concentra em suas mãos, não curou a tempo do remédio a aplicar ao mal”. Ou seja, entende-se que o governo estava concentrando tudo em suas mãos mas não agiu a tempo para evitar essa situação.

No entanto, ao analisarmos mais afundo essa questão, percebemos que esses jornais mantinha um tom de sensacionalismo, e, a depender de quem estava no governo, eles apoiavam ou criticavam. Neste caso, o jornal “A imprensa”, que tinha um caráter liberal, tece críticas ao governo da época – Raimundo Meneses de Carvalho – que era do partido conservador, ou seja, oposição, predominavam dois partidos políticos no período imperial:

partido conservador e o partido liberal (Carvalho, 2008).

Desta maneira, percebe-se que, diante dessa situação nada agradável, ainda havia disputas políticas que usavam da seca para construir suas narrativas que favorecessem seus interesses. Sobre isso, no mais recente artigo que trata desse assunto (“MIGRAÇÃO, SECA E A IMPRENSA NO PIAUÍ (1877-1879)”), escrito pelos autores Cássio Borges e Francisco Gleison (2022), também defende a ideia que a narrativa que tratava do tema da seca era de acordo com os interesses jornalísticos. Desse modo, quando citava ajuda para esses migrantes, na maioria das vezes era seguido de uma crítica ao presidente provincial. No entanto, neste mesmo jornal (A Imprensa), predominava um tom narrativo de menosprezo sobre esses sujeitos, como salienta Cássio Borges e Francisco Gleison (2023):

Nas narrativas vemos contundentes expressões que desprezavam essa população e os viam como ignóbeis, analfabetos e com frequência os termos de “infelizes”, “esqueletos ambulantes”, “desgraçados”, “famintos”, “paupérrimos”, “incivilizados”, “ociosos”, “desvalidos”, dentre outros, foi reverberado em diversos meio de comunicação e relatórios do governo (Borges; Monteiro, 2023, p. 232).

Longe de querer desqualificar o trabalho da imprensa naquela época, já que foi um período de muita luta para a conquista de um espaço e do direito para informar. E, nessa ação, as críticas ao governo imperial surgiram como símbolo da liberdade de imprensa.

Na imprensa piauiense do final do século XIX, tiveram destaque os questionamentos dos intelectuais para as críticas ferrenhas ao governo imperial, onde por meio das páginas dos jornais, os seus escritores expunham diretamente os seus pensamentos e opiniões a respeito da realidade e da necessidade da formação de uma consciência política para o exercício da cidadania, através de um discurso que enfatizava a importância do ideal de liberdade (Barroso; Filgueira, 2011, p. 07).

No entanto, esses mesmos órgãos, desenvolviam

seus noticiários de acordo com os interesses do partido que aquele jornal apoiava e, muitas vezes, estavam atreladas aos discursos das elites, já que boa parte de seus leitores eram pessoas letradas e com algum poder aquisitivo e que tinham acesso a um espaço naquele jornal onde pudesse destinar seu texto, caso pudesse pagar.

Portanto, em conclusão, no contexto da seca, não foi diferente. Algumas notícias publicadas pelo jornal A imprensa no supracitado período, manteve um tom preconceituoso para com essa classe de retirantes, indo de encontro com aquilo que as elites temiam: a desordem na sua cidade.

Referências

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *O poder e a seca de 1877/79 no Piauí*. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Cássio; MONTEIRO, Francisco. Migração, seca e a imprensa no Piauí (1877-1879). In: ROCHA, Cristiana (Orgs). *Brasis: Terra, Trabalho e Natureza*. Teresina: Editora EdUESPI, 2023, p. 216-236. Disponível em: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/136>. Acesso em: 25 jul. 2024.

CARVALHO, José. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro:

Forense-Universitária, 1982.

DARTON, Robert. *Boêmia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HARTO, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HEGEL, Friedrich. *Linhas fundamentais da filosofia do direito, ou, Direito natural e ciência do estado em compêndio*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2010.

HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NEVES, Abdias. *Um manicaca*. 3 ed. Teresina: Corisco, 2000.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Teresi-

na: FUNDAPI, 2007.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. *A representação da seca na narrativa piauiense: século XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2005.

SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. *Para uma historiografia literária do Piauí: a narrativa da seca*. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

06

Violência e crimes no Piauí na seca de 1877-1879

Márcio Douglas de Carvalho e Silva



Em 1877, iniciou-se uma seca cujos efeitos climáticos e sociais se estenderam de forma mais intensa até 1879, atingindo várias províncias do Norte do Império brasileiro, como o Ceará e o Piauí. As notícias sobre a seca no Piauí começaram a ser publicadas pelo jornal *A Imprensa*, ainda em maio de 1877. Segundo o que foi reportado, em abril daquele ano, a comarca de Príncipe Imperial já se encontrava em “estado aflitivo” devido à falta de chuvas, prevendo-se as consequências que se seguiram, como a fome, a “miséria extrema” e a migração de seus habitantes (*A Imprensa*, nº 505, 2 mai. 1877, p. 4).

No final de 1877, os efeitos da seca já eram sentidos em Jaicós e Piracuruca, onde o temor havia se instalado ainda no primeiro semestre daquele ano. Em outros locais, como Teresina, Amarante, Parnaíba e Campo Maior, ainda era possível encontrar mantimentos e, embora a migração já estivesse presente, os efeitos ainda não eram tão graves quanto aos já sentidos em Oeiras. Ainda assim, ao menos em 1877, as consequências da seca no Piauí foram parciais. No ano seguinte, outras áreas da província sentiram os impactos de forma mais direta. Com poucas chuvas e espaçadas, Campo Maior e Amarante foram alguns desses locais.

A migração de pessoas do Ceará em direção ao Piauí, assim como de piauienses que se deslocavam entre os diferentes municípios da província, aumentava à medida em que os meses passavam. Em maio de 1878, foram remetidas, pela Comissão de Socorros Públicos de Oeiras para a comissão de Amarante, 123 famílias, para “de lá terem destino dado pelo governo”. Além dessas, a comissão alertava: “assim se acham nesta cidade não pequeno número desses infelizes, os quais terão o mesmo destino”,

algo para o qual já estavam tomando providências, “em vista da continuidade da corrente de emigração”, não sendo conveniente “de forma alguma deixar-se acumular maior número nesta cidade, já pela falta absoluta de gêneros alimentícios, já pelas más condições higiênicas em que se acham os seus habitantes” (APEPI. Comissão de Socorros Públicos de Oeiras, 16 de outubro de 1878). Em junho, o comandante do destacamento de Oeiras, João Miguel Mendes, alertava em documento sobre “o estado de miséria da emigração provinda do Ceará, Jaicós e Picos” (APEPI. João Miguel Mendes, Comandante do Destacamento da cidade de Oeiras e Alferes do Exército, 16 de junho de 1878).

Além do encarecimento e da escassez de gêneros, o aumento da migração agravou os problemas dessas localidades. Muitas dessas migrações que ocorriam do Ceará em direção ao Piauí eram formadas por grandes grupos de pessoas. A união de diferentes integrantes de uma família, e até agregados, fazia com que esses grupos de migrantes pudessem chegar a dezenas de indivíduos, como era o caso dos liderados por José Francisco Pacheco, que se encontrava na vila de Marvão “com quarenta pessoas vindas do Ceará em sua companhia (...) completamente desprovidas de qualquer recurso”. Para sua sobrevivência, o governo autorizou a Comissão de Socorros daquela vila a comprar, a preço corrente de mercado, “quarenta litros de farinha, duzentos de feijão, dois bois para matalotagem” (APEPI. Palácio do Governo do Piauí. Ofício nº 148, de 31 de janeiro de 1878).

Em documento encaminhado pela Comissão de Socorros Públicos de Oeiras ao presidente da província, Sancho Barros Pimentel, em 1878, relatava-se que os recursos enviados “não chegam para salvar-lhes as vidas, visto que morrem constantemente de fome, apesar da mesquinha

ração que se lhes distribui". A comissão pedia a atenção do presidente para aquela "calamidade", a fim de que tornasse "eficaz o socorro público que é devido a este pobre povo que não tem outro recurso senão a proteção que o governo lhes oferece", diante do "quadro doloroso que há um ano está aos olhos de todos" (APEPI. Comissão de Socorros Públicos de Oeiras. Ofício enviado ao presidente da província do Piauí, Sancho Barros Pimentel, 1878).

De todos os requerimentos feitos junto às Comissões de Socorros do Piauí durante os anos de 1877-1879, era comum que os migrantes ou piauienses recorressem pedindo geralmente alguma fazenda, gêneros, víveres, roupas ou o auxílio que o governo achasse conveniente. No entanto, o requerimento de João Vieira Passos apresentava uma variação específica: natural de Ipu, província do Ceará, "onde reside e tem exercido diversos cargos populares e de nomeação do governo, achando-se reduzido à pobreza em consequência da seca que acabou com todos os seus bens", solicitou ao governo do Piauí "auxílio em dinheiro" para migrar "daquela para esta província sua numerosa família composta por 38 pessoas, a fim de preservá-la da morte" (APEPI. Palácio do Governo do Piauí. Ofício nº 143, de 17 de maio de 1878).

Este exemplo se destaca por se tratar de mais um caso de família numerosa, que possivelmente incluía parentes colaterais, parentes por afinidade e agregados; além disso, o requerente, pela descrição que fez, era uma pessoa com influência política por ter exercido cargos públicos e, assim como muitos, havia perdido seus bens em decorrência da seca. O seu requerimento se diferencia porque pedia ajuda para migrar do Ceará, ao contrário dos demais que assim faziam quando já estavam em solo piauiense. A resposta assinalada no topo do documento dizia: "não são permitidos pelo governo auxílios em

dinheiro" (APEPI. Palácio do Governo do Piauí. Ofício nº 143, de 17 de maio de 1878).

De forma diversa a João Vieira, outro cearense, Francisco Rodrigues Lima Bastos, que possuía bens, instrução acadêmica e influência política, realizou o deslocamento enquanto ainda tinha recursos para isso, chegando ao município de Oeiras em 1877. Seu requerimento, de modo específico, envolvia o pedido de um cargo de promotor público no Piauí. Com longa experiência como advogado, juiz municipal e promotor público, acreditava que teria facilidade em assumir uma das 16 vagas de promotor na província do Piauí, por essas estarem ocupadas por iletrados ou leigos. No seu rogo, citava também a necessidade de "sustentar sua numerosa família composta de 13 filhos, sendo um destes paralítico e mentecapto" (APEPI. Comissão de Socorros Públicos de Oeiras, 31 de outubro de 1877). Mesmo diante de suas súplicas, o bacharel Lima Bastos não teve muito sucesso e, embora tenha conseguido ocupar temporariamente cargos públicos no Piauí, reemigrou com sua família para o Ceará em 1879.

Alimentando a esperança de uma boa colheita, no começo de 1879, logo após as primeiras chuvas, foi autorizada pelo governo da província do Piauí a distribuição de milho e arroz para serem cultivados nas roças dos emigrantes (A Imprensa, nº 582, ano XIV, 26 fev. 1879, p. 1). Assim como no ano anterior, tanto nos Núcleos Coloniais do Piauí, que recebiam migrantes, quanto em várias comarcas da província, as poucas chuvas que caíram foram apenas um prenúncio da renovação da esperança, logo se transformando em decepção com a perda das sementes.

O indicativo de inverno era algo animador para aqueles que aguardavam o fim daquela quadra, e também servia como argumento para o governo provincial tentar cessar os recursos para os socorros públicos. Em

janeiro de 1878, a Comissão de Socorros de Oeiras esclareceu ao presidente da província, em resposta ao ofício enviado por ele, ordenando que aquela comissão deveria “cessar bruscamente os socorros prestados pelo Estado aos retirantes, por haver melhorado o abastecimento de gêneros nos mercados das cidades e vilas das províncias, cujas populações foram pela seca obrigadas a emigrar”, fazendo os emigrantes “regressarem aos seus lares” mostrava-se algo “irrealizável”, pois a seca continuava “neste município e nos vizinhos”, e não havia plantações que pudessem oferecer boas colheitas. A menos que se empregasse a força “para coagir o retirante”, a medida seria inviável. Além disso, argumentava que entre as pessoas que se encontravam em Oeiras, parte era composta pela “população pobre da província, outrora domiciliada em outro município” (APEPI. Comissão de Socorros Públicos de Oeiras, 03 de dezembro de 1878).

Não sendo possível descontinuar os socorros públicos definitivamente naquele ano, devido à continuidade da seca, só foram encerrados a partir de 1879, nas comarcas e termos da província onde a crise, seja pela escassez das chuvas ou pela forte presença de migrantes, combinada com o primeiro fenômeno, provocou maiores consequências. Entre essas localidades estavam Príncipe Imperial, Independência, Piracuruca, Piripiri, Pedro II, Marvão, Campo Maior, Livramento, Humildes, Teresina, Amarante, Valença, Oeiras, Picos, Jaicós, São João do Piauí e São Raimundo Nonato.

Segurança pública, violência e crimes no Piauí na segunda metade do século XIX

Com a extensão da seca, muitos recorriam ao crime,

e, em bandos, roubavam e matavam o gado. Em março de 1878, faleceu “sucumbindo aos efeitos da fome” na cadeia pública de Príncipe Imperial o preso Sebastião Ribeiro da Silva, “processado pelo crime de furto de gado, ocasionado pela seca que assola aquela localidade” (APEPI. Secretaria de Polícia do Piauí. Ofício nº 152, de 18 de março de 1878). Em documento datado de dias antes da morte de Sebastião, registrou-se na delegacia as queixas sobre o baixo valor das diárias pagas para alimentar os presos, que eram de 160 réis, em comparação aos preços dos gêneros alimentícios, “onde o litro de farinha custa 560 réis e uma rapadura, 1.280 réis” (APEPI. Delegacia de Polícia de Príncipe Imperial, 04 de março de 1878).

Em Teresina, a realidade da casa de detenção, no final de 1878, não era diferente: os presos recolhidos naquele local se encontravam “sofrendo horrivelmente os efeitos da fome, a ponto de já se acharem entre eles alguns que mal se podem manter em pé”. O relato do chefe de polícia, feito ao vice-presidente da província, Mariano Lustosa do Amaral, era acompanhado de uma reclamação já conhecida: o baixo valor da diária, que continuava fixada em 160 réis, insuficiente para suprir as necessidades básicas de uma pessoa naquela época, quando os gêneros alimentícios subiam “a preços excessivamente altos”.

A estrutura das cadeias no Piauí também não era adequada. Em janeiro de 1877, o relatório provincial já indicava essa realidade:

Sente-se geralmente nesta província a falta de edifícios apropriados à reclusão dos delinquentes e cumprimento das penas a que estão condenados. As cadeias, com exceção das da capital e Oeiras, de má construção e deterioradas, não oferecem as indispensáveis acomodações e necessária segurança. Reconheço que as dificuldades financeiras com que luta a província constituem, na atualidade, um embaraço quase invencível, para o melhoramento e reparo de tais edifícios, entretanto é indispensável que alguns pontos da província mais distantes da

capital sejam dotados de cadeias que ofereçam ao menos as condições de segurança (Piauí, 02 de janeiro de 1877, p. 08).

Verifica-se tratar de uma época em que as formas de resistência à fome imposta pela seca, à pobreza e até à morte incluíam a prática de ações que infringiam a lei vigente. O homem sertanejo, de certa maneira, encontrava-se preso a uma condição imposta e que exigia iniciativa para, de alguma forma, romper com a situação a que estava exposto.

Talvez temendo o mesmo destino de outros encarcerados que já haviam “sucumbido” à fome, no mês anterior, um grupo de presos, que “se encontravam recolhidos” na cadeia de Príncipe Imperial por crimes de furto de gado, “rebelaram-se contra o carcereiro e as praças ali existentes”, evadindo-se 20 deles após luta corporal contra cinco praças, três soldados e um carcereiro. Do total de fugitivos, Sebastião Francisco Quaresma, de Príncipe Imperial, André Alves Moraes e Manoel Vicente Nascimento, ambos de Independência, não foram recapturados (APE-PI. Delegacia de Polícia de Príncipe Imperial, 07 de fevereiro de 1878).

A interpretação de Frederico de Castro Neves sobre esse tipo de ação tomada pela população leva à compreensão de que se trata de uma reação às forças dominantes e, portanto, “uma ação efetivada por um sujeito coletivo formado espontaneamente não pode ser criminalizada (...). Sua formação espontânea, sua violência ritual, a fome como motivação principal e seu objetivo definido garantem à multidão uma legitimidade social”, ultrapassando os limites do direito e as normas do paternalismo consagrado (Neves, 2000, p. 66).

Os efeitos da seca, que afetavam a segurança pública e levavam a população a desobedecer às leis, não

foram exclusivos dessa região da província, mas ali causaram muito temor e pressão sobre as autoridades, que cobravam mais recursos do poder provincial, como o reforço de contingente humano para garantir a segurança pública, diante da ameaça constante de “assalto por ladrões famintos”, assim como de criminosos que surgiam “de várias frentes”. Diante do perigo iminente, as autoridades locais lamentavam o baixo número de praças para assegurar a ordem nas áreas sob sua administração (APEPI. Promotoria de Polícia de Príncipe Imperial, 07 de fevereiro de 1878). Diante da crise social, o delegado de polícia de Piri-piri, “por encontrar-se esgotado de gêneros alimentícios o termo de sua jurisdição, fez regressar” para Teresina “o destacamento daquela localidade” (APEPI. Secretaria de Polícia do Piauí. Ofício nº 120, de 02 de março de 1878).

Nos discursos governamentais, foi registrado um aumento da criminalidade no Piauí durante os anos de seca. Nos relatórios dos presidentes da província, os principais responsáveis por essa elevação eram os migrantes cearenses. Ao longo dos três anos, em diversas ocasiões, o governo associou a presença dos migrantes ao aumento da criminalidade no Piauí. Em agosto de 1877, afirmava-se o seguinte:

(...) sendo enorme o número de emigrantes existentes em diversas comarcas da província, e notavelmente em Pedro 2º, Príncipe Imperial, Oeiras, Valença, Jaicós e Parnaíba; vivendo no número deles alguns criminosos e desertores, a prudência aconselha o emprego de medidas preventivas, e neste sentido encontrará V. Exc. algumas providências tomadas, menos quanto a Pedro 2º por falta de força para destacar (Piauí, 15 de agosto de 1877, p. 06).

Em junho de 1878, o relatório do presidente Sancho de Barris Pimentel mais uma vez alertava sobre a ameaça à segurança individual e à propriedade particular, afirmando: “(...) não é esmagador o estado da segurança

individual e da propriedade. Tenho recebido das autoridades policiais constantes pedidos para que sejam aumentados os destaques, pois são frequentes os casos de ataque à propriedade, dos quais são autores, em grande parte, os retirantes impelidos pela fome” (Piauí, 1º de junho de 1878, p. 06).

Em 1879, os crimes ainda eram atribuídos às consequências da seca, à migração e à falta de forças policiais: “os relatos de crimes contra a propriedade privada (...), tornaram-se comuns durante o período das secas, assim como a dificuldade de combatê-los, tanto pelo baixo contingente policial da província quanto pela indiferença das autoridades em punir os responsáveis pelos delitos”. Em vista disso, “a principal causa desse aumento é certamente a presença de um grande número de emigrantes que, impelidos pela fome, buscam em nossa província o necessário para sua subsistência. Contribuem também para essa situação a falta de destacamentos em diferentes partes da província, capazes de fazer respeito à vida e à propriedade dos habitantes, além da impunidade de alguns crimes que, infelizmente, ainda encontram protetores” (Piauí, 11 de dezembro de 1879, apensos).

Tabela 01: Crimes praticados na província do Piauí entre 1872 a 1882

Ano	Período	Crimes	Ocorrências	Total
1872-1873	Junho 1872- Maio 1873	Não detalhados		55

1873-1874	01 junho 1873- 14 maio 1874	Homicídios	15	73
		tentativas de homicídio	03	
		Infanticídio	01	
		Ferimentos e ofensas físicas	33	
		Roubos	04	
		Furto	08	
		Estupros	03	
		Raptos com violência	01	
		Falsidade	01	
		Fuga de preso	01	
		Tentativas de redução de pessoa livre a escravidão	02	
		Injúria	01	
1874	Abril-novembro 1874	Homicídio	11	34
		Tentativa de Homicídio	06	
		Ferimentos graves	08	
		Ferimentos simples	05	
		Roubo	02	
		Fuga de preso	01	
		Uso de armas	01	
1875	Abril 1875	Homicídio	04	15
		Tentativas de homicídio	04	
		Ferimentos e ofensas físicas	03	
		Roubo	03	
		Furto	01	
1875	Junho de 1875	Não detalhado		05
1875-1876	Maio 1875 - Junho 1876	Homicídio	14	54
		Tentativa de homicídio	04	
		Ferimentos e ofensas físicas	28	
		Resistência	01	
		Roubo	02	
		Furto	02	
		Estupro	02	
1876	01 agosto – outubro	Homicídios	04	22
		Tentativa de Homicídio	02	
		Ferimentos e ofensas físicas	15	
		Fuga de preso	01	
1876-1877	Outubro 1876 - Abril 1877	Homicídios	03	28
		Tentativa de homicídio	03	
		Ofensas físicas	17	
		Resistência	02	
		Roubo	01	
		Furto	02	

1878	Fevereiro – junho	Homicídios	03	21
		Tentativas de homicídios	01	
		Ferimentos e ofensas físicas	08	
		Roubos	03	
		Furtos	06	
1878	Maio – dezembro	Assassinatos	09	47
		Tentativa de assassinato	03	
		Ferimentos e ofensas físicas	17	
		Furtos	09	
		Fuga de presos	07	
		Moeda falsa	01	
		Roubo	01	
1879	Janeiro – abril	Não detalhado		10
1879	Março – novembro	Homicídio		45
		Ferimentos	13	
		Roubos	12	
		Furtos	02	
		Fuga de presos	12	
1879-1881	Setembro 1879 - Dezembro 1881	Homicídio	13	61
		Fuga de presos	05	
		Ofensas físicas	25	
		Estupro	01	
		Roubo	03	
		Estelionato	01	
		Furto	10	
		Responsabilidade	01	
		Aborto	01	
1881-1882	Dezembro 1881 - Maio 1882	Injúria	01	77
		Não detalhado		

Fonte: Relatórios dos presidentes da província do Piauí (1872-1882)

Com base nos dados, identifica-se um aumento da ocorrência de crimes entre 1877 e 1879, em comparação com os anos anteriores e posteriores (sem considerar a expressividade dos crimes nos anos de 1872 a 1874, precedentes ao início da seca), verificando-se flutuações nos tipos e quantidades de crimes entre 1872 e 1882.

Nos anos anteriores à seca, observa-se a presença constante de atos violentos como tentativas de homicídios, homicídios, ferimentos e ofensas físicas, e crimes

contra o patrimônio, como furtos e roubos, indicando que antes da seca, os crimes predominantes caracterizavam-se pela violência interpessoal. Entre 1873 e outubro de 1876, registraram-se 67 homicídios e 92 casos de ferimentos ou ofensas físicas, totalizando 159 ocorrências. Roubos e furtos somaram 22.

Com a crise social e econômica agravada pela seca, o cenário criminal piauiense apresentou mudanças visíveis. Paralelamente à continuidade da violência física, observou-se um aumento expressivo de crimes contra a propriedade privada, como furtos e roubos, sendo 33 casos registrados entre outubro de 1876 e novembro de 1879. O número de tentativas de homicídios e assassinatos, ferimentos e ofensas físicas, foi de 55, inferior ao registrado entre os anos de 1873 e 1876. Além disso, registros de “fuga de presos” apareceram com mais frequência nesse período, saindo de 3 casos entre os anos de 1873 a 1877, para 13, entre 1878 e 1879.

Após o fim da seca, a criminalidade na província não retornou ao padrão anterior. Os crimes se tornaram mais diversificados, incluindo delitos já verificados pontualmente em anos anteriores, como estelionato, aborto e injúria, estupro e moeda falsa.

Entre setembro de 1879 e maio de 1882, foram registrados 138 crimes, sendo 77 deles sem especificação da natureza praticada. Esse dado, associado à crise social impulsionada pela seca, pode indicar uma relação direta com as suas consequências, que não cessaram ao final do ano de 1879. De setembro de 1879 a dezembro de 1881, foram registrados 13 casos de roubos e furtos e 5 fugas de presos. Há também a expressividade do número de homicídios (13) e ofensas físicas (25), porém, somados não alcançaram os picos de 1878.

Ao analisar a violência em Teresina, a historiadora

Maria Mafalda Baldoíno de Araújo contabilizou 96 casos de furtos e/ou roubos entre 1876 e 1882. Segundo ela, a prática do roubo na capital do Piauí poderia ser explicada pelas condições de precariedade e pobreza que dominavam o cotidiano da população. Furtava-se, basicamente, “pequenos objetos de fácil comercialização ou troca, que viessem a servir para o consumo de suas famílias”; em muitas situações, eram subtraídas frutas como melancias, macaxeiras e laranjas, além de animais, como cabras. O alto número de assassinatos também pode ser entendido como “um dado revelador dos conflitos sociais da época” (Araújo, 2010, p. 80).

Para o poder público, o aumento da criminalidade, em especial o observado durante a seca, estava ligado à migração de cearenses para o Piauí, na tentativa de justificar outros fatores que impulsionavam essa prática, como o atraso econômico, e o auxílio via comissão de socorros, por vezes insuficiente para a demanda de cearenses e piauienses que migravam pelos municípios do Piauí em meio à seca.

A atribuição do aumento de crimes à migração faz sentido em um contexto onde a escassez de recursos e a fome levaram muitos a agir com o intuito de garantir a sua sobrevivência. A migração em massa de pessoas em busca de um local que oferecesse recursos para a subsistência pode ter contribuído para a tensão social e o aumento da criminalidade. No entanto, é importante considerar que a criminalidade não deve ser atribuída exclusivamente aos migrantes cearenses. As condições socioeconômicas da população local contribuíram para o agravamento da realidade da época. A expressividade dos crimes ocorridos antes e depois da seca mostra que os delitos não foram exclusivos do período da crise climática e social, mas uma questão estrutural que se agravou com a seca. Ao atri-

buir o aumento da criminalidade aos migrantes, o poder público buscava justificar aquilo que era o reflexo das condições socioeconômicas da província, que afetava tanto os migrantes quanto a população local.

Referências

A Imprensa, nº 505, ano XII, 2 mai. 1877.

A Imprensa, nº 582, ano XIV, 26 fev. 1879.

APEPI. Secretaria de Polícia do Piauí. Ofício nº. 152, de 18 de março de 1878.

APEPI. Comissão de Socorros Públicos de Oeiras, 03 de dezembro de 1878.

APEPI. Comissão de Socorros Públicos de Oeiras, 16 de outubro de 1878.

APEPI. Comissão de Socorros Públicos de Oeiras, 31 de outubro de 1877.

APEPI. Comissão de Socorros Públicos de Oeiras. Ofício enviado ao presidente da província do Piauí, Sancho Barros Pimentel, 1878.

APEPI. Delegacia de Polícia de Príncipe Imperial, 04 de março de 1878.

APEPI. Delegacia de Polícia de Príncipe Imperial, 07 de fevereiro de 1878.

APEPI. João Miguel Mendes, Comandante do Destacamento da cidade de Oeiras e Alferes do Exército, 16 de junho de 1878.

APEPI. Palácio do Governo do Piauí. Ofício nº. 148, de 31

de janeiro de 1878.

APEPI. Promotoria de Polícia de Príncipe Imperial, 07 de fevereiro de 1878.

APEPI. Secretaria de Polícia do Piauí. Ofício nº. 120, de 02 de março de 1878.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDU-FPI, 2010.

BRASIL. Relatório apresentado Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão décima sétima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Carlos Leôncio de Carvalho. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1879

CEARÁ. Relatório do presidente da Provincia de 02 de julho de 1877.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Damará; Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

PIAUÍ. Fala com que o Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da respectiva assembleia no dia 02 de julho de 1877. Fortaleza: Typografia do Pedro II, 1877.

PIAUÍ. Relatório apresentado À Assembleia Legislativa do Piauí, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel no dia 01 de junho de 1878.

PIAUÍ. Relatório apresentado pelo chefe de polícia da província do Piauí. In: Relatório do presidente da Provincia do Piauí, de 31 de dezembro de 1881.

PIAUÍ. Relatório com que o excelentíssimo senhor Dr. Graciliano de Paula Batista passou a administração da província do Piauí ao excelentíssimo senhor presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877.

PIAUÍ. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Gervásio Cícero de Albuquerque Mello passou a administração da província do Piauí ao Exm. Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins no dia 27 de abril de 1874.

PIAUÍ. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa passou a administração da província do Piauí, ao excelentíssimo Sr. presidente Dr. Graciliano de Paula Batista, no dia 02 de janeiro de 1877.

PIAUÍ. Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da Província do Piauí, ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, 4º vice-presidente da mesma província no dia 11 de dezembro de 1879. Teresina, Typ. do Semanário, 1879, apensos.

PIAUÍ. Relatório do presidente da Província de 01 de junho de 1878.

PIAUÍ. Relatório do presidente da Província de 02 de janeiro de 1877.

PIAUÍ. Relatório do presidente da Província de 04 de agosto de 1876.

PIAUÍ. Relatório do presidente da Província de 11 de dezembro de 1879.

PIAUÍ. Relatório do presidente da Província de 13 de abril de 1877.

PIAUÍ. Relatório do presidente da Província de 13 de dezembro de 1878.

PIAUÍ. Relatório do presidente da Província de 27 de abril de 1874.

PIAUÍ. Relatório do presidente da Província de 27 de novembro de 1874.

PIAUÍ. Relatório do presidente da Província de junho de 1875.

PIAUÍ. Relatório do chefe de polícia. In: Relatório do presidente da Província do Piauí, de 01 de maio de 1882.

07

Santos e pecadores: religião,
poder e moral no clero
piauiense (1906-1912)

Gabriel Moraes Vieira

O APOSTOLO

Orgam Official da Diocese

ANNO I	Plauhy	Theresina, 23 de Fevereiro de 1908	Brasil	NUM. 40
--------	--------	------------------------------------	--------	---------

SEMANA

ANNO I N. 18

REDACTORES DIVERSOS

ASSIGNATURA

A participação dos padres na vida social, política e religiosa do Piauí (,) nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX (,) é um tema que necessita de atenção mais detida por parte da historiografia piauiense. De certa forma, esses sujeitos têm sido observados de maneira a compreendê-los a partir de seus papéis como sacerdotes e suas participações em favor da Igreja, sem lançar um olhar específico para sua construção como indivíduos atuantes nas dinâmicas sociais em sua época. Na presente pesquisa lançamos luz sobre a trajetória do sacerdote católico piauiense: Padre Moisés Pereira dos Santos.

A ideia do trabalho é fomentar uma análise sobre as tensões entre os distintos modelos de comportamentos clericais existentes no Piauí nas primeiras décadas do século XX, materializados na trajetória do padre Moisés dos Santos, a partir da qual será desenvolvida uma análise lastreada em uma revisão bibliográfica sobre o tema, acrescida de fontes periódicas que circularam, em Teresina, no início do século XX como: O Apóstolo, Diário do Piauí, A Semana e O Monitor, onde localizamos notícias sobre o referido sacerdote.

O período que pretendemos abordar é marcado por intensas modificações no cenário político brasileiro, particularmente, pelo fim da Monarquia com a instalação de um Governo Republicano no Brasil. Dentro desse contexto, a Igreja Católica que, desde o período colonial, gozava da condição de Religião oficial e que, com isso, contava com privilégios junto ao Estado e à sociedade se viu, nesse momento, desvinculada do poder público, tendo que reestruturar sua organização e institucionalidade, com o objetivo de fortalecer suas posições e manter-se viva e influente na sociedade.

Uma primeira estratégia de ação implementada, pela Igreja católica, foi expandir o número de dioceses por todo o Brasil, o que daria capilaridade e aumentaria sua presença pelo vasto território brasileiro. Essa política de reestruturação episcopal, alcançou as terras piauienses e, após quase um século de disputas com a Diocese do Maranhão, o Piauí conseguiu, finalmente, que o Vaticano autorizasse a criação de um bispado em solo piauiense. A campanha encabeçada pelo Padre Joaquim de Oliveira Lopes e Cônego Raimundo Gil a partir de 1899 resulta, em 1901, na Bula *Supremum Catholicam Ecclesiam*⁴⁰, de 20 de fevereiro de 1901, do Papa Leão XIII, que abrange todas as paróquias do Piauí e tendo como Catedral a Igreja de Nossa Senhora das Dores, em Teresina.

No entanto, a criação de uma Diocese era apenas parte de um projeto bem mais abrangente, que incluía: a criação de escolas confessionais, a implantação de novas formas de organização de leigos, a criação de órgãos de imprensa para a divulgação das ideias católicas, a criação uma rede de seminários, que deveriam formar os sacerdotes, os quais serviriam como propagadores da fé, à medida que desenvolvessem o intenso trabalho de catequese e divulgação do pensamento e das práticas católicas. Essas movimentações, que já se faziam presentes na Igreja brasileira desde os anos 1860/1870, e eram conhecidas como Ultramontanismo, perceberam na separação formal entre Igreja e Estado, o momento ideal para tomar a Instituição religiosa nas próprias mãos e, com isso, aprofundar e espalhar as reformas do catolicismo, ao tempo em que usariam essas ações como forma de fortalecer a instituição na sociedade.

A Igreja católica, com a criação de novas dioceses

40. O conteúdo desta bula papal encontra-se traduzido na íntegra em anexo no livro "Sucessores dos Apóstolos", primeiro volume, de Antônio Fonseca dos Santos Neto.

e, com elas, de novos seminários, tinha interesses bem mais ousados do que apenas aumentar o número de sacerdotes, pois a intenção era dar aos seminaristas uma formação mais apurada do ponto de vista da espiritualidade e da preparação intelectual, no sentido clerical. Durante o período colonial e imperial, os sacerdotes no Brasil tiveram uma formação sacerdotal precária, além disso, as intensas relações com o Estado, em decorrência do status de religião oficial, aproximavam os padres da política, das disputas eleitorais e, porque não dizer, aproximava-os da forma de vida dos outros homens na sociedade. Essas situações não desejadas eram ainda mais acentuadas pelas distâncias em que os Bispos ficavam das paróquias e dos sacerdotes. Em decorrência dessas dificuldades do tempo, alguns padres eram pouco afeitos a algumas obrigações sacerdotais, entre elas as funções propriamente ditas de um sacerdote e mesmo a quebra dos votos de castidade, o que levava a alguns padres a constituírem famílias, de forma aberta ou dissimulada.

Dessa forma, uma das intenções da Igreja católica com a reestruturação da Instituição no Brasil, era formar padres com um novo perfil, radicalmente voltados às missões sacerdotais, no sentido sacramental, no sentido pio da fé. Eles deveriam se afastar da política partidária, das coisas deste mundo e assumir uma vida reta, voltada à Igreja e à vida sacerdotal; deveriam ser exemplos de moral, de retidão de caráter e de desapego às coisas materiais e mundanas.

Os perfis sacerdotais que se forjaram no Piauí do século XIX

Nesse contexto, a substituição de práticas anteriormente comuns, próprias do “catolicismo tradicional” por

sua consequente renovação, baseada na doutrina ultramontana, provocou embates e resistências dentro da própria instituição: as velhas práticas, em oposição às novas, o clero renovado; a Igreja piauiense herdara, do período colonial, um clero ligado muito mais às práticas de vivências mundanas que às obrigações e funções próprias do exercício de seu ministério.

Sacerdotes com formação teológica insuficiente, exercendo, além das atividades espirituais, muitas vezes exercidas de maneira reduzida, para que os párocos tivessem tempo para realizar outras obrigações cotidianas práticas como funções produtivas, aliando o sacerdócio ao trato de fazendas, ao exercício de atividades comerciais, ao funcionalismo público ou, ainda, assumindo cargos eletivos nas assembleias e câmaras municipais (Castelo Branco, 2018, p. 20). Essa era, em grande parte, a estrutura eclesiástica herdada da Diocese do Maranhão. No século XIX, a problemática de sacerdotes pouco dedicados à função clerical era uma mazela constante, e sempre presente nos relatos dos presidentes de Província do Piauí: sacerdotes ligados a funções que lhe permitissem maior lucro, inseridos no ativismo político e, em geral, pouco sensibilizados em relação à obediência à norma do celibato sacerdotal.

Há párocos alheios às virtudes do seu ministério. O amor ao dinheiro é sua paixão: o batismo, o casamento eles os deixam de praticar se o freguês não paga a expostula, ao pobre negam sepultura gratuita, nas eleições? O pároco, segue um dos partidos em que se acha dividido o seu rebanho, constitui-se inimigo do outro, que hostiliza (Piauí, 1846, p. 17).

O prestígio detido por esses Homens de Deus, além da essência própria de sua função, que os distinguia em meio à sociedade estratificada, vinha de sua ascendência: boa parte dos sacerdotes eram originários de famílias abas-

tadas, dos grupos de elite que exerciam o poder no Piauí (Sousa Neto, 2017, p. 129-144). Assim, formava-se em torno deles uma aura de superioridade e mesmo a vivências cotidianas que, em muito, eram semelhantes às dos demais cidadãos. Em 1900, alguns dos padres piauienses encontravam-se amasiados, de modo que não é incomum encontrarmos entre os ascendentes de parte das famílias tradicionais piauienses, alguns sacerdotes. Em síntese, os padres no Piauí oitocentista eram homens do seu tempo e frutos de uma Igreja de práticas tradicionais, vinculadas ao mundo patriarcal, onde a instituição religiosa arcava com os bônus e os ônus das suas vinculações com o Estado. Os padres eram, dessa forma, fruto do que as práticas e representações do seu tempo, somadas à confluência de fatores e de entrelaçamentos sociais, permitiam e colaboravam para que eles o fossem (Chartier, 1985).

O Padre Moisés dos Santos: um sacerdote e seu percurso do altar à vida profana

Os primeiros registros localizados sobre o Padre Moisés dos Santos, nos revelam que este, a partir das primeiras documentações eclesiais da Diocese do Piauí, em 1906, encontrava-se provisionado como vigário paroquial na cidade de Jerumenha (Sacerdotes, 1907, p. 3). Também se observa, em outros registros do jornal O Apóstolo, sua presença pastoral em festividades religiosas da comunidade desta cidade. Os relatos dão conta de um sacerdote exemplar, que conduz com zelo e retidão seus fiéis. Vale ressaltar que a presença de um sacerdote em festividades populares representa, por influência do ultramontanismo, a presença da Igreja. Um olhar duplo; seja de participação nas festividades e celebração dos ri-

tos, seja na vigilância das práticas exercidas pelos sujeitos (Foucault, 1987), como é exemplificado no trecho a seguir:

Jeromenha. Tu s Petrus et super hanc petram aedificabo ecclesiam meam, et portae inferi non praevallebunt adversus eam. As palavras, que servem de epigrafe a estas linhas. Foram há 1876 anos, proferidas pelo maior dos homens, Divino Legislador, supremo Juiz e Verdadeiro Deus, Soberano Senhor e Redentor do mundo; e, apesar de tantos séculos decorridos, não obstante a encarniçada guerra que a impiedade tem movido à Igreja Romana, esta, tendo por sustentáculo as palavras de seu fundador, - há resistido à todas as tormentas. O povo desta pequena cidade, que tem por pastor o Reverendo Padre Moysés dos Santos, que encontra nos exemplos dele os mais edificantes ensinamentos, todos os dias mais reconhece que a Igreja de Jesus Cristo ha de ir até a consumação dos séculos. E a prova do que afirmamos, temo-la nas festas religiosas, como a que teve lugar no dia II do andante mês de fevereiro em honra a excelsa Virgem Nossa Senhora de Lourdes. Festa simples, é verdade; mas revestida de encanto e realce que emanam das cerimoniaes eclesiásticas. O novenário, foi sempre muito concorrido. O Templo de Deus bem iluminado, caprichosamente enfeitado com flores artificiais - Na última noite, houve leilão. No dia da festa, missa rezada, crisma e procissão, conduzida N. Senhora em rico andor por distintas senhoritas. Houve ladainha, ao recolher-se a procissão. Na missa, teve lugar a edificante cerimonia da primeira comunhão (Jeromenha, 1909, p. 4).

No trecho acima, observa-se um recorte das práticas religiosas populares realizadas no período⁴¹. As festividades religiosas populares praticadas no início do século XX em muito diferem daquelas realizadas ao longo de grande parte do século XIX. Folias populares, reisados e benditos, festas e procissões populares conduzidas pelas irmandades leigas, bandas e dobrados acompanhando os ritos religiosos e boa parte das práticas marcadas por um excêntrico próprio do período. A partir das reformas ultramontanas, o papel do sacerdote, além de partícipe das festividades, devido ao seu papel espiritual, o pároco tinha ainda uma função fiscalizadora das práticas exercidas.

41. Na manchete retirada, trata-se de um novenário, festa de 9 dias em honra a um santo padroeiro. No caso, de Nossa Senhora de Lourdes.

A Fiscalização e o direcionamento das práticas e vivências religiosas da população pode ser observada a seguir:

Jerumenha. Tem sido incansável o zelo do R. Padre Moisés dos Santos pela salvação das almas desta paróquia de Jerumenha, tão prudentemente confiada aos seus cuidados. Nestes três últimos dias da Semana Santa deu ele às Zeladoras do Apostolado e às suas associadas um retiro espiritual, constando de meditação e leitura na Matriz as nove horas da manhã e as três da tarde, e pratica as sete da noite após o tocante hino Veni Creator, e terminando, seguia-se a imponente cerimônia do beija-cruz ao som de cânticos apropriados. O retiro que começou na quarta-feira à noite, terminou-se no domingo com a comunhão pascal recebida por grande número de fiéis. Em consideração dos grandes serviços prestados a esta Paróquia, ao desenvolvimento religioso impulsionado pelo R. Vigário Padre Moisés dos Santos, o Apostolado da Oração, em união com os católicos desta cidade, muitíssimo grato se manifesta ao Exmo. Revdmo. Snr. Bispo Diocesano pela boa escolha de Vigário para nós e pede a sua conservação. Jerumenha, 15 de abril de 1909. Uma Zeladora (Jerumenha, 1909, p. 3).

A presença do padre Moisés em diversas festividades religiosas de Jerumenha e, ao mesmo tempo, na direção das cerimônias, pregações e retiros, como também suas tentativas de impulsionar o desenvolvimento religioso local, representam os objetivos que grande parte dos bispos de caráter ultramontano tinham para com seus rebanhos espirituais. Uma espiritualidade mais contida e voltada para a introspecção, o abandono e substituição das confrarias e irmandades por associações e sociedades leigas (Apostolado da Oração, Filhas de Maria, Sociedade São Vicente de Paulo e diversos outros grupos formados por iniciativa eclesiástica ou do próprio laicato católico), como forma de também abandonar as velhas práticas de um catolicismo brasileiro, barroco e hibridizado com diversas outras tradições dando lugar, assim, a um catolicismo de espiritualidade romana e tridentina, alinhado com a doutrina e as orientações papais e, por conseguinte, sob a administração espiritual e o olhar vigilante de bispos e

padres.

O apego e zelo de Padre Moisés dos Santos também pode ser percebido no episódio de expulsão de um pastor protestante que, ao tentar pregar em Jerumenha, foi expulso pela população, conduzido por populares e pelo padre Moisés dos Santos, em protesto pela tentativa de conversão da população a outras crenças que não o catolicismo:

Um senhor, que se diz ministro da nefanda seita protestante, de nome Nelson, intentou fazer umas missões em Jerumenha, zombando assim dos elevados sentimentos do povo católico dali, e tendo a triste ideia de que havia de retirar do aprisco seguro da Religião Católica algumas almas. Coitado? Outros de latim mais limpo não alcançariam a realização dessa ideia, quanto mais desse quidam. O povo católico de Jerumenha convicto de seus deveres religiosos, certo da veracidade da Religião em que vive, lhe deu um agasalho caridoso, mas no outro dia o reverendo de casaca montava um bucéfalo em busca de novos ares!... Muito bem. Por uma carta que dali nos veio, soubemos o que estávamos relatando, e mais que o Revdmo vigário, Padre Moysés, dos Santos, amigavelmente o exortou a retirar-se de sua freguesia, pois o seu tempo seria perdido pregando a um povo sinceramente convencido em suas crenças católicas. E o Sr. Ministro, como bom americano do norte, lembrou-se do seguinte: the time is money, e sumiu-se... Grande regozijo houve com a retirada do tal senhor ministro que, talvez esteja bem arrependido de se ter metido em tal viagem. E depois ele vai dizer que tudo isto sofre por amor de Jesus Cristo. Pudera! Era tão útil que esse homem fosse trabalhar em agricultura, isto é, plantar batatas... (Jerumenha, 1909, p. 4).

Esse conflito, tomado a cabo por parte da população mostra, do ponto de vista da análise das práticas e mentalidades, como a religião, absorvida e ressignificada como parte do cotidiano da sociedade (no caso observado, da população de uma cidade) evidencia como a religião católica e, por conseguinte, a própria figura do padre encabeçam uma liderança espiritual que se transpõe para o campo social e político. Como sobredito, no início dos novecentos, o Brasil passa a adaptar-se a uma nova rea-

lidade: a religião católica, anteriormente protegida pelo Estado brasileiro, agora estava em pé de igualdade com as demais religiões. A população também estaria sujeita a esse processo de múltiplos credos disputando cabeças e almas.

O padre Moysés dos Santos, vigário de Jeromenha, acompanhado de uma horda de fanáticos, violando a Constituição, expulsou daquela cidade o pastor protestante Eurico Nelson, homem morigerado e de bons costumes, sob violentas ameaças de destelhamento do templo, e de carnificina á rifles. Deu prazo 12 horas para Nelson retirar-se. Pastor, sem contar garantias, abandonou o lugar. Pedimos providencias. Alguns Maçons (Floriano, 1909, p. 1).

No trecho acima, retirado do jornal O Monitor, o qual era de posse de membros da maçonaria, observa-se como as narrativas se contrapõem acerca de um mesmo ato. Da mesma forma, o posicionamento tomado por este jornal revela uma base na Constituição Federal de 1891 a qual, no § 2º de seu art. 11 proclamava que “é vedado aos Estados, como à União, estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercício de cultos religiosos” (Brasil, 1891). Dessa forma, observa-se como, no alvorecer da República, os embates religiosos entre grupos clericais, ligados à Igreja Católica e facções laicas, em geral ligadas à maçonaria e ao governo, geralmente, promoviam conflitos políticos e, muitas vezes, físicos.

Nesse contexto, os livres-pensadores e anticlericais entravam em conflito com a Igreja, suas ideias e práticas, para eles, dificultavam o livre exame e disseminavam a ignorância, a superstição, impediam o progresso e o desenvolvimento da civilização (Pinheiro, 2001). Assim, os embates entre clericais e anticlericais se desenvolvem e, da mesma forma, envolvem (de maneira direta ou indireta) os sujeitos.

As práticas do Padre Moisés, até então analisadas,

mostram o seu compromisso com a religião católica, dentro dos padrões propagados pelos princípios ultramontanos, O referido padre, segundo os relatos, encontrados na Imprensa católica (O Apóstolo) e na imprensa de perfil liberal e maçônico (O monitor) expressam, cada um ao seu modo e defendendo os seus interesses, as ações de um sacerdote devotado, convicto da defesa do catolicismo e dos princípios da Igreja Católica.

Entretanto, encontramos na nossa investigação, alguns indícios que apontam outras peculiaridades do Padre Moisés Santos que relativizam o seu enquadramento no perfil de um sacerdote genuinamente ultramontano, como podemos perceber no fragmento que segue publicado no jornal A Semana de 1911, publicado em Teresina:

De passagem, acha-se entre nós, o virtuoso e ilustrado sacerdote Padre Moisés dos Santos, digníssimo e benquisto vigário de Jerumenha e um dos políticos mais em destaque daquela localidade. Ao Reverendíssimo Padre Moisés, mandamos o nosso cartão de visita (Padre, 1911, p. 2).

O fragmento de jornal, expressa uma faceta do sacerdote, que foge ao rigor dos padrões estabelecidos a um sacerdote católico de perfil ultramontano: “um dos políticos mais em destaque daquela localidade”. O padre Moisés, enquadrava-se assim, num perfil de transição entre um padre exclusivamente de feição sacramental e um padre de contornos híbridos, o que nos mostra que o exercício do sacerdócio, dentro dessa Igreja reformada, se dava com os sacerdotes possíveis no momento e que,, ao tempo em que se formavam novos sacerdotes, que se tomavam todos os cuidados com a formação sacerdotal dentro do seminário, os Bispos teriam que conviver com padres que seguiam outros padrões, no caso de Moisés Santos: o envolvimento com a política partidária. Parece não ser um comportamento desejado, mas nas condições

de transição, um comportamento aceitável, desde que vindo de sacerdotes já em atuação na Diocese.

No entanto, as investigações sobre o Padre Moisés indicam que o referido sacerdote, acabou cometendo outras práticas, que apontam para questões presentes no clero tradicional, mas que agora se tornavam inaceitáveis para um sacerdote católico. O Padre Moisés caiu de amores por uma mulher, acabando por envolver-se com ela. Ao fazê-lo, o sacerdote, como asseveramos anteriormente, parece ter ultrapassado os limites suportáveis a um sacerdote, na percepção do Bispo diocesano. Os registros hemerográficos encontrados, dão conta que o Padre Moisés dos Santos, apaixonara-se por uma moça em Jerumenha, possivelmente consciente dos seus compromissos como sacerdote, principalmente dentro dos novos parâmetros e enquadramentos, agora exigidos para um sacerdote reformado, tentou afastar-se dessa paixão, realizando uma viagem à Paraíba.

Hoje seguirá no 'Victoria' para a capital parahybana este nosso bom e dedicado amigo. Foi curta a sua estadia nesta cidade, porém, mesmo assim o illustrado Sacerdote, pelas suas virtudes, firmezas do caráter, e altos dotes intellectuais, cresce em torno de seu nome uma aureola de simpatias nesta cidade, tornando o assim credor de muita estima por parte do crescido número de amigos que aqui conquistou. Que o revmo. Padre Moysés, em seu regresso passe novamente por esta cidade para que tenhamos o prazer de abraçá-lo, e que faça ótima viagem, são nossos votos (Pe, 1911, p. 2).

As motivações da viagem a Paraíba, só poderão ser esclarecidas de forma mais efetiva com outras evidências documentais, no entanto, podemos lançar algumas conjecturas: a viagem fora uma indicação do Bispo, procurando com isso afastar o padre de Jerumenha, ou mesmo direcioná-lo a maiores contatos com o Prelado e o Seminário da Paraíba e, assim, dissuadi-lo do envolvimento

afetivo? O que podemos asseverar é que o Padre Moisés Santos, todavia, não contendo seus impulsos, retornou à sua cidade de Jerumenha e uniu-se à mulher pela qual havia se apaixonado.

Reencontramos, em nossa investigação, O Padre Moisés dos Santos, no jornal O Tempo, de 1915, em uma coluna, onde um dos articulistas do referido jornal faz uma ode ao casamento civil e, para tal, utiliza a história do Padre Moisés dos Santos para questionar o fato dos padres serem proibidos de contraírem matrimônio (Casamento Civil, 1915, p. 2).

Em outros fragmentos de jornal, encontramos notícias do Padre Moisés dos Santos, que dão conta que, a partir de 1911 e, de maneira mais efetiva e exposta, em 1912, o padre Moisés dos Santos passou a ter envolvimento político com o Partido Republicano Conservador, junto a diversas personalidades como Miguel Rosa e Higinio Cunha. Em 1912, com seu afastamento do estado clerical⁴², passou a atuar de maneira mais conjunta com o Governo do Estado, trabalhando como Delegado de Terras. No dia 12 de julho de 1912, foi celebrada, em Florianópolis, uma missa campal em ação de graças pela vitória do Partido Republicano Conservador Piauiense, seguida de um banquete oferecido pelo coronel Raimundo Borges da Silva, vice-governador do estado, com a presença da mais alta elite da cidade, sendo o orador oficial do evento Eurípedes de Aguiar, na sequência seguido, por outras personalidades, entre elas o padre Moisés dos Santos.

Ser um sacerdote pio era o perfil desejado para um clero renovado, participar da política parecia ser algo tolerável, principalmente, quando o sacerdote já estivesse sagrado e ativo nas funções sacerdotais, no entanto, desviar-

42. Para localizar as notícias de seu afastamento do estado clerical, ver *Diário do Piauí*. Edição 62 de 15 de março de 1913. *O Apóstolo*. Edição 255 de 14 de abril de 1912. *O Apóstolo*. Edição 259 de 12 de maio de 1912.

-se do celibato, envolver-se com uma mulher, formar uma família, parece ser um limite que não poderia ser aceitável a um sacerdote naquele momento. Os tempos eram outros, e o Padre Moisés foi obrigado a fazer escolhas.

Considerações finais

Ao decorrer do estudo aqui realizado acerca da atuação do Padre Moisés dos Santos, observa-se que a trajetória deste padre revela as complexas conexões entre os campos da religião, da sociedade e da política no início do século XX no Piauí, em especial, na esfera do processo de reconfiguração do ordenamento religioso vigente no Piauí. Como dito anteriormente, o clero piauiense vivia um momento de transição entre o modelo tradicional de sacerdócio católico, marcado por práticas seculares, e o perfil reformado idealizado pelo ultramontanismo. Nesse cenário, surge a figura do Padre Moisés como um exemplo híbrido que baliza entre as tensões e mudanças nos comportamentos clericais no Piauí no nascente novecentos, evidenciando os desafios e contradições exercidos por esses sujeitos.

O estudo de fontes hemerográficas, como as já citadas, a exemplo do jornal *O Apóstolo*, *A Semana*, *Pacotilha*, *O Piauí* e *Diário do Piauí*, e documentais, como a relação de provisões de párocos de 1906 da Diocese do Piauí, que mencionam, abordam ou falam sobre o Padre Moisés, evidencia a complexidade das relações que se construíram nesse processo. Por um lado, este sacerdote encarna o perfil que, de certa forma, é idealizado pela Igreja Católica: o de sacerdote zeloso e engajado nas práticas religiosas direcionadas à espiritualidade ultramontana, promovendo retiros espirituais, catequeses e,

ao lançarmos mão do campo teórico, uma vigilância dos corpos dos sujeitos sob seu olhar. Por outro, sua atuação no campo da política partidária e seu envolvimento afetivo demonstram como o projeto de renovação da Igreja Católica, muitas vezes, esbarrou na realidade prática e nas permanências culturais que se mantinham no clero tradicional.

Nesse sentido, a presença do sacerdote Moisés dos Santos como partícipe da política local, a sua inserção no Partido Republicano Conservador e, a posteriori, seu afastamento do estado clerical por motivo de desvio e quebra do voto de celibato revelam as contradições que eram inerentes ao período em questão. Como já supracitado, mesmo em 1900 ainda havia padres amasiados, o que denota uma permanência em meio a um processo de transição nas formas de ser padre naquele contexto. A partir desse processo, caberia aos sacerdotes o dever de se adaptarem às novas exigências, colocando na balança essa transformação nos comportamentos e nas práticas com os costumes e valores herdados de um catolicismo mais tradicional, ligado ainda a costumes do século XIX, hibridizado e marcado pelas relações de poder e pelas dinâmicas cotidianas locais.

O resultado desse estudo direciona para a impossibilidade de uma ruptura total e instantânea com o modelo de comportamento clerical vigente no século XIX. Dessa forma, a formação de um corpo clerical renovado, totalmente desvinculado das atividades políticas e das práticas comportamentais consideradas mundanas, era um projeto ambicioso, o qual, sendo processual, levaria tempo para ser efetivado, uma vez que encontrava resistência nos próprios padres, mas, ao mesmo tempo, nas comunidades, as quais, em grande parte, associavam a representação da figura do sacerdote a uma participação social multifaceta-

da. Ao visualizar o caso do padre Moisés, compreende-se que este foi reflexo de um tempo em que esferas hoje consideradas opostas (política e religião), naquele contexto, ainda estavam em processo de dissociação. Nesse sentido, entende-se que a existência de diversos comportamentos, alguns desses considerados desviantes pela instituição (Igreja Católica) evidenciam um sujeito plural, com ações e pensamentos próprios de seu tempo, dotado de suas próprias contradições e que, através do qual, torna-se possível um estudo da multiplicidade dos comportamentos clericais presentes no Piauí no início do século XX.

Referências

JERUMENHA. O Apóstolo, Teresina, ano 2, n. 100, p. 3, 9 mai. 1909.

PADRE Moysés dos Santos. *Semana*, Parnaíba, ano 2, n. 77, p. 2, 26 nov. 1911.

PE. Moysés dos Santos. *Semana*, Parnaíba, ano 2, n. 78, p. 2, 3 dez. 1911.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891)*. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1891. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 6 jan. 2025.

CASAMENTO CIVIL. *O Tempo*, Amarante, ano 1, n. 3, p. 2, 3 dez. 1915.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *O ULTRAMONTANISMO, AS PRÁTICAS DISCURSIVAS CATÓLICAS E AS RELAÇÕES FAMILIARES MODERNAS EM TERESINA NO INÍCIO DO SÉCULO XX*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Ano 100, n. 8. Teresina: Instituto

Histórico e Geográfico do Piauí. 2018.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

FLORIANO. *O Monitor*, Teresina, ano 4, n. 134, p. 1, 13 mai. 1909.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

JEROMENHA. *O Apóstolo*, Teresina, ano 2, n. 93, p. 4, 21 mar. 1909.

JERUMENHA. *O Apóstolo*, Teresina, ano 2, n. 100, p. 4, 9 mai. 1909.

NETO, Marcelo de Sousa. *FAMÍLIA E PODER NO PIAUÍ: poder político e relações familiares no século XIX*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí*. Ano 99, n. 7. Teresina: Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. 2017.

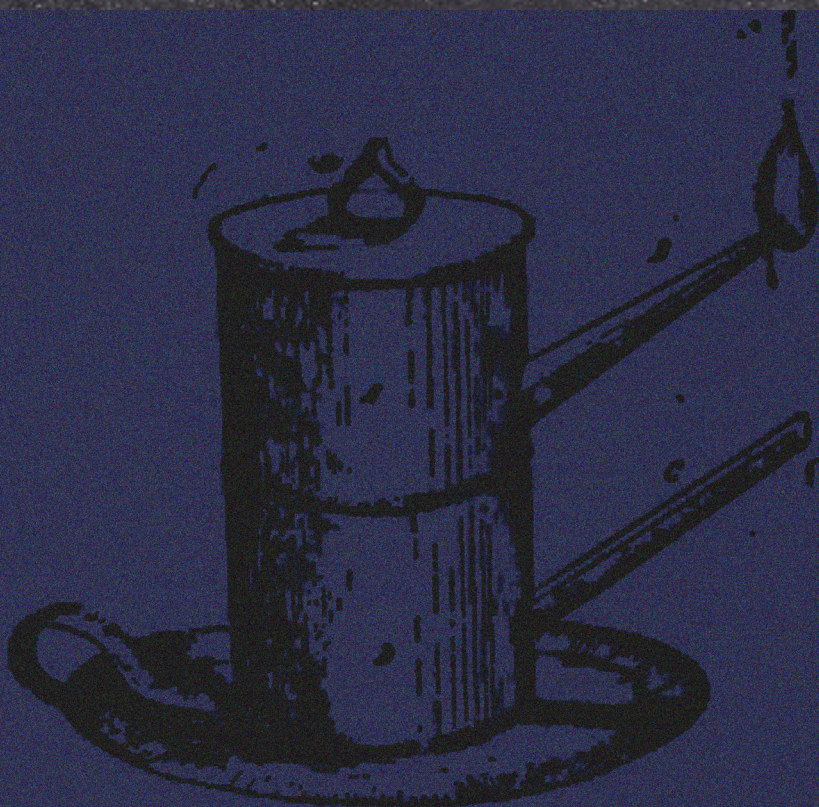
PIAUÍ. Presidência. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, pelo Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, em 11 de julho de 1846*. Oeiras, PI: Tipografia da Província, 1846.

SACERDOTES. Suas residências, ocupações, etc., e Comarcas Eclesiásticas desta Diocese. *O Apóstolo*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 3, 19 mai. 1907.

08

**Entre textos e dores: relatos
de miséria e adoecimento
nas cidades piauienses do
início do século XX na obra
*Caatingas e Chapadões***

Gustavo Cleon Marques Nascimento
Pedro Pio Fontineles Filho



O sertão e o viajante: breve introdução

O ato de viajar é um acontecimento que, quando registrado, marca o olhar de si sobre o outro. Suas experiências são comparadas, estranhamentos e paisagens pitorescas se formam, encantam, espantam, se chocam. Essa representação é determinada por seu lugar social, sua temporalidade e sua escrita que carrega valor para a História. Ao longo da historiografia brasileira, inúmeros aventureiros navegaram em busca de algo, inclusive estrangeiros como Von Martius que, no século XIX, escreveu: "O Brasil oferece uma diversidade de paisagens e uma riqueza de fauna e flora que não podem ser encontradas em nenhum outro lugar do mundo". (Martius, 1940, p. 32).

É nesse cenário de representações e escritas sobre si e o outro que se insere o recorte espacial e temporal do presente artigo: os primeiros anos do século XX. Roger Chartier, que escreveu a *História Cultural: entre práticas e representações*, "O conceito de representação é a de variabilidade e da pluralidade de compreensões (ou incompreensões) do mundo social e natural" (Chartier, 1991, p. 20-21). As múltiplas representações e interpretações que a história e literatura possibilitam, podem ser trabalhadas dentro de *Caatingas* e *Chapadões*, tanto seu contexto histórico, quanto às colocações do autor, sua posição social e sua relevância para a atualidade, tornam o desenvolvimento da pesquisa uma reconstrução de uma nova interpretação sobre a história vivenciada por Iglésias, pautada com as informações das fontes oficiais para dar espaço a crítica e problematização de questões que o autor pode silenciar ou negligenciar.

Em um contexto onde o Sertão era um território ain-

da desconhecido para boa parte da população, enquanto o Sul do país, favorecido pelo desenvolvimento e pelas condições econômicas, começava a olhar para essa região com o objetivo de mapeá-lo e integrá-lo à identidade nacional. A busca por essa identidade surge em um cenário de transformações recentes que moldavam o meio científico do país, como o fim da escravidão, a crise da produção açucareira, o início do processo de industrialização brasileira, a Seca de 1877, o cangaço e a Proclamação da República. Essas mudanças direcionaram as atenções para o Sul, enquanto o Sertão permanecia refém da sua própria organização social até aquele momento. Como disse Durval Muniz, a região do Sertão, “até meados da década de 1910, o Nordeste não existia. Ninguém pensava no Nordeste, os nordestinos não eram percebidos, nem crítica dos como uma gente de baixa estatura, diferente e mal adaptada” (Muniz, 2011, p. 6).

O real e o literário se emaranham no trabalho de representar o Sertão, junto à construção da literatura, foram realizadas viagens científicas para mapear questões específicas da região. Elas podem ser consideradas objetos importantes de análise nas ciências sociais e na história. Uma vez que buscam compreender como esses viajantes, médicos, cientistas e naturalistas, construíram imagens da natureza e da população que ajudaram a formar a própria imaginação social sobre o país. Esses viajantes, além de seus temas especialistas, incluíam versos sobre família, alimentação, vestuário, habitação, trabalho, contrastes culturais, sociais e econômicos, influência europeia, construção da nacionalidade, civilização, modernização e desenvolvimento do país.

Os viajantes que se destacaram por trabalhar a saúde e o Sertão no início do século XX pelas missões que foram promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC), a

expedição realizada por Arthur Neiva e Belisário Penna, ao Norte e Nordeste do Brasil em 1912, por requisição da Inspetoria de Obras contra as Secas, órgão do Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. “No relatório, as populações do interior do país foram caracterizadas pelas imagens de doença, isolamento, geográfico e cultural, analfabetismo, pobreza e vocação para regressar” (Neiva, Penna, 1916, p. 15). O relatório de viagem deles é o pilar para se pensar nas condições do Sertão doente, pois além de serem especialistas, registraram com fotos as mazelas presentes no Nordeste.

Ao mesmo tempo, o principal viajante analisado no presente artigo é Francisco de Assis Iglésias⁴³ com sua obra intitulada *Caatingas e Chapadões* que carrega possibilidades de representação e de reconstrução da paisagem sertaneja, além de aproximações entre História e Saúde, um campo ainda pouco explorado no que tange a História do Piauí. Em sua obra, cidades como Parnaíba, Teresina, Floriano, Santa Filomena, Uruçuí, dentre outras⁴⁴, ganham destaque, ele navega a bordo do Navio “Brasil” que o transporta do Rio de Janeiro até Fortaleza, local que dá acesso ao Rio Parnaíba e segue por uma gaiola⁴⁵, o meio de transporte era perfeito para as condições do Norte, já que o rio era muito estreito para grandes embarcações. Suas anotações ultrapassam do estudo agrônomo, como Iglésias fez questão de expor logo na apresentação do livro, “Além das observações agrônômicas que me in-

43. É útil expor uma breve biografia do escritor. Ele nasceu no dia 06 de janeiro de 1889, na cidade de Piracicaba e faleceu no dia 13 de julho de 1969, foi filho de imigrantes espanhóis, e se formou como engenheiro agrônomo. Sua formação lhe rendeu a atuação em setores ligados a questão da maniçoba e posteriormente na gerência de terras da união dentro do Piauí, e foram nessas jornadas pelo Sertão, que nasceria seu diário de viagem para o nordeste brasileiro, com passagem por várias cidades piauienses.

44. Demais cidades como, Oeiras, Amarante, Bom Jesus, Coroatá, Barra Grande.

45. “Gaiola” - na nomenclatura popular. É uma embarcação de tamanho médio, que carregava pessoas ou mercadorias, os passageiros geralmente dormiam em redes no convés. Era usado principalmente na travessia de rios estreitos

teressavam mais de perto, não perdi a oportunidade de colher informações sobre o modo de viver do homem nas regiões por mim percorridas” (Iglésias, 1953, p. 23). Assim, ele esclarece que sua escrita seria marcada pela curiosidade e atenção para registrar um pouco sobre a cultura do homem piauiense.

Destarte, as paisagens naturais, urbanas e cotidianas também são descritas pelo escritor, em um tom de memória e de registro, em forma de narrativa romanceada, o que abre margem para diálogos entre sua obra e as condições de saúde e higiene no Sertão. Logo, para exemplificar essas passagens escritas pelo autor, destaca-se inicialmente a “ vaidade elevada dos parnaibanos” (Iglésias, 1953, p. 42) que mesmo com a falta de saneamento, continuando, em seu primeiro contato com a capital do Piauí ressaltou como ela seria “a menos favorecida pelo progresso” (Iglésias, 1953, p. 42). Então, toma-se como mapa a obra *Caatingas e Chapadões* de Francisco de Assis Iglesias, que, em forma de narrativa romanceada, relata sua trajetória no Sertão entre os anos de 1912-1919. Iglesias, assim como os viajantes franceses, documenta as batalhas contra as adversidades naturais e sociais, oferecendo uma perspectiva relevante sobre a identidade sertaneja, com o objetivo de problematizar a saúde no Sertão escrito por Iglésias, localizando o seu lugar na historiografia e seus diálogos com a teoria da História.

A anatomia do estranho no Sertão: o corpo sertanejo e o dotô

Antes de adentrar no Sertão, faz-se necessário introduzir os trabalhos de Jacques Revel, Jean-Pierre Peter que

forneem uma base teórica para a compreensão do corpo como objeto de estudo histórico e cultural. Revel e Peter, em suas obras “Jogos de Escalas” e “Faire de l’histoire”, destacam a importância da micro-história e das representações sociais na análise histórica. Expondo que o corpo é um campo de interação entre práticas culturais, sociais e políticas, refletindo as normas e valores de cada época. As obras abordam como as experiências individuais e coletivas são moldadas por contextos históricos específicos, que se aproxima ao Sertão, um ambiente entre o rural e o urbano vivenciado pelos viajantes com momentos e condições únicas.

Eles deixam claro a questão do corpo e da saúde, pois explorar o corpo é entender as práticas culturais, sociais e as condições dos indivíduos. Essas abordagens complementam a análise de Francisco de Assis Iglésias em *Caatingas* e *Chapadões*, onde o corpo dos sertanejos é visto como um reflexo das condições ambientais e sociais adversas. As doenças e a falta de recursos sanitários destacadas por Iglésias exemplificam como o corpo pode ser um ponto central para entender as vulnerabilidades sociais e a necessidade de políticas públicas eficazes.

O corpo emergiu como objeto de estudo histórico através da ‘história das mentalidades’, uma corrente que se desenvolveu significativamente a partir dos anos 1970 e que se consolidou nas décadas seguintes. Essa abordagem enfoca os aspectos culturais, sociais e psicológicos da vida humana, incluindo como os corpos são percebidos e representados (Revel, J. Peter, J.-P. 1999, p. 145).

Ou seja, estudar o corpo sertanejo representado em *Caatingas* e *Chapadões* é adentrar nas condições sociais, econômicas e culturais da época, baseado no olhar e no lugar social de Iglésias, pois o corpo individual e coletivo “é uma entidade que sofre influências sociais e culturais, refletindo as normas, valores e práticas de cada época”

(Revel, J. Peter, J.-P. 1999 p. 148). Então, se considerarmos o lugar social do sertanejo que Iglésias encontra e que as condições dos corpos sertanejos sejam semelhantes à problematização possibilita uma representação dos micro-contextos das experiências corporais individuais com os macro-contextos das estruturas sociais e culturais do Sertão.

Através das vivências do autor, sua mentalidade e “seu corpo são os meios centrais para entender as estratégias e as adaptações individuais dentro de um sistema de normas sociais (Revel, J.Peter, J.-P. 1999 p. 150). Uma vez que trabalhar com “O estudo do corpo permite explorar como as representações sociais sobre a saúde, a doença, e a normalidade foram construídas e como essas representações influenciaram práticas e políticas públicas (Revel, J. Peter, J.-P. 1999, p. 150).

A ausência de instituições de ensino superior de medicina no Piauí durante os séculos XIX e XX representou uma barreira significativa para o desenvolvimento das práticas de saúde na região. Conforme o estudo realizado por Joseanne Marinho, “a limitação dos serviços no setor da saúde piauiense foi uma condição que persistiu até a década de 1930, quando se verificou a sistematização do departamento de saúde, que passou a ser estruturado a partir da organização, controle e funcionamento dos estabelecimentos de saúde” (Marinho, 2021, p. 175). Com tal contexto, indivíduos como Iglésias, que, apesar de não ser médico, assumiu funções dessa natureza, dada a carência de profissionais qualificados no interior do estado.

A precariedade das iniciativas públicas de saúde no Piauí fazia com que as práticas caritativas e filantrópicas se tornassem a principal forma de assistência para as populações desassistidas. Marinho destaca que durante a Primeira República, a assistência à saúde era concebida pelo

Estado como um problema científico resolvido e missão fundamental de qualquer povo civilizado, onde no Piauí, “durante esse período, os poderes públicos não possuíam atuação efetiva sobre a saúde, refletindo a ausência de organização administrativa da Diretoria de Saúde Pública, que atuava apenas de forma esporádica e limitada” (Marinho, 2021, p. 178). Esse contexto evidencia a importância das iniciativas comunitárias e das ações individuais, como as desempenhadas por Iglésias, que localizou casos de triatoma, vetor da doença de Chagas, mesmo sem formação médica formal.

A interiorização da saúde no Piauí, especialmente em locais como Parnaíba, foi marcada pela predominância das práticas de saúde vinculadas à caridade e ao suporte filantrópico, uma vez que as iniciativas públicas eram insuficientes para atender às necessidades da população. Segundo Marinho, “a cidade de Parnaíba destacou-se no campo das iniciativas de saúde pública, não apenas por sua centralidade nas políticas estaduais de saúde, mas também pelo caráter modelar dos estabelecimentos de caridade e filantropia” (Marinho, 2021, p. 179). A falta de uma estrutura médica formal e de centros educacionais agravou a situação, forçando uma dependência quase completa de ações voluntárias e de benemerência para a provisão de serviços de saúde.

As representações sociais do corpo, principalmente no início do século XX foram cruciais para criar a condição do Sertão no imaginário do Sul. E os comentários dos viajantes acabavam refletindo as preocupações e prioridades da sociedade brasileira que queria o progresso, a modernização. Iglésias, Penna e Neiva já possuíam a visão do corpo saudável como um ideal a ser alcançado que refletia as condições da cidade e da sociedade. Iglésias não era médico, mas agia como tal devido à carência dessa

classe no interior do estado, e em sua rápida passagem já localizou casos de triatoma, que era um gênero de insetos hematófagos conhecidos popularmente como «barbeiros», vetores da doença de Chagas, também registradas por Bellisario e Artur em seus relatórios.

Os que assim procederam não conheciam a realidade brasileira, não tinham, como eu, mourejado por esses sertões inóspitos, comendo o pão que o diabo amassou no inferno, tendo sempre diante dos olhos quadros dantescos por falta de assistência médica. O homem formado é doutor, e, sendo doutor, o sertanejo apela para ele, nas suas dores e enfermidades. Comecei, como atrás ficou dito, a minha clínica atendendo e curando a ferida do calcanhar do pedreiro Timóteo. Daí por diante, não pude parar (Neiva, Penna, 1916, p.78).

Sobre a doença de Chagas, no artigo de Simone Kropf foi em 1909, que o medico Carlos Chagas, pesquisador assistente do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), descobriu em Lassance, interior de Minas Gerais, uma nova doença humana, a tripanossomíase americana ou doença de Chagas. Essa doença, segundo Kropf, os sintomas em dois estágios principais: fase aguda e fase crônica. Na fase aguda, os sintomas podem variar de manifestações graves a benignas. A infecção aguda, na qual se distinguem os casos graves, com manifestações nervosas e que terminam quase sempre pela morte, e os casos benignos, que usualmente evoluem para o estado de cronicidade; e a infecção crônica, que compreenderia as formas “pseudo-mixedematosa, mixedematosa, nervosa, cardíaca e a forma crônica com exacerbações agudas” (Kropf, 2000, p. 352). Ao entrar em contato com a doença e relatá-la ao leitor, o engenheiro agrônomo vai aos poucos mostrando sua visão inicial sobre o Sertão, que, para ele, era “o pão que o diabo amassou (Iglésias, 1953, p.156), com a ausência gigante de assistência médica, onde ele, por ser formado, logo era doutor na visão dos sertanejos e,

por ser munido de uma mesinha de remédios do instituto butantan, foi capaz de ajudar alguns dos sertanejos em seu caminho. Com essas duas citações, a ideia da região reconstruída por Iglésias logo era a mesma de Taunay, que enfatizava uma visão reducionista

à pobreza e à 'ignorância' dos sertanejos, Taunay vai definindo o sertão como o lugar em que escasseariam a água e os preceitos de higiene, servindo-se humanos e animais do mesmo líquido; e como o próprio descaso com que se deixa o caipira boçal, totalmente ignorante e inconsciente de seus próprios problemas e erros, devastar o solo com suas crendices, abusões, enganos e disparates de toda sorte. E completava: o sertão seria, enfim, todos aqueles ilhados da civilização pela distância, pelo abandono dos poderes públicos, vegetando numa terra seca, parasitados por mil moléstias, paupérrimos e ignorantíssimos (Taunay, 1919, p. 6).

O contexto do sertão do Piauí no século XIX, conforme descrito por Taunay, onde tem a escassez de recursos, descaso público, onde a pobreza e a ignorância dos sertanejos são evidenciadas não apenas por suas condições socioeconômicas, mas também pelo contexto de saúde precário em que estavam inseridos. Segundo Danielle Figueiras Santos e Marinho, as moléstias, febres endêmicas eram comuns na região de Teresina e estavam diretamente relacionadas às condições ambientais desfavoráveis e à proximidade com os corpos d'água, como o rio Parnaíba, que facilitam a proliferação de doenças através de miasmas e outros agentes patogênicos (Santos, Marinho, 2023, p. 175).

As condições eram agravadas pela ausência de uma infraestrutura sólida de saúde pública e pelas dificuldades enfrentadas pelos habitantes na busca por tratamentos médicos adequados. O artigo aponta que as febres paludosas, tifóides e remitentes eram frequentes na região, associadas ao "ambiente insalubre das margens ribeirinhas" (Santos, Marinho, 2023, p. 178). A situação era tal que os

governantes locais muitas vezes negligenciavam as necessidades básicas de saúde da população, concentrando seus esforços nas áreas centrais mais ricas, deixando as comunidades rurais à mercê da caridade e de práticas de cura alternativas.

No contexto do sertão piauiense, a ocorrência de moléstias endêmicas como febres intermitentes, catarro e sarampo destacados por Iglésias e Neiva é uma realidade frequente que impactou fortemente a vida dos sertanejos. As doenças, ou também “Sezões” (Santos, Marinho, 2023, p. 176) como difluxões e oftalmias, são associadas principalmente às condições ambientais adversas, que se intensificam com a mudança das estações, quando os rios retornam ao seu leito natural, criando um ambiente propício para a proliferação dessas enfermidades. Assim, moléstias são relevantes não apenas por sua alta incidência, mas também por sua relação direta com os baixos níveis socioeconômicos e condições precárias de saneamento básico e higiene, que caracterizam as regiões afetadas. De acordo com as autoras, «as febres eram diretamente associadas aos baixos níveis socioeconômicos, embora também se manifestassem entre as elites, incidindo principalmente em regiões com precárias condições de saneamento básico, higiene pessoal e ambiental” (Santos; Marinho, 2023, p. 178). Tal situação revela que os segmentos sociais menos favorecidos e os escravizados sofriam mais intensamente com esses surtos endêmicos e epidêmicos.

O impacto das moléstias sobre os sertanejos se dava não apenas pela falta de recursos para tratamento adequado, mas também pelo isolamento dessas comunidades e pela negligência dos poderes públicos em oferecer infraestruturas básicas de saúde e prevenção. As condições de moradia nas margens de rios e outras áreas alagadiças agravam a vulnerabilidade dessas populações, pois

“morar nesses locais insalubres era o destino de muitas pessoas pobres, um fator que revela as implicações sociais da doença, que eram outra consequência funesta do adocimento” (Santos, Marinho, 2023, p. 178).

Assim como os comentários de Taunay. Segundo o relato de Neiva e Penna, sertanejos seriam atrasados, indolentes, fatalistas e fracos não por questões raciais (pauta central do debate sobre a identidade nacional no século XIX), mas porque sofreriam de doenças plenamente evitáveis, como ancilostomose, impaludismo e doença de Chagas, para eles, as doenças seriam o maior obstáculo ao progresso do Brasil (Lima, Hochman, 1996, p. 26)

os homens do interior não passariam de doentes abandonados e esquecidos pelo restante do Brasil, e o sertão seria marcado pela vastidão, por baixa densidade demográfica, resistência às mudanças, dificuldades de estabelecimento de bases mínimas de nacionalidade (devidas à ausência de meios de transporte e de vias de comunicação com o litoral), e analfabetismo presumido em 95%. Somem-se ainda ausência da autoridade pública, pobreza, apatia, espírito de rotina, impenetrabilidade ao progresso, vocação para regredir, primitivismo, culto da dignidade, probidade, moralidade do lar, zelo pela honra pessoal, mas também desatenção às leis e recurso à resolução violenta dos conflitos (Neiva, Penna. 1916, p. 6).

Neiva e Penna sustentavam que o acesso ao conhecimento sobre normas de saúde, bem como a implementação de políticas de saúde, a presença de médicos e a disponibilidade de medicamentos no Sertão poderiam prevenir significativamente a ocorrência da “trindade maldita”. Eles ressaltavam a importância de demarcar a posição racial para compreender as propostas de regeneração do povo brasileiro e a unidade nacional, que estavam vinculadas ao projeto nacionalista de saneamento, pois desenvolver a civilização, naquele momento, também era higienizar. Penna, afastando-se dos determinismos raciais, introduziu o conceito de “trindade maldita”, composta

por doença, analfabetismo e alcoolismo. Ao identificar essas causas, ele acreditava que a aplicação do saneamento revelaria a verdadeira força da “nossa raça” (Neiva, Penna, 1916, p. 4). Penna alinhava seu discurso racial com o princípio da regeneração populacional. O uso do termo revolucionário justifica seu afastamento das correntes raciais tradicionais que consolidaram o conceito de raça no século XIX. Adotando uma perspectiva médica e sociológica, ele rejeitava a ideia de raças “superiores” e adotava a concepção de “mentalidades adiantadas”. Iglésias enxergava a dureza do Sertão insólito como uma razão para tanta miséria, apesar disso, seus conhecimentos ajudavam o cotidiano dos doentes, com suas mazelas físicas e mentais.

Iglésias, em contato com os sertanejos, ajudou no combate do alcoolismo na presença cotidiana de hábitos que considerava insalubre, tentava educar (ou impor) os códigos de ética e educação que conhecia. como em sua fazenda em Santa Filomena, onde instalou regras de higiene, sobre o movimento higienista, que surge no fim do século XIX e início do século XX como uma nova abordagem que visava educar a população e introduzir novos hábitos de saúde pública no Brasil. Com a iniciativa que visava de reformar e modernizar os comportamentos sociais através de práticas de higiene, influenciadas por intelectuais e médicos que buscavam transformar as condições de vida da sociedade brasileira. Segundo o artigo de Gois Junior, “no fim do século XIX e início do XX, surgia uma nova mentalidade que se propunha a cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos. Convenzionou-se chamá-la de ‘movimento higienista’ (Mayarafa, 2023, p. 47).

Para Góis, “higiene seria uma área de conhecimento da Biologia com o objetivo de melhorar a qualidade de vida humana, prevenir as doenças, aprimorar a saúde,

descobrir cientificamente os melhores hábitos para a defesa da saúde individual e coletiva” (Mayarafa, 2023, p. 48).

Um ponto crucial discutido pelo autor é a heterogeneidade das propostas dentro do movimento higienista. Embora frequentemente caracterizado como um reflexo dos interesses das elites para controlar a população pobre, o movimento também teve propostas voltadas para a democratização da saúde e da educação. Esta dualidade é destacada pelo autor ao afirmar que “havia uma mentalidade heterogênea e difusa entre eles, com propostas que iam da regulamentação dos casamentos entre indivíduos mais aptos e esterilização, até a democratização da saúde e da educação” (Mayarafa, 2023, p. 47). Segundo Paulo César Garcez Marins, citado pelo autor, “o discurso higienista era um reflexo do pensamento das elites, que pretendiam perseguir o povo em suas próprias habitações, acusando as populações pobres de atrasadas, inferiores e pestilentas” (Marins, 1998. p. 133). Isso evidencia que o movimento, apesar de suas intenções de melhorar a saúde pública, também tinha um caráter de controle social, reforçando divisões e desigualdades existentes na sociedade brasileira.

Por isso, as regras ou “mandamentos” de higiene que tinham preceitos aliados a combater a trindade maldita de Penna e Neiva, “Tire o chapéu da cabeça e não cuspa no chão” (Iglesias, 1953, p. 589).

É sabido que os matutos do mundo inteiro têm o hábito de conservar o chapéu na cabeça quando mesmo no interior do lar. Todos sabem, também, que as pessoas de educação menos esmerada, têm o costume condenável de cuspir no chão, em qualquer parte em que estejam. Ora, são duas coisas feias, ou melhor, uma só é que é feia, a outra é anti-higiênica e perigosa. Esse capítulo de educação social, se me fez gastar muita saliva conversando, deu-me, por outro lado, momentos de bom humor (Iglesias, 1953, p. 589).

O engenheiro divertia-se ao educar, docilizar, enquadrar; talvez experimentasse uma certa alegria ao se ver como uma figura de 'cientista absoluto' (Foucault, 2015 p. 10). Como tal, ele detinha, com outros poucos, poderes que, ao serviço do Estado ou em oposição a ele, podiam definir preceitos na vida das pessoas envolvidas. Baseando-se no poder e no conhecimento que possuía, buscava desvincular a verdade da hegemonia – social, econômica e cultural – que regia o Sertão naquele momento.

Por seu lugar de prestígio social ao reter conhecimentos que poucos tem com um poder social de ser ouvido e respeitado por todos. Poder condenar costumes por saber e ter tido acesso a uma educação que conscientizassem em relação a saúde é algo muito presente em caatingas e chapadões, quando um sertanejo vai visitá-lo, o analfabetismo presente fica evidente, "O caboclo, meio acañado, aceitava o convite e entrava, mas entrava com o chapéu de couro enterrado na cabeça" (Iglesias, 1953, p. 589). Após algumas frases que denunciavam os verdadeiros motivos da visita, eu arriscava, com boas maneiras, a seguinte pergunta:

O senhor sabe ler? Nhor, não. Que pena! - exclamava eu sorridente. Se o amigo soubesse ler, - e apontava as letras da parede - saberia o que está escrito lá - 'TIRE O CHAPÉU DA CABEÇA'. Incontinenti, num movimento rápido como bote de cobra, o sertanejo tirava o chapéu da cabeça e o colocava ao pé da cadeira. Então eu explicava esse ato próprio do homem civilizado, que traduzia uma atitude respeitosa (Iglesias, 1953, p. 589).

Civilizar, docilizar são partes das políticas feitas por Iglésias, na mesma visita, ilustra a preocupação com a educação e a saúde pública no sertão brasileiro. Ensinando ao sertanejo que era bom evitar de cuspir no chão por conta da tuberculose, onde explica os perigos de transmitir a doença pelo cuspe e a importância da higiene. Por isso,

também ao impor o fim do álcool na festa, mesmo que visando o bem, o homem pobre piauiense sofreria uma relação de poder vindo do engenheiro. Como cita Foucault, "o poder está presente em todas as relações sociais, e se manifesta através de formas sutis de controle sobre o tempo e sobre os corpos dos indivíduos" (Foucault, 2015, p. 13). Iglésias, assim como os coronéis controlavam os trabalhos e grandes campos que garantiriam o sustento da população, enquanto a natureza se relacionaria com a pecuária e agricultura local, determinado o sucesso ou a falha da administração dessas atividades. A própria passagem de uma paisagem rural para urbana, para Foucault, trazia consigo a necessidade de adaptação a um mundo em constante transformação, marcado principalmente por uma série de "medidas que controlam os corpos e comportamentos dos indivíduos" (Foucault, 2015 p. 493).

Mesmo assim, essa imposição embora estranha, era bem vista pelos sertanejos, como na entrevista de contratação de um operário, ele informa "sob as seguintes condições: nada de álcool, isto é, cachaça aqui não entra de jeito nenhum; ao trabalhador que vier acompanhado de saia, não exigirei a certidão de casamento, porém, farei a questão que viva dentro da mais rigorosa moral, como se casado fosse" (Iglesias, 1953, p. 483).

Impondo critérios que foram vistas pelo funcionário como "Vossoria é o homem que tava faltando prá indireta este sertão" que logo invoca Deus, "Com a ajuda de Deus e de todos vocês, espero fazer alguma coisa. Então, estamos entendidos?" E docilizar o corpo sertanejo que já aceita seu lugar como "Nhor, sim. Pode vossoria contar com este seu humilde criado." (Iglesias, 1953, p. 483). Como resultado das viagens, os relatórios de Belisário Penna e Arthur Neiva foram pilares determinantes na criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em 1918, emergindo

como uma resposta significativa às preocupações levantadas pelos médicos sobre as condições de saúde no sertão brasileiro. Esse relatório, que gerou grande repercussão na imprensa, nos meios intelectuais e no Congresso Nacional, destacou a grave situação de abandono sanitário das populações do interior do Brasil, evidenciando a prevalência de doenças como impaludismo, ancilostomíase, leishmaniose, mal de Chagas, entre outras moléstias tropicais. A Liga, dirigida por Belisário Penna, buscava promover ações sistemáticas de saneamento e saúde pública, visando reverter o quadro desolador descrito no relatório de 1916. Entre as principais ações empreendidas destacam-se a criação do serviço de saneamento e a promoção de campanhas educativas sobre higiene e saúde para a população.

Considerações finais

Por fim, o livro de Iglésias, publicado anos depois do relatório, não teve a mesma repercussão, não gerou serviços póstumos às suas queixas. Talvez por ser um engenheiro agrônomo e não um médico, ou por relatar uma variedade de assuntos sem especialização, ou ainda pela falta de fotografias. No entanto, é importante reconhecer o impacto notável dessas viagens, principalmente, a de Iglésias como uma fonte para a historiografia piauiense no início do século XX. A Liga representou um esforço pioneiro e crucial para melhorar as condições de saúde pública no interior do Brasil, e o mesmo observado pelos médicos, estava presente dentro da narrativa romanceada. *Caatingas e Chapadões*, que apesar de ser a obra de um engenheiro agrônomo, colaborou com a redescoberta do Brasil. Mesmo não tendo tido a mesma repercussão

nacional, é uma fonte histórica rica para mostrar o papel dos viajantes e seus comentários como um meio de representar e criar uma ideia de Nordeste para as outras regiões do país.

Iglésias não fez parte da Liga Pró-Saneamento, mas sua obra poderia ter se encaixado nas reivindicações dos médicos. Seus escritos versam sobre uma multiplicidade de assuntos que não foram abordados por Neiva e Penna e tem seu lugar guardado dentro da historiografia piauiense. Os médicos versaram sobre o cotidiano e a saúde, enquanto Iglésias preservou a cultura, a saúde, a fauna, a flora e, mesmo limitado a seu lugar social, manteve a riqueza cultural do sertanejo e do Sertão. Uma fonte rica e interdisciplinar que no presente arquivo, foi realizado um recorte para problematizar a trindade maldita, a doença de chagas, a histeria e não resume todas as situações passadas pelo autor que são típicas do Sertão como a seca, a fome, os retirantes, a alimentação, reforçando como é uma obra relevante e que ainda tem muito a ser discutido e problematizado sob os olhos de *Clio*.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. 6. ed. São Paulo: Editora Massangana, 2011.

CHARTIER, Roger. *Entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2015.

IGLÉSIAS, Francisco de Assis. *Caatingas e chapadões: notas, impressões e reminiscências do meio-norte brasileiro*.

ro (1912- 1919). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. "Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil redescoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República". In: Maio, Marcos Chor; Santos, Ricardo V. (Ed.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz. p.23-40. 1996.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *O Estado do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 32.

MAYARAFA, Movimento Higienista na História da Vida Privada no Brasil: Do Homogêneo ao Heterogêneo. *CONSCIENTIAE SAÚDE. Rev. Cient., UNINOVE - São Paulo*, p. 47-52.

MARINS, Paulo César. *Habitação e Vizinhaça*. In: SEVCENKO (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, vol. 3, 1998.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. A interiorização da saúde no Piauí: Parnaíba entre o fim do século XIX e meados do século XX. *Revista NUPEM*, v. 13, n. 29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/5662>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. "Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiaz". *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v.8, n.3, p.74-224. 1916.

KROPF, Simone Petraglia; LIMA, Nísia Trindade. "A Liga Pró-Saneamento e a Consolidação das Políticas de Saúde Pública no Brasil". *Revista de História da Saúde*, 2010.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. "O corpo: o homem doente e sua história". In: Le Goff, Jacques; Nora, Pierre (Eds.). *História. Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SANTOS, Danielle Filgueiras; MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. Reinão as moléstias endêmicas: a incidência de febres nas regiões beiradeiras de Teresina (1852-1900). *Revista Contraponto*, v. 12, n. 1, 2023. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/14494>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

TAUNAY, Affonso D'Escragnolle. "Uma grande jornada científica: a viagem de Neiva e Penna". *Revista do Museu Paulist.*, São Paulo, 1919.

09

A Liga Pró-Saneamento e Eugênia no Piauí (1912-1930)

Aricélia Soares Barros
Teresinha Queiroz

PELO

Exm. Snr. Dr.

Euripides Clementino de Aguiar

A 1º DE JUNHO DE 1918



Neste capítulo aborda-se as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e os seus relatórios, no que tange à civilidade, sanitário doenças e curas da população. Trata-se também da Liga Pró-Saneamento no Piauí, suas implicações sociais, relacionadas à eugenia e às repercussões dessas propostas no estado, com ênfase no governo Eurípides de Aguiar, que colaborava com esses ideais. Também se discute sobre os conceitos de sertão e a construção das identidades piauienses.

Observa-se os esforços dos higienistas brasileiros se traduziram em formas de repensar a identidade nacional. Nesse sentido, atuava Belisário Penna. Os debates de ideias culminaram na fundação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em 1918. Quanto ao assunto, informa Carvalho que: [...]foi criada a revista *Saúde*, órgão da Liga Pró-Saneamento do Brasil para atuar como mais uma ferramenta de divulgação da campanha do saneamento. A Liga encerrou suas atividades em 1920 em razão da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública. (Carvalho, 2019, p. 63)

A criação da Liga, da revista e do DNSP⁴⁶ foram essenciais para se compreender a repercussão do relatório Neiva e Penna e as consequências provocadas pelas demandas de reformas sociais levantadas por ele. A respeito da fundação da Liga e seus objetivos, discorrem Hochman e Lima:

46. O DNSP era uma agência, [...]mais complexa e mais centralizada que a Diretoria Geral de Saúde Pública, cuja atuação era restrita aos portos e à capital da República. A agenda de combate às Endemias rurais e de resgate sanitário dos sertões seria implementada pela Diretoria dos Serviços de Profilaxia Rural (DSPR) através de convênios voluntários com os estados para a introdução de serviços federais de saneamento e combate às endemias. HOCHMAN; FONSECA, 1999, p. 76 apud NERY, Ana Karoline de Freitas. Políticas públicas de saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940. 2021. 228 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021. p. 26.

A Liga Pró-Saneamento do Brasil, fundada em 11/2/1918[...]liderada pelo médico [...] Belisário Penna, pretendia alertar as elites políticas e intelectuais para a precariedade das condições sanitárias e obter apoio para uma ação pública efetiva de saneamento no interior do país ou, como ficou consagrado, para o 'saneamento dos sertões'. Em um contexto no qual prosperava a ideia de salvação nacional, o sanitarismo encontrava-se sintonizado com as tendências gerais das correntes nacionalistas brasileiras (Hochman; Lima, 2004, p. 498)

Raça, gênero e ciência são temas que se entrelaçam, quando o interesse é eugenia, entrelaçamentos que devem considerar os contextos históricos e culturais de cada nação.

Nancy Leys Stepan na obra de sua autoria intitulada: *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina* aborda as especificidades eugênicas relativas à América Latina e ao Brasil. No caso brasileiro, buscava-se vencer os preconceitos das teorias que consideravam a mistura de raças um fator de deterioração.

Dessa forma, a referida autora justifica que: "nos casos latino-americanos, a palavra 'raça' era parte destacada do vocabulário eugênico, e todos os movimentos eugênicos preocupavam-se com as questões raciais, especialmente no que tangia a sexo e reprodução" (Stepan, 2005, p. 117), assim devido a mistura de raças ser considerada pelos cientistas norte-americanos e europeus fator negativo, para a construção da identidade brasileira. Na busca por costestá-los, os brasileiros argumentavam que aqui se estava processando um movimento em prol do aperfeiçoamento racial.

No Brasil, Carvalho observa que "o fenômeno da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi decisivo para o fortalecimento do nacionalismo e possibilitou novas maneiras de pensar a situação do Brasil frente ao contexto internacional"(Carvalho, 2019, p. 63). Argumenta também

Stepan sobre o mesmo tema, ao observar, nesse ponto, que a ideia de enxergar a mistura de raças brasileira como algo positivo, e não o oposto, ligava-se à construção da nacionalidade:

[...] os poucos negros e índios puros e remanescentes estavam desaparecendo, argumentavam os pensadores sociais, porque a seleção, tanto natural quanto social, trabalhava contra os tipos inferiores e porque as altas taxas de mortalidade e baixas taxas de reprodução entre eles diminuía sua participação na população. [...] os imigrantes brancos eram vistos como meio propício para aumentar rapidamente a proporção de brancos, ao passo que os cruzamentos entre mulatos e brancos favoreciam um contínuo branqueamento em virtude da superioridade biológica dos brancos e do fato que mulatos preferiam parceiros brancos que eles mesmos (Stepan, 2005, p. 166)

Para compreender a eugenia nacional, é preciso considerar que se trata de um quadro complexo, pois não há uma homogeneidade, de acordo com a leitura de Stepan. O que se busca é entender como tais ideias influenciaram as reformas e intervenções sanitárias no país, mais especialmente nas cidades e nas regiões rurais do Piauí. Ricardo Augusto dos Santos na obra intitulada: O plano de educação higiênica de Belisário Penna: 1900-1930. aponta as características mais importantes do movimento eugênico brasileiro e da prática dos sanitaristas:

Eugenistas e sanitaristas entendiam que as reformas das políticas públicas de saúde aprimorariam a capacidade hereditária. Em suma, coexistiam teorias que adotavam uma seleção racial capaz de embranquecer a população, produzindo um tipo nacional, com teses de que o futuro eugênico seria resultado do saneamento das áreas rurais e urbanas, além da educação higiênica que propiciaria a criação e manutenção da nova ordem. Essa amplitude de técnicas eugênicas não consistia em interpretação errônea de teorias científicas originais, nem mesmo uma cópia importada sem critério, mas sim na construção de um pensamento eugênico brasileiro (Santos, 2012, p. 49).

Na cidade de São Paulo, foi criada, em janeiro de

1918, a Sociedade Brasileira Eugênica, pioneira no país. Entre seus membros, encontravam-se Arthur Neiva e Belisário Penna. Dentre as ações de Penna destaca-se a escrita do livro *Saneamento do Brasil* (Penna, Belisário. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1918), em que ele denuncia o abandono em que se encontravam as populações do Brasil e as mazelas sociais provocadas pela pobreza e falta de assistência à saúde.

A respeito do trabalho de Penna e seus esforços para o sanear das regiões brasileiras, escreve Santos: “em maio de 1918, durante a presidência de Wenceslau Brás, Penna seria nomeado para o recém-criado Serviço de Profilaxia Rural. Durante a sua direção, dez postos sanitários foram instalados nos subúrbios e zonas rurais do Distrito Federal” (Santos, 2012, p. 52). Outra parte do trabalho do sanitarista foi realizar a apresentação da identidade do “Brasil doente” aos leitores do jornal *Correio da Manhã* para que, uma vez realizado o reconhecimento, o periódico procedesse nas reflexões para formar uma consciência sanitária no público consumidor do periódico. Conforme assevera Carvalho:

Em vista da disseminação da sua tese sobre o saneamento e a política nacional, inaugurou em 17 de novembro de 1916 uma série de artigos no *Correio da Manhã*. As publicações denominadas *Saneamento dos Sertões* foram posteriormente enfileiradas no livro *Saneamento do Brasil*, em 1918[...]. Em *Saneamento do Brasil*, o título do artigo foi modificado para Interior do Brasil: doença e miséria. A primeira publicação no *Correio da Manhã* pode ser compreendida como uma carta de apresentação das principais pautas e propostas sobre o saneamento que o acompanharam durante toda a sua trajetória. Ele apresentava ao público o seu retrato de “Brasil doente” e as possíveis soluções pelos vieses político e sanitário.[...] (Carvalho, 2019, p. 61-62).

Os membros da Sociedade Eugênica de São Paulo eram em sua maioria médicos e cientistas que atuavam em instituições de ensino ou junto ao Estado. Para esses

médicos higienistas, educar era eugenicizar. Houve, além das Ligas, outras associações pensadas por esses intelectuais. Conforme Carvalho, a política sanitária:

foi materializado(a) em torno da criação de diversas Ligas, como a Liga de Defesa Nacional, a Nacionalista de São Paulo, a Liga Contra a Tuberculose, Liga Antialcoólica e Liga Pró-Saneamento do Brasil.[...]A marca nacionalista pode ser considerada um ponto em comum da criação das ligas (Carvalho, 2019, p. 63).

Observa-se pelas denominações dessas instituições que os temas tratados pela eugenia eram amplos, referindo-se à educação higiênica e sanitária, onde se imiscuem questões de raça e miscigenação, imigração e branqueamento, gênero e educação moral dos indivíduos, das famílias e das crianças, assuntos como casamento, controle sexual e da reprodução. Nesse sentido as relações entre os indivíduos das classes cacogênicas e aristogênicas⁴⁷ e suas consequências para a formação moral ganhavam ênfase nessas propostas.

Nesse panorama há leis e decretos referentes à saúde a ser considerados e também as campanhas sanitárias. É importante citar como exemplos as campanhas de vacinação obrigatória e as observações de geografia médica, para a análise da importância do meio ambiente, com enfoque no aparecimento e distribuição de doenças. Busca-se, com as intervenções curativas, ampliar o povoamento do Brasil. Percebe-se que os discursos higienistas estão nas esferas públicas e privadas e que a higienização passava além dos corpos, como destaca na obra as sete portas da cidade, Maria Stella Bresciani:

Nasce [a medicina higienista] com dupla concepção física e moral, ou melhor, com a sugestão de que se atingiria a mente e a formação moral do homem por meio da

47. A aristogenia representava os seres eugenicamente superiores. Os tipos inferiores constituíam a classe cacogênica. Esses poderiam assumir uma forma bastante degradada, ou seja, a disgênica. Cf.: Santos, 2012, p. 49.

codificação do ambiente e, em decorrência, do corpo e do comportamento das pessoas. Estrutura-se o sanitário sobre os saberes médicos e da engenharia, sempre tendo em vista, porém a preocupação filantrópica com a moralidade dos pobres: entre os objetivos de melhorar as condições de vida urbana sempre esteve o de civilizar os seres semibárbaros (Bresciani, 1991. p. 11).

Dessa forma, a medicina higienista teve como pressuposto principal, no final do século XIX e início do século XX, que a medicina não deve ser considerada mero conhecimento e prática científica relacionada à manutenção da saúde, mas igualmente discurso sobre a sociedade e programa visando à reforma social. O significado de conseguir fazê-lo, num país amplo e com uma cultura marcada pela mistura racial, tornava o caso brasileiro mais complexo quanto à implementação de tais medidas.

Assim, o discurso da higiene coloca-se como mediador entre o estado e as famílias, desenvolvendo a “ideia de que, se os pais erravam com os filhos, era por ignorância [...] no fundo desejavam para os filhos aquilo que a higiene previa como correto e bom” (Costa, 2024, p. 70).

Desse modo se estabelece que a saúde coletiva da população representa o poder estatal, na medida que era uma maneira de sustentar a segurança. Nessa perspectiva, escreve Antônio Melo Filho, outro conceito fundamental é o de salubridade:

[...] que não é o mesmo que saúde, e sim um estado de coisas, do meio de seus elementos construtivos que permitem a maior saúde possível. A salubridade é a base material e social capaz de promover a melhor saúde dos indivíduos [...]. Portanto salubridade e insalubridade é o estado de coisas e do meio enquanto afetam a saúde (Melo Filho, 2000, p. 95).

O discurso do “sertão doente” encontrou ressonância no Piauí. O governador Eurípides Clementino de Aguar⁴⁸, médico higienista, comenta sobre o impaludismo

48. “Médico e farmacêutico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1902. Ao retornar ao Piauí, dedicou-se à profissão e à política. Elegeu-se inten-

e suas consequências, no Piauí, apontando um quadro desolador. Observa-se a consonância entre seus discursos e os dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, ao relacionar o martírio do lavrador piauiense, sua fraqueza de corpo e de espírito ao trato com a terra. Veja-se:

Quando o nosso roceiro preparando o seu campo de lavoura fere a terra [...] cava ao mesmo tempo a sua própria sepultura. Durante o verão [...] ele faz a derrubada [...] e prepara acerca dos roçados para, ao caírem as primeiras chuvas, [...] lançar ao solo as sementes. Mas vem o inverno e com a cheia [...] aparecem os mosquitos e começam as febres; [...] vencido pela moléstia, contra o qual não tem meios de defesa, [...] em estado de extrema penúria, sem sangue, [...] o roceiro se não perece, abandona o campo (Aguiar, 2018, p. 17-18).

As ideias de Eurípides Clementino de Aguiar ressoam as propagadas pela Liga Pró-Saneamento, ao defender o saneamento do estado e a melhoria das condições de saúde das populações locais. O governador informa quais são as doenças que mais afetam a população: o impaludismo, doença de Chagas, leishmaniose, e ancilostomose.

Suas propostas principais são melhorar o funcionamento das instituições de saúde do estado e organizá-las, garantindo que a população pobre receba tratamento com o medicamento mais usado à época, que era a quina. Essa droga é proveniente de uma árvore denominada *Cinchona*, cujo nome popular é quina, era usada em forma de infusão ou pó. Para atingir esse fim, o governador pede em seus discursos, ajuda do governo federal. Ele prossegue, em outro momento, corroborando as ideias dos doutores de Manguinhos. No contexto do nacionalismo em ascensão, importante ferramenta para construir um sentimento de unidade nacional e pertencimento das

dente de Floriano e deputado estadual. Em 1916, assumiu o governo do Estado e permaneceu no cargo até julho de 1920. [...]". MORAES, Livia Suelen S. Saúde materno-infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930- 1950). 2014. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014. p. 23.

populações (a identidade nacional), da criação de órgãos e leis reguladores da saúde, Eurípides de Aguiar noticia também a criação do Ministério da Saúde Pública.

Tendo percorrido os sertões do norte da Bahia, extremo sul do Piauí, sudeste de Pernambuco e Goiás [...] os notáveis higienistas, drs. Arthur Neiva e Belisário Penna descrevem em linguagem impressionante a legião de palúdicos empaludados, papudos e chagados que arrasam infeliz existência naquela parte do território nacional, ao desamparo entregues inteiramente á inclemência de uma natureza madrastra [...] multiplicam-se os estudos acerca do estado sanitário das populações rurais [...] desvendam enfim a verdade desoladora sobre as endemias que assolavam os nossos sertões[...] a opinião pública assim esclarecida se manifesta através de toda a imprensa do país. [...] obedecendo a essa orientação patriótica, fundou-se há pouco na capital federal a Liga Pró-Saneamento [...] O Governo Federal criou e decretou a oficialização do comércio de quinina. Anuncia-se além disso a criação do Ministério de Saúde Pública (Piauí, 1918, p. 26-31).

O Departamento Nacional de Saúde (DNS) foi criado em 2 de janeiro de 1918. Assim, os estados passaram a ter o apoio técnico da União, porém, as soluções para garantir uma vida melhor e saúde para a população deveriam ser locais. Em Teresina, receberam atenção a Diretoria de Saúde Pública, a Santa Casa de Misericórdia e os postos sanitários. A estruturação da Diretoria de Saúde Pública em 1896, “incrementada a partir do primeiro Estatuto Republicano que regulamentou o saneamento das condições de saúde pública criado em 1898” (Melo Filho, 2000, p. 57) reforçou as políticas de saúde locais.

Anteriormente não havia política de saúde pública nos estados visando à cura, o que permaneceu até 1920, quando, de acordo com Melo Filho, foi “instalado o primeiro Posto Sanitário de Teresina e quando começam a surgir parcerias entre os governos federal e estadual, através da assinatura de convênios para a instalação de postos sanitários e execução de serviços de saneamento rural no

estado” (Melo Filho, 2000, p. 51).

Araújo esclarece que: “O Posto Sanitário foi criado pela lei nº 983 promulgada em 24 de julho de 1920, vindo a funcionar de fato a partir de janeiro de 1921, já no governo de João Luiz Ferreira (1920- 1924), governador que assumiu, após o término do mandato de Eurípides de Aguiar”(Araujo, 2018, p. 71). Para reforço dessas políticas, inaugurou-se uma nova forma de cuidar, expandiram-se as intervenções da higiene, que passou a regular todas as doenças que comprometessem a produtividade humana, não só as contagiosas.

Considerando os objetivos da Diretoria de Saúde Pública, argumenta Melo: “nota-se que entre os seus objetivos principais estava o projeto de fazer um policiamento médico na cidade” (Melo Filho, 2000, p. 72).No Estatuto da referida diretoria, destacam-se suas atribuições:

A inspeção sanitária das escolas, das fábricas, das oficinas, do hospital, dos estabelecimentos de caridade e beneficência, dos quartéis, dos presos, dos mercados e quaisquer habitações coletivas ou particulares que possam concorrer para modificar as condições sanitárias do meio.[...] A polícia sanitária das habitações [...] e de tudo quanto possa influir na salubridade dos municípios.[...] A fiscalização do exercício da medicina, da farmácia, da obstetrícia, da arte dentária e do comércio de drogas[...] A fiscalização sanitária de qualquer trabalho de utilidade pública, canalização das águas, esgoto, iluminação, matadouros, mercados, cemitérios, construções e remoção de imundices e outros que por sua natureza possam comprometer a saúde pública.[...] A vigilância sanitária sobre serviços e limpeza das ruas [...] (Melo Filho, 2000, p. 73).

Pelo exposto no Estatuto, observa-se a abrangência das medidas que seriam realizadas. A higiene perpassava ações práticas e incidia numa mudança de costumes na vida pública e privada.Nesse contexto, a fiscalização sanitária era um instrumento para combater o medo do contágio,mas podemos ver que tal situação piorava em períodos de epidemias e de secas, quando o modelo de

assistência baseado na caridade pública era insuficiente para atender os doentes e pobres. Outros sujeitos que estavam em consonância com esse ideário da Liga Pró-Saneamento no Piauí eram Edison Cunha⁴⁹ e o médico Benjamin de Moura Batista⁵⁰, que escreveram sobre temas referentes às mazelas locais, com ênfase na saúde e nas doenças.

O primeiro escreveu artigos no periódico *O Piauí* em defesa da Liga Pró-Saneamento e foi um dos representantes do Piauí nas reuniões da Liga Nacional, comandada por Belisário Penna. É ele que instala a Liga Pró-Saneamento em 1919. Ambos fizeram parte do governo Eurípides de Aguiar. Veja-se a defesa de Cunha, quanto aos objetivos das delegações de cada estado, dentro da Liga, publicada no jornal *O Piauí*, em 1919:

[...]pugnar pela execução do seu programa; colher dados estatísticos, informações fidedignas das condições sanitárias regionais, levando-as ao conhecimento da Liga; fazer a propaganda desta, promovendo perante os poderes competentes a execução das medidas por ela aconselhadas, difundindo, por meio de conferências e comícios, as noções práticas de higiene geral e de profilaxia das endemias regionais; zelar pelos interesses econômicos da Liga, angariando sócios, promovendo o recebimento de suas contribuições e remetendo-as ao Diretório Executivo (Saneamento do Brasil. *O Piauí*, Teresina, p. 2, 12 fev. 1919 apud Araújo, 2018, p. 58).

O trabalho em prol dos ideais nacionalistas e higienistas não ficou restrito aos periódicos piauienses e ao território do estado, pois a rede de sociabilidades dos intelectuais locais permitiu que eles expandissem sua es-

49. Edison da Paz Cunha nasceu em 15 de dezembro de 1891, em Teresina, seus genitores são Corina da Paz Cunha e Higino Cícero da Cunha, [...]formou-se na Faculdade de Direito do Recife, em 1912 [...]Escreveu em *O Piauí* (1916); também, no periódico, *Chapada do Corisco* (1918) e na *Revista da Academia Piauiense de Letras* (1918). Atuou como bacharel em direito, exerceu os cargos de Sub-chefe de Gabinete do governador Eurípides de Aguiar (1917-1920) [...]

50. Médico, professor, político, escritor e membro da Academia Piauiense de Letras. Nasceu em Oeiras em 1880. Faleceu em Teresina em 1940. Cf.: NERY, 2021, p. 35.

crita, que versava a respeito de assuntos diversos, como se pode observar na revista intitulada *Revista do Brasil: Publicação Mensal de Ciências, Letras, Artes, História e Atualidades* Através do subtítulo, observam-se os temas privilegiados na publicação.

É nesse panorama que o periódico supracitado é lançado na cidade de São Paulo. Chama a atenção a relação entre esse fato e a Liga Pró-Saneamento, fundada também na capital paulista. A ênfase da revista era nos temas literários e trazia propagandas nacionalistas. A revista circulava em vários estados.

Com a circulação, as ideias nacionalistas tornaram-se cada vez mais presentes no cotidiano dos brasileiros. A partir desse movimento, os intelectuais tomavam para si as responsabilidades mais pertinentes, através das demandas sociais do presente, que, conforme o exposto, se referia à contrução do patriotismo. Uma vez que os periódicos supracitados serviam de instrumentos a tais fins, eles se expandiam por todo o território nacional.

Édison Cunha é convidado a representar a revista no Piauí. Essas notícias chegam ao Piauí, através do jornal *O Nordeste*⁵¹, tendo sido a sua colaboração felicitada em artigo intitulado *Revista do Brasil*, conforme o trecho abaixo:

O nosso ilustre confrade do *O Piauí*, dr. Édison Cunha, foi nomeado representante desse importante revista que se edita em São Paulo, dirigida pelo fulgurante escritor dr. Monteiro Lobato, o bizarro e originalíssimo autor dos *Urupês*, o livro que constitui o maior sucesso literário dos últimos tempos.

A *Revista do Brasil* é, no gênero, o que se pode desejar de melhor, pois conta com a colaboração dos melhores intelectuais brasileiros, constituindo, assim, um repositório precioso do que há de mais precioso em literatura, ciências, artes e história em terras pátrias (*Revista do Bra-*

51. O jornal *O Nordeste* pertencia a Jônatas Batista, que era natural do povoado Natal (PI), onde nasceu no ano de 1985. Em 1935, faleceu na cidade de São Paulo. atuou ainda como jornalista, dramaturgo, cronista e poeta. [...] Cf.: FERREIRA, Ronyere. "Double sens": teatro de revista e as suscetibilidades sociais em Teresina nas primeiras décadas do século XX. *Contraponto*, Teresina, v. 8, n. 1, jan./jun. 2019. p. 164.

sil (1916-1990). *Jornal O Nordeste*, Teresina, p. 2, ano 1, n. 9, 6 dez. 1919).

Ao tempo que Édison Cunha representou a *Revista do Brasil*, no Piauí e encontrou-se na revista, um intelectual piauiense que colaborou no periódico foi o literato Higino Cunha⁵², que subscreveu o artigo *A nudez e a vestuário: na religião na ciência e na arte*.

No referido artigo, Higino Cunha discorre a respeito de vários temas: religião, ideais de progresso, civilidade, educação, corpo, família, felicidade e higiene. Ele sugere, através de sua escrita, um programa de ações a ser implementado pelo estado, para garantir à população menos abastada e instruída, um roteiro seguro a seguir em prol do progresso, que contempla, segundo o texto, a saúde das crianças, a boa alimentação, a disciplina, exercícios físicos e a moral familiar, dentre outros aspectos.

Os temas supracitados entrelaçam-se, pois se deve lembrar que, no contexto da escrita do artigo, o termo progresso é diferente de desenvolvimento econômico, conceito utilizado posteriormente, nas décadas de 1940 e 1950. Outro ponto interessante é a reflexão na qual o mundo estava imerso, após as consequências da Primeira Guerra Mundial, quando o paradigma da cosmovisão passa a ser criticado e paulatinamente passa a ser substituído pelos princípios cientificistas, nos quais a noção de futuro promissor das nações e das pessoas era inevitável.

O Primeiro Congresso Nacional de Higiene Brasileiro que aconteceu no Rio de Janeiro em 1923 tinha

52. Nascido em Flores (MA) no dia 11 de janeiro de 1858. Em 1881 se matriculou no curso de Direito na Faculdade do Recife[...]. Em 1886, tornou-se juiz municipal na cidade de Picos. No fim de 1889, [...] foi nomeado juiz municipal em Amarante. Também atuou como procurador seccional[...] na cidade de Teresina, e depois tornou-se juiz municipal na mesma capital. Foi um dos pioneiros da Academia Piauiense de Letras em 1917,[...] No governo de Eurípedes Clementino de Aguiar (1916-1920) foi procurador dos feitos da Fazenda estadual até 1925. Cf.: LOPES, Raimundo Hélio. Higino Cunha. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CUNHA,%20Higino.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2023.

como finalidade discutir e aprimorar trabalhos de higiene e saúde pública nos estados. A delegação enviada pelo Piauí era composta pelo deputado Antônio Ribeiro Gonçalves⁵³, médicos A. E. Area Leão⁵⁴, Bonifácio Ferreira de Carvalho⁵⁵ e José Beleza⁵⁶.

A pauta da saúde pública, teve destaque na agenda brasileira na Primeira República. É importante observar até que ponto as mudanças de costumes afetaram as relações e hábitos das regiões distantes dos núcleos urbanos. Sobre onde ficava o sertão havia uma discussão entre os intelectuais brasileiros, como mostra o trecho a seguir:

‘Os sertões’, para a campanha pelo saneamento do Brasil, eram mais uma categoria social e política do que geográfica. Sua localização espacial dependeria da existência do binômio ‘abandono e doença’. Na verdade, os sertões do Brasil não estariam tão longe assim daqueles a quem se demandavam medidas de saneamento, nem seriam apenas uma referência simbólica ou geográfica ao interior do país. Na instigante percepção de Afrânio Peixoto, os ‘sertões do Brasil’ começavam no fim da Avenida Central, o grande boulevard da então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro. (Hochman; Lima, 2004, p. 50.)

Sertão é uma categoria de análise importante ligada à história e às ciências sociais. Essa denominação tam-

53. Antônio Ribeiro Gonçalves é natural de Amarante (PI), nascido no ano 1877. Cursou medicina na Faculdade do Rio de Janeiro no ano 1902, [...]. Trabalhou em Amarante, Teresina, Caxias (MA), Floriano, Ribeirão Preto (SP) e Nova Friburgo (RJ). Foi diretor da Santa Casa de Misericórdia de Teresina e professor no Liceu Piauiense. Deputado estadual entre os anos de 1920 e 1924 faleceu em 1928. [...] Cf.: BASTOS, C. de A. Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

54. Antônio Eugênio de Arêa-Leão (1895-1971) é natural de Teresina, atuou como microbiologista no Instituto Oswaldo Cruz (IOC) Formou-se em medicina em 1919, pela Faculdade do Rio de Janeiro. [...] Cf.: INSTITUTO OSWALDO CRUZ. Personalidades. Disponível em <<http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=144&sid=76>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

55. Bonifácio Ferreira de Carvalho natural de Oeiras Piauí (1866-1963), foi médico e professor. Atuou como chefe do serviço de Higiene do Estado entre 1908 e 1924. Dirigiu a Santa Casa de Misericórdia de Teresina.. [...] Cf.: NERY, 2021, p. 35.

56. José Beleza nasceu no Piauí, formou-se médico, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, todavia ainda contava com pacientes no Piauí, para onde retornava com frequência para temporadas. Cf.: MORAES, 2014, p. 47.

bém serve para o Piauí, pois se relaciona com a geografia do local e com sua colonização baseada na formação de fazendas e no “caminho do gado”. O Piauí figurava entre esses sertões, caracterizado como um lugar inóspito, onde a população para sobreviver precisa de valor, coragem e força. Os viajantes do IOC, destacam os vaqueiros como exemplos de sertanejos fortes, resistentes e corajosos, “[...] uma raça resistente, aproveitável, vigorosa e digna de melhor sorte. O tipo de vaqueiro das caatingas é um símbolo de destreza e agilidade de força e resistência. [...]” (Neiva; Penna, 1916, p. 200). Apesar das qualidades elencadas, os médicos de manguinhos apontam que os vaqueiros merecem melhor sorte.

O Piauí se situa no Nordeste brasileiro, É historicamente caracterizado como “sertão” e pensar sobre os motivos dessa denominação facilita o entendimento sobre esse território. De acordo com Araújo:

Historicamente o Piauí foi pensado na condição de sertão considerando, em especial, seu processo de colonização a partir dos ditos ‘caminhos do gado’, ou seja, da abertura dos caminhos do ‘desbravamento’ do território piauiense para instalação de fazendas às margens dos rios e afluentes e criação do gado. No entanto, podemos partir da ideia de que no Piauí não se constituiu ao longo do século XIX e XX tão somente uma única identidade e que a população piauiense, a depender do período, da região (cidades ribeirinhas ou interior do estado) pôde ser caracterizada de formas diferentes (Araújo, 2018, p. 24).

O termo Sertão é recorrente na historiografia. Lembre-se a importância na formação desse imaginário da obra *Os sertões*, livro publicado em 1902, fruto da viagem de Euclides da Cunha, jornalista designado pelo governo republicano para cobrir o conflito do arraial de Canudos, de Euclides da Cunha e na obra *Jeca Tatu*⁵⁷, de Monteiro 57. “[...] ‘Primeiramente, o Jeca Tatu é descrito como o caboclo miserável, o mestiço da terra, pobre e cansado’, Lobato o retrata como ‘o Piraquara do Piraíba’ imerso na pobreza [...] Nos contos que compõem a obra *Urupês* (1918), o personagem é uma caricatura do caipira paulista, [...], o Jeca sofria de ausência

Lobato. “Euclides da Cunha é apontado como o primeiro de seu tempo a modificar a maneira de retratar os sertões. Na sua visão, o atraso em que vivia o sertanejo era causado pelo abandono das autoridades públicas, e não por condicionamentos genéticos” (Silva, 2019, p. 17). Essa mudança de ponto de vista foi essencial e se relaciona com as campanhas de saneamento da Primeira República. Segundo Lima: “[...] com estudos etimológicos, a palavra seria oriunda de deserto. [...] há uma tendência de uso desse termo, posterior à colonização portuguesa de naturalizar-lo, referindo-se a um espaço físico [...] delimitado, desconsiderando [...] a carga de valores simbólicos associado a ele” (Lima, 1998, p. 4).

No relatório Neiva e Penna, o conceito de sertão é acionado sobretudo para contrastar a medicina científica com as demais artes de curar. A partir dessa antítese sertão-litoral, o sertanejo e o sertão são vistos de modo homogêneo e generalizado em algumas regiões: sertão amazônico, nordestino, do centro-oeste e do sul. Nesses sertões, vistos como o avesso do moderno, dominavam a inércia, a ociosidade e a ignorância. Mas não apenas isso, de acordo com Lima:

Por mais imprecisa que seja a definição espacial e social do sertão, boa parte dos intelectuais que se voltam para o tema focaliza, de forma positiva ou negativa, a camada intermediária das áreas rurais brasileiras – a dos ‘homens livres na ordem escravocrata’, a dos vaqueiros, barqueiros, tropeiros, pequenos sitiantes, agregados e parceiros – vista, muitas vezes, como partícipe de um mesmo universo cultural e de um modo de vida pré-capitalista (Lima, 2013, p. 282).

Entre polaridades e imprecisões habitam o sertão: o caipira, o jagunço, o gaúcho, o doente, o forte, o macho,

de sentimento patriótico em seus hábitos. Ele recebe crítica por ser analfabeto e não [...] votar. É uma figura emblemática na construção de identidade nacional, mais especificamente nas representações literárias utilizadas para pensar o homem brasileiro na primeira metade do século XX”. LEAL, 2020, p. 32-33.

sendo que enquanto lugar se caracteriza como o sertão da seca, o lugar do atraso, da autenticidade, o entrave ao progresso da nação, o lugar a ser civilizado.

Na construção da identidade nacional há uma dualidade colocada em polos que perpassam a ordem social: uma moderna, civilizada, letrada; outra analfabeta, bárbara, refratária à modernização e isolada. Lima analisa as viagens missionárias, cujo fim seria o de civilizar o desconhecido interior do Brasil, que incluíam a viagem de Euclides da Cunha, relatada no livro *Os sertões* e as viagens da Comissão Rondon⁵⁸, comandadas pelo sanitarista Cândido Mariano da Silva Rondon. E ainda as viagens de Júlio Paternostro ao Tocantins⁵⁹ e dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna.

Ao analisar tais viagens, apresenta um “país doente”, recorrendo à metáfora utilizada por Miguel Pereira, distinta da interpretação romântica e ufanista mais aceita no período. Outro ponto interessante é a identidade dos sertanejos, por exemplo: “o forte” de *Os sertões*, em contraponto aos doentes, isolados e esquecidos pelas autoridades políticas, necessitados de ajuda, como a dos sanitaristas Neiva e Penna. Esse discurso não seria apenas criado pelos intelectuais, mas interpretado, relido e reescrito por eles.

A descrição do vaqueiro “das catingas” forte, ágil e corajoso, pelo olhar de Arthur Neiva e Belisário Penna, citada anteriormente, em passagem pela cidade de Parnaguá, é analisada por Lima, na sua interpretação, ao se

58. A Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Rio de Janeiro a Mato Grosso e deste ao Amazonas, realizadas respectivamente entre 1891 e 1906 e entre 1907 e 1915, mais conhecida por Comissão Rondon. [...] Cf.: Sá, 2009, p. 186.

59. Júlio Paternostro integrou de 1934 a 1938 o Serviço de Febre Amarela, criado por meio de convênio entre o governo brasileiro e a Divisão Internacional de Saúde Pública da Fundação Rockefeller, tendo realizado, como médico desse Serviço, duas viagens a regiões percorridas pelo rio Tocantins: de novembro de 1934 a março de 1935, pelo sudoeste e pelo centro de Goiás, e de maio a setembro de 1935, com o objetivo oficial de conhecer a distribuição da imunidade da febre amarela na região. Cf.: Lima, 2009, p. 239.

referirem ao vaqueiro, os médicos se aproximam de Os sertões de Euclides da Cunha e do romance *O sertanejo* “ de José de Alencar” (Lima, 2009, p. 218).

As características do povoamento do território, bem como a formação social piauiense permitem compreender a identidade cultural e étnica do estado. De acordo com as pesquisas de Wilson de Andrade Brandão, no capítulo de livro intitulado *Os primeiros tempos (1674-1759): fixação do homem no território piauiense*⁶⁰, o autor assevera:

Não corresponde a um fato real a afirmativa de que a sociedade colonial em formação tenha sido de senhores e de escravos. Sem dúvida, apanhados isoladamente, muitos sítios e fazendas podem ter apresentado essa estrutura rudimentar. Mas a sociedade, como um todo, desde cedo, aparece com um mínimo que seja de diversificação. Quando se inicia, com a implantação dos primeiros currais, em sua composição ainda elementar já se encontram, além dos conquistadores e seus cativos, aqueles numerosos pernambucanos e baianos que se tornarão rendeiros, vaqueiros, posseiros, outros tipos humanos (Brandão, 1995, p. 28).

As identidades do Piauí, sua construção histórica e social, ajudam a compreender como as elites intelectuais e políticas se posicionam entre os séculos XIX e XX. Observa-se que os governadores locais fazem críticas e reclamações acerca da situação de pobreza, e solicitam ajuda econômica, tanto sob o manto imperial quanto nos governos republicanos.

O Piauí, desde as primeiras décadas do século XX, também contava com um movimento intelectual a chamar a atenção para o panorama de adversidade econômica e social em relação aos outros estados e, para isso, a escrita era o meio mais usado. Esses críticos eram médicos, jornalistas, advogados e professores. Segundo Castelo Branco:

Essas ideias novas se difundiram pelo Brasil na prática de
60. BRANDÃO, Wilson. *Os primeiros tempos (1674-1759): fixação do homem no território piauiense*. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectiva*. Teresina: Halley, 1995. p. 15-40.

homens com formação superior, que depois de graduados em grandes centros voltavam às suas regiões de origem e se tornavam arautos da modernidade, seja através de palestras, publicações em periódicos seja mesmo no contato direto proporcionado pelo exercício profissional cotidiano de médicos, professores e literatos, e ainda através dos quartéis militares, que, instalados por todo o território nacional, chamavam para si a missão patriótica de desenvolver o espírito cívico, o amor pátrio e assim contribuir no esforço de forjar a nação (Castelo Branco, 2020, p. 503).

O autor discorre sobre a produção discursiva de Abdias Neves⁶¹, o qual, “nas primeiras décadas do século XX, orientou sua escrita para uma ação definidora das masculinidades modernas” (Castelo Branco, 2020, p. 502). Aponta também que o literato supracitado, por meio de sua produção discursiva, buscava:

Ponderar sobre as práticas masculinas traçadas no percurso histórico dos piauienses e apresentar parâmetros culturais que favorecessem, por um lado, o corte com o passado, constituído na oralidade, na tradição, no espírito de rotina e, por outro, o surgimento de novas práticas masculinas lastreadas numa relação estreita com a cultura física e com a escola, fatores que deveriam redefinir as masculinidades locais, possibilitando que elas se inserissem em padrões de virilidade moderna e, assim, colaborando para a efetiva inserção do piauiense na construção da nacionalidade brasileira moderna (Castelo Branco, 2020, p. 502).

Nesse sentido, destacou-se também o médico Joaquim Nogueira Paranaguá⁶², que escreveu uma obra cha-

61. Abdias da Costa Neves (1878-1928) atuou no Piauí, como advogado, político, jornalista e maçom durante a Primeira República. Devido à sua ação política partidária foi eleito senador. [...].Cf.: DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Le monde marche: o progressismo cientificista de Abdias Neves*. In: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho et al. (org.). *O Piauí oitocentista*. Teresina: Cancioneiro, 2023. p. 348.

62. Joaquim Nogueira Paranaguá nasceu em Corrente (PI) dia 11 de janeiro de 1855. Cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, pela qual se formou em 1882. [...], em 1886 foi nomeado inspetor sanitário e médico da Santa Casa de Misericórdia da capital,[...].Em 1890 foi eleito deputado constituinte pelo Estado. [...].Faleceu no Piauí em 1926. Cf.: LOPES, Joaquim Hélio. *Joaquim Nogueira Paranaguá*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARANAGUÁ,%20Joaquim%20Nogueira.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

mada *Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo interior do país: impressões de viagem*, que veio a público em 1905. Paranaaguá narra a viagem que percorreu as mesmas localidades que Neiva e Penna. O autor registra impressões sobre o Piauí muito próximas das impressões que tiveram os viajantes do IOC: considera que as potencialidades do Piauí eram, prejudicadas pelas poucas vias de comunicação com o resto do país, o que dificultava a venda do gado e da produção agrícola. Outro ponto em comum é a visão do povo piauiense como hospitaleiro. Há, porém, discordâncias quanto à leitura do sertão, que ele via como um local bucólico, onde a natureza faziam a população feliz, apesar das dificuldades do clima ou das condições de vida.

No relatório, a respeito das regiões visitadas são constantemente mencionados o "abandono", "a rotina", a "indolência", o "primitivismo", o "isolamento", e o "atraso". Anotam a difícil adaptação das pessoas a coisas simples do mundo moderno, como o uso do moinho de café, das máquinas de costura, de moeda, de velas de estearina. Escrevem que, exceto os proprietários de terras e pessoas viajadas, ninguém dava importância ao dinheiro. Comentam que "tudo é primitivo, o sistema de cultura, o fabrico de requeijão, do açúcar, de farinha, a terapêutica empírica, as abusões, as crendiças etc.". Definiam o povo como "atrasado ainda de alguns séculos [...]" (NEIVA; PENNA, 1916, p. 200-201). Importante mencionar que esse conceito de atraso e seus sinônimos são comuns em todo o texto do relatório de Neiva e Penna e se contra põem a um termo chamado civilização. De acordo com Norbert Elias:

O conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao

tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma 'civilizada' ou 'incivilizada'. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização (Elias, 2011, p. 23).

Os comerciantes ingleses que trabalhavam com a cera de carnaúba e alguns forasteiros que trabalhavam na construção de um açude em São Raimundo são vistos como exceções. Outro ponto a salientar a falta de "civilização" é o potencial do gado piauiense que é elogiado pelos médicos, no entanto, devido à seca e às dificuldades de vias de transporte para vender os animais, tornava-se mal aproveitado. Eles assim comentam: "[...]resolvido o problema da seca e da viação, essas regiões serão admiravelmente aproveitadas, para o desenvolvimento da pecuária, com vantagens extraordinárias sobre as do sul do país" (Neiva; Penna, 1916, p. 197). A respeito da qualidade do gado local registram:

A zona do sul do Piauí presta-se admiravelmente à criação de gado bovino e cavalar e até hoje nada vimos de melhor em espécimes nacionais. Certas regiões do referido estado possuem excelentes pastagens naturais, sem carrapatos ou quase não existindo absolutamente o berne. A probabilidade dessa zona se desenvolver enormemente está por isso assegurada. Facilmente obtém-se exemplares que atingem 30 arrobas, o que para gado nacional sem nenhuma mescla com animais de raça, parece-nos raro.[...] (Neiva; Penna, 1916, p. 177).

Esse discurso de valorização das potencialidade do Piauí e da ciência, vista pelos cientistas e intelectuais como a melhor forma de o Brasil avançar, ressoa com o do engenheiro piauiense Antônio José de Sampaio⁶³, de que havia intelectuais trazendo modelos importados de

63. Nasceu em 1857, em Livramento, hoje a cidade de José de Freitas. cursou Letras e Engenharia Industrial, esse último na Escola Politécnica de Zurique, Suíça. Doutou-se em Ciências Físicas e Naturais. Faleceu em 1906, no Rio de Janeiro. Cf.: VILHENA, Marcos. *Voo de Ícaro: tensões e drama de um industrial no Sertão*. Teresina: Halley, 2006.

desenvolvimento, que buscavam legitimar as teorias científicas que defendiam.

Antônio José de Sampaio foi fundador de uma fábrica de laticínios em 1896, denominada Puro Leite, situada em local correspondente ao da cidade de Campinas do Piauí. “Destaca-se o maquinário da indústria, considerado o mais moderno do período pois os equipamentos e outros materiais foram trazidos da Europa para a produção de gelo e manteiga. [...]” (Vilhena, 2006). Esse local foi uma das fazendas de Domingos Afonso Mafrense, doadas aos jesuítas. Após a expulsão da ordem do Brasil no ano de 1760, passaram ao patrimônio da coroa lusitana.

Uma dessas inspeções feitas pela comitiva foi na fazenda Canindé. O projeto modernizador do Dr. Sampaio não teve êxito. Contudo, esse empreendimento demonstra sobremaneira o ideal progressista no Piauí. Ao arrendar as fazendas nacionais para empreender uma indústria com máquinas importadas da Europa, no século XIX, para o sertão, o projeto mostrou-se em desconformidade com a realidade local, frustrando-se o empreendimento. O próprio Sampaio, em Descrição geral do estado do Piauí, de 1905, fala a respeito do sonho de levar ao Piauí mais progresso econômico, estruturado em estudos científicos da geografia do lugar e valorizando suas riquezas naturais. Pode-se observar nas ideias expostas abaixo, uma consonância entre essas e as impressões de Neiva e Penna. De acordo com o engenheiro piauiense:

Nascido no estado do Piauí, que se presta admiravelmente à expansão da indústria pastoril e tendo feito meus estudos na Suíça, onde a criação do gado e a exploração dos laticínios constituem a mais poderosa fonte de riqueza pública, nutri a aspiração, desde os primeiros anos de minha permanência naquele país de, ultimado o meu tirocínio acadêmico, voltando ao meu estado, aproveitar a exuberância dos seus elementos naturais para dotá-lo de melhoramentos concernentes a esse ramo de atividade, sob cuja influência ficaria garantida sua pros-

peridade (Sampaio, 1963, p. 262).

Ao tratar desse mesmo tema, João Kennedy Eugênio na obra *Missionários da civilização*: Arthur Neiva e Belizário Penna no sertão do Piauí. escreve: “Os expedicionários de Manguinhos conheciam esse livro? Não o citam, mas também não citam *Os sertões* – e o relatório da expedição científica ecoa imagens do texto euclidiano” (Eugênio, 2006, p.1 79).

Os motivos da falta de êxito do empreendimento de Sampaio, se conjuga a uma série de fatores ligados ao contexto vivido por ele, na transição do Império para a República: o ruralismo local refletido nas atividades econômicas, a falta de autonomia política e econômica dos estados perante a União, bem como as relações de poder entre as elites políticas locais e a organização social do trabalho ligada ao patriarcalismo.

Considerações finais

No cotexto de institucionalização do saber médico, houve também as publicações médicas, conferências e a criação de instituições para propagar o conhecimento científico. Dentre essas instituições, destacou-se a Liga Pró Saneamento. A eugênia e as atividades na expansão do sanitarismo para todo o país e para o Piauí foram objeto de interesse.

Nesse âmbito, observou-se a repercussão do relatório Neiva e Penna nos meios médicos e políticos, em nível nacional e local, bem como qual foi a repercussão desse documento no Piauí. Dentre esses sujeitos, foi destacado o médico sanitarista Eurípides de Aguiar, governador do estado e, posteriormente, senador, que, desde as suas primeiras mensagens e relatórios de governo, em 1916, em-

penhou-se, em concientizar a sociedade piauiense acerca da situação sanitária local. O jornalista Edson Cunha, os médicos Benjamim de Moura Batista e Bonifácio Ferreira de Carvalho corroboraram com as ideias dos viajantes do Instituto Oswaldo Cruz.

Referências

ARAÚJO, Romão Moura de. *“Saúde, uma das nossas reais necessidades!”: o processo de institucionalização da saúde pública no Piauí (1910 a 1930)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

BRESCIANI, Maria Stella. *As sete portas da cidade*. São Paulo: NERU, 1991

BASTOS, C. de A. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BRANDÃO, Wilson. Os primeiros tempos (1674-1759): fixação do homem no território piauiense. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectiva*. Teresina: Halley, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Grau, 2004.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. *O saneador do Brasil: saúde pública, política e integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939)*. 2019. 261 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Masculinidades e vi-

rilidades na produção discursiva de Abdias Neves. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 17, n. 2, p. 502-521, 23 dez. 2020. p. 503. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/964>. Acesso em: 2 jul. 2023.

CASTRO-SANTOS, Luiz Antônio de; FIGUEIREDO, Regina Erika Domingos de. Belizário Penna, combatente um capítulo da história da saúde pública brasileira. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 193-210, out./dez. 2012.

DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Le monde marche: o progressismo cientificista de Abdias Neves. In: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho et al. (org.). *O Piauí oitocentista*. Teresina: Canconeiro, 2023.

EUGÊNIO, João Kennedy. Missionários da civilização: Arthur Neiva e Belizário Penna no sertão do Piauí. In: EUGÊNIO, João Kennedy, ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de (org.). *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

FERREIRA, Ronyere. “Double sens”: teatro de revista e as suscetibilidades sociais em Teresina nas primeiras décadas do século XX. *Contraponto*, Teresina, v. 8, n. 1, jan./jun. 2019.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, p. 163-193, jul. 1998. p. 178. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/ssftpHJTrFM->

GJRkvg83nrYm/?lang=pt#. Acesso em: 15 jun. 2023.

LIMA, Nísia Trindade. Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Júlio Paternostro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 229-248, jul. 2009.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. “Pouca saúde e muita saúva”: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, D. (org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

LEAL, Rhaiane das Graças Mendonça. *Nacionalismo militante: uma análise de correspondência de Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-1942)*. 2020. 191 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

LOBATO, Monteiro. *O problema vital*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

MELO FILHO, Antônio. *A condição da saúde pública em Teresina na Primeira República (1889-1930)*. 2000. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

MORAES, Livia Suelen S. *Saúde materno-infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930- 1950)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 74-224, 1916.

NERY, Ana Karoline de Freitas. *Políticas públicas de saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940*. 2021. 228 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

REZENDE, Joffre M. de. A viagem científica de Neiva e Penna: roteiro para os estudos das doenças do sertão. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 265-288, jul. 2009.

SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 183-203, jul. 2009.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. O plano de educação higiênica de Belisário Penna: 1900-1930. *Dynamis*, Granada, v. 32, n. 1, p. 45-68, 2012.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

SAMPAIO, Antônio José de. *Descrição geral do estado do Piauí*. Teresina: Imprensa Oficial, 1963.

SILVA, Laila Pedrosa da. *Somos parte integrante da nação: o Piauí nas exposições do início do século XX e os debates sobre modernização e integração da região*. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, José Wellington. O Jeca doente de problema vital: Monteiro Lobato e os higienistas de São Paulo em 1918. *Revista Estudos Sociol.*, Araraquara, v. 23, n. 44, p. 325-344, jan./jun. 2018.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Arthur Neiva e a Questão Nacional nos anos 1910 e 1920. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 249-264, jul. 2009.

PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1918.

PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. *Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo interior do país: impressões de viagem*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

VILHENA, Marcos. *Voo de Ícaro: tensões e drama de um industrial no Sertão*. Teresina: Halley, 2006.

Mensagens de governo

PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Governador Eurípedes Clementino de Aguiar do Estado em 1º de junho de 1917*. Teresina: Tipografia d' O Piauí, 1918.

Clarice Helena Santiago Lira
Pedro Moraes Amaral de Queiroz

[illegible]

s boletins regimentais e internos⁶⁴ do 25º Batalhão de Caçadores, produzidos entre os anos de 1918 e 1942, objeto de discussão deste artigo, foram fotografados durante pesquisa no arquivo da referida unidade militar, com a finalidade principal de serem utilizados como fonte histórica em uma tese de doutorado sobre o serviço militar obrigatório no Piauí, defendida por Clarice Helena Santiago Lira em março de 2023⁶⁵. Todos os boletins acessados na pesquisa encontravam-se naquele acervo, acondicionados em caixas-arquivo de polionda⁶⁶ e organizados de acordo com o mês e o ano de sua produção⁶⁷.

Apesar do pouco contato do público com esse material, parte dos referidos documentos estava em um estado avançado de deterioração. Diante desse cenário, a pesquisadora, em acordo com o comando da unidade militar vigente no ano de 2021, iniciou um trabalhoso processo de fotografiação/digitalização de todos os boletins referentes ao recorte temporal da pesquisa, com o intento

64. A denominação do boletim diário do 25º BC modificou-se ao longo do recorte temporal abordado (1918-1942). No acervo pesquisado, o documento apareceu como Boletim Regimental até 27 de maio de 1940, quando passou a ser denominado Boletim Interno. Para constatar essa mudança, ver: (Ministério da Guerra, 1940, p. 432); (Ministério da Guerra, 1940, p. 436).

65. O projeto original da tese propunha pesquisar o serviço militar obrigatório no Piauí e a formação de cidadãos pátrios entre os anos de 1908 e 1942. Contudo, no decorrer do processo de escrita, o recorte temporal da pesquisa foi alterado, resultando na proposta final: *“O exército moderno é a nação armada”: o serviço militar obrigatório no Piauí e a fabricação de cidadãos-soldados entre os anos de 1908 e 1928* (Lira, 2023).

66. Caixas-arquivo feitas com um tipo de plástico, o polietileno, que proporciona a maior proteção ao material arquivado contra agressões externas e internas.

67. Os boletins acessados para a pesquisa encontram-se no arquivo da instituição, organizados em livros de capa dura, acondicionados em caixas-arquivo de material plástico. Cada livro pode reunir um trimestre ou um semestre de boletins produzidos, e cada caixa geralmente contém dois ou quatro desses livros, o que indica, em média, uma caixa de livros para cada ano da unidade. No lado externo da caixa, na parte da frente, está informado o ano referente aos boletins ali arquivados, enquanto na parte interna encontram-se os livros, que descrevem, em suas capas e lombadas, o trimestre ou semestre e o ano a que correspondem.

de preservar o material primário no caso de novos acessos por parte de interessados na documentação.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre o processo de levantamento, digitalização e posterior disponibilização dos documentos mencionados, bem como evidenciar sua potencialidade como fonte de pesquisa histórica.

A digitalização de acervos históricos

Com o avanço da tecnologia, popularizou-se a prática de digitalização de arquivos por parte de organizações que cuidam de acervos histórico-culturais, como alternativa para aumentar a longevidade de seu material e, assim, preservar sua memória. Allan Ramalho Ramos e Raquel Chagas de Araújo (2013), por exemplo, afirmam que o processo de digitalização documental se tornou amplamente utilizado em muitas instituições, sejam elas públicas ou privadas, como forma de preservar seus acervos e garantir o acesso aos documentos.

No Brasil, o processo de digitalização de acervos históricos, mesmo com avanços, vem ocorrendo de forma muito lenta, devido, em boa parte, às dificuldades orçamentárias enfrentadas principalmente por organismos públicos, como bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, institutos e núcleos de pesquisa, entre outros. Como exemplo de avanços nesse processo, pode-se citar a criação da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), em 2006, que ampliou o acesso à sua documentação por meio da digitalização crescente do Acervo Memória Nacional e de sua disponibilização via internet⁶⁸.

Além da BNDigital, é pertinente mencionar o acervo

68. Para mais informações sobre a BNDigital, acesse: <https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/historico/>.

digital do Arquivo Nacional, no qual, por meio de pesquisa no SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional)⁶⁹, o interessado pode acessar o material digitalizado e disponibilizado pela instituição para visualização e download. Também se destaca o acervo digital do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil)⁷⁰, que possui um conjunto documental de referência sobre a história do Brasil contemporâneo, em processo contínuo de digitalização e disponibilização.

Em âmbito local, pode-se citar o acervo digital do Projeto Memória do Jornalismo Piauiense, que desde 2017 disponibiliza na sua plataforma digital, para visualização e download, um número relevante de periódicos piauienses produzidos entre as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX⁷¹. Para sua equipe executora, a plataforma “possibilita ao pesquisador consultar jornais, revistas e almanaques dos séculos XIX e XX em qualquer lugar [...], configurando-se [...] como um meio de democratização e acessibilidade aos interessados em pesquisar a imprensa piauiense” (Projeto Memória..., 2017)⁷².

Quanto ao acervo resguardado por instituições militares, a situação é mais complexa. Além da questão orçamentária, que restringe ou inviabiliza a preservação da documentação original, bem como sua disponibilização, digitalização e acessibilidade via internet, não se perce-

69. Para pesquisar no SIAN, acesse: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>.

70. Para pesquisar no arquivo do CPDOC e acessar seu acervo digital, visite: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>.

71. É importante ressaltar que, além do Projeto Memória do Jornalismo Piauiense, existem, localmente, projetos de pesquisa e extensão em curso, coordenados por pesquisadores de instituições de ensino superior, por meio de seus núcleos e grupos de pesquisa, voltados tanto para a digitalização e disponibilização de acervos relacionados aos seus campos de estudo quanto para a pesquisa histórica piauiense em geral.

72. Trecho retirado da seção “Quem somos” da referida plataforma. Para entrar em contato com o acervo disponibilizado na plataforma digital do Projeto Memória do Jornalismo Piauiense, acesse: <http://memoriadojornalismopi.com.br/>.

be uma política institucional de longo prazo que amplie o acesso da população em geral — e dos pesquisadores, em particular — ao conjunto documental que salvaguardam, principalmente aquele sob a responsabilidade das unidades militares locais.

Dentre as iniciativas de disponibilização de material digitalizado operadas por essas instituições, podem ser citados os trabalhos desenvolvidos pelo Arquivo Histórico do Exército (AHEx)⁷³, pela Biblioteca Digital do Exército (BDEX)⁷⁴ e pelo Portal de Revistas do Exército Brasileiro (EBRevistas)⁷⁵.

O AHEx é uma organização militar arquivística sediada na cidade do Rio de Janeiro que, de acordo com o site da instituição, possui um “vasto acervo cartográfico, iconográfico e documental que retrata a história do Exército e do Brasil, a partir do século XVI” (Brasil, 2024). Adriane Piovezan (2020, p. 143), ao tratar dos arquivos e acervos que possuem um papel importante na pesquisa histórica nacional, afirma ser o AHEx “um dos maiores arquivos militares existentes no Brasil.” A autora acrescenta, ainda, que esse arquivo

é valioso para o estudo da história militar, com destaque para mapas, tratados e demais documentos. Um dos acervos mais importantes que compõem esse espaço refere-se à Guerra do Paraguai. Além disso, o fundo da Força Expedicionária Brasileira (FEB) também é bastante completo nesse arquivo (Piovezan, 2020, p. 145).

Entretanto, apesar do valor do conjunto documental arquivado no referido espaço, como mencionado pela autora, o processo de digitalização e disponibilização do seu acervo para a sociedade ocorre a passos muito lentos.

73. Para saber mais sobre o Arquivo Histórico do Exército (AHEx), acesse: <https://www.ahex.eb.mil.br/>.

74. Para obter mais informações sobre o acervo da Biblioteca Digital do Exército (BDEX), acesse: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/>

75. Para entrar em contato com o acervo digital disponibilizado pelo portal EBRevistas, acesse: <https://ebrevistas.eb.mil.br/>.

Além disso, cabe às unidades militares ativas, espalhadas por todo o território nacional, a responsabilidade de salvaguardar sua documentação, o que compromete o material arquivado das organizações militares mais antigas, por não possuírem, muitas vezes, as condições necessárias para a preservação, digitalização e disponibilização de seu conjunto documental.

É importante ressaltar que cada unidade militar se responsabiliza pela guarda e manutenção do seu acervo documental, e apenas em caso de desativação de alguma delas⁷⁶, o acervo é encaminhado para o Arquivo Histórico do Exército.

No que se refere à BDEx, criada em 2017, apesar de reunir um acervo importante de documentos, periódicos e outros materiais digitalizados e disponíveis para download, estes se restringem, em grande parte, à doutrina militar e às publicações de trabalhos produzidos nos centros de ensino do Exército. Por último, cite-se o EBRevistas, portal onde podem ser encontradas revistas digitalizadas e disponibilizadas em PDF, produzidas pelo Exército Brasileiro em diversas temporalidades. Entre elas, destaca-se *A Defesa Nacional*⁷⁷, revista amplamente utilizada como fonte histórica em pesquisas sobre o Exército Brasileiro na primeira metade do século XX.

Apesar das iniciativas apresentadas acima, elas ignoram os acervos documentais produzidos nas unidades militares regionais e locais. É importante lembrar que a documentação arquivada nas organizações militares mais

76. Em meados do ano de 2018, por exemplo, a 26ª CSM (Circunscrição do Serviço Militar), responsável pelo recrutamento para o serviço militar no estado do Piauí desde o ano de 1918, foi desativada por meio da Portaria nº 1.301, de 16 de agosto de 2018 (Ministério da Defesa, 2018, p. 21). Toda a documentação existente nesta unidade militar foi encaminhada para o Arquivo Histórico do Exército.

77. “Revista lançada em 10 de outubro de 1913 por um grupo de oficiais brasileiros que, engajados em uma campanha de modernização do Exército, passaram a ser conhecidos pelo apodo de ‘jovens turcos’” (Abreu, 2015, p. 71).

antigas — e ainda ativas —, sediadas nos diversos estados do país, guarda parte considerável daquela memória nacional mencionada pelo AHEx, especialmente do regime republicano. Dessa forma, têm o potencial de tornar-se fontes históricas ricas em dados relacionados à história institucional e às suas relações com a sociedade nacional, regional e local ao longo do tempo. Nesse sentido, considera-se também relevante e urgente a digitalização dos documentos arquivados nessas organizações militares.

Entretanto, mesmo com os avanços no campo da história militar brasileira, os pesquisadores, na produção de seus estudos e pesquisas, concentram-se no uso de acervos militares sediados no Rio de Janeiro. Cite-se, por exemplo, a obra *Nova História Militar Brasileira*, organizada por Celso Castro, Vítor Izecksohn e Hendrik Kraay, lançada no ano de 2004, que demarcou a nova historiografia militar que emergia no Brasil desde a década de 1990.

Na introdução, os organizadores dessa coletânea ressaltam as novidades temáticas apresentadas pelos autores, assim como o uso de documentações até então inacessíveis. Em relação aos temas tratados nos capítulos, enfatizam sua importância por apresentarem as interações existentes entre os militares e a sociedade sob diferentes perspectivas e temporalidades, rompendo, assim, com uma perspectiva de história militar que estudava apenas as guerras, as batalhas e as grandes figuras desvinculadas dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais (Castro; Izecksohn; Kraay, 2004).

Quanto às fontes históricas utilizadas, os organizadores evidenciam o uso de novas documentações pelos autores, algumas delas encontradas, segundo eles, em novos espaços de pesquisa. O AHEx, por exemplo, foi citado como um desses espaços:

O fim do regime militar removeu alguns dos estigmas as-

sociados à história militar que limitavam a pesquisa acadêmica e permitiu o acesso a fontes militares até então inacessíveis. Muitos pesquisadores [...] abriram caminho através dos documentos existentes no Arquivo Histórico do Exército (AHEx) [...]. Geralmente desapontados com as condições precárias e com a organização limitada das valiosas coleções ali guardadas, esses pesquisadores, mesmo assim, encontraram muito material digno de atenção. Apenas em 1992/93, pelo menos quatro brasileiros trabalhavam no AHEx. Três deles [...] produziram teses de doutorado parcialmente baseadas em material do AHEx e publicadas em livro, enquanto o quarto [...] tomou uma direção diferente, ainda que tenha publicado um artigo baseado na sua pesquisa no AHEx (Castro; Izecksohn; Kraay, 2004, p. 22).

É inquestionável o papel fundamental que o AHEx teve e continua tendo no âmbito dos novos estudos da história militar brasileira. Porém, chama a atenção o pouco uso de arquivos militares locais na composição dos capítulos⁷⁸. Considera-se que para uma análise mais aprofundada e abrangente das interações entre as Forças Armadas e a sociedade brasileira — que não são homogêneas —, das contradições geradas entre elas, é necessário que os pesquisadores militares também levem em conta as experiências históricas vivenciadas e os registros produzidos por aquelas Forças nos mais variados locais do território brasileiro.

Nesse sentido, os acervos militares guardados nas organizações militares locais podem fornecer terreno fértil para a ampliação desses estudos, fazendo-se, assim, relevante e urgente a digitalização desse material.

Sobre as condições de pesquisa do AHEx oferecidas aos pesquisadores no início da década de 1990, apontadas na citação, elas não são muito diferentes das condições atuais de pesquisa encontradas nas organizações milita-

78. Um dos autores que utilizaram acervo sob a guarda de uma organização militar regional foi Hendrik Kraay, no capítulo “O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89)”. Em suas notas, informa ter pesquisado no Arquivo da Sexta Região Militar (ASRM), sediado na cidade de Salvador – BA (In: Castro; Izecksohn; Kraay, 2004, p. 306-307).

res locais. É pertinente informar que os problemas enfrentados pelos pesquisadores que necessitam fazer uso dos acervos militares regionais e locais são muitos. Entre eles, destacam-se a falta de condições nas instalações para receber o pesquisador, a deterioração de documentos mais antigos e a autorização negada para a pesquisa, sob o argumento, por vezes, de que a documentação arquivada não está em condições de manuseio, ou já foi descartada, ou é de caráter sensível por relacionar-se à defesa nacional ou conter informações pessoais⁷⁹.

Na unidade militar do 25º Batalhão de Caçadores, apesar dessa falta de condições para receber os pesquisadores, da necessária autorização diária para entrar e sair da unidade e do curto tempo de pesquisa imposto pelo setor responsável, a autorização para pesquisar os boletins do quartel foi deferida pelo comandante da guarnição. Esclareceu-se ao comando da unidade a importância da temática da pesquisa, o valor da documentação do quartel para a escrita histórica nacional e local e a necessidade de digitalização do acervo, diante do estado em que o material se encontrava.

A fotografia/digitalização dos boletins regimentais e internos do 25º BC

De acordo com Clarice Helena Santiago Lira (2024), os boletins regimentais e internos são documentos produzidos diariamente pelas organizações militares e versam

79. Em relação às justificativas citadas, que podem ser utilizadas pelas organizações militares para negar o acesso aos seus acervos, a autora deste texto considerou sua experiência inicial com o arquivo militar local, no ano de 2007. Nesse período, solicitou ao comando local o acesso aos boletins internos referentes aos anos de mobilização de guerra (1942-1945) para uso em dissertação de mestrado sobre "O Piauí em Tempos de Segunda Guerra", o que foi inicialmente negado com base nas alegações acima mencionadas.

sobre atividades desenvolvidas ao longo do dia nesses locais, além de informarem, por vezes, sobre os serviços realizados no dia anterior ou que seriam executados no dia seguinte. O Regulamento para Instrução e Serviços Gerais nos Corpos de Tropas do Exército (RISG) é quem indicava, no contexto em análise, o modo como os boletins deviam ser escritos.

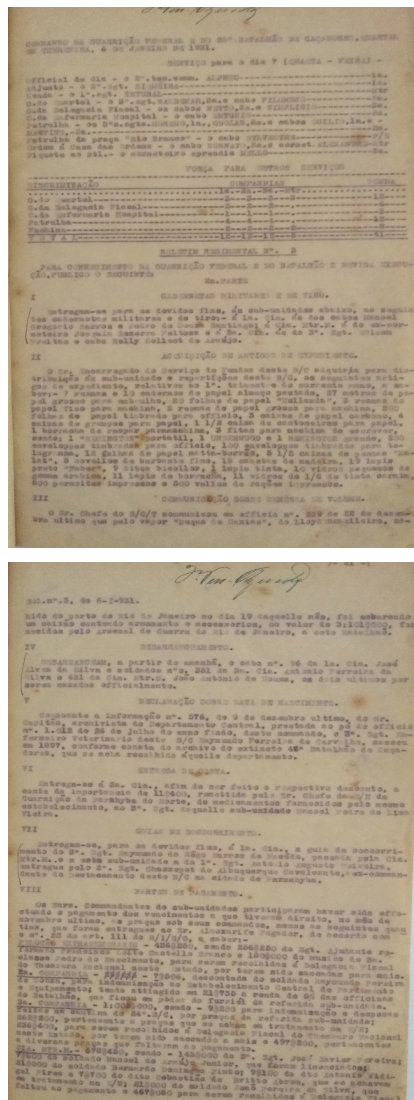
O RISG de 1916, por exemplo, esclarecia que o boletim regimental deveria trazer as determinações do comandante da unidade militar, os serviços realizados naquele dia específico e um resumo das ordens superiores que interessassem à unidade. Além dessas informações, registrar-se-iam as ordens e os serviços específicos de cada companhia do batalhão que compunha a unidade. Ao final, o documento original concluso deveria receber a assinatura do comandante da unidade militar (Brasil, 1916).

Foi o conjunto total dos boletins regimentais e internos ainda existentes, produzidos pelo quartel do 25º BC entre os anos de 1918 e 1942, que passou pelo processo de fotografiação/digitalização durante a pesquisa citada. O recorte temporal do material acessado abrangeu desde a inauguração da guarnição federal permanente em Teresina, ocorrida no ano de 1918 — denominada, naquele momento, 44º Batalhão de Caçadores — até o início dos tempos de mobilização de guerra (1942–1945), pelo qual passou a sociedade brasileira/piauiense. Apesar do pouco acesso desses documentos por parte dos pesquisadores, Lira (2024) informa que boa parte do material levantado se encontrava em preocupante estado de conservação, provavelmente como resultado de um armazenamento inadequado ao longo do tempo.

Para uma melhor compreensão da estrutura dos boletins regimentais e internos produzidos entre os anos de

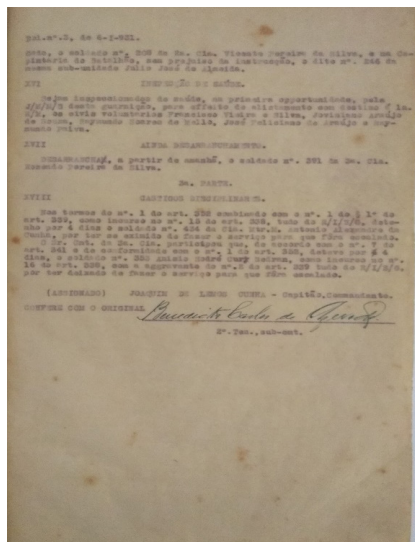
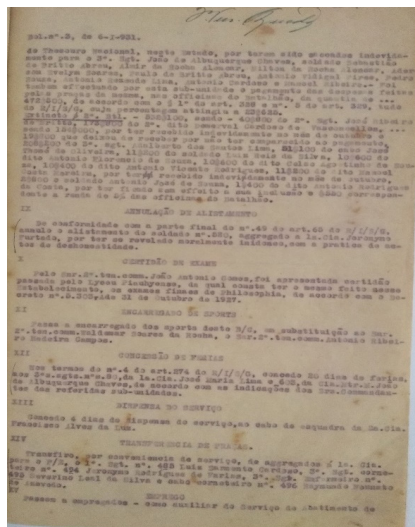
1918 e 1942 pelo 25º Batalhão de Caçadores – digitalizados e arquivados pela pesquisadora no formato imagem – e dos dados que essa tipologia documental pode fornecer aos pesquisadores da história militar e de outros campos do saber histórico, foram inseridas, abaixo, imagens referentes ao Boletim Regimental nº 3, com data de 6 de janeiro de 1931.

Imagem 1- Páginas 1 e 2 do Boletim Regimental nº 3, datado de 6 de janeiro de 1931



Fonte: Ministério da Guerra, 1931, p. 20-21.

Imagem 2 - Páginas 3 e 4 do Boletim Regimental nº 3, datado de 6 de janeiro de 1931



Fonte: Ministério da Guerra, 1931, p. 22-23.

Levando-se em consideração a estrutura formal da documentação em estudo, os boletins possuem, em média, três páginas, embora possam ser encontrados documentos maiores ou menores. Cada boletim recebe um número específico, relacionado à quantidade de documentos completos produzidos ao longo de cada ano. Assim, o número do primeiro boletim anual é sempre o número 1 (um), e os seguintes são numerados sucessivamente. No último boletim do ano, encerra-se também a numeração correspondente àquele ano. O boletim da imagem acima, por exemplo, recebeu o número 3 (três), o que indica que ele é o terceiro boletim regimental produzido pelo batalhão local no ano de 1931.

Quanto à paginação desses documentos, ela se inicia na primeira página do primeiro boletim anual, com o número 1 (um), e segue de forma sucessiva até a última página do último boletim produzido no respectivo ano. Dessa forma, ao se observar a numeração das páginas do boletim em análise, constata-se que a paginação se deu do número 20 ao 23, o que indica que o boletim regimental nº 2 finalizou-se na página 19 e que o boletim nº 4 iniciou-se na página 24.

Em relação à forma como os assuntos eram distribuídos nos documentos analisados, percebe-se que ela sofreu pequenas mudanças ao longo do recorte temporal citado:

[...] Durante a primeira década de existência do batalhão, o modo de organização do boletim praticamente não se alterou. Na primeira página, por exemplo, após o cabeçalho, discriminavam-se e distribuíam-se os serviços que deveriam ser executados no dia seguinte, além de se informar qual uniforme deveria ser utilizado. Em relação aos demais assuntos descritos no documento, estes não possuíam um local específico de apresentação. Na década de 1930, observou-se que uma nova organização foi aplicada ao boletim. Ele passou a ser dividido

em três partes: a primeira, relacionada aos serviços diários desenvolvidos no quartel; a segunda, referente a assuntos administrativos de toda natureza; e, por fim, uma terceira parte dedicada à disciplina militar dos militares aquartelados. Percebe-se, assim, a variedade de dados que essa tipologia documental guarda em sua composição. Entre esses dados, encontram-se informações relativas ao dia a dia do quartel, ao ingresso de soldados, às baixas, às prisões por indisciplina, às comemorações, entre outros (Moraes; Lira, 2023–2024, p.8).

Ao estabelecer-se a relação do boletim regimental em análise com a citação acima, constata-se que o boletim nº 3, do ano de 1931, encontrava-se sob a nova organização estrutural mencionada pelos autores. Ou seja, o documento está dividido em três partes: os serviços, os assuntos administrativos – que parecem não possuir uma sequência pré-estabelecida – e os castigos disciplinares. É interessante enfatizar que todas essas partes que compõem o boletim regimental fornecem dados relevantes sobre o funcionamento do quartel local, suas interconexões com as unidades regionais, bem como, e sobretudo, com o Ministério da Guerra.

Durante o processo de levantamento e análise documental, não foi encontrada nenhuma regulação sobre o modo como os assuntos deveriam ser distribuídos no corpo dos boletins regimentais até o final da década de 1930, momento em que foi aprovado o novo RISG, por meio do Decreto nº 3.932, de 12 de abril de 1939 (Diário Oficial, 1939). Esse regulamento estabeleceu, pela primeira vez, a forma como os assuntos deveriam ser organizados nos boletins regimentais a partir daquela data. Segundo o regulamento, esse documento administrativo deveria ser produzido com a seguinte ordenação: serviços diários; instrução; assuntos gerais e administração; justiça e disciplina. Notou-se que essa divisão foi logo incorporada aos boletins da unidade pesquisada.

Diante do exposto, percebeu-se que o material ana-

lisado possui vasta potencialidade como fonte histórica, pelos dados nele contidos. Ressalte-se que, neste texto, fonte histórica é entendida como “tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente” (Barros, 2019, p.15).

Nesse sentido, a documentação arquivada nas unidades militares brasileiras pode auxiliar os pesquisadores a compreenderem melhor a movimentação dos militares dentro das organizações ao longo do tempo, os lugares que reivindicaram ou reivindicam nesse universo social e os motivos dessas solicitações, assim como as relações dessas organizações com os grupos sociais fora do espaço dos quartéis.

É importante informar que o processo de organização dos boletins regimentais do 25º BC, digitalizados para posterior disponibilização aos pesquisadores, encontra-se em andamento. A primeira etapa desse processo consiste na conversão da grande quantidade de documentação, atualmente no formato JPEG (Joint Photographic Experts Group), para o formato PDF (Portable Document Format).

Em seguida, será produzido um banco de dados com os boletins em PDF, levando-se em conta o ano de sua produção (ex.: 1930, 1931 etc.) e o número específico de cada documento naquele ano (ex.: 001, 002, 003 etc.). Ou seja, o boletim regimental nº 3, produzido pelo Batalhão no dia 7 de janeiro de 1931, receberá, com o processo de organização em PDF, a referência 1931_003.

Para se ter uma ideia da quantidade de documentos a serem convertidos para o formato PDF e, posteriormente, organizados conforme o modelo de referência citado, informa-se que, no ano de 1931, o Batalhão produziu 309

boletins regimentais, totalizando quase 900 páginas de material. Caso todos esses boletins estivessem em condições de manuseio, teriam sido geradas cerca de 900 fotografias. Dessa forma, a conversão do material para o formato PDF, considerando o ano de produção e o número do boletim, permite melhor acesso e disponibilização do corpus documental por parte dos pesquisadores.

Considerações finais

A organização digital dos boletins regimentais do 25º BC, no formato PDF, favorece a salvaguarda desse conjunto documental para o acesso de futuros pesquisadores, já que a documentação original, arquivada naquela unidade militar, mesmo tendo recebido cuidados ao longo dos anos, encontra-se em estado de deterioração preocupante — resultado do armazenamento inadequado, bem como da inexistência de projetos institucionais voltados à sua preservação a longo prazo.

Considera-se que esse tipo documental teve papel fundamental no desenvolvimento do projeto sobre o serviço militar obrigatório no Piauí, entre os anos de 1918 e 1942, mas também reúne uma variedade de dados que contribuem para a compreensão de outras questões referentes ao Exército e à sua relação com a sociedade nas temporalidades citadas. Nesse sentido, a organização de um banco de dados a partir do acervo descrito tem papel relevante para os pesquisadores que pretendem estudar essa instituição militar no período em questão.

O estudo das Forças Armadas — e do Exército, de forma específica — e sua relação com outros aspectos da vida social, como a política, a cultura e a sociedade, em suas várias temporalidades, é fundamental para a compre-

ensão da trajetória histórica dos povos, especialmente os da América Latina, de forma geral, e do Brasil, em particular. Nesse contexto, os militares se apresentam historicamente ora como força democrática, de acordo com a tese de Nelson Werneck Sodré, ora como força conservadora e, por que não dizer, como força reacionária (Cunha, 2010).

Sendo assim, o uso de novas fontes, como as apresentadas neste artigo, potencializa a ampliação de temas e abordagens no campo da História Militar, contribuindo para a interpretação do papel dos militares nos movimentos históricos — tanto em seus avanços quanto em seus retrocessos —, assim como da influência exercida sobre eles pelo mundo social.

Referências

ABREU, Alzira Alves de (coord). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis. RJ: Editora Vozes, 2019. (Edição do Kindle).

BRASIL. Art. 297 - Do boletim do regimento. In: *Decreto nº 12.008 que aprova o regulamento para instrução e serviços geraes nos corpos de tropa do Exercito*. 29 de Março de 1916.

_____. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Arquivo Histórico do Exército. Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército. *Síntese histórica*. Disponível em: <<http://www.ahex.eb.mil.br/historico>>. Acesso em: 17 nov. 2024.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 11-42.

CUNHA, Paulo Ribeiro. Um clássico mais que contemporâneo. Prefácio. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 7-17.

DIÁRIO OFICIAL. Secção 1. *Decreto nº 3.932 que aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais*. 12 de Abril de 1939. p. 8.950.

LIRA, Clarice Helena Santiago. “O exército moderno é a nação armada”: o serviço militar obrigatório no Piauí e a fabricação de cidadãos soldados entre os anos de 1908 e 1928. 2023. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2023.

_____. *O Piauí em Tempos de Segunda Guerra: mobilização local e as experiências do contingente piauiense da FEB*. 2008. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, UFPI, Teresina, 2008.

_____. *Organização de arquivo digital composto por boletins regimentais produzidos no 25º batalhão de caçadores entre os anos de 1918 e 1942*. Projeto de Pesquisa [História]- (PROP-UESPI), 2024-2026.

_____. *Os boletins regimentais das unidades militares brasileiras como fonte de pesquisa histórica: a experiência com os boletins regimentais do 25º Batalhão de Caçadores dos anos de 1918 a 1945*. In: CIHIS/UFMS, 3., 2024, Santa Maria-RS. Anais [...]. Santa Maria: Editora dos autores, 2024. p. 468-477.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. Secretaria Geral do Exército. *Boletim do Exército nº 33. Portaria nº 1.301, de 16 de agosto de 2018 que desativa a 26ª Cir*

cunscrição de Serviço Militar e dá outras providências. Brasília - DF, 17 de agosto de 2018, p. 21

MINISTÉRIO DA GUERRA. 8ª Região Militar. 25º Batalhão de Caçadores. *Boletim interno* nº 122. Quartel em Teresina, 27 de maio de 1940, p. 432.

_____. 8ª Região Militar. 25º Batalhão de Caçadores. *Boletim interno* nº 123. Quartel em Teresina, 28 de maio de 1940, p. 436.

_____. 8ª Região Militar. Comando da Guarnição Federal e do 25º Batalhão de Caçadores. *Boletim regimental* nº 7. Quartel em Terezina, 6 de janeiro de 1931, p. 20-23.

PIOVEZAN, Adriane. *Arquivos e acervos históricos como forma de acessar o passado*. Curitiba: Editora Intersaberes, 2020. (Edição do Kindle).

PROJETO MEMÓRIA DO JORNALISMO PIAUIENSE. Seu acervo virtual do jornalismo piauiense, 2017. Disponível em <http://memoriadojornalismopi.com.br/>. Acesso em 20 jan. 2025.

QUEIROZ, Pedro Moraes Amaral de. LIRA, Clarice Helena Santiago. *Organização das fontes documentais levantadas no acervo do 25º Batalhão de Caçadores durante pesquisa sobre o serviço militar no Piauí entre os anos de 1930 e 1942*. Projeto de Pesquisa [História]- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-UESPI-Voluntário), 2023-2024.

RAMOS, Allan Ramalho; ARAÚJO, Raquel Chagas de. O processo de preservação da Biblioteca Nacional Digital e os seus tesouros escondidos. In: *Anais do Seminário de Informação em Arte*, 3, 2013. Rio de Janeiro., 2013.

11

**A Legião Brasileira de
Assistência (LBA) e a
promoção da saúde materno-
infantil no Piauí, durante o
governo de Leônidas Mello
(1942-1945)**

Francilene Teles da Silva Sousa



No período do Estado Novo, a política social partiu do ideal de uma preocupação com o futuro do Brasil e das novas gerações. Desse modo, deu-se importância política a questões relacionadas à saúde e à educação, sendo esses dois campos articulados para que se tornasse oportuno oferecer propostas e alternativas de cuidados para os brasileiros. Para que a criança alcançasse um pleno desenvolvimento, era necessário investir em educação e saúde. No que se refere especificamente aos cuidados com a higiene, esses cuidados eram responsabilidade das mães e dos espaços de assistência médica, como os centros de puericultura e enfermaria de pediatria (Stephanou; Bastos, 2003).

Nesse sentido, a assistência social para com a criança pobre ganhou visibilidade, tornando-se uma das principais questões sociais a serem levantadas pela sociedade da época. Uma preocupação embasada por questões referentes à saúde dos brasileiros, tendo em vista que havia uma alta taxa de mortalidade infantil, que tinham a fome, as doenças e o trabalho infantil como causas. Os problemas relacionados à infância respingavam nos demais problemas sociais, tornando-se, desse modo, um interesse do governo (Saul, 1943).

As ações voltadas para o assistencialismo no enfrentamento da preservação da saúde infantil, no Brasil, foram promovidas por meio da parceria entre Estado e instituições filantrópicas. A consolidação da parceria de maior sucesso deu-se a partir da fundação da LBA, em 1942 (Marinho, 2017). Desse modo, a defesa da infância como uma fase da vida que necessitava de uma assistência direcionada para a saúde ganhou uma dimensão nacional, na qual a salvação da nação dependia diretamente dos cuidados atrelados à criança. Durante o governo Vargas, a parceria

entre o Estado e a filantropia constituiu uma importante área de formulação de políticas públicas.

A materialização deste estudo pautou-se em uma pesquisa bibliográfica com abordagem descritiva. Assim, foram utilizadas pesquisas publicadas em livros, revistas e teses para fundamentar as discussões. As publicações do Diário Oficial de Teresina que datam do ano de 1942 ao ano de 1945 – representando o recorte temporal escolhido para o estudo – foram indispensáveis para descrever a realidade vivenciada.

Este artigo objetivou analisar as ações de promoção da saúde materno-infantil, desenvolvidas através da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no Piauí, durante o período de 1942 a 1945.

A atenção à infância: o movimento higienista criado na Era Vargas

As responsabilidades relacionadas à saúde materno-infantil foram transferidas, em 1940, para o Departamento Nacional da Criança (DNCr), que tornou-se, desse modo, o primeiro órgão criado para atender exclusivamente à saúde materno-infantil. Getúlio Vargas defendia que a reprodução humana era fundamental para o melhoramento da raça humana, uma vez que seria o fomento para formar cidadãos com capacidades cada vez melhores para auxiliar no crescimento e desenvolvimento econômico do país (Tyrrel, 1997).

Nesse propósito, toda assistência educacional, sanitária e médica destinada à criança e à mãe tinha um objetivo primordial: a formação de uma Nação forte e rica. Para conquistar essa nação forte e sadia, a DNCr realizava ações com foco no combate à mortalidade infantil, me-

lhorias no pré-natal e desenvolvimento de bons estímulos morais e higiênicos por meio da educação de mães e crianças. Tornar isso possível dependia do reforço alimentar materno e infantil, do ensino da puericultura às mães, do ensino de práticas e higiene e da distribuição de merenda escolar (Pereira, 1999).

Todavia, as ações propostas pelo DNCr não mudaram o quadro de pobreza, da exploração excessiva da força de trabalho, uma redução menor que a desejada da mortalidade materno-infantil, um grave quadro sanitário e educacional (Vieira, 2003). Contudo, não se pode deixar de verificar que houve uma redução, ainda que pequena, da mortalidade infantil. Em 1930, a cada 1000 nascidos vivos, 168 tinham complicações que levavam ao óbito. Em 1940, esse número foi reduzido para 150 óbitos a cada 1000 nascidos vivos. Esses resultados ocorreram em virtude de algumas políticas sanitárias realizadas em centros urbanos nacionais (Cassiano *et al.*, 2014).

Nessa época, a grande preocupação do governo era a redução da mortalidade infantil, uma estratégia para aumentar a população, não havia uma preocupação com a qualidade da reprodução e com as condições de saúde da mulher. Diante dos resultados pouco satisfatórios, a preocupação com a saúde começou a ganhar o binômio materno-infantil, uma vez que passou-se a considerar a saúde da criança desde a sua concepção (Cassiano *et al.*, 2014).

Durante o século XIX, discutia-se no país a importância do investimento em saúde e em educação com o propósito de “salvar o país do atraso, da degeneração e da catástrofe” (Stephanou, 2006, p. 2). Por meio da assistência médica à crianças em idade escolar, criou-se a disseminação de noções de higiene também para as crianças maiores. O movimento higienista surgiu seguindo forte influência da Europa e ganhou maiores espaços no Bra-

sil entre o final do século XIX e o início do século XX. As ações de intervenção eram realizadas objetivando o desenvolvimento humano para, então, organizar a sociedade brasileira ordenada, civilizada, higienizada e saudável (Figueiredo; Silva, 2019).

A partir disso, via-se as escolas como espaços potencializados do desenvolvimento de ações com esse objetivo. Além disso, era necessária a ajuda de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como médicos para desenvolver os hábitos de puericultura na sociedade, professores para o desenvolvimento do conhecimento que o governo gostaria que o povo aprendesse para criar uma cultura, do ponto de vista governamental, mais civilizada (Pykosz; Oliveira, 2009).

A atenção para as questões relacionadas à infância e, mais precisamente, para a saúde infantil era uma preocupação de iniciativas filantrópicas e de caridade. Amparar a mãe e o filho – um binômio quase inseparável – com atividades voltadas para a orientação alimentar sadia, na aquisição de hábitos de higiene e na conservação da saúde (Marinho, 2022). Os serviços de assistência médica desde a maternidade até o crescimento da criança objetivando uma preparação para a vida adulta passaram a ser uma preocupação do Estado após a Mensagem de Natal proferida por Getúlio Vargas, em 1932 (Diário Oficial, 1943).

O projeto de proteção à criança lançado pelo presidente envolvia os poderes públicos, os médicos e a iniciativa privada. Logo, era constantemente divulgado que o amparo à criança era um dever de todos os brasileiros. A atenção era modelada para os indivíduos em situação de pobreza e exclusão social. O principal objetivo era o combate a mortalidade infantil. Nesse propósito, a execução de medidas higiênicas, as técnicas de puericultura para as

mães, a oferta de serviços especializados de saúde tanto em centros de saúde quanto em hospitais gerais, maternidades e lactários eram um conjunto de ações criadas com o objetivo de promover a redução da mortalidade infantil (Rizzini, 2011).

Durante o Estado Novo (1937-1945), foi implantado o primeiro programa de defesa à saúde materno-infantil do país. As atividades desse programa eram desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde da Criança (MES), visando à normatização do atendimento ao binômio mãe-filho e combater a mortalidade infantil, sem, contudo, oferecer preocupações relacionadas à reprodução (Cassiano *et al.*, 2014).

Importa destacar que os serviços de proteção à infância eram fiscalizados pela Divisão de Amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência desde 1943, ano de sua criação. Foi, portanto, o primeiro órgão estadual, no Piauí, destinado a atuar no registro, coordenação e fiscalização de todos os serviços prestados pelas instituições de proteção. Em 1944, o órgão foi substituído pelo Departamento Estadual da Criança (DEC), dirigido pelo pediatra Antônio Noronha, que possuía atribuições mais amplas, atuando tanto na fiscalização quanto na orientação técnica e financeira das instituições junto aos governos estadual e municipal (Marinho, 2022).

O investimento na infância seria compensado ao Estado por meio da formação de futuros cidadãos moralizados, que, por sua vez, poderiam produzir riquezas para o país, uma vez que todos deveriam contribuir com o crescimento da nação. Para a efetividade das ações voltadas para a saúde e proteção das mães e dos filhos, tanto o poder público piauiense quanto a iniciativa privada deveriam investir, devido à amplitude do problema e ao interesse coletivo pela mudança. Nesse caminho, os órgãos públi-

cos deveriam atuar estimulando, orientando e fiscalizando as instituições dedicadas à proteção materno-infantil (Figueiredo; Silva, 2019).

Fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o desenrolar da política materno-infantil no Piauí (1942-1945)

A preocupação com a promoção do assistencialismo no âmbito da infância dos brasileiros no campo da saúde, da educação e do desenvolvimento social era uma marca do governo Vargas. Após a Mensagem de Natal proferida pelo presidente, em 1943, os interventores – e, no Piauí, Leônidas Melo – foram estimulados impreterivelmente a contribuir com o futuro do país por meio de ações em seus Estados voltadas para a proteção materno-infantil (Semana Da Criança, 1943).

Nessa conjuntura, os governos estadual e municipal, do Piauí, criaram estabelecimentos públicos direcionados à assistência da criança piauiense, bem como “[...] forneciam auxílios financeiros para os estabelecimentos filantrópicos especializados no atendimento materno-infantil” (Marinho, 2017, p. 309). Além disso, as ações desenvolvidas pela LBA em conjunto a outras instituições filantrópicas buscavam cumprir as concepções políticas propagadas pelo Estado Novo, na qual a proteção à maternidade e a infância tinham merecido destaque (Barbosa, 2017).

A difusão de noções de higiene e de puericultura, de acordo com a medicina especializada, era realizada por médicos que conseguiam uma proximidade com as mães através do discurso sobre a importância da alimentação de qualidade. Com isso, as práticas de maternagem ganharam um suporte científico. O controle dos dados permitia o acompanhamento do número de crianças atendidas. Os

postos de saúde distribuídos por todo o Estado enviavam, por meio de relatórios, os dados referentes a quantidades de pessoas atendidas, separados por sexo, idade e por tipo de atendimento recebido (Marinho, 2018). A sistematização obrigatória focava no monitoramento da evolução da quantidade de pessoas assistidas. A principal mira do governo era a prevenção da saúde dos piauienses para ganhar maior apoio popular e promover a evolução do Piauí aos olhos de Vargas.

A mortalidade infantil era uma preocupação no âmbito nacional, nesse sentido, o Serviço de Higiene Pré-Natal dos Centros de Saúde deveria oportunizar a higiene maternal em toda sua amplitude, pois era um recurso para a redução da mortalidade. A enfermeira visitadora deveria descobrir o maior número de gestantes e, para isso, utilizavam como recurso as listas de matrimônio da zona distrital (Moura, 2009). O desafio de criar uma abordagem específica para a fase da infância provocou avanços na medicina e nos atendimentos prioritários. As parteiras, conhecidas como “curiosas”, também recebiam pacotes obstétricos para que os partos caseiros fossem realizados com aparato correto e higiênico (Marinho, 2017).

A Semana da Criança, instituída em outubro de 1934, teve sua realização, a partir de então, em todos os anos vindouros, objetivando ampliar ainda mais a importância da infância e a necessidade do cuidado e do amor pelas crianças brasileiras. Assim, realizava-se a Semana através da colaboração entre a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância e do Ministério da Educação e Saúde, sob a direção do Prof. Olinto de Oliveira (Oliveira, 2015).

A criança era estrategicamente promovida como futuro da nação. Nesse sentido, o Departamento Nacional da Criança, o Ministério da Educação e da Saúde assumiram o dever de cumprir todos os esforços para amparar as

crianças em toda sua amplitude (Oliveira, 2015). A Semana não estava restrita à capital, Teresina, mas estendia-se por outras cidades do Piauí, como Parnaíba, por exemplo. Conforme imagem abaixo, onde aparecem os membros do Rotary Clube acima, e abaixo as mães segurando as crianças vencedoras do concurso de robustez. Esse concurso era promovido como uma das atividades da Semana e tinha como foco enaltecer o zelo e a saúde física das crianças.

A Legião Brasileira de Assistência – LBA, fundada em 28 de agosto de 1942, foi criada dentro de um contexto de racionalização e controle governamental, no qual as práticas assistenciais e as estratégias deveriam estar em consonâncias com os ideais defendidos pelo governo ditatorial de Vargas (Silva, 2018). A figura da mulher representada maioritariamente pela esposa do presidente, Darcy Vargas, e pelas demais primeiras damas e voluntárias por todo o território nacional era vista como maternal, cuidadosa, protetora dos mais desfavorecidos e das crianças, bem como uma pessoa caridosa.

A atuação da LBA dava-se por meio de financiamentos e convênios ligados estreitamente à iniciativa privada e pública para desenvolver serviços de infraestrutura social, bem como programas assistenciais voltados para o enfrentamento da pobreza e combate a mortalidade materno-infantil. As ações de assistencialismo da instituição eram oferecidas em creches, asilos e centros de reabilitação mantidos através das doações recebidas (Sposati, 1988).

Os trabalhos relacionados à assistência da saúde materno infantil, bem como aquelas ligadas ao cuidar e ao assistir, historicamente estiveram orientados para as figuras femininas. Portanto, o lugar da mulher, conforme a tradição patriarcal, já estava definido como sendo o de

recatada e do lar, a mãe dedicada, a esposa amorosa. Logo, a mulher, na perspectiva patriarcal, tinha uma inclinação natural a cuidar daqueles que mais necessitavam por sua característica supostamente inata da maternidade (Martins, 2011)

Além disso, o papel exercido pela mulher, especialmente de elite, era essencial para incentivar as demais mães na promoção da saúde e da educação para com seus filhos, bem como participar das ações realizadas pelas instituições. Assim, as mulheres agiam em conjunto com os médicos, difundindo a função materna no cuidado dos filhos, no incentivo à educação, à saúde física e no carinho (Kuhlmann Júnior, 2010).

A promoção da saúde materno-infantil no Piauí durante o governo de Leônidas Mello (1942-1945)

A criança passou a fazer parte das propagandas do governo, que defendiam, por meio da imprensa, a necessidade da proteção, do cuidado e da vida digna à criança para que houvesse o desenvolvimento do país. Havia o viés político diante das iniciativas de proteção materno-infantis, a saber, a vontade de continuar no poder e controlar as massas humildes que ainda compunham a grande maioria do Brasil e, especificamente, no Piauí. No entanto, as atitudes governamentais e filantrópicas se tornaram referências importantes no estímulo à saúde, à educação formal e à luta contra o abandono de mães e crianças mais necessitadas.

Entretanto, o Governo Vargas (1930-1945) caracterizou-se pela política social no Brasil e a atenção à infância deu-se direcionada para a assistência à saúde. Logo, a partir de 1930, as políticas sociais se fortalecem no país e

passa a ser concebida como uma função do Estado (Fonseca, 1993). Assim, a assistência social às crianças ganhou destaque e era uma das grandes questões sociais levantadas pela sociedade da época.

A preocupação em torno da criança, especialmente da primeira infância, sobressaiu-se por causa das questões relativas às altas taxas de mortalidade infantil da época, tendo como causas principais a fome, as doenças e o trabalho infantil. Para tanto, sabia-se que os problemas relacionados à infância respingavam nos demais problemas sociais e, portanto, tornou-se um interesse do governo (Saul, 1942).

As políticas públicas voltadas para a infância assumiram um caráter emergente e intervencionista para que seu desenvolvimento fosse assegurado. Somado a isso, a população apresentava um interesse cada vez maior por questões assistencialistas ligadas à criança e, por isso, um conjunto de medidas eram criadas para que as atividades ligadas à saúde e à educação da criança fossem instauradas no Brasil (Fonseca, 1993).

As aspirações do governo Vargas giravam ao redor da crescente preocupação com a assistência no âmbito da infância dos brasileiros, compreendida dentro das esferas da educação, da saúde e do desenvolvimento social. Essa preocupação foi significativamente expandida após a Mensagem de Natal proferida pelo então presidente, em 1932, na qual os interventores eram convidados a desenvolver ações em seus Estados em prol da proteção materno-infantil (Semana da Criança, 1943).

Para tanto, essa política direcionava “[...] o olhar sobre as crianças significava a possibilidade de concretização de um desenvolvimento nacional crescente, estabelecendo dentro de certa ordem que pudesse garantir a manutenção do *status quo*.” (Silva, 2003, p. 62). A assis-

tência à criança seria um dever de toda a sociedade brasileira, sendo considerada uma riqueza potencial do país e, portanto, devendo ser robustos e animosos.

Durante as primeiras décadas do século XX, a filantropia desenvolvida em associações espalhadas por todo o território nacional passou a voltar-se para a infância. Assim, estabelecia-se “[...] um propósito comum: ‘salvar a criança’ para transformar o Brasil.” (Rizzini, 2008, p. 27). Nessa conjuntura, os governos estadual e municipal do Piauí criaram estabelecimentos públicos com essa finalidade, bem como “[...] forneciam auxílios financeiros para os estabelecimentos filantrópicos especializados no atendimento materno-infantil” (Marinho, 2017, p. 309).

Para tanto, as ações desenvolvidas pela LBA em conjunto a outras instituições filantrópicas buscavam cumprir as concepções políticas propagadas pelo Estado Novo, no qual a proteção à maternidade e à infância tinham merecido destaque (Barbosa, 2017). A criança representava, assim, uma nova bandeira levantada pelas autoridades políticas.

No Piauí, objetivando construir uma relação estreita com a população, o Estado autoritário adotou um sistema de saúde centralizado que foi moldado pelo Ministério de Educação e Saúde via Departamento Nacional de Saúde. Assim, começou um período intenso de trabalho para que profissionais fossem formados e especializados em saúde pública, elaboração de leis, regulamentos, bem como códigos sanitários para que o serviço de saúde fosse uniformizado em todo o Estado (Moraes, 2014).

Em 1944, o interventor do Piauí, apresentou um relatório referente à produção dos Centros de Saúde do estado do Piauí do ano de 1943, no qual é possível identificar atividades no serviço infantil do Estado, dentre os quais é oportuno destacar dados relativos às atividades desenvol-

vidas nos Centros de Saúde de Teresina, capital do Estado (Relatório, 1944).

Quadro 1: Atividades do Serviço Infantil em Teresina

PRODUÇÃO DOS CENTROS DE SAÚDE DE TERESINA	
Novos infantes inscritos	834
Comparecimentos de infantes	4498
Infantes que receberam prescrição	1083
Infantes que receberam medicação	1965
Infantes que receberam a vacina BCG	514
Inantes imunizados contra difteria	105
Infantes imunizados contra varíola	23
Visitas a infantes na 1ª semana de vida	1661
Nas 3 seguintes semanas de vida	659
Com mais de um mês e menos de 3	762
Com mais de 3 e menos de 6	834
Com mais de 6 e menos de 1 ano	1206
Tuberculina – reações em infantes	131
Infantes que receberam leite	601

Fonte: Diário Oficial (1944).

Por meio dos dados, era feito o acompanhamento do número de crianças atendidas. Para que as atividades desenvolvidas pelo Centro de Saúde obtivessem êxito, a parceria com as mães era fundamentalmente importante. Assim, elas deveriam estar conscientizadas quanto à importância da imunização e dispostas a fazer o acompanhamento dos filhos nos meses solicitados pelos médicos.

No que se refere especificamente à Teresina, a Casa

da Criança desenvolvia atividades semelhantes as dos Centros de Saúde. Inaugurada em 1943, a Casa da Criança objetivava primordialmente o combate à mortalidade infantil e, por esse motivo, sua instalação tinha “[...] um serviço de triagem, um ambulatório de pediatra e puericultura, creche, um lactário, jardim da infância e serviços auxiliares” (Instalação da Casa da Criança, 1943, p. 1).

Em 1944, a LBA divulgou um relatório sobre o primeiro ano de funcionamentos da instituição. Assim, 5.975 crianças foram atendidas no ambulatório, 70.234 crianças foram atendidas no Lactário, a creche atendeu a 5.896 crianças e, além disso, 57.668 receberam leite. Ao longo desse primeiro ano, houve 26 óbitos. Somado a essas serviços, ainda eram oferecidas aplicação das vacinas anti-diftéricas, anti-varíolicas e BCG (Batista, 2011).

O lactário da Casa da Criança, o primeiro de Teresina, atuava diretamente no combate a desnutrição, pois era uma das principais causas da mortalidade infantil no Estado. Era mantido pela LBA e pelos governos estadual e municipal, bem como pela iniciativa privada através de doações. Sob a direção da voluntária Zoraima Rodrigues, o lactário atendia diariamente mais de 250 crianças. Desse modo, era prescrito o regime alimentar para as crianças, bem como era realizada diariamente as refeições (Marinho, 2018).

A infância foi um campo de assistência e de forte atuação na Era Vargas. Os problemas em torno dessa parcela da sociedade eram muitos e não haviam sido sanados em anos anteriores o que levou o governo a criar instituições e a promover o chamamento da sociedade para desenvolver ações de assistencialismo voltadas para a infância. As políticas públicas tornaram-se mais nítidas e foram uma contribuição para os âmbitos públicos e privados que atuavam na promoção de atividades que objetivavam

a formação de crianças fortes e saudáveis (Rizzini, 2008).

Com as elevadas taxas de mortalidade infantil, a condição da criança passou a ser um problema nacional e, a partir disso, os discursos médicos giravam em torno da preocupação com fragilidade da infância e a necessidade de um atendimento específico para essa faixa etária. Diante desse cenário, a medicina foi desafiada a pensar em abordagens que viabilizasse o atendimento das crianças, agora consideradas cada vez mais como indivíduos diferenciados dos adultos (Moraes, 2014, p. 148).

A maneira encontrada por médicos da época para iniciarem o esclarecimento sobre os cuidados com a criança era a alimentação. A partir desse tema, construía-se uma proximidade com as mães, pois a preocupação com a qualidade da alimentação das crianças era uma constante para médicos pediatras, visto que as doenças gastrointestinais eram uma das principais causas para as elevadas taxas de mortalidade infantil. Por isso, para os médicos, as mudanças relativas à alimentação da criança deveria ser orientada pelo médico e às mães caberia acatar e seguir as recomendações (Moraes, 2014).

O desafio em torno da fragilidade da infância provocou, na medicina, o desafio de criar uma abordagem específica para os cuidados com a saúde das crianças. Via-se, a partir daí, a criança como ser cada vez mais diferente dos adultos e, nesse sentido, médicos pediatras elaboraram e difundiram as ações que as mães deveriam seguir para cuidar, alimentar, vestir e higienizar as crianças, mantendo-as saudáveis e risonhas. O conhecimento era transmitido por meio de discursos que aproximavam médicos de mães, bem como de mulheres que atuavam como parteiras e amas de leite também (Moraes, 2014, p. 148).

Criou-se, portanto, um elo entre mães e médicos

para o desenvolvimento dos cuidados da criança. Cabia à mãe o papel de confiar inteiramente nos profissionais da saúde e colocar em prática todos os direcionamentos dados. Assim, as práticas sociais de cuidado infantil foram desacreditadas e deixadas de lado por grande parte das mães. Para os médicos, as mães deveriam ser guiadas pela racionalidade científica para que não cometessem erros, mesmo que de maneira não intencional.

Considerações finais

O período do Estado Novo, mais especificamente o recorte temporal que compreende os anos de 1942 a 1945, foi marcado por ações públicas direcionadas à saúde e educação da população pobre, em especial às crianças. Era uma orientação nacional promover uma nação forte e sadia para que braços fortes e saudáveis pudessem construir um país rico e desenvolvido economicamente. No Piauí, seguindo o modelo nacional, o sistema de saúde era centralizado, burocrático e havia uma racionalização normativa.

A partir da elaboração de um sistema de saúde centralizado, o Estado autoritário passou a intensificar os trabalhos em torno da uniformização do sistema de saúde, objetivando construir uma relação estreita com a população piauiense. A necessidade de um atendimento mais eficaz fez surgir a necessidade urgente de profissionais especializados em áreas da saúde pública que pudesse contribuir para a diminuição da proliferação de doenças e dos elevados índices de mortalidade, especialmente ligados aos cuidados materno-infantis.

A partir dessa iniciativa, o Estado passou a viabilizar práticas de medicina preventiva, ofertadas em âmbito pú-

blico. Logo, o Departamento de Saúde Pública do Piauí passou a oferecer ações médicas assistenciais, realizar trabalhos voltados para a educação sanitária e prevenção em diversos municípios.

Os serviços de saúde, durante esse período, foram desenvolvidos, em sua maioria, por instituições filantrópicas, através de parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e o voluntariado. Eram realizados programas de aperfeiçoamento, cursos, divulgação de informações ligadas ao tema por meio da imprensa local e nacional. A propagação dessas políticas ocorreu em parceira direta com a LBA, que, por sua vez, articulou ações assistenciais e campanhas de caráter filantrópico, tendo com alvo a maternidade e a infância.

Portanto, na esfera pública e na privada, o foco principal era a infância, uma demanda direcionada pelo governo ditatorial de Vargas para promover uma nação forte e saudável por meio das crianças sadias e bem cuidadas. Nesse sentido, a atuação de médicos puericultores causou impacto direto no modo de maternar e no cuidado com a criança. Os altos índices de mortalidade infantil se tornaram o foco do governo, fazendo com que instituições filantrópicas, sociedade civil e o poder público promovessem ações voltadas para a diminuição desses índices e, consequentemente, contribuíssem para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, *Diário Oficial*, ano XII, nº 241, p. 11, 16 de nov. de 1942.

BARBOSA, Michele Tupich. *Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de as-*

sistência em tempos de guerra (1942-1946). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade federal do Paraná. Curitiba, 2017.

BATISTA, Sorailk Lopes. *Saneamento, educação e instrução: a configuração do campo da saúde pública no Piauí*. Dissertação de Mestrado, UFPI, Teresina, 2011.

CASSIANO, Angélica Capellari Menezes; CARLUCCI, Edilaine Monique de Souza; GOMES, Cristiane Faccio; BENNEMANN, Rose Mari. Saúde materno infantil no Brasil: evolução e programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde. *Revista do Serviço Público*. Brasília, v. 65, n. 2, p. 227-244, 2014.

ESTATUTO DA LBA, *Diário Oficial*, ano XII, n 241, 16 de nov. de 1942, p. 12.

FIGUEIREDO, Milene Moraes; SILVA, Bárbara Virgínia Groff. Higienismo e Educação na Era Vargas: o Pelotão da Saúde do Ginásio São José (Caxias do Sul/RS). In: RIPE, Fernando; SOUZA, José Edimar de; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena. (Orgs.). *História e Historiografia da Educação no Rio Grande do Sul: instituições, culturas e práticas educativas*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p.98-115, 1993.

INSTALAÇÃO DA CASA DA CRIANÇA. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 128, p. 1-2, 19 out. 1943.

KUHLMANN JÚNIOR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MARINHO, Joseane Zingleara Soares. *“Manter sadia a Criança Sã”*: As políticas de saúde materno-infantil no

Piauí de 1930 a 1945. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MARINHO, Joseane Zingleara Soares. “Manter sadia a Criança Sã”: As políticas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco editorial, 2018.

MARINHO, Joseane Zingleara Soares. *As criancinhas necessitadas rogam por sua ajuda, você se negará a dá-la?* A filantropia na assistência à saúde infantil piauiense entre 1930 e 1945. *Revista Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, vol. 15, n. 1, p.171-190, jan.-jul., 2022

MOURA, Esmeralda Blanco. O fim, o meio e a forma: O Brasil desejado, a infância e a lei na Assembleia Constituinte de 1934. In: MOTA, André; SCHRAIBER, Lilia Blima (Orgs.). *Infância & saúde: perspectivas históricas*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2009. p. 21-59.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2011, pp. 15-34.

MORAES, Livia Suelen Sousa. *Saúde materno-infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930-1950)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

OLIVEIRA, Vilma da Silva Mesquita. Os discursos sobre a educação e higienização das crianças nos jornais impressos do Piauí (1930-1960). *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 3, p. 93-110, 2015.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 38, p.165-198, 1999.

PYKOSZ, Lausane C.; OLIVEIRA, Marcus A. T. de. A Higiene como Tempo e Lugar da Educação do Corpo: preceitos

higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. *Currículo sem Fronteiras*, [s. l.] v. 9, n. 1, p. 135-158, jan./jun. 2009.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D. D. Presidente da República, pelo interventor federal do Estado, Dr. Leônidas de Castro Melo. *Diário Oficial*, Teresina, ano XIV, n.144, P.7, 23 de novembro de 1944.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene. Crianças e Menores: do pátrio poder ao prático dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Orgs.). *A arte de governar crianças: A história de políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAUL, Gusmão. Assistência a Menores, Rio de Janeiro, *Imprensa Nacional*. 1942, p. 225. Semana da Criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano XIII, n. 125, p. 1, 12 out. 1943.

SILVA, Ana Claudia da. *As concepções de criança e infância na formação dos professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940*. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 2003.

SILVA, Bruno Sanches Mariante. Tecnificação e gênero no corpo laboral da Legião Brasileira de Assistência: assistência social e modernidade (1945-1964). *História Unisinos*, v. 1, n. 2, p. 604-619, 2018.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Vida urbana e gestão da pobreza. In: *Vida urbana e gestão da pobreza*. 1988. p. 333-333.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos, educação e ciência: escolas e escolares sob exame. *Trabalho, Educação e*

Saúde. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 33-64, 2006.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. Leituras de Formação: aventuras no mundo da higiene de Erico Verissimo (1939). In: *Anais do Encontro Sul-rio-grandense de pesquisadores em História da Educação*, 9., 2003, Porto Alegre. Pelotas: Seiva, p. 315-332, 2003.

TYRRELL, Maria Aantonieta Rubio. Programas nacionais de saúde materno infantil: impacto social e inserção da enfermagem. *Ana Nery Revista de Enfermagem*, v. 8, n. 1, p.119-134, jul., 1997.

VIEIRA, Gustamara Freitas. *A ação do Departamento Nacional da Criança no Estado Novo: Educação, Saúde e Assistência*. 2003. Dissertação (Mestrado) - UFRJ, Rio de Janeiro.

12

**A produção de políticas
públicas de saúde no Brasil
(1941-1980): estratégias
desenvolvidas para a
integração do Piauí**

Ana Clara Brito de Abreu
Antonia Valtéria Melo Alvarenga

ANAIIS
DA
CONFERÊNCIA NACIONAL
DE
SAÚDE



BIBLIOTECA	
Ministério da Saúde	
Registro	Aquisição
ML 61.87	Doação R\$10,00
Data	e. f.
21/11/82	

Realizada no período de 30 de agosto a 4 de setembro de 1967

NA
FUNDAÇÃO



BIBLIOTECA	
Ministério da Saúde	
Registro	Aquisição
ML 61.87	Doação R\$10,00
Data	e. f.
21/11/82	

Realizada no período de 30 de agosto a 4 de setembro de 1967

NA
FUNDAÇÃO

ANAIIS
DA
IV CONFERÊNCIA NACIONAL
DE
SAÚDE

SAÚDE

As Conferências Nacionais de Saúde (CNS) foram implementadas durante o governo de Getúlio Vargas, instituídas por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Essas conferências configuraram-se, ao longo do tempo, como importantes meios de debates sobre a saúde pública no Brasil. É interessante observar que o estudo das particularidades de cada conferência — como sua convocação, os assuntos abordados (sejam eles temas principais ou debates conexos), os participantes, a linguagem empregada nos relatórios e Anais produzidos a partir desses eventos, entre muitos outros aspectos específicos de cada CNS — evidencia diversos discursos que integravam a narrativa sociopolítica de cada um dos períodos históricos analisados.

O presente estudo tem como objeto analisar as sete primeiras Conferências Nacionais de Saúde, enquanto espaços de produção de políticas públicas voltadas aos interesses sociais e representações ideológicas dos sistemas políticos vigentes, procurando identificar como atuam na produção de fundamentos e condições que favoreceram a Reforma Sanitária Brasileira. Busca-se, assim, acompanhar as perspectivas que foram sendo produzidas pela referida política de saúde no período de 1941 a 1986, por terem surgido como uma estratégia de governo com forte viés autoritário, mas que foram se deslocando em direção às finalidades e às formas democráticas.

Essa transformação marcou profundamente a saúde pública brasileira, que foi sendo gradativamente reformulada, ao longo da segunda metade do século XX. Segundo Hochman e Fonseca (2000), as Conferências Nacionais de Saúde realizadas nas décadas de 1980 e 1990 revigoraram uma invenção institucional e uma realização política oriunda de um governo autocrático. Esse fato revela o

processo de reformulação de instituições e entidades, o que se mostrou necessário para a construção da cidadania no Brasil. Assim, o estudo das CNS evidencia, não apenas a trajetória das políticas públicas de saúde, mas também o entrelaçamento entre saúde, democracia e cidadania, no contexto brasileiro.

As Conferências Nacionais de Saúde (CNS) e o Governo Vargas

A I Conferência Nacional de Saúde, assim como a de Educação, ambas sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde (MES), possui relevância, não apenas por seu pioneirismo, mas também por representar um esforço federal de integração com os estados e o rompimento da barreira estabelecida pelo federalismo. Essa “independência” entre as unidades federativas, de certa forma, isentava o Poder Federal de assumir maiores responsabilidades com a saúde fora do Distrito Federal, bem como o eximia de responsabilidade frente a outros setores cruciais para o desenvolvimento social. Entretanto, é possível perceber que, durante o governo Vargas, houve uma crescente busca por centralização política, favorecida, entre outras medidas, pela Reforma Capanema, que promoveu mudanças significativas no Ministério da Educação e Saúde.

Ao iniciar sua gestão no Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp) em 1934, Gustavo Capanema demonstrava clareza quanto à necessidade de reorganização dos serviços de educação e saúde. Assim, deu início a uma reforma administrativa nos serviços federais dessas áreas, fundamentada nos ideais que orientaram a política varguista, tais como a formação de uma nação forte,

a construção de um “novo homem” e a consolidação da unidade nacional. Segundo o ministro Capanema, a estrutura administrativa vigente no Mesp apontava para a necessidade de uma reforma, que lhe conferisse maior capacidade de coordenação, favorecendo a uniformidade e a harmonia que a centralização varguista buscava alcançar. (Hochman, Fonseca, 2000, p.176).

Os ideais de “formação de uma nova nação e de um novo homem” estavam alinhados a um apelo nacional-desenvolvimentista que permeava o imaginário social da época. Esse apelo é perceptível nos discursos, tanto da primeira quanto da segunda Conferência Nacional de Saúde, realizadas durante o período varguista. Nesse contexto, a I CNS, promovida sob a gestão de Capanema, tinha como objetivo a produção do diagnóstico dos principais agravantes de saúde nos estados, a avaliação da infraestrutura e da situação sanitária das regiões e, sobretudo, a elaboração de um Plano Nacional que seguisse a lógica desenvolvimentista e modernizante do governo federal (Alvarenga, 2022).

Do temário escolhido para essa Conferência, destaca-se, não apenas a atenção dedicada à organização sanitária estadual e municipal, mas também a discussão de assuntos mais específicos, a exemplo das campanhas nacionais contra a Hanseníase (chamada Lepra nos relatórios da época) e a Tuberculose. Essas doenças representavam graves endemias que assolavam diversas partes do país e demandavam ações coordenadas em âmbito nacional.

De maneira geral, é possível afirmar que, mesmo abordando questões relevantes, a I CNS não as discutiu com a profundidade necessária, seja pela falta de informações e dados mais precisos, seja por ainda se tratar de um espaço oficial que excluía grande parte do corpo social diretamente afetado pela insuficiência de políticas desti-

nadas à saúde pública. Assim, as primeiras Conferências Nacionais não conseguiram cumprir grande parte de suas pretensões iniciais, até mesmo a convocação regular dos eventos a cada dois anos, pois a segunda CNS ocorreu apenas em 1950, nove anos após a primeira, e não há documentação publicada sobre o evento.

Importante destacar que os longos intervalos entre as convocações das Conferências tornaram-se uma característica recorrente. A III CNS, por exemplo, só foi realizada em 1963, durante o governo de João Goulart, revelando a dificuldade de consolidar uma periodicidade efetiva para essas discussões, essenciais ao fortalecimento das políticas públicas de saúde no Brasil.

A excepcional III Conferência Nacional de Saúde

III Conferência Nacional de Saúde foi realizada durante o governo presidencial de João Goulart e sob a gestão do Ministro da Saúde, Wilson Fadul, marcando um momento significativo para a construção de uma política pública de saúde mais democrática no Brasil. Diferenciando-se das edições anteriores, essa Conferência apresentou um caráter mais inclusivo e democrático, refletindo o contexto político do período, que buscava promover maior participação social e descentralização no planejamento das ações governamentais.

O Relatório Final dessa Conferência evidencia uma abordagem ampliada e aprofundada, tratando de um número expressivo de temas e apresentando um detalhamento significativo das questões discutidas. Um dos avanços notáveis foi o acréscimo de informações e dados abrangentes, não apenas sobre a situação sanitária brasileira, mas também sobre as condições de saúde

em outros países, o que permitiu estabelecer análises comparativas. Essas informações foram apresentadas de maneira organizada, por meio de tabelas e quadros, revelando uma pesquisa mais rigorosa e um tratamento robusto das informações obtidas durante o evento. Além disso, o relatório incorporou discussões teóricas importantes, reconhecendo, de maneira inédita, as condições socioeconômicas como fatores determinantes para a saúde populacional. Esse reconhecimento aponta para uma visão mais abrangente e interdisciplinar das políticas de saúde, como informado no seguinte trecho:

É assim que, por sucessivas reformas, o nosso sistema sanitário vem sendo levado a adotar medidas e providências que, sendo talvez de grande alcance em países de elevado grau de desenvolvimento, não se ajustam às nossas condições. Já hoje ninguém discute que a nosologia de cada população é, de fato, uma decorrência de sua estrutura econômica; assim os problemas sanitários dos países subdesenvolvidos são peculiares a esta condição, de forma que as atividades médico-sanitárias também são distintas e devem, por isso, corresponder a essa estrutura (Relatório Final da III CNS, 1963, p. 194).

Entre as principais temáticas discutidas, destaca-se o enfoque na municipalização como uma medida central para a reestruturação do setor de saúde. A municipalização foi apresentada como uma alternativa necessária para aproximar as políticas de saúde das necessidades reais da população, garantindo que as ações fossem planejadas e executadas de forma mais eficiente, com base nas especificidades locais. Essa abordagem contrastava com as políticas centralizadoras adotadas por governos anteriores, frequentemente criticadas por desconsiderarem as peculiaridades regionais e locais na formulação de estratégias sanitárias.

A municipalização, defendida pela III CNS, representava uma tentativa de reorganizar a saúde pública a par-

tir de uma lógica descentralizadora, fortalecendo o papel dos municípios na promoção e proteção da saúde. Essa visão encontrava-se alinhada ao reconhecimento de que problemas sanitários locais exigiam soluções igualmente locais, adaptadas às condições econômicas, culturais e epidemiológicas específicas. A proposta de municipalização também antecipava os princípios que viriam a ser consolidados no movimento pela Reforma Sanitária Brasileira, especialmente após a VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, e a posterior criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Constituição de 1988 e Lei nº 8080/90, que dispôs sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde pública brasileira, bem como a organização e o funcionamento dos serviços relacionados, estabelecendo o Sistema Único de Saúde (SUS).

Apesar da relevância das proposições apresentadas pela III CNS, a implementação dessas ideias enfrentou obstáculos significativos, dentre eles, a resistência política, a insuficiência de recursos e a continuidade de práticas centralizadoras. Esses desafios perpetuaram antigas problemáticas, que se mantiveram como pautas recorrentes nas Conferências Nacionais de Saúde, ao longo das décadas. Além disso, a relação entre discursos políticos e a efetiva transformação das propostas em políticas públicas concretas revelou-se limitada, muitas vezes, devido à falta de articulação entre os diferentes níveis de governo e ao peso das disputas partidárias.

A III CNS, no entanto, foi um marco na construção de uma política pública de saúde mais democrática, ao introduzir debates essenciais que moldaram a agenda da saúde pública no Brasil. Seu legado está presente não apenas nas propostas voltadas para a municipalização, mas também na ênfase em abordagens intersetoriais que articulam saúde, economia e condições sociais. Embora

as limitações de implementação tenham comprometido o alcance das mudanças esperadas, as discussões da III CNS continuam relevantes para os desafios contemporâneos da saúde pública brasileira, reforçando a necessidade de políticas que sejam, ao mesmo tempo, inclusivas, descentralizadas e adaptadas à realidade socioeconômica do país.

As Conferências Nacionais de Saúde- CNS durante a ditadura civil-militar

A IV Conferência Nacional de Saúde marcou um ponto de inflexão no histórico das Conferências Nacionais de Saúde (CNS), sendo a primeira realizada sob o regime civil-militar instaurado em 1964. Ocorrida em setembro de 1967, durante a presidência do Marechal Arthur da Costa e Silva e sob a gestão do Ministro da Saúde, Leonel Miranda, a Conferência foi moldada pelas diretrizes centralizadoras e pelo discurso nacionalista que caracterizavam o período.

O tema central, “Recursos Humanos para as Atividades em Saúde”, refletia a tentativa de alinhar os discursos oficiais à ideia de um projeto de desenvolvimento nacional. Esse tom pode ser observado na fala do Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr. Raymundo Aragão, que destacava a necessidade de criar uma “consciência nacional” sobre a importância da saúde:

Há que ser criada, de referência ao problema da Saúde, uma consciência nacional, quanto à sua importância e magnitude. Isto exige ampla e permanente ação educativa, no lar, na escola, no meio da coletividade, para o que se requer pessoal adequado em número e preparo. [...] A construção da Pátria grande, livre, fraterna e feliz que sonhamos é tarefa para todos e, como diria Winslow, não pode ser empreendida sobre um povo esmagado ao fardo da doença e da miséria (Relatório Final IV CNS,

1967, p.78).

Apesar do tom otimista, as discussões e as conclusões da IV CNS estavam longe de enfrentar as desigualdades estruturais no acesso à saúde. A realidade daquela época era marcada pelo fortalecimento da Medicina Previdenciária, que privilegiava trabalhadores vinculados à previdência social, enquanto a Saúde Pública permanecia subfinanciada e limitada. Conforme Sarah Escorel (2012), a cobertura previdenciária era restrita a grupos específicos de trabalhadores, enquanto os demais cidadãos dependiam de centros públicos ou de filantropia, como as San-tas Casas, ou enfrentavam o custo dos serviços privados:

A tendência à universalização da cobertura previdenciária foi ocorrendo por meio da ampliação da abrangência das ações e da incorporação de segmentos de trabalhadores [...]. Os demais cidadãos que não contribuíam para a previdência social obtinham atenção à saúde em centros e postos de saúde pública, desde que integrassem o perfil dos programas (materno-infantil, controle da tuberculose, da hanseníase etc.) (Escorel, 2012, p.326-327).

Quando se compara a IV Conferência aos eventos anteriores, destaca-se que as três primeiras Conferências Nacionais de Saúde (1941, 1950 e 1963), apresentaram avanços pontuais em termos de diagnóstico e proposição de políticas públicas, ainda que com limitações relacionadas à ausência de uma representação mais ampla e universalidade no acesso à saúde. A I CNS, por exemplo, ainda que fazendo parte da agenda política de um governo autoritário, destacou a importância de ações de combate às endemias e de organização dos serviços de saúde pública, enquanto a III CNS, realizada às vésperas do golpe de 1964, trouxe à tona discussões mais abrangentes sobre a necessidade de articulação entre os entes federativos e maior participação social. No entanto, com a IV CNS, percebe-se uma ruptura desse processo em direção a cons-

trução de um programa de saúde coletiva mais participativo dos diferentes setores sociais e políticos. Sob o regime autoritário, a Conferência Nacional de Saúde tornou-se um espaço fortemente influenciado pelos objetivos políticos do governo militar, com o discurso nacionalista sendo utilizado para justificar políticas que, na prática, privilegiavam a iniciativa privada e desconsideravam a saúde como um direito universal.

A abordagem do saneamento básico e do controle de endemias na IV CNS, por exemplo, estava atrelada ao ideário de desenvolvimento econômico e modernização nacional, mas não à promoção de saúde como um direito de todos os cidadãos. A visão centralizadora e tecnocrática do governo civil-militar, que tratava a saúde como um recurso estratégico para o desenvolvimento, contrastava com os princípios de descentralização e participação social que haviam começado a ser esboçados nas conferências anteriores. Nesse aspecto, a IV CNS evidenciou os desafios de consolidar uma política pública de saúde que fosse, de fato, democrática. O foco nos “recursos humanos” foi uma tentativa de responder às necessidades técnicas do mercado nacional, mas ignorou questões estruturais, como as desigualdades regionais e a exclusão de grande parte da população do acesso aos serviços de saúde e a outros bens essenciais.

As Conferências Nacionais de Saúde subsequentes, realizadas em 1975 e 1977, V e VI CNS, respectivamente, refletiram o contexto de autoritarismo do regime civil-militar, ainda que, progressivamente, apresentassem sinais de mudanças discursivas e estruturais no campo da saúde pública. Ambas ocorreram durante o governo de Ernesto Geisel, período marcado pela política de abertura “lenta, gradual e segura” e por esforços de reorganização administrativa, em consonância com a Doutrina de Segurança

Nacional.

A V CNS, realizada em 1975, foi utilizada para consolidar o discurso oficial do governo Geisel. A abertura da conferência, conduzida pelo próprio presidente, destacou ações governamentais como a aprovação da Lei 6.229 de 17 de julho de 1975, que reorganizou o Sistema Nacional de Saúde (SNS), e a realização da Campanha Nacional de Combate à Meningite, além de outros investimentos financeiros na área. Esses exemplos evidenciam o uso político do evento como plataforma de divulgação de esforços governamentais, em um tom que buscava reforçar a legitimidade do regime frente à crescente pressão por reformas sociais.

No entanto, a análise dos resultados da V CNS continuou a revelar uma distância significativa entre o discurso oficial e as práticas efetivas. A conferência abordou cinco temáticas principais, destacando-se a implementação do Sistema Nacional de Saúde, os programas materno-infantil, a vigilância epidemiológica e o controle de grandes endemias. O Relatório Final, contudo, apresentou apenas conclusões e recomendações sucintas, escritas em uma linguagem objetiva e burocrática, voltada para gestores estaduais, especialmente secretários de saúde. Apesar dessa superficialidade, merece atenção a introdução de um subtópico sobre “Participação popular nos programas de saúde”, ainda que tímido e sem maiores desdobramentos práticos. Esse elemento, entretanto, prenunciava uma possível ruptura discursiva, impulsionada pelas demandas crescentes de movimentos sociais e pelas críticas oriundas do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira.

A VI Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada em 1977, aconteceu durante o governo do presidente Ernesto Geisel, em um momento marcado por contradições: por um lado, o regime militar buscava manter o controle

centralizado e reafirmar sua legitimidade política; por outro, já era perceptível a pressão crescente por mudanças no campo das políticas públicas, especialmente no setor da saúde. Essa conferência manteve a tônica centralizadora característica das conferências anteriores, mas também refletiu sinais de mudanças incipientes, impulsionadas pela crescente demanda por uma democratização dos debates sobre saúde.

A VI CNS ocorreu em um cenário de intensificação das contradições do modelo de saúde vigente. O sistema era baseado predominantemente na Medicina Previdenciária, atendendo apenas trabalhadores formalmente registrados e vinculados ao sistema de seguridade social, o que excluía uma parcela significativa da população brasileira. Ao mesmo tempo, os debates sociais em torno da universalização do acesso à saúde e da descentralização das políticas públicas começaram a ganhar força, ainda que de maneira limitada no âmbito oficial. O período também foi marcado pelo fortalecimento do “Movimento Preventivista”, que defendia uma abordagem mais ampla e integral da saúde, buscando relacionar o fenômeno saúde-doença às condições de vida e ao contexto social e econômico da população. Essa perspectiva contrastava com a visão predominantemente tecnocrática e setorial adotada pelo regime militar, que priorizava soluções pontuais e programas específicos.

Embora os temas discutidos na VI CNS continuassem ancorados em uma lógica tecnocrática, destacaram-se o aprimoramento da vigilância epidemiológica e a expansão de programas específicos, como o controle de grandes endemias e ações voltadas à saúde materno-infantil. Essas pautas refletiam a continuidade do modelo focado em intervenções segmentadas e nos chamados “grupos prioritários”. O Relatório Final da conferência seguiu o padrão

burocrático das conferências anteriores, com recomendações direcionadas principalmente a gestores estaduais, sem um aprofundamento crítico das causas estruturais dos problemas de saúde. No entanto, percebe-se uma maior abertura para reconhecer a necessidade de participação social no planejamento e execução das políticas de saúde, mesmo que de forma tímida e limitada. Esse ponto é especialmente significativo, pois indica o reforço a uma mudança discursiva, ainda que discreta, em direção à descentralização e à incorporação de novos agentes sociais no campo da saúde.

Como mencionado anteriormente, o Movimento Preventivista, amplamente influenciado pela Medicina Social e pela perspectiva da saúde como direito social, começou a ganhar espaço no debate público durante essa época, embora sua influência direta nas deliberações da VI CNS tenha sido restrita. A defesa de políticas de saúde mais inclusivas e integradas encontrou eco em setores da academia, em movimentos sociais e em profissionais de saúde comprometidos com a ideia de reforma sanitária. Apesar de não conseguir romper completamente com a estrutura centralizadora e excludente do regime, o Movimento Preventivista desempenhou um papel crucial ao preparar o terreno para debates mais amplos e participativos que ocorreriam nos anos seguintes.

A VI CNS pode ser vista como um momento de transição. Embora ainda marcada por características autoritárias e tecnocráticas, sinalizou o início de uma lenta abertura para novas perspectivas e atores sociais no campo da saúde. A inclusão, ainda que limitada, de discussões sobre a descentralização e a participação social nas políticas de saúde refletiu as pressões exercidas por movimentos como o da Reforma Sanitária Brasileira, que, a partir do final da década de 1970, se consolidaria como uma força

transformadora no país. Dessa forma, a VI CNS desempenhou um papel importante na pavimentação do caminho para as mudanças estruturais que culminariam na VIII CNS (1986) e na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990⁸⁰. Ainda que seus avanços fossem tímidos, contribuindo para evidenciar as limitações do modelo vigente e a necessidade de uma abordagem mais inclusiva, participativa e comprometida com o acesso universal à saúde como direito fundamental.

Com a VII CNS, realizada em 1980 sob o governo de João Figueiredo, percebe-se um avanço significativo no campo das ideias e na amplitude dos debates. Esse evento ocorreu em um momento de maior amplitude da transição política, marcado pela gradual abertura democrática, o que permitiu a emergência de vozes críticas à concepção hegemônica de saúde como serviço vinculado à previdência social. Nesse contexto, continuaram a ser importantes as contribuições do Movimento Preventivista e das correntes da Medicina Social e Comunitária, que influenciavam os debates públicos. Essas perspectivas, fortemente trouxeram uma visão ampliada do conceito de saúde, como observa o sociólogo Juan Cesar García (1983) que as correntes teóricas e os movimentos sociais naquele momento passaram a desafiar os paradigmas dominantes, ao defenderem que a relação saúde/doença não pode ser explicada de forma isolada, mas como um fenômeno social profundamente ligado às condições de vida e às estruturas econômicas e políticas de uma sociedade.

A VII Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada em 1980, foi um marco na transição do campo da saúde de no Brasil, evidenciando o amadurecimento de ideias e 80. Lei 8080/90, assinada em 19/09/1990, estabelecia as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem com a organização e o funcionamento dos serviços integrados ao sistema.

debates que vinham se consolidando em meio à abertura política do regime autoritário. Ainda que enfrentando resistências e limitações estruturais, a conferência sinalizou importantes rupturas em relação às edições anteriores, especialmente no que diz respeito à introdução de paradigmas que associavam saúde, sociedade e participação popular. Esses debates anteciparam os avanços que seriam consolidados na VIII CNS (1986), marco histórico na construção de uma política de saúde universal e democrática no Brasil.

Contexto Político e Sanitário

Desse modo, o período da VII CNS foi caracterizado por um contexto de abertura política gradual, iniciado no governo Geisel e continuado no mandato de João Figueiredo. Esse cenário favoreceu o avanço de movimentos sociais e intelectuais, que começavam a influenciar o campo político-institucional com propostas voltadas para a universalização do acesso à saúde e a democratização das políticas públicas. Entretanto, o modelo vigente de saúde ainda estava centrado na lógica da Medicina Previdenciária, que privilegiava os trabalhadores formais e deixava à margem grande parte da população brasileira, especialmente moradores de áreas rurais e periféricas. Em paralelo, emergiam crises financeiras e organizacionais no Ministério da Previdência e Assistência Social, destacando a necessidade de reformas profundas no sistema. (Escorel, 2012)

A VII CNS teve como tema principal a “Extensão das Ações de Saúde através dos Serviços Básicos”, uma abordagem influenciada pela Declaração de Alma-Ata (1978). Essa conferência internacional havia estabelecido

princípios fundamentais para a atenção primária à saúde, defendendo cuidados essenciais de saúde baseados em métodos cientificamente sólidos e socialmente aceitáveis, com participação comunitária e foco no desenvolvimento social e econômico.

O principal objetivo da conferência brasileira era discutir reformulações necessárias para a adequação do Sistema Nacional de Saúde ao Prev-Saúde, um Programa Nacional de Serviços Básicos apresentado pelo Dr. Carlyle Guerra de Macedo, então consultor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). O Prev-Saúde era inovador ao propor a extensão dos serviços de saúde a toda a população brasileira, priorizando comunidades rurais, pequenos centros urbanos e periferias de grandes cidades. (Relatório Final VII CNS, 1980)

Apesar de sua abrangência e promessas, o programa também gerou ceticismo. Em uma matéria da *Revista Saúde em Debate*⁸¹, do recém-criado Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES), os autores Luiz Cordoni e Márcio de Almeida questionaram a efetividade dos debates da VII CNS diante das dificuldades econômicas e estruturais do sistema de saúde. Eles apontaram que o Prev-Saúde parecia mais uma resposta à crise financeira do que uma proposta de transformação efetiva do modelo vigente, afirmando:

A tentativa de resolução da crise financeira sem alterações no sistema de captação e de utilização dos recursos vem sendo tentada desde a posse do atual ministro, Jair Soares. [...] A conjuntura política é, no momento, claramente inoportuna para a adoção de medidas antipopulares, o que possivelmente explique o constante adiamento da consecução de tais medidas. A racionalização dos gastos surge como uma alternativa possível." (Cordoni, Almeida, 1980, p.13)

81. CORDONI, Luiz. ALMEIDA, Márcio José de. VII Conferência Nacional de Saúde: um passo adiante. *Revista Saúde em Debate*, Londrina, v.1, n.10, p.(11-16), abr/mai/jun, 1980.

Assim, embora a VII CNS ainda carregasse resquícios do aparato tecnocrático do regime militar, sua realização marcou um ponto de inflexão, ao incluir, ainda que de forma tímida, as discussões sobre participação social e a relação entre saúde e determinantes sociais observados em conferências imediatamente anteriores. Essa mudança no enfoque começou a romper com a centralização compulsória do período autoritário, trazendo novas perspectivas para o campo da saúde. Instituições como o CEBES desempenharam papel crucial nesse processo, ao oferecer um espaço de debate independente do aparelho estatal e aproximar-se de um discurso mais democrático e questionador. Essa independência foi fundamental para a formulação de ideias que posteriormente influenciariam as bases do Sistema Único de Saúde (SUS), consolidado em 1988.

Considerações finais

Assim, pode-se concluir que as Conferências Nacionais de Saúde (CNS) de I a VII ocorreram de forma esparsa, ao longo de quase quatro décadas da história do Brasil, refletindo os diversos contextos sociopolíticos do período. Em grande medida, foram absorvidas como instrumentos de integração entre o governo federal e os estados, funcionando também como canais de propagação dos discursos do ideário político-governamental. A análise do perfil dos delegados que participaram dessas conferências, especialmente nas três primeiras edições, revela um vínculo estreito com o Ministério da Saúde, além da presença de autoridades estaduais e representantes de outros ministérios, como o da Previdência e Assistência Social, sobretudo durante a Ditadura Civil-Militar. Esse

alinhamento e a centralização do poder público nas conferências evidenciam o caráter tecnocrático e controlado dos eventos e apontam para a exclusão da população em geral, que, na maior parte, não tinha acesso ou participação nas discussões e formulações das políticas de saúde pública.

Mesmo nas conferências nas quais se observou um discurso aparentemente mais democrático, com uma abordagem das temáticas utilizando uma linguagem mais social, o público-alvo real da saúde pública brasileira – os setores mais vulneráveis da sociedade, incluindo populações marginalizadas e aquelas que mais necessitam do sistema de saúde – permaneceu à margem do processo. Esse distanciamento evidencia a desconexão entre o discurso oficial e a realidade da população brasileira, frequentemente excluída dos espaços de decisão política.

É relevante também destacar que os Relatórios Finais das CNS, que serviram como documentação oficial dos eventos, foram elaborados internamente nas conferências e, portanto, refletem as dinâmicas e os interesses predominantes nas discussões. A linguagem desses relatórios, muitas vezes burocrática e elogiosa ao governo em vigor, era, e ainda é, um reflexo das limitações políticas da época. Isso leva a uma revisão crítica das narrativas e propostas apresentadas, questionando, por exemplo, as medidas adotadas na prática e refletindo sobre as disparidades entre o que foi proposto e o que efetivamente foi implementado nas políticas públicas.

Na análise das sete primeiras conferências, observa-se uma evolução gradual nos debates, especialmente no que diz respeito ao avanço da Reforma Sanitária no Brasil. A VIII Conferência Nacional de Saúde pode ser vista como um ponto de inflexão crucial, marcando o início da luta pela democratização da saúde no país. Diferentemente

das edições anteriores, a VIII CNS destacou-se pela participação ativa de membros da sociedade civil organizada, uma inovação importante, além da introdução de um discurso coletivo sobre a saúde, que passou a ser entendida, não apenas como um direito individual, mas como uma responsabilidade social que envolve todos os setores da sociedade.

É interessante observar que a VIII CNS, embora tenha sido um marco na construção do Sistema Único de Saúde (SUS), retomou diversos temas das conferências anteriores, uma vez que muitas problemáticas persistiam. No entanto, a grande diferença da VIII CNS para as anteriores foi a intensificação do debate sobre a participação popular e a inclusão de um discurso mais alinhado com a construção de uma política pública de saúde universal e democrática, o que contribuiu para a formulação de um sistema de saúde que atendesse às necessidades de toda a população, especialmente das camadas mais vulneráveis.

Em conclusão, o estudo das sete primeiras Conferências Nacionais de Saúde revela-se uma ferramenta importante para investigar os discursos que orientaram a formulação de políticas públicas de saúde em diferentes momentos da história política do Brasil. Este estudo não só proporciona uma compreensão do ponto de partida para a VIII CNS e a subsequente Reforma Sanitária, mas também promove uma reflexão crítica sobre as narrativas oficiais e suas limitações, ao mascarar a realidade de uma população muitas vezes relegada à invisibilidade sociopolítica. Esse processo histórico é essencial para entender como as políticas de saúde pública evoluíram no Brasil, especialmente no contexto de um movimento que lutava pela democratização da saúde e pela construção de um sistema que respondesse às reais necessidades da população, em um momento de grandes transformações polí-

ticas e sociais.

Referências

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. *Nação, país moderno e povo saudável: política de combate à lepra no Piauí*. Teresina, Eduespi, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Saúde. Rio de Janeiro, 1941.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório Final da 3ª Conferência Nacional de Saúde. Rio de Janeiro;1963.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório Final da 4ª Conferência Nacional de Saúde. Rio de Janeiro; 1967.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório Final da 5ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília; 1975.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório Final da 6ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília; 1977.

BRASIL. Ministério da Saúde. Anais da 7ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília; 1980.

BRASIL. Ministério da Saúde. Declaração de Alma-Ata. 2002.

CORDONI, Luiz. ALMEIDA, Márcio José de. *VII Conferência Nacional de Saúde: um passo adiante*. *Revista Saúde em Debate*, Londrina, v.1, n.10, p.(11-16), abr/mai/jun, 1980. Disponível em: https://docvirt.com/asp/acervo_cebes.asp?Bib=SAUDEDEBATE&PASTA=TODO&pesq=-conferencia+nacional+de+sa%FAde&x=59&y=19. Acesso em: 03/01/25.

ESCOREL, Sarah. História das Políticas de Saúde no Brasil

de 1964 a 1990: do golpe militar à reforma sanitária. In: GIOVANELLA, L., ESCOREL, S., LOBATO, L. V. C., NORONHA, J. C., and CARVALHO, A. I., eds. *Políticas e sistemas de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, p. (323-363).

GARCÍA, Juan César. *Medicina e Sociedade: as correntes de pensamento no campo da saúde*. In: *Medicina Social: aspectos históricos e teóricos*. 1ª ed. São Paulo: Global, 1983.

HOCHMANN, Gilberto. FONSECA, Cristina. A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. In: GOMES, Angela de Castro (org). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. (174-193).

13

**Uma análise da censura no
jornalismo piauiense durante
a primeira fase da ditadura
civil-militar**

*João Victor da Costa Rios
Cláudia Cristina da Silva Fontineles*



Este projeto produziu resultados no campo da História Política. Entre os tópicos analisados, destacam-se a censura na imprensa do Piauí entre a Democracia de 1946 e a ditadura civil-militar, o jornalismo e a democracia no Piauí, os conflitos políticos e de memória relacionados a eventos que influenciaram o cenário político do Piauí, a atuação de movimentos nacionalistas e trabalhistas, além dos sistemas de supervisão jornalística, dentre eles os relatórios e apreciações dos agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI). A partir desse último ponto é que este texto foi originado. Os resultados parciais ajudaram a compreender os modos de censura no Piauí e como os agentes de monitoramento do SNI agiam em alguma medida para garantir suas prerrogativas na imprensa piauiense.

Ademais, destacamos que a imprensa piauiense, entre os anos dourados e os anos de chumbo, foi palco de debates político-partidários, notícias, artigos de opinião, textos religiosos e abordagens de gênero⁸². Mas, também por meio de periódicos de grande circulação, foi espaço de promoção do Golpe de 1964. Esse movimento marcou uma ruptura na sociedade brasileira em diversas áreas, dentre elas o campo do jornalismo.

A característica basilar dos jornais do Piauí no século XX foi o caráter essencialmente político. Diversificados debates são facilmente encontrados nesses jornais. Em algumas oportunidades é possível encontrar até mesmo práticas de desinformação⁸³ para tentar convencer o leitor a aderir (a todo custo) a suas ideias políticas. Atrelado a esse enquadramento, está inserida também a associação das abordagens da imprensa piauiense com os partidos

82. Textos que discutiam as relações entre homens e mulheres na sociedade piauiense. Ex: (Jornal) O Dominical.

83. Conceitos históricos e sociológicos como Nacionalismo, Comunismo e Reforma Agrária foram deturpados em diversos artigos jornalísticos.

políticos, uma vez que diversos jornalistas estavam vinculados a grupos políticos (situação e oposição). Todavia, esse cenário é alterado pelo golpe de 1964. O avanço do autoritarismo, monitoramento e fim do pluripartidarismo provocaram um novo jornalismo piauiense.

Nosso objetivo é analisar como se constituiu a censura no jornalismo piauiense no início da ditadura civil-militar. Salientamos que o Brasil é um país de dimensões continentais, e cada região tem suas particularidades e diferenças em relação a outras esferas do país. Por exemplo, Estados da região sudeste já tinham jornais nos 1940-1960 editoriais modernos. A modernização do jornalismo piauiense é uma realidade somente a partir dos 1970. Este texto almeja uma reflexão localizada no Estado do Piauí, antes do processo de modernização da imprensa piauiense, é fundamental identificar e analisar a imprensa local e suas peculiaridades, visto que:

“[...] diversas pesquisas sobre a história da imprensa, tendem a considerar somente as regiões sul e sudeste como espectro fiel do país como todo. E assim, acabam desconsiderando as imensidades locais que também constituem partes importantes para a imprensa do Brasil” (Ribeiro, Herschmann, 2008, p. 19).

Situados predominante na década de 1960, por ter sido uma temporalidade atravessada por dois regimes políticos no Brasil (democrático e ditatorial) e especificamente do espaço do Estado do Piauí, almejamos um texto que dedicado à configuração da censura na imprensa piauiense em duas perspectivas de poder, permeada por uma análise fundamentada na História Política, com uma metodologia edificada por um cruzamento de fontes jornalísticas, livros de memórias, documentos de Estado e material bibliográfico. Para tratar de censura utilizamos autores como Maria Aparecida Aquino (1999) e Beatriz

Kushnir (2012).

O Piauí no início dos anos 1960: política, sociedade e imprensa

No início da década de 1960, o Piauí encontrava-se com uma população de 1.254.368 habitantes. Deste número, cerca de 144.799 viviam na capital, Teresina. A maioria dessa população não tinha acesso a serviços básicos como água tratada e encanada, educação, três refeições diárias, serviços de saúde, dentre outros. O resultado disso era expresso nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No recenseamento de 1960, o Piauí, em termos de contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB), contribuiu muito pouco, cerca de 0,4%. No campo da educação, o Estado do Piauí registrou a maior taxa de analfabetismo do país, com cerca de 78% dos piauienses sendo analfabetos.

Boa parte dos alfabetizados do Estado pertencia a uma elite e classe média. A juventude desses segmentos sociais poderia estudar e adquirir formação superior na região, por meio de algumas faculdades na capital; Faculdade de Direito do Piauí (1931) e a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (1957). Esse quadro não era novidade nos anos 1960, mas uma realidade perpetuada por séculos no Piauí, por diversas razões. Um dos principais fatores foi o legado da escravidão, a exclusão dos mais pobres do orçamento estadual e federal e a liderança da “elite do atraso” no Piauí. Essa elite não tinha interesse em projetos de desenvolvimento humano e social, como a educação, para a população mais pobre.

Outro reflexo dessa política do esquecimento foi o número de mortalidade infantil no Piauí. Na mesma pesquisa, o Piauí foi o terceiro estado com mais mortes entre

os recém-nascidos. Os dois estados que tiveram índices maiores que o Piauí também são da região Nordeste. Para cada 1.000 nascimentos, 290 crianças piauienses perdiam a vida de forma prematura. Na sequência, os estados de Sergipe e Rio Grande do Norte apresentaram 343 e 353 crianças mortas para cada 1.000 recém-nascidos (Loureiro, 2020, p. 94).

Na década de 1950, o Piauí teve três governadores, e o último deles foi Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1958-1962), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Seu governo foi marcado por promover na imprensa piauiense ideais nacionalistas, trabalhistas e reformistas, sobretudo nos jornais O Dia, Jornal Estado do Piauí e Jornal do Comércio (Lima, 2011). Ao mesmo tempo, foi alvo do anticomunismo e acusado de promover ideias subversivas (Oliveira, 2016).

Chagas Rodrigues foi potencialmente mais atacado na imprensa piauiense quando rompeu com seu partido de coligação, a União Democrática Nacional (UDN), e passou a assumir propostas de combate à desigualdade social. Isso será um dos diferenciais do governador em relação a outros líderes políticos piauienses. Suas ações promoveram o desenvolvimento socioeconômico, criando empresas estatais nos setores de energia, água, esgoto etc.⁸⁴. No jornalismo piauiense, essas ações em busca de melhores condições sociais foram reconhecidas como benéficas a população piauiense, mas também combatidas por forças políticas conservadoras.

Nesse contexto, até o golpe de 1964, este espaço era altamente disputado por grupos político-partidários e naquele momento o PTB tinha interesses em divulgar isso e propor soluções que agradassem diretamente forças políticas ligadas aos trabalhadores.

84. CEPISA – Centrais Elétricas do Piauí S. A. (Lei no 1.948/1959), a AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S. A. (Lei no 2.060/1960).

Todavia, a principal característica da imprensa escrita piauiense era o debate político partidário, visando as eleições mais próximas. Assim, se de um lado o PTB tentava mostrar contextos e tentativas de alteração da realidade, opositores utilizavam da mesma imprensa para atacar opositores. A imprensa piauiense foi palco desses debates a partir das disputas políticas locais e as diferentes alianças das forças políticas do centro-sul do país com lideranças piauienses.

Quando Francisco das Chagas Caldas Rodrigues foi eleito em 1958, as pautas do trabalhismo e do nacionalismo ligado às esquerdas ganham um destaque que não existia anteriormente, sobretudo na capital do Piauí, uma vez que, segundo Francisco Alcides do Nascimento (2015), a região de Parnaíba no norte do Estado, já contava com uma imprensa voltadas às lutas sociais dos trabalhadores, desde meados dos anos 1940, justamente pela organização sindical na região.

Já em Teresina, isso não era uma realidade até a promoção do PTB. A partir disso, periódicos como o Jornal do Comércio (até o final da eleição presidencial de 1960), vão promover ideais do partido e de outras forças políticas ligadas a movimentos populares. Visando as eleições de 1962, forças políticas ligadas naquele momento ao PTB adquiriram o jornal O Dia e assim o jornal que antes era palco de produções mais voltadas a manutenção das estruturas sociais passou a defender em alguma medida alterações nas ordens sociais e a boa imagem dos candidatos do PTB.

Forças políticas contrárias às Reformas de Bases, utilizavam outros periódicos para atacar políticos e propostas ligadas ao reformismo, trabalhismo e nacionalismo petebista. Por meio de várias formas de comunicação social. Algumas estratégias associaram estas doutrinas ou pro-

jetos políticos ao Comunismo, utilizando práticas de desinformação enveredadas por uma defesa do Liberalismo econômico. Jornais como Folha do Nordeste, O Dia (com exceção ao periódico de posse pelo PTB), Folha da Manhã e outros foram para suas redações defender pautas e práticas como estas.

Simplicio de Sousa Mendes, um escritor bastante famoso no Piauí engajado em convencer o leitor a não apoiar a Reforma Agrária chegando até mesmo a equiparar o projeto reformista pela terra ao comunismo: “Reformas pistoleiras são chamadas de reformas de base [...] Essa promessa de distribuição das terras é velha e dela usaram a Rússia Soviética, a China e todas as democracias comunistas”(Mendes Apud Folha do Nordeste. 25/04/1963, p.4).

Analisando os encaminhamentos do debate político na imprensa local, a jornalista e militante do PTB, Iracema Santos Rocha da Silva definiu que o jornalismo piauiense antes das eleições era um palco no qual: “[...] As armas mais sórdidas são usadas neste jogo do vale tudo, contra principalmente, os partidos e os candidatos que prestigiaram sempre o voto popular e a escolha honrosa” (Silva apud Folha do Litoral, 14/06/1962). O espaço ocupado pela autora era arquitetado para defender as prerrogativas do PTB. Mas especificamente neste trecho ela opta pela análise geral dos modos de criticar a administração petebista no Piauí como um ataque de “vale tudo”. Esse quadro de debates permite o historiador visualizar fragmentos deste passado.

No âmbito geral dos estudos de História Política que utilizam a imprensa como fonte de pesquisa, Tânia Regina de Luca (2005) reage deixando evidente que: “As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra

cada lance dos embates na arena do poder” (Luca, 2005, p. 128.).

Conforme analisamos nas duas citações dos jornalistas piauienses, o debate político publicado em diferentes periódicos nos revela fragmentos de um passado que dificilmente seria fabricado por meio de documentos oficiais como diários municipais, estaduais ou federais.

Assim era configurado o jornalismo piauiense até o golpe de 1964. Com o avanço das forças golpistas e a extinção dos partidos os jornais piauienses vão sofrer alterações, sobretudo do ponto de vista da vinculação com partidos e pluralidades de ideias políticas. Na secção seguinte vamos abordar como se construiu esse jornalismo e sobretudo como a censura favoreceu a falta de criticidade dos jornais.

A imprensa piauiense na fase inicial da ditadura de 1964

No caso do Piauí, o Golpe de 1964 foi apoiado e reconhecido pela imprensa escrita como algo necessário. Comentaristas políticos do Estado, como Simplício de Sousa Mendes, publicaram artigos de opinião integrados com o discurso dos militares e da “Operação Limpeza”, com o objetivo de “limpar” o Piauí e a sociedade brasileira em geral. Tratava-se um projeto autoritário e violento na qual buscava transmitir para a sociedade um caráter de redenção e purificação do país, na qual setores “sujos” seriam retirados do tecido social. Para Jorge Ferreira e Ângela Gomes; “a limpeza era também um projeto contra os trabalhistas, os comunistas, os sindicalistas, os subversivos em geral. Os que seriam chamados de inimigos da Revolução vitoriosa” (Ferreira; Gomes 2014, p. 392).

Todo esse arcabouço repressivo foi propagado na

imprensa nacional como algo necessário e característico de uma “Revolução”. No Piauí, o primeiro documento da Operação Limpeza no estado foi elaborado pelo coronel Mascarenhas Façanha, chefe da Guarnição Federal de Teresina, evidenciando o clima autoritário que estava sendo estabelecido. Esse texto faz parte das notas oficiais da Guarnição Federal de Teresina, com teor autoritário, que foram divulgadas no jornal O Dia, sem qualquer crítica editorial. Em uma dessas notas, o chefe da Guarnição Federal de Teresina deixou evidente o clima de ditadura que estava sendo instaurado:

Recomenda a todos, indistintamente, que se abstenham de participar de quaisquer pronunciamentos ou manifestações públicas, que, porventura, venham a perturbar o clima de tranquilidade [...], os quais serão enérgicas e prontamente reprimidos (Façanha apud O Dia, Teresina, 03/04/1964, p. 1).

A nota do chefe da Guarnição Federal de Teresina representante claramente uma posição favorável ao golpismo enveredado por uma ameaça para toda a população local, na qual qualquer ação contrária ao golpe, seria prontamente reprimida. Para Lúcio Fellini Tazinaffo (2016), o objetivo desses discursos era criar uma cultura de medo na sociedade, com a roupagem de “defesa” da segurança nacional. Desse modo, após a consolidação do Golpe de 1964, os golpistas buscaram criar dispositivos para assegurar o mapeamento dos indivíduos que ameaçavam a segurança do país. Os ditos “subversivos, comunistas e corruptos”. Por essas e outras razões, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI)⁸⁵. Orientados com base na Doutrina de Segurança Nacional. Para Borges (2007, p. 20) o objetivo da DSN era : [...] “formar uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria.”

85. A primeira e principal razão para a criação do SNI foi servir o Presidente da República no âmbito das informações e contrainformações.

Nesse contexto, isso explica, em alguma medida, o tom do discurso do Cel. Façanha, pois a intenção era carregar uma roupagem verbal de guerra total contra os opositores da ditadura. Em outras edições do Jornal O Dia, as manifestações favoráveis ao golpismo continuavam em números consideráveis. Destacamos uma publicação especificamente favorável à “operação limpeza”. Na edição de 8 de abril, foi publicado mais um texto de apoio à “limpeza no Piauí”:

As forças Armadas fizeram a revolução vitoriosa de 1 de abril e cedo perceberam que era necessário ... a OPERAÇÃO LIMPEZA, para evitar que no Brasil continuemos ameaçados pelo perigo comunista. Todos conhecem o processo adotado pelo Comando Supremo da Revolução, para combater o comunismo e limpar o País das mazelas de um governo que desejava infelicitarnos para sempre (O Outro Lado da Operação Limpeza, O Dia, Teresina ,19 abr. 1964, n. 1220, p.1).

A ditadura não se estabeleceu, em seu princípio, apenas pela violência e ameaça; fez-se também por aliados civis, e a imprensa é a expressão desse acordo. Isso não significa que os civis foram os protagonistas, nem que eles tomavam as maiores decisões. Mas seu papel como condutores e adesistas da causa golpista foi fundamental para a ditadura de 1964.

Desde os primórdios essa ditadura trabalhou para ampliar a níveis apoteóticos seu sistema de “inteligência” ou Serviço Secreto. O objetivo era criar um mecanismo invisível para mapear e combater aqueles que colocavam em risco a segurança nacional. Assim, áreas da cultura e a imprensa, todas as esferas nacionais, foram marcadas pela censura (Chinem, 1995, p. 15).

A partir disso, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI); seu principal objetivo era assessorar o Presidente da República. As outras diligências diziam respeito a diversos setores que deveriam ser espionados; dentre

eles, estavam a imprensa, organizada e dividida por regiões e estados. Nesse contexto, existia a Agência Central do SNI em Brasília e outras agências regionais, além do suporte da Polícia Federal em diferentes estados da federação (Lucas Figueredo, 2011). No caso do Piauí, militares e agentes do 25º Batalhão de Caçadores (25º BC) dialogavam com a Polícia Federal de Fortaleza e Recife (Pernambuco).

Neste quadro de vigilância, os jornalistas piauienses foram monitorados por meio de suas publicações, vinculações políticas e ações cotidianas. O objetivo das ações de vigilância da imprensa piauiense era assegurar a política de censura e autocensura e compreender o perfil dos jornalistas. Durante o regime de exceção, Carlos Fico destacou a definição do conceito de autocensura a partir da ambiguidade do termo, que camufla posturas, seja ela pragmática, como um forte apoio ao regime (Fico, 2003, p. 189).

A política dos relatórios adotava como considerações finais de cada jornalista o modelo de apreciação. Nessa questão, devido às limitações do texto, não se abordam textos de diversos comunicadores sociais do Piauí, mas, na verdade, as apreciações que o poder de vigilância produziu sobre eles, seguidas de uma análise desses dados catalogados pelo SNI nas redações piauienses no início da década de 1970. Vale destacar que, por mais que seja um texto dos anos 1970, ele diz respeito a ações realizadas na primeira fase da ditadura e nos dois últimos anos da década de 1960.

O título do relatório do SNI é “Jornalistas com antecedentes negativos dos principais órgãos de imprensa desta área⁸⁶”. O documento classificado como confidencial tinha como objetivo descrever jornais do Ceará e Piauí,

86. O SIAN adotou o título JORNALISTAS COM ANTECEDENTES NEGATIVOS DOS PRINCIPAIS ORGÃOS DE IMPRENSA DO CEARÁ E PIAUÍ.

seguido pela descrição dos jornalistas com perfil marcado pela vigilância devido aos seus antecedentes. Salientamos que essas marcações da vigilância não eram iniciadas a partir do golpe de 1964, mas abrangiam toda a trajetória dos jornalistas.

Ou seja, uma única filiação partidária no final dos anos 1950 poderia estar nesses relatórios (mesmo que o jornalista fosse considerado apoiador da ditadura). Assim, neste relatório são citados jornalistas que, na Democracia de 1946, tinham vínculos com movimentos reformistas, trabalhistas, nacionalistas, comunistas etc. Os movimentos após 1964 são destacados da mesma forma ou até de forma mais intensa. Assim, após citar vários jornalistas do Ceará, os agentes do SNI começaram a destacar os jornalistas piauienses com antecedentes negativos. O primeiro foi Josipio da Silva Lustosa, do jornal Estado do Piauí, seguido da jornalista Iracema Santos Rocha da Silva.

JOSIPIO DA SILVA LUSTOSA. Filho de Diogo da Silva Lustosa e Paulina Candeira Lustosa. Em 1964, foi enquadrado no Al-I pela Comissão de Investigação Sumário, presidida pelo Dr SEBASTIÃO ROCHA LEAL, então Secretário de Justiça e Segurança Pública/PI, sendo demitido do cargo público que exercia no Governo de PETRÔNIO PORTELA. O nominado é o Diretor-Responsável do jornal "O ESTADO DO PIAUÍ" e após a sua demissão passou a publicar no seu jornal críticas e denúncias infundadas contra o então Secretário de Justiça e Segurança Pública/PI. IRACEMA SANTOS ROCHA DA SILVA, filha de Moises Pereira dos Santos e Rosa Soares da Rocha Santos, nascida em 21 Mar 1927, em FLORIANO/PI, Professora da Faculdade Católica de Filosofia/P1, Redatora do jornal "O ESTADO DO PIAUÍ" e trabalha na Rádio Difusora de Teresina/PI. Em 1964, a nominada foi indiciada em IPM a cargo do então Major IDALÉCIO NOGUEIRA DIOGENES, cujo parecer a apontou como ligada à Frente de Mobilização Popular do Piauí, sem contudo haver cometido crime contra a Segurança Nacional (Serviço Nacional de Informações. Jornalistas com antecedentes negativos dos principais órgãos de imprensa do Ceara e Piauí. N°15119/UU/AC/ SS-19. 7 fev. 1972. Confidencial. SIAN).

A documentação traz detalhes privados e públicos dos jornalistas, evidenciando o monitoramento da SNI nas redações do Piauí. Além disso, o documento cita apenas dois nomes do Jornal Estado do Piauí, mas deixa claro que existem outros nomes e dados a serem incluídos no relatório. Acreditamos que algum imbróglio de comunicação aconteceu, pois em outros relatórios sobre jornalistas piauienses com antecedentes negativos, os mesmos nomes citados aqui aparecem, porém, ao lado de outros jornalistas.

Todavia, isso não diminui a importância historiográfica desse relatório, sobretudo pela apreciação geral que os agentes da espionagem produziram. Nele está expresso, com todas as letras, que o sistema de inteligência da ditadura estava garantindo o padrão do jornalismo piauiense e cearense. Ou seja, os próprios agentes se davam crédito pela vitória da censura e autocensura nesses estados. Além disso, destacam que os jornalistas citados representam “um potencial de esquerda” que surgem “aqui e ali” nas publicações do Piauí e Ceará.

A situação hoje na Imprensa é de tranquilidade aparente. Existe um potencial de esquerda que não se manifesta, em função do sistema de controle montado pelas autoridades de segurança. Mesmo assim, aqui e ali, os fatos surgem de forma sutil, como a cobertura às ações do Vietnã do Norte às dos movimentos nas diversas partes do mundo, identificados com as idéias marxistas, dando-se ênfase a tudo aquilo que advém dos países de esquerda, desfigurando-se a ação de algumas nações, principalmente os Estados Unidos da América do Norte, que lideram a corrente democrática (Serviço Nacional de Informações. Jornalistas com antecedentes negativos dos principais órgãos de imprensa do Ceará e Piauí. Nº15119/UU/AC/ SS-19. 7 fev. 1972. Confidencial. SIAN).

O conteúdo deste e de outros relatórios mostra, em alguma medida, como as marcas da censura estavam presentes nas redações brasileiras. Os militares, comprometidos em sobrepor quaisquer direitos para vigiar e reprimir

potenciais de resistência, garantiram amordaças em todas as esferas da sociedade e, neste caso específico, podemos ver claramente o orgulho da cultura de violência do medo. Pois o crédito da situação tranquila na imprensa é graças ao “sistema de controle” dos militares.

Todavia, salientamos que a situação de tranquilidade também era gerada por jornalistas alinhados com a ditadura. Em outro relatório, no início da década de 1970, os jornalistas e proprietários do jornal O Dia foram destacados como “integrados às ideias da Revolução de 1964”. O nome do diretor, Cel. Octaviano Miranda, aparece em destaque pelos militares. Ou seja, os militares estavam monitorando a imprensa piauiense em sua integralidade, destacando os integrados e os potenciais suspeitos de promover ações de resistência ou oposição na imprensa. Mesmo assim, a imprensa do estado foi censurada.

Todavia, por que, mesmo com a censura, a violência e o autoritarismo em franca ascensão, Josípio Lustosa e Iracema Santos foram citados? Somente suas ações pré-1964 teriam produzido antecedentes negativos? Ou, dentro da imprensa tradicional do Piauí, eles e outros produziram e publicaram algum conteúdo que pudesse ser objeto de oposição ou resistência que a censura não segurou? Começamos por Josípio Lustosa, jornalista de carreira, que chegou a ser diretor do Jornal Estado do Piauí, mas também foi um homem com carreira política.

Durante o governo Chagas Rodrigues (1959-1962), foi diretor geral da Fazenda. Apesar da derrota do candidato do seu então partido (PTB), Constantino Pereira, Josípio Lustosa não recusou o convite para trabalhar no governo Petrônio Portella (1963-1966). Todavia, por atritos internos, saiu dos órgãos públicos e passou a fazer oposição ao governo na imprensa teresinense, sobretudo

no Jornal Estado do Piauí⁸⁷.

Sob direção de Josípíio, os componentes principais jornalista do Jornal Estado do Piauí, foram Hermes Dias Pinheiro, Francisco Cunha e Silva, José Eduardo Pereira, Ofélio das Chagas Leitão e A. Tito Filho⁸⁸, Iracema Santos Rocha e outros nomes. Após analisarmos as abordagens do jornal dirigido por Josípíio e o relatório do SNI, podemos compreender que sua classificação se deve, em grande medida, aos ataques promovidos contra os políticos da situação, do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Entre 1966 e 1968, não é difícil encontrar reportagens e debates neste periódico sobre denúncias e críticas administrativas direcionadas aos políticos que estavam no poder, o que não significa que essas denúncias e críticas eram carregadas de resistência democrática contra a ditadura. Na verdade, boa parte delas apelava para as forças do “alto comando revolucionário” para investigarem as oligarquias políticas do Piauí.

Seguindo na sequência dos nomes, é citada a jornalista Iracema Santos Rocha. Neste relatório, foi destacado seu passado de militante política do PTB e da Frente Mobilização Popular, assim como suas ações por meio da imprensa na segunda parte da década de 1960. Como jornalista, ocupou espaços em jornais tradicionais de Teresina, sobretudo como comentarista política, mas também foi editorialista de jornais. Após a saída de Josípíio Lustosa, o editorial do Jornal Estado do Piauí passou por alguns nomes, até chegar às mãos de Iracema Santos Rocha, conforme também traz o relatório do SNI.

Além disso, ela também era filiada ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e candidata pela sigla em seguidas eleições até o final da década de 1970. Um dos

87. Kruel, Kenard. Josípíio Lustosa . Blog Kenard Kaverna, Teresina, 15. fev. 2015. Disponível em: <http://krudu.blogspot.com/2015/02/josipio-lustosa.html>

88. Idem.

fatores motivadores da menção da jornalista neste e em outros relatórios do SNI foi suas publicações pós-1964. Nesse sentido, destacamos uma abordagem como conteúdo incomum nas publicações da imprensa tradicional do Piauí durante a ditadura de 1964, que possivelmente teve impacto na produção desses relatórios e pode ser uma das manifestações “estranhas” citadas no texto corrido do relatório.

Trata-se de um comentário político sobre quem seria o nome escolhido pelo governo estadual do Piauí para ocupar a prefeitura de Teresina em 1967. Em meio a rumores e palpites, o favorito era o então prefeito Hugo Bastos, um político empossado por meio do voto durante a eleição de 1962, na qual a própria comentarista tinha disputado e conquistado o segundo lugar.

A grande questão é que o novo prefeito não seria nomeado pelo voto universal, mas por indicação, como estava estabelecido em um dos arranjos da ditadura por meio do Ato Institucional número 3 (AI-3). Na qual cabia aos governadores escolherem os prefeitos das capitais. A partir desse cenário e de alguns populares de Teresina-PI pressionando a comentarista a falar sobre o assunto, eis que a jornalista tece uma crítica fora do padrão dos jornais tradicionais (talvez até do jornalismo alternativo da época e da posteridade).

[...] Diversas pessoas vêm me perguntando o que acho da permanência do Dr. Hugo Bastos à frente da municipalidade. Até agora, me recusei ao debate do assunto. Está-se a viver um sistema político notavelmente diferente dos anteriores, para a escolha dos prefeitos das capitais. Já não é mais o voto popular que vai influir nessa indicação, mas a necessidade e conveniências políticas do Governador do Estado [...] (Silva, Iracema Santos Rocha. Fica ou sai? Estado do Piauí, 22 jan. 1967. N-914, p.1).

A jornalista, ao mencionar que “Até agora, tenho

evitado o debate sobre o tema”, evidencia o temor imposto pelo regime. Por que alguém hesitaria em esclarecer algo tão “bastante simples” como a razão pela qual um candidato eleito no processo democrático de 1946 mantém sua posição sem consulta ao povo? A razão reside no significativo desafio de comunicar ao público as circunstâncias e decisões que possibilitam a manutenção de um líder municipal democraticamente eleito no posto, evitando simultaneamente que a mídia convencional reconheça a natureza autoritária do sistema eleitoral.

Contudo, o texto reprova a falta de sufrágio universal. Ele esclarece por que os habitantes de Teresina perdem a habilidade de escolher seu representante, mesmo diante do medo predominante. Este é um material de resistência, que apresenta uma posição contrária a um aspecto crucial da ditadura, e foi publicado e propagado pela mídia tradicional do Piauí. A escritora não deixa a crítica implícita, mas deixa clara sua crítica final ao descrever o sistema de governo “de maneira significativa diferente dos anteriores”. É apontado, sem recorrer a linguagem barroca ou indireta, que esse sistema é distinto porque não é o povo que seleciona seus representantes principais, mas as “conveniências políticas” de quem detém o poder político.

O ponto crucial é que produções desse modelo eram raras na imprensa tradicional do Piauí, o que indica que não tivemos um movimento de corrente contra a ditadura nos jornais tradicionais. O próprio relatório do SNI, aqui apresentado, mostra que a situação da imprensa é “tranquila” aos olhos da ditadura, mas que “aqui e ali” aparece um elemento considerado subversivo. Ou seja, os agentes compreenderam que a censura e a vigilância estavam gerando resultados na imprensa tradicional.

Apesar disso, havia jornalistas que em francas opor-

tunidades reproduziam um discurso contrário a corrente da ditadura. E por isso, existem um número relevante de jornalistas na imprensa tradicional que foram investigados, monitorados e colocados em suspeitas. O que indica que não existiu uma integralidade absoluta de todos os jornalistas ao regime. Mas também indica que não existiu um grande e coeso movimento de resistência a ditadura de 1964 na imprensa tradicional do Piauí.

No geral, o texto da jornalista do Jornal Estado do Piauí, mostra marcas de resistência. Pois, como descreveu Schilling, resistência não é ilusão quando “encontramos um questionamento, seja pela ação, seja pelo discurso das ‘regras do jogo’, ou pela lógica da organização. É um movimento de recuperação da autonomia” (Schilling, 1991,p.50) Neste caso, a autora produziu um questionamento direto contra um dos sistemas da ditadura. Objetivamente, o sistema eleitoral estabelecido pelo AI-3, responsável por suprir a autonomia municipal e por atividades de questionamento como esta, foi monitorado e colocado sob suspeita nos relatórios do SNI.

Além disso, uma interrogação comum é: por qual razão esse texto não foi censurado, uma vez que questiona um dos sistemas da ditadura? É importante observar os detalhes disponíveis. O texto foi divulgado em janeiro de 1967, época em que o prefeito nomeado ainda não estava definido. Ademais, por ser um texto de janeiro de 1967, ele foi produzido antes da lei de imprensa da Ditadura de 1964. Assim, a censura imposta aos jornalistas nesse contexto ainda seguia as normas estabelecidas na década de 1940. Para Kushnir (2004), a nova lei de imprensa de 1967 já tinha um caráter mais autoritário e pré-AI-5. Era a Lei de Imprensa, nº 5.250, de 09/02/1967, que nos seus principais artigos estabelecia:

[...] livre a manifestação do pensamento e a procura, o

recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. Continua no parágrafo 2 °: [...] o dispositivo nesse artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitas à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o Governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas em relação aos executores daquela mídia.: [...] Art . 12. Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação ficarão sujeitos às penas desta Lei e responderão pelos prejuízos que causarem. Parágrafo único. São meios de informação e divulgação, para os efeitos dêste artigo, os jornais e outras publicações periódicas, os serviços de radiodifusão e os serviços noticiosos. Art . 13. Constituem crimes na exploração ou utilização dos meios de informação e divulgação os previstos nos artigos seguintes (Kushnir, 2004, p. 98).

Assim, este aparelho visava limitar ainda mais a liberdade de pensamento. A tática de estabelecer um sistema de censura progressiva também tinha como objetivo passar a ideia de que existia democracia após 1964. Ao enfrentar uma nova crise em 1968, a ditadura respondeu com mais censura e repressão. Contudo, essa censura será oficializada e, principalmente, concentrada no Ministério da Justiça, com o respaldo das forças federais e estaduais (Kushnir, 2004, p. A. 107).

A crônica da jornalista do Piauí aqui em análise foi redigida antes de um novo estágio da censura no jornalismo do Brasil e, provavelmente, não foi censurada devido ao cenário anterior ao AI-5. No entanto, mesmo com essas contextualizações, o texto continua a ser intrigante do ponto de vista da resistência e oposição à ordem do momento, pois aborda questões importantes para as lideranças que outros comunicadores sociais da região quase nunca mencionaram.

Para Aquino; “[...] o marco de uma censura política lentamente institucionalizada é estabelecido a partir de 13

de dezembro de 1968, data da edição do AI-5” (Aquino, 1999, p. 205). Naquele momento do final da década de 1960; “a fúria repressiva da ditadura insinuava querer estancar e suprimir – imediata e definitivamente – qualquer manifestação cultural que apresentasse o mais leve indício de significado crítico e político ou, ainda, uma natureza ideológica radicalizada” (Fontineles; Fontineles Filho, 2020, p. 51).

Considerações finais

Em nossa proposta, destacamos como se constituiu a censura no jornalismo piauiense entre o golpe de 1964 e a primeira fase da ditadura civil-militar de 1964. Antes do golpe, os jornais piauienses foram palcos de debates políticos intensos. Alguns deles foram marcados até mesmo por atos de desinformação para convencer a todo custo os leitores a não aderirem à Reforma Agrária. Durante o golpe de 1964, a maior parte da imprensa piauiense apoiou as forças golpistas, reproduzindo inclusive seu discurso em alguns jornais escritos, sem nenhuma criticidade ao autoritarismo verbalizado pelos militares federais. Os meses seguintes foram marcados pela criação do Serviço Nacional de Informações, sistema que forneceu meios para fiscalizar e punir diversos setores da sociedade brasileira, dentre eles a imprensa. Assim, o jornalismo piauiense e de outras federações foi monitorado com a prerrogativa de garantir a reprodução das diretrizes do governo militar. Jornalistas piauienses tiveram suas ações mapeadas, informações pessoais coletadas e distribuídas em relatórios do Estado. O SNI, nesses relatórios, deixou como consideração, por meio de seus agentes, que o jornalismo piauiense estava em uma situação de tranquilidade. No

entanto, essa situação benéfica aos militares federais era devida ao trabalho do sistema de vigilância. Além disso, tanto em relatórios do SNI quanto em publicações, estão referenciados atos circunstanciais de oposição ao discurso da ditadura de 1964. Em nossa compreensão, todos esses elementos mostram a presença da censura no jornalismo piauiense, a adesão de alguns jornalistas e editoriais ao regime ditatorial, mas também a oposição de alguns jornalistas à pauta dominante.

Referências

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968- 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano - o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-42.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 167-206.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio – A história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula, 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. *Resistência às mordidas: história e luta contra a opressão na literatura de Assis Brasil*. TOPOI (ONLINE): REVISTA DE HISTÓRIA, v. 21, p. 45-67, 2020. Link de acesso: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/dXGnwF-GKwWv6QgVgV5tmjqJ/?format=pdf&lang=pt>

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação*. Locus: Revista De História, Juiz de Fora, v. 24 n. 2, 2018. Link de acesso: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20880>

KEHL, Maria Rita. *Tortura e sintoma social*. IN: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUCA, Tânia Regina de. *Fontes impressas: histórias dos nós e por meio dos periódicos*. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LIMA, Flávia de Sousa. *Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)*. 2011.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992.

SCHILLING, Flávia Inês. *Estudos sobre resistência*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas,

1991.

Silva, Iracema Santos Rocha da. In: KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado* – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 412 p. 22.

TAZINAFFO, Lúcio Fellini. *Violência e ditadura militar: uma análise a partir das obras de Plínio Marcos e Roniwalter Jatobá*. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: EDUFPI, 2015.

Fontes hemerográficas

SILVA, Iracema Santos Rocha. *Fica ou sai?* Estado do Piauí, 22 jan.1967. N-914, p.1.

GUARNIÇÃO FEDERAL DO PIAUÍ. Nota. *O Dia*, Teresina, 3 abr. 1964, n. 1267, p. 1.

O OUTRO LADO DA OPERAÇÃO LIMPEZA, *O Dia*, Teresina, 19 abr. 1964, n.1220, p.1.

ROCHA, Iracema Santos. *Comentários e Políticos*. Folha do Litoral. Parnaíba, 14 jun.1962.

MENDES, Simplício de Sousa. *Reformas Pistoleiras*. Folha do Nordeste. Teresina. 25, abril. S/D, p.4, 25 abril. 1963.

Fontes oficiais e confidencias

BRASIL. Congresso, Constituição do Brasil, op. Cit., p.

286. Lei de Imprensa, n °. 5.250 de 09/02/1967. In: KUSH-NIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Jornalistas dos principais Órgãos de Imprensa da Área. N°82t-AC/SNI/SS19. 20 fev.1970. Confidencial. SIAN.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Jornalistas com antecedentes negativos dos principais órgãos de imprensa do Ceara e Piauí. N°15119/UU/AC/ SS-19. 7 fev. 1972. Confidencial. SIAN.

14

**"É hora de salvar o Piauí":
análise das representações
sobre o Piauí na revista O
Cruzeiro (1964-1969)**

*Joel Marcos Brasil de Sousa Batista
Francisco de Assis de Sousa Nascimento*

AS LAVADEIRAS DO PARNAÍBA

(sem o distorcer da poesia...)

REPORTAGEM DE WALTER LUIZ TEXTO DE JAIR MARTINS BASTOS



Paulista não acredita. Carioca acha que é o fim do mundo. Cearense diz que é um lugar onde a bandeira é um couro de bode amarrado na ponta de uma vara. Mas o repórter Carlos Azevedo e o fotógrafo Luigi Mamprim pegaram um jipe e viajaram dois mil quilômetros, atravessando campinas e caatingas para mostrar que O PIAUÍ EXISTE (Azevedo, abril de 1967, p. 45).

// O Piauí existe!" foi o título de uma série de reportagens de oito páginas sobre o estado do Piauí, publicada pela revista *Realidade* na edição de Abril de 1967 de propriedade da Editora Abril, sediada em São Paulo. Essa reportagem foi marcante para os piauienses, pois, apesar de denunciar a pobreza e as mazelas sociais do estado, seu tom "jocoso" e "debochado", com foco na situação de miséria e penúria a que a população piauiense estava submetida, foi considerado pelos leitores locais como uma afronta e um deboche à realidade do Piauí, como se o estado fosse uma "piada" nacional. Em sinal de protesto e indignação, exemplares dessa edição da revista foram queimados em praça pública em Teresina por alunos da Faculdade de Direito do Piauí e da Faculdade Católica de Filosofia (Tavares, 2018, p. 21-22).

Esse episódio traz à tona as produções e as recepções das representações sobre determinado espaço social. De acordo com Roger Chartier, as percepções sociais não são, de maneira alguma, discursos neutros, visto que produzem estratégias e práticas que têm como objetivo "impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas" (Chartier, 2002, p. 17).

Nesse sentido, as representações produzidas por um veículo de comunicação de circulação nacional e externo

ao estado trazem visões e percepções sobre o Piauí que disputam e se contrapõem às representações do estado elaborado pela elite intelectual piauiense, influenciando a maneira como setores esses se veem, se percebem enquanto piauienses e atribuem significados à sua identidade.

Entre as décadas de 1950 e 1960, o estado do Piauí enfrentou uma crise econômica decorrente do declínio da economia extrativista. Além disso, não passou por um processo de urbanização e industrialização durante o governo de Juscelino Kubitschek, representando apenas 0,4% do PIB nacional, com aproximadamente 82% da população analfabeta e 84% dispersa em fazendas rurais de grandes proprietários de terra. Por ser socioeconomicamente frágil e dependente do governo federal em comparação com outros estados da União, difundiu-se nos meios de comunicação nacionais a imagem do Piauí como o “estado mais pobre da Federação” (Oliveira, 2020, p.202-203).

Neste trabalho, analisamos os usos políticos das representações sobre o Piauí, construídos pelos setores das elites econômicas e políticas do estado, que fundamentavam a imagem de um Piauí pobre e esquecido. Por força da circulação em veículos de comunicação de massa de circulação nacional, tais representações foram rejeitadas e criticadas pela imprensa local e pelos políticos piauienses.

A revista escolhida para a análise foi a revista *O Cruzeiro* que foi lançada em 1928 pelos *Diários Associados*⁸⁹, de propriedade de Assis Chateaubriand⁹⁰, e nasceu com a proposta de ser uma revista semanal e ilustrada. A partir da década de 1940, tornou-se uma das revistas mais con-

89. Diários Associados foi um conglomerado de mídia do Brasil, fundado em 1924 por Assis Chateaubriand, que, no seu “auge”, reunia 90 empresas jornalísticas, entre elas 9 emissoras de TV e 28 de rádio.

90. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (1892-1968), mais conhecido como Assis Chateaubriand e Chatô, foi um empresário, jornalista e político dono de um império jornalístico, proprietário dos *Diários Associados*, possuía forte influência na política.

sumidas no Brasil e foi uma das precursoras da introdução da fotorreportagem, ou seja, um modelo de narrativa jornalística que se centrava no desenvolvimento de história através de fotografias (Guedes, 2014, p. 137).

Escolhemos analisar essa revista em específico por ser de circulação nacional e por ter gerado reações nas elites políticas e nos setores intelectuais, especialmente quando abordava o estado do Piauí. O foco nas reportagens sobre a pobreza e as mazelas sociais do estado levou as suas representações a serem reapropriadas pelos políticos locais, com o objetivo de chamar a atenção da imprensa nacional para o desconhecimento do Piauí e reivindicar mais melhorias para o governo federal.

O artigo foi dividido em duas partes: na primeira, analisamos o contexto socioeconômico do estado do Piauí durante as décadas de 1950 e 1960, como os políticos piauienses representavam e difundiam nos jornais locais o cenário de crise econômica e de pobreza do estado, além das estratégias utilizadas por esses políticos para se legitimarem politicamente nesse contexto. No segundo tópico, abordamos como a representação do Piauí como um estado pobre e esquecido, difundida pela revista *O Cruzeiro*, quais foram as reações e reapropriação da enunciação da pobreza no Piauí na imprensa local durante o governo Helvídio Nunes de Barros (1967-1970).

A “invenção” do Piauí: a representação do Piauí pobre e esquecido na imprensa piauiense

A exemplo das atividades econômicas da região Nordeste, o setor agroexportador foi o principal indicador e regulador das atividades produtivas do estado do Piauí. Após o declínio do ciclo da pecuária no final do século

XIX, este foi substituído pelo extrativismo vegetal, especialmente na exploração da cera de carnaúba, do babaçu e da borracha maniçoba. Segundo Felipe Mendes, entre as décadas de 1930 e 1945, a produção extrativista do Piauí correspondia a 42,5% da produção extrativista do Nordeste e a 22% da produção do Brasil. No entanto, essa riqueza não beneficiou a população, resultando em uma geração de renda concentrada nas mãos dos grandes proprietários de terra, que buscavam manter inalterado o status quo (Mendes, 2019, p.187).

Após o fim da 2ª Guerra Mundial, a economia piauiense, baseada no extrativismo vegetal, entrou em crise. Isso ocorreu devido à queda nos preços dos produtos dessa atividade, que perdeu espaço no mercado internacional, além da crescente competitividade do mercado extrativista em outros estados do Brasil. Esse cenário desencadeou uma crise econômica no estado, resultando em sua estagnação. Na década de 1950, o Piauí possuía 1.046.669 habitantes, dos quais 84% viviam na zona rural. O estado era marcado pelo analfabetismo, pois, de cada quatro moradores, três eram analfabetos. Além disso, o Piauí era o estado com a menor renda per capita do Brasil e enfrentava sérios problemas sociais (Oliveira, 2020, p. 202).

A situação de pobreza não foi negligenciada pelos jornais locais, que funcionavam como porta-vozes dos partidos políticos e dos grupos que os financiavam. Esses jornais desempenhavam o papel de fomentadores e difusores da representação da pobreza piauiense e de seu esquecimento por parte do governo federal. Essas representações se tornaram recorrentes em 1952, durante as comemorações do centenário de Teresina, capital do estado do Piauí, quando se lamentava a situação da cidade em comparação com outras capitais, além da ausência de

investimentos do governo federal nas celebrações. Veja-mos:

Assim, Teresina poderá transformar-se, no futuro, num centro comercial de primeira ordem, e resolvidos os problemas atinentes à seca e à eletrificação do Nordeste, não é demais prever para ela, também, um radioso destino de cidade industrial, em face das esplêndidas facilidades de comunicação, já escritas, e da navegabilidade do rio Parnaíba que se pode, com facilidade tornar extremamente favorável. Tudo isto, que corresponde, de certo, aos melhores votos de seu fundador, pode parecer miragem nos dias atormentados de hoje, com um Piauí empobrecido pela derrocada dos seus produtos de exportação, dividido, a mais não poder, pelas dissensões políticas e como nenhuma outra unidade da Federação, desamparada pela alta administração da República que dêle só se recorda para rasteiras e manobras de corrilho (Rêgo, 23 ago. de 1952, p. 8).

Na representação produzida por José Fernandes Rêgo no jornal *A Luta*⁹¹, em decorrência do centenário de Teresina, é lamentada a situação da capital, que, aos cem anos de sua fundação, ainda não possuía desenvolvimento industrial e comercial, além de sofrer com problemas relacionados à falta de energia elétrica e à seca. O autor, nesse sentido, aproveita o contexto das comemorações para destacar e lamentar a situação de Teresina, difunde os problemas causados pelo empobrecimento do estado do Piauí e critica a falta de amparo do governo federal.

As enunciações na coluna opinativa escrita por José Fernandes Rêgo abordaram o Piauí como um estado empobrecido e desamparado pelo governo federal, e não podem ser interpretadas como palavras aleatórias e inocentes. Elson de Assis Rabelo denomina esse fenômeno de “nordestinização do Piauí”, ou seja, um conjunto de enunciados que operam para associar as espacialidades

91. *A Luta* foi um jornal semanário de curta duração de Teresina que teve 12 números, circulando no ano de 1952 em decorrência da comemoração do centenário da fundação de Teresina. Era um periódico de viés intelectual, dirigido por José de Arimathéa Tito Filho, tendo como redatores: Fabrício de Arêia Leão, Francisco Cunha e Silva e Lino Correia Lima. In: Pinheiro Filho (1997).

piauienses à identidade nordestina, vinculando o Piauí ao abandono, à pobreza e ao esquecimento (Rabelo, 2008, p. 16).

Como salienta Durval Muniz de Albuquerque Júnior, as identidades não podem ser consideradas naturais e homogêneas; elas são construções mentais, conceitos abstratos e sintéticos que buscam dar conta de uma generalização realizada por intelectuais a partir de uma variedade de experiências e sentidos vividos pelos sujeitos que compõem determinado grupo social. O autor defende que as referências a uma nação, região, estado ou cidade não são espelhos da realidade, mas sim criações que as institucionalizam, tornando-as uma “verdade” cristalizada no imaginário dos sujeitos, sejam estes de dentro ou de fora desses espaços (Albuquerque Júnior, 2011, p. 38).

De acordo com o autor, a representação do Nordeste e do nordestino miserável, seja na imprensa ou nos vínculos cotidianos, não é um discurso aleatório, mas compõe noções de verdade inerentes a um sistema de forças constitutivo, sendo invenções determinadas pelas relações de poder e pelo saber correspondente a elas. O Nordeste foi uma representação inventada e difundida por amplos sujeitos, sendo influenciada e defendida pelas elites nortistas, que se sentiam desprestigiadas e com seu prestígio e influência política reduzidos após o deslocamento do centro econômico para a região Sul (Albuquerque Júnior, 2011, p. 81-82).

De acordo com Elson de Assis Rabelo, a produção das espacialidades piauienses e sua inclusão na identidade regional nordestina são práticas entrecruzadas. Embora estejam em direções distintas, a invenção do Piauí foi entreposta à identidade nordestina como um espaço abandonado e esquecido no campo da linguagem, com o objetivo de enunciar um estado pobre que necessitava

de ajudas e verbas governamentais. A segunda direção, relacionada à primeira, estava voltada para as atividades econômicas, políticas e intervenções estatais, com o intuito de desenvolver esse estado pobre e abandonado por meio de ações governamentais (Rabelo, 2008, p. 16).

Ou seja, a representação de abandono e esquecimento do Piauí está associada a uma estratégia discursiva das elites piauienses, que buscavam barganhar verbas financeiras e poder político em meio a uma situação desfavorável, resultante da crise da economia piauiense, baseada na exploração da cera de carnaúba e do babaçu. Podemos perceber os alertas alarmantes de deputados e senadores quanto à necessidade de investimentos de verbas federais no Piauí, diante de sua condição financeira precária:

Visivelmente empolgado o Senador Leônidas falou durante vinte minutos sobre a situação dramática, melhor dizendo, quase trágica em que se debate o Piauí". Disse ser o Piauí o Estado "mais pobre, mais esquecido, mais abandonado, mais desprezado pelo Governo Federal" (Piauienses não querem ..., 07/03/1959, p. 3).

O discurso transcrito no jornal parnaibano *Gazeta do Piauí*⁹², sobre o discurso do senador Leônidas Melo, está no contexto das petições e reivindicações do governo estadual de Chagas Rodrigues, inspirado pela conjuntura nacional de euforia do desenvolvimentismo do governo Juscelino Kubitschek, a criação da chamada Operação Piauí, em alusão à Operação Nordeste. O objetivo dessa iniciativa era conseguir apoio governamental para a execução de demandas infraestruturais que exigiam um capital público considerável.

O discurso do senador Leônidas Melo enfatiza e difunde a representação do Piauí, utilizando o advérbio de

92. *Gazeta do Piauí* foi um periódico parnaibano que circulou no estado do Piauí entre 1955-1960. O veículo de comunicação era vinculado ao partido trabalhista do Piauí.

intensidade “mais” para destacar como o estado é pobre, esquecido, abandonado e desprezado pelo Governo Federal. Essa estratégia serve para direcionar a culpa pelo subdesenvolvimento do Piauí, não aos políticos e grupos governantes, mas ao suposto descaso do Poder Público com a situação do estado. Nessa representação, percebemos o uso de enunciados que evidenciam a pobreza piauiense como uma forma de justificar a necessidade de apoio governamental às medidas e reivindicações da chamada Operação Piauí.

Inclusive, os jornais piauienses foram veículos de comunicação utilizados pelos políticos e seus aliados justamente para criticar e condenar o que, para seus escritores, representava a exclusão e o desconhecimento do Piauí quanto aos investimentos necessários para o seu desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à forma como o problema da seca era tratado nos outros estados nordestinos:

A imprensa do Rio e de outros Estados preocupa-se exclusivamente, quando trata do problema da seca do Nordeste, com a situação calamitosa do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, como se os outros estados nordestinos inclusive o Piauí, não fôsem atingidos também pelo terrível flagelo das irregularidades climáticas. Os próprios poderes federais. Os próprios poderes federais fazem côro ao que dizem os jornais, pelo que prestam aos três Estados aludidos toda espécie de ajuda material, enviando até gêneros alimentícios aos flagelados, enquanto para o Piauí mandam apenas migalhas, e assim mesmo por insistências de alguns representantes federais nossos, cujos esforços são louváveis na defesa dos interesses da terra piauiense (Silva, 21/12/1958, p. 1).

Na representação produzida pelo escritor Francisco da Cunha e Silva no periódico *O Dia*, há, como notamos, uma crítica à exclusão do Piauí dos auxílios federais destinados aos flagelados pela seca no Nordeste. Na visão do autor, o Piauí é negligenciado pela imprensa do Rio de Janeiro, que, em seus periódicos, foca apenas na situação

dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, como se o Piauí não sofresse com a seca. De acordo com Cunha e Silva, o estado não recebe auxílios significativos para combater a seca, recebendo apenas “migalhas”.

A representação crítica não apenas a desconsideração do Piauí como um local afetado pela seca do Nordeste, mas também a exclusão do estado do polígono da seca. A difusão da maneira como a seca afeta as terras piauienses faz parte da formação de uma reivindicação, com o objetivo de garantir verbas federais para as gestões estaduais e municipais, a fim de implementar formas de combater os males causados pela irregularidade climática. Além disso, exalta os parlamentares piauienses que defendem os interesses do estado, especialmente na busca pela aplicação de recursos federais.

Segundo Elson de Assis Rabelo, os enunciados jornalísticos que abordam os conceitos de esquecimento, abandono e atraso visavam a retratar o Piauí como resultado das más administrações estaduais — especialmente quando o jornal é alinhado a grupos políticos de oposição — e da negligência do governo federal diante da situação de pobreza social. Esse discurso contribui para consolidar a identidade do estado como um local necessitado de verbas federais para seu desenvolvimento (Rabelo, 2008, p. 44-45).

Embora a pobreza piauiense tenha sido tratada por políticos e escritores dos meios de comunicação locais como algo superdimensionado e onipresente, não se pode desconsiderar que ela era real e amplamente vivenciada pela população. Esse quadro resultava das raízes históricas da formação de grandes latifúndios destinados à criação de gado, sob o domínio de poucos proprietários, além da dependência e do controle sobre os bens materiais dos trabalhadores, que estavam subordinados

ao fazendeiro. A limitada oferta de empregos nas cidades piauienses, com o setor público sendo o maior empregador do período, também contribuía para a manutenção dessa situação de pobreza (Oliveira, 2020, p. 203).

A utilização da pobreza e do esquecimento nos discursos sobre o estado do Piauí, dentro do contexto de crise e estagnação econômica, configura uma “cultura política” adotada pelos políticos piauienses. Esses discursos retrataram o estado como abandonado e empobrecido, com o objetivo de se legitimar politicamente perante a população, transmitindo a mensagem de que irão promover o desenvolvimento do Piauí e conquistar verbas federais para seus projetos e planos políticos.

Contudo, as reações dos jornalistas e políticos piauienses eram ambíguas quando a situação de pobreza e penúria da população piauiense eram representadas pela imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo. Os políticos e jornalistas locais criticavam a mídia do Sul, acusando-a de desconhecer o Piauí, associando-o exclusivamente à miséria e negligenciando as políticas desenvolvimentistas implementadas pelo governo estadual em parceria com o governo federal (Rabelo, 2008, p.45).

“O Piauí não é o único local miserável”: a representação do Piauí na revista *O Cruzeiro* durante a ditadura militar

Nos primeiros anos da ditadura militar, a representação do estado do Piauí como um ente da federação pobre e esquecido intensificou-se na grande imprensa nacional, utilizando uma linguagem denunciativa e folclorizada, muitas vezes com o uso de humor, para explorar as desigualdades e as diferenças em relação aos estados das regiões Sudeste e Sul. Essa representação, especialmente

nas revistas de ampla circulação, gerou fortes reações no meio político e na imprensa piauiense.

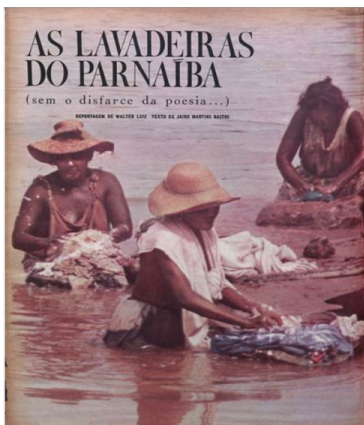
As revistas são veículos de comunicação com uma linguagem distinta dos jornais impressos, com a apresentação de uma escrita acessível e agradável, acompanhada de uma diagramação que privilegia o uso de imagens e fotografias. Além disso, o conteúdo é diversificado para agradar a múltiplos leitores. Como empresas editoriais voltadas para o lucro, as revistas desempenham uma função estratégica: “diante do relativamente míngua público leitor/consumidor, o sucesso do negócio revista dependia de se conseguir ampliar ao máximo os possíveis interessados, daí o recurso a uma rubrica ampla, que permitia incluir de tudo um pouco” (Luca, 2008, p. 122).

As revistas, apesar de apresentarem variedade, também possuem públicos bem definidos, especialmente aquelas com temáticas e gêneros específicos. Na busca por atrair novos consumidores, especialmente a juventude, utilizaram recursos pouco comuns no jornalismo da época, como a reportagem com o auxílio de fotografias, centrando a narrativa nas imagens. Esse recurso foi amplamente explorado pela revista *O Cruzeiro* a partir da década de 1940. O formato da narrativa popularizou pelos segundo Nicoli Glória de Tassis Guedes por “remeter aos valores de desenvolvimento e modernidade tão apregoados naquele momento no país” (Guedes, 2014, p. 137).

O conteúdo das reportagens exploradas pelas revistas de consumo, como *O Cruzeiro*, era variado, abordando temas que refletiam os ideais de modernidade, desenvolvimento e a exploração de um Brasil pouco conhecido, com foco nos males e desigualdades sociais que afetavam os estados considerados periféricos, especialmente os do Nordeste. O Piauí foi alvo de uma reportagem produzida por Walter Cruz e escrita por Jairo Martins Mato, intitulada

As Lavadeiras do Rio Parnaíba.

Figura 1: As lavadeiras do Rio Parnaíba



Fonte: (Bastos, 29 de maio de 1965, p. 6-15).

A reportagem produzida pelo repórter Walter Cruz, com 10 páginas, na revista *O Cruzeiro*, destaca o cotidiano e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que exerciam a profissão de lavar roupas no Rio Parnaíba. Através de recursos imagéticos, a reportagem explora os rostos sofridos dessas mulheres, a passagem dessa atividade árdua de geração em geração, evidenciando a situação de pobreza e miséria. O trabalho coletivo das lavadeiras também é enfatizado, assim como a ausência de perspectivas para a melhoria das condições de vida dessas trabalhadoras, que dependem da lavagem de roupas com a água do Rio Parnaíba como sua principal fonte de sustento.

Nos seus enunciados, a reportagem destaca que “Mais que poesia, as lavadeiras do Parnaíba aparecem como cartão-postal de uma região tãda a afundada na

pobreza e que espera desenvolver-se com o País” (O Cruzeiro, 29 de maio de 1965, p. 14). A pobreza e a miséria são tratadas de maneira exagerada no texto jornalístico, como se fossem características intrínsecas do estado do Piauí. O cotidiano das lavadeiras do Rio Parnaíba é apresentado como um exemplo da situação atrasada e subdesenvolvida do estado, em contraste com o cenário urbano e industrial que se desenrolava no Sul do país. Vejamos:

Para quem as vê pela primeira vez, as lavadeiras do Rio Parnaíba constituem um espetáculo daquilo que se convencionou chamar de ‘beleza pitoresca’. Fazem um espetáculo ‘diferente’. Entretanto, há todo um clamor de uma região subdesenvolvida escondido no destino que acompanha cada uma delas: as lavadeiras do Parnaíba são gente acorrentada pela pobreza às águas do rio (Bastos, 29 de maio de 1965, p. 8).

De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior, as narrativas de viagem de sujeitos que não pertencem ao espaço geográfico em questão criam uma série de imagens e enunciados que expressam o estranhamento e o desencontro com suas expectativas e as visões que possuíam da terra (Albuquerque Júnior, 2011, p. 58). Isso significa que os sujeitos, ao falarem de um lugar, baseiam suas observações e interpretações nas experiências adquiridas em seus próprios contextos sociais, cujas visões de mundo, opiniões e juízos de valor são influenciados pela realidade social em que vivem.

Nesse sentido, o repórter vê o cotidiano e a realidade social das lavadeiras piauienses como algo estranho ao seu ambiente, considerando a situação socioeconômica delas como reflexo do atraso e da pobreza de um estado imerso no subdesenvolvimento. Ele apresenta o sofrimento das lavadeiras como um “clamor” de um estado que aguarda a chegada do desenvolvimento, uma perspectiva que entende o progresso e a civilização como resultantes do processo de industrialização ocorrido no Sul do país,

colocando-o como o padrão a ser seguido pelos estados das demais regiões.

De acordo com Elson de Assis Rabelo, embora o discurso sobre a pobreza e miséria piauiense fosse aceito socialmente pela população, isso não significava que ele fosse bem recebido quando divulgado e representado por outros sujeitos, especialmente em veículos de comunicação externos. Para políticos e intelectuais, a forma exagerada de abordar a situação de penúria social, resultante do subdesenvolvimento do estado, era vista com críticas (Rabelo, 2007, p. 49). A reportagem *As lavadeiras do Rio Parnaíba* gerou repercussão entre os piauienses, como no caso de Francisco Leandro de Sousa, que enviou uma carta criticando a forma como os repórteres representaram o Piauí. Na publicação, lemos o seguinte:

Será que os srs não têm o que fazer? Por que não procuram outro assunto? Já cheguei à conclusão de que enquanto houver mentalidade atrasada como a dos dois coitados que fizeram a reportagem, só se verá o lado ruim tanto do Piauí como de todo o Nordeste. Por que não falam da miséria na Guanabara onde milhões de sêres humanos vivem em pobres favelas, sem o menor asseio, enquanto outros dormem nas calçadas, debaixo dos viadutos etc. [...]. Os Srs. são muitos é linguarudos e primam pela publicação de coisas exageradas e mentiras em profusão e eu lhes digo porque – em vez das lavadeiras, poderiam ter falado de grandes obras que graças a Deus e ao Govêrno se realizam no Piauí: a construção da Hidrelétrica de Boa Esperança é uma delas e a mais significativa, tanto para o Piauí como para o Maranhão. [...]. Não preferiram falar da miséria, como se miséria fôsse uma particularidade do Piauí. Miséria ao cubo, miséria a quadrado, miséria vêzes miséria, miséria somado miséria, dividida por miséria, multiplicada por miséria e outras misérias mais. [...] (Sousa, 25 de julho de 1965, p. 10).

A representação é uma carta-resposta do piauiense identificado como Francisco Leandro de Sousa, residente na época em Belo Horizonte, onde exercia função na Câmara de Vereadores do município. Ele criticava a revista *O Cruzeiro* pela reportagem sobre as lavadeiras do Rio Par-

naíba. Essa mensagem foi transcrita na íntegra pelo jornal *O Dia*, com o título *Piauiense também quer saber das coisas boas do Piauí*. No texto, o piauiense critica a forma como o repórter e o redator do artigo representaram a situação de miséria do estado do Piauí, como se fosse uma particularidade do estado, ignorando a existência de problemas sociais nos demais estados da federação.

O autor questiona o porquê de, na reportagem, ser destacada apenas a miséria do estado, representada pela situação de vida das lavadeiras do Rio Parnaíba, sem mencionar as obras que visam o desenvolvimento do Piauí, como a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança ou o crescimento da cidade de Teresina, sendo mantida na reportagem o foco na extrema pobreza. O piauiense critica a homogeneização estereotipada que é feita do Piauí em relação à miséria, como se o estado fosse resumido às suas mazelas sociais.

De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior, o discurso estereotipado surge de uma caracterização rápida e indiscriminada, expressa em poucas palavras, que reduz um grupo social diferente a características negativas superficiais e sem profundidade, constituindo e instituindo “[...] uma forma de ver e dizer o outro que dá origem justamente a práticas que o confirmam ou que o veiculam, tornando-o realidade, à medida que é incorporado, subjetivado” (Albuquerque Júnior, 2017, p. 13). Em outros termos, quando o estereótipo é repetido com frequência, pode ser normalizado, internalizado e subjetivado pela sociedade, afetando a maneira como seus membros veem o “outro”.

Francisco Leandro de Sousa se incomodou com o Piauí sendo associado aos enunciados sobre miséria e pobreza, como se essas características fossem a principal identificação do estado. Nesse sentido, a pobreza

piauiense era repetida como um estereótipo, com um caráter metonímico, selecionando uma parte para representar o todo. Isso pode ser observado na reportagem da revista *O Cruzeiro*, que utilizou as lavadeiras do Rio Parnaíba como se fossem a prova e o reflexo de um estado pobre e assolado pela miséria, enquanto negligenciava e apagava outros aspectos do Piauí. Esse ponto foi reivindicado pelo piauiense em sua carta, que foi reproduzida pelo periódico *O Dia*.

No ano de 1969, as crônicas escritas por Nelson Rodrigues⁹³ também causaram reação dos piauienses pelo tom debochado referente à surpresa de o Piauí realmente existir. A revista *O Cruzeiro* publicou, ainda, uma outra reportagem, com o título “*É hora de salvar o Piauí*”⁹⁴, de autoria de Cláudio Renato Kuck e José Araújo, referente à viagem que fizeram no estado do Piauí. De acordo com Elson de Assis Rabelo, a matéria apresentava os aspectos da economia, saúde e as condições socioeconômicas dos piauienses. Contudo, devido à linguagem utilizada e à maneira como a pobreza era representada, a reportagem foi percebida pelos piauienses como um deboche, um exagero e uma abordagem superficial que não refletia a realidade do estado do Piauí (Rabelo, 2007, p. 51).

A reportagem *É hora de salvar o Piauí* causou forte reação na imprensa piauiense, especialmente pela imagem de pobreza superdimensionada, apresentada como se fosse um problema exclusivo do estado, e não de outros estados do Nordeste e da região Norte. Como res-

93. Nas *Confissões de Nelson Rodrigues* escrita no jornal *O Globo*, no ano de 1969, entre os meses de março-maio, o dramaturgo escreveu uma série de crônicas sobre a ausência de referenciais imagéticos espaciais que identificasse o estado do Piauí com o Brasil, abordando a sua falta de conhecimento sobre o estado.

94. Infelizmente não tivemos acesso à edição dessa reportagem – ela não está disponível na *Hemeroteca Digital*. Contudo, temos conhecimento de seu conteúdo, por causa das reações e respostas que tiveram na imprensa piauiense por causa dessa reportagem.

posta, a reportagem foi reproduzida pelo *Jornal do Piauí*, junto com uma carta escrita pelo Secretário de Planejamento do governo Helvídio Nunes, dirigida ao diretor da revista *O Cruzeiro*, conforme vemos a seguir:

Acredita a revista "O Cruzeiro" que o problema do sub-desenvolvimento, que não é só do Piauí, mas do Brasil, pode ser resolvido na base de apelos, de "é hora de salvar o Piauí?". Acha V. Sa. Que será mostrando que o temos de negativo que os senhores provocarão o afluxo de investimentos e o interesse dos empresários para o meu Estado? [...]. Se alguém desejar promover regiões sub-desenvolvidas, terá que vender o que elas têm de bom a oferecer: a infraestrutura, os seus produtos, os seus serviços, a sua localização, o seu crescimento, os seus custos de produção, a operosidade de seus governos, a nova mentalidade de seu povo, a presença do Poder Central, os incentivos que oferecem aos industriais e comerciantes, e assim por diante. Enfim, dar a conhecer aos de fora os pontos positivos de um Piauí, que não é tão diferente do resto do Nordeste e que, em termos relativos, não é mais miserável que o resto do País [...] (Oliveira, 04 de julho de 1969, p. 3).

No trecho da carta escrita por Manuel Emílio Burlamaqui de Oliveira, Secretário de Planejamento do governo Helvídio Nunes (1967-1970), percebe-se que a reportagem causou reações por parte das autoridades governamentais do estado, pois a imagem retratada do Piauí contrastava com a visão de desenvolvimentismo propagada pelo regime militar e pelo gestor estadual.

As críticas do secretário estadual destacam como a reportagem poderia trazer prejuízos ao estado, ao retratar o Piauí como um estado pobre e miserável. Na visão do autor da carta, essas enunciações poderiam causar a falta de interesse de investidores empresariais, devido à ausência de infraestrutura no estado, especialmente quando comparado aos demais estados da federação. O secretário ressalta que os repórteres poderiam ter destacado as potencialidades de crescimento econômico do estado, abordando a infraestrutura em construção, os serviços

oferecidos, a localização, a operosidade dos governos e as garantias financeiras que a administração estadual oferece aos industriais e comerciantes para investir no estado. Na visão do secretário, isso seria mais eficaz para atrair investidores do que divulgar a imagem de um estado empobrecido.

A pobreza do estado, embora não seja negada pelo secretário, é identificada no seu texto não como algo exclusivo do Piauí, mas como um desafio também enfrentado pelos demais estados da região Nordeste. Essa carta enviada à revista *O Cruzeiro* expressa a preocupação governamental da gestão estadual com a imagem do Piauí, veiculada pelos veículos de comunicação nacional, que poderia acarretar prejuízos financeiros ao estado ao divulgar a ideia de um local com poucas possibilidades de crescimento. Isso contrasta com a representação que o governo estadual estava tentando construir, amparada no ideal desenvolvimentista do regime ditatorial.

A reportagem foi inclusive utilizada como propaganda governamental pelo regime militar, por meio do pronunciamento do Ministro de Minas e Energia do governo ditatorial de Costa e Silva (1967-1969), para destacar as medidas governamentais implementadas com o objetivo de tirar o Piauí de sua condição de subdesenvolvimento:

Se o Piauí sofria do mal pertinaz de ser esquecido e relegado, posso afirmar que, até o fim dêste govêrno, êle terá mudado sua face. Só a Usina de Boa Esperança justificaria tal pretensão. Ela foi construída grandiosamente como um saldo de confiança no futuro do povo piauiense, pois seu sistema de transmissão está sendo implantado com os olhos fixos no desenvolvimento. [...]. Reportagem como esta de O CRUZEIRO trazem um grande benefício: alertar o povo e fornecer meios aos administradores para que dêem conta do seu trabalho. Quanto a isto, está tranquilo e confiante o govêrno Costa e Silva (Piauí: a Hora de Salvar, 12 de julho de 1969, p. 1).

No discurso do Ministro de Minas e Energia, Antônio

Dias Leite Júnior, transcrito pelo *Jornal do Piauí*, percebe-se a preocupação em utilizar a representação negativa do estado do Piauí difundida pela revista *O Cruzeiro* como propaganda governamental, destacando como era a situação do estado antes do governo Costa e Silva. O ministro salienta as obras realizadas pelo governo federal, como a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, e a potencialidade de recursos como urânio no subsolo piauiense e petróleo em seu litoral. Chama a atenção a forma como, no discurso, o ministro aponta que a reportagem da revista traz um grande benefício, além de alertar o povo, ao demonstrar o que precisa ser investido e trabalhado pelos administradores federais e estaduais.

Neste sentido, percebe-se que, ao contrário do governo do estado e da mídia piauiense, o ministro do governo ditatorial do marechal Costa e Silva via a reportagem e a enunciação da pobreza piauiense como uma forma de alertar a população e os governantes sobre os trabalhos que deveriam ser realizados, utilizando-a como propaganda política para legitimar o governo e seus projetos

Inclusive, no que diz respeito à propaganda e à divulgação de uma imagem positiva do Piauí para o Brasil, direcionada principalmente aos estados mais desenvolvidos, essa necessidade era reivindicada pelos jornais piauienses como essencial para atrair investimentos, devido às disputas entre parlamentares e governadores por incentivos fiscais e verbas financeiras para seus estados:

Para anular os efeitos maléficos de reportagens deste tipo o próprio governo deve financiar reportagens mostrando o Piauí com suas angústias e suas esperanças, com seus problemas e suas possibilidades. O governo tem que reservar anualmente verbas para propaganda do Estado e isto não pode mais ser encarado como despesa; a propaganda hoje em dia é um investimento. Este sistema de incentivos provocou uma verdadeira guerra, entre os Estados, por investimentos. O Piauí, precisa usar a arma da propaganda para projetar, perante os olhos

do empresariado e da população de outras regiões, a sua verdadeira imagem. No sul a ignorância sôbre tudo do nordeste é um fato e quem ler uma reportagem do tipo desta em foco fica crendo que o Piauí é exatamente o que nela foi mostrado, o que nós é tremendamente prejudicial (Freitas Neto, 16 de julho de 1969, p. 3).

Neste trecho, escrito por Antônio Freitas Neto na coluna *BATE PAPO COM O PIAUÍ*, são abordadas as consequências que poderiam advir da maneira como o estado era retratado pelas reportagens encomendadas pelos veículos de comunicação da região Sudeste. O autor destaca a importância de o Piauí investir em propaganda sobre seus aspectos e potencialidades para atrair recursos financeiros dos setores empresariais. Além disso, aponta que a política de incentivos fiscais do regime militar voltada ao empresariado em estados com potencialidades gera uma disputa entre os estados, na construção de sua representação de desenvolvimento com a finalidade de atrair investidores.

A representação do Piauí como um estado pobre, divulgada pela revista *O Cruzeiro*, afetaria o estado, especialmente no que diz respeito à dificuldade dos políticos piauienses em atrair investidores da iniciativa privada para instalarem suas empresas no Piauí, bem como em conseguir recursos federais aprovados para o crescimento do estado. A partir da análise dos periódicos *O Dia*, *Jornal do Piauí* e *O Liberal*, observamos que, como reação a essas representações negativas, o governador Helvídio Nunes de Barros procurava divulgar na imprensa a imagem de um gestor desenvolvimentista, que realizava obras de infraestrutura visando a integração do estado, especialmente nos municípios interioranos, com foco na urbanização e no crescimento comercial. Isso se verifica, por exemplo, no trecho que segue:

Cerca de 1500 obras de pequeno, médio e grande por-

te, compõem o elenco de realizações de um Governo, simples e modesto, que superou a todos os recordes. Mil e quinhentos quilômetros de novas estradas, integração de todo o território piauiense, rêdes padronizadas de distribuição de energia elétrica, eletrificação rural, 2.697 casas populares, 92 novas salas de aula, ligação por microondas das 46 principais cidades do Piauí, fomento à indústria, crédito fácil, serviços de abastecimento d'água e esgotos sanitários, incremento da agricultura e da pecuária, hospitais e postas de saúde, assistência social e preparação de mão de obra especializada, Reforma Administrativa, açudes e barragens, estradas de penetração, pontes e pontilhões, comissariados de política, charizes e lavanderias, estádios para Fórum e quadras de esportes, são serviços públicos que fazem o Governador Helvídio Nunes merecedor de confiança e de respeito de todos os piauienses (Mais de Mil Obras..., 12 de julho de 1969, p. 1).

Essa representação difundida pelo jornal *O Dia* foi escrita durante o aniversário dos três anos de governo de Helvídio Nunes⁹⁵. O texto não foi exclusivo, estando presente tanto no *Jornal do Piauí* quanto no *O Liberal*. Nele, podemos perceber o destaque para o aspecto desenvolvimentista da gestão estadual, salientando as obras realizadas e os tipos de intervenções feitas. Os jornais piauienses representaram as viagens do governador ao interior do Piauí, inaugurando estradas, prédios, escolas e outras realizações com investimentos públicos, com a intenção de divulgar a imagem de um Piauí diferente, principalmente nos municípios interioranos, onde havia considerável crescimento urbano e comercial.

Acreditamos que as representações sobre as realizações do governador, difundidas pela imprensa, expressam o apoio ao governo estadual, atuando como uma ferramenta com viés propagandístico. Ademais, o empenho do governador em divulgar suas obras públicas, especialmente as relacionadas à infraestrutura, era uma maneira

95. Durante a ditadura militar nos aniversários de governo dos gestores estaduais e municipais, os periódicos piauienses que eram favoráveis ao governo, possuíam a tendência de fazer cadernos especiais com mais de 12 páginas, divulgando as obras e realizações feitas pelos governadores e prefeitos.

de contrapor as representações difundidas pelos veículos de comunicação nacional, que, ao abordarem o estado do Piauí, o vinculavam à pobreza e ao subdesenvolvimento.

Considerações finais

Percebemos que a utilização da enunciação da pobreza pelos jornalistas e políticos piauienses na década de 1950, na imprensa local, possuía um viés denunciativo, com a finalidade de inserir as mazelas sociais do Piauí no contexto do Nordeste, evidenciando, conseqüentemente, a necessidade de superar a situação de subdesenvolvimento por meio de auxílio financeiro e planejamento federal. Por outro lado, a enunciação da pobreza, quando propagada pelos veículos de comunicação externos, gerava reações no estado do Piauí, principalmente devido ao foco na pobreza e no subdesenvolvimento.

Essa ambiguidade por parte dos políticos e dos escritores dos periódicos piauienses surge como uma forma de defender a imagem do seu estado quando é retratado negativamente por alguém de 'fora'. Além disso, as representações, especialmente as reportagens realizadas pelas revistas, ao abordarem o estado do Piauí, faziam uso de uma linguagem humorística e irônica, repleta de estereótipos e com uma visão superdimensionada da pobreza piauiense. O não enquadramento das notícias que abordavam o Piauí como um estado pobre e esquecido pela grande imprensa, dentro dos propósitos políticos dos piauienses, gerava reações que visavam evidenciar um estado empobrecido, mas com possibilidades de desenvolvimento por meio da ação dos gestores estaduais e do auxílio federal.

A representação da pobreza do Piauí divulgada pela

revista *O Cruzeiro*, nesse sentido, gerava reações dos piauienses, pois, apesar de a pobreza e o esquecimento do estado serem frequentemente enunciados e representados nos jornais locais e na tribuna política pelos parlamentares e gestores, o fato de ser um veículo de fora do estado e sem vinculação com a “cultura política” local prejudicava os políticos piauienses. Esses, ao buscar apresentar a imagem de um estado pobre em processo de desenvolvimento, dependiam da visibilidade para conseguir verbas, auxílios financeiros e investimentos do governo federal e de empresários.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste: e outras artes*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Preconceito contra a origem geográfica de lugar: as fronteiras da discórdia*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Alég (Portugal): DIFEL, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. 3 ed. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 1998.

GUEDES, Nicoli Glória De Tassis. *Três modos de ser revista: jornalismo e cotidiano em O Cruzeiro, Realidade e Piauí*. Tese (Doutorado em Comunicação): Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 214.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate historiográfico. *Tempo & Argumento*: Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 114, jan./mar. 2018.

RABELO, Elson de Assis. *A História entre Tempos e Contratempos*: fontes de Ibiapina e a obscura invenção do Piauí. Dissertação (Mestrado em História): UFRN, Natal, 2008.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. 3 ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da terra ao céu*: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Teresina: Cancioneiro, 2020.

LUCA, Tania Regina de. História, dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.111-154.

TAVARES, Zózimo. *Alberto Silva*: uma biografia. 2 ed. Teresina: Bial Editor, 2018.

Fontes hemerográficas

AZEVEDO, Carlos. O Piauí existe! *Realidade*: São Paulo, Editora Abril, ano 2, nº13, p.45. Abril de 1967.

BASTOS, Jairo Martins. As lavadeiras do Parnaíba (sem o disfarce da poesia). *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, p.6-15, 29 de maio de 1965.

Carta a "O Cruzeiro". *Jornal do Piauí*. Teresina, ano XVIII, nº3.022, p.3. 4 jul.1969.

FREITAS NETO, Antônio. Piauí: a Hora de Salvar Já Chegou. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano XVIII, nº3.028, p.1, 12 jul.1969.

KUCK, Cláudio Renato Kuck; ARAÚJO, José. É hora de salvar o Piauí. *O Cruzeiro*: Rio de Janeiro, 3.jul. 1969.

Mais de Mil Obras em Apenas Três Anos de Governo. *O Dia*. Teresina, ano XIX, nº2803, p.1, 12 set. 1969.

Piauí: a Hora de Salvar Já Chegou. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano XVIII, nº3.028, p.1, 12 jul.1969.

PIAUIENSE também que saber das coisas boas do Piauí. *O Dia*. Teresina, ano XV, nº1664, p.10, 25.jul.1965.

Piauienses não querem que seu Estado continue sendo "primo pobre": lançam OPI. *Gazeta do Piauí*. ano 5, nº4, p.4, 07 mar.1959.

RÊGO, José Fernandes. O centenário de Teresina. *A Luta*. Teresina, ano 1, nº8, p.8, 23 ago.1952.

SILVA, Cunha e. Migalhas ao Piauí. *O Dia*. Teresina, ano 8, nº 626, p.1, 21 dez.1958.

15

**O Gramma: curtição e
desbunde nas páginas do
jornalismo teresinense
(anos 1970)**

Carlos Alberto de Melo Silva Mota
Cláudia Cristina da Silva Fontineles



Mamãe, mamãe não chore [...]
Ser mãe é desdobrar fibra por fibra os corações dos
filhos

(Torquato Neto)

Em 1968 o poeta piauiense Torquato Neto compôs, em parceria com o baiano Caetano Veloso, a canção “Mamãe Coragem”. Essa música foi integrada ao álbum *Tropicália ou Paris et Circensis* na voz de Gal Costa, o disco-manifesto foi elaborado por um conjunto de artistas e marcou o nascedouro do movimento Tropicalista.⁹⁶ A letra de Torquato, acompanhada pela melodia de Caetano, tratava com melancolia sobre a partida de um filho para uma terra distante e a necessidade de uma mãe conter as lágrimas por sua ausência. Em grande medida, poderíamos imaginar que a música guardava conselhos do próprio Torquato a sua mãe, dona Maria Salomé, em razão da sua mudança para fora do Piauí enquanto os pais permaneciam em Teresina.

O poeta piauiense viveu em Teresina até o ano de 1958, mudando-se primeiramente para Salvador e em seguida para o Rio de Janeiro. Distante da terra natal, Torquato ingressou na faculdade de jornalismo e cultivou

96. “Aquilo que seria um ‘movimento tropicalista’, portanto, é na verdade um universo multifacetado, no interior do qual habitam inúmeras virtualidades. Estas virtualidades, em diferentes níveis de intensidade foram sendo capturadas pelo sistema como um movimento uno, condição em que passaram a habitar a opinião pública. Dentro dessa lógica, as diferentes e mais recentes versões sobre a tropicália a apresentam: (1) como uma revolução musical, cujo grande mérito teria sido, sob a liderança de Caetano Veloso, retomar a ‘Linha evolutiva da Música Popular Brasileira’, (2) como um relato das experiências e lembranças de Caetano Veloso, um popstar intelectual que, do alto de sua maturidade vital e artísticas pôde, em gestos proustinianos, redescobrir o tempo e instaurar a ‘verdade tropical e, ainda, (3) como o resultado de gestos nobres e isolados de intelectuais brasileiros, como Samuel Wainer, o fundador do jornal ‘Última Hora’, que ao descobrir na grande imprensa espaço para o “poder jovem”, oportunizou que as colunas como ‘Rodada Viva’ e ‘Geléia Geral’ formassem uma opinião favorável aos experimentos jovens.” Ver: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de Paupéria*: Torquato Neto e a invenção da Tropicália. Teresina: Editora Cancioneiro, 2023, p. 91.

novas amizades com sujeitos como Gilberto Gil, Caetano Veloso e Maria Bethânia. Torquato não chegou a concluir o curso de jornalismo, todavia atuou em vários periódicos na *front* da cultura, sendo que sua atuação mais marcante se deu no “jornal *Última Hora* carioca, no qual, entre o final de 1971 e início de 1972, escreveu a coluna *Geleia Geral*, que viria a se transformar, nesse período, em uma importante trincheira das manifestações artísticas de vanguarda na música, nas artes plásticas, nos cinemas e nas letras” (Castelo Branco, 2023, p. 46).

Mesmo longe de casa, Torquato permanecia presente como uma referência para os jovens piauienses que se aventuravam no mundo das letras e das artes. Em uma de suas visitas ao Piauí, no ano de 1971, o poeta concedeu uma entrevista para um grupo de jovens que começava a se arriscar no mundo do jornalismo alternativo.

O Paulo mandou uma carta, nesse tempo a comunicação era por carta, não tinha e-mail... Era uma carta, fazia a carta e esperava chegar, botava nos Correios... Aí ele falou assim “Edmar e Durvalino, tentem falar com Torquato - *ele era primo do Torquato* - que ele está indo pra aí”. Aí nós fomos atrás do Torquato para fazer uma entrevista para esse jornal do Camilo. A primeira entrevista do Torquato em Teresina está nesse jornal do Camilo. Fomos para a casa do Torquato, ele morava na Coelho de Resende, uma casa com uma varanda na frente. Ficamos lá, eu e Durvalino, a noite toda, bebemos um litro de cachaça para poder ficar mais alegres e fomos até de manhã conversando. Aí o Torquato – *acho que se sentiu preocupado* – disse assim: “Olha, deixa eu ler antes de publicar, não publica isso agora, segura”. Aí a gente foi pra casa e nem dormiu, passou o dia todinho tentando ouvir o gravador – *era a gente que fazia isso mesmo, na mão* – e levamos para ele. Depois ele disse assim: “Vocês têm informação mais que todo mundo no Rio de Janeiro, tá bom demais! E se vocês quiserem eu escrevo com vocês no jornal” – *ele se oferece para entrar no jornal* (Oliveira apud Mota, 04 jul. 2024).

Esse fragmento é um trecho de uma entrevista concedida por Edmar Oliveira a Carlos Mota em julho de 2024. Na ocasião, Edmar atuava como médico psiquiatra

radicado no Rio de Janeiro e rememorava aventuras juvenis dos anos 1970, período em que estava na faixa etária dos 20 anos e se envolvia como diretor de grupos jornalísticos alternativos. Edmar assinala que a paixão pelas letras surgiu durante a educação secundarista, quando, ao lado do seu amigo Durvalino, dirigia o jornal escolar *Mural do Diocesano*, o material era arena de confronto entre os amigos que discutiam sobre música e outras temáticas culturais. Nesses embates Edmar costumava defender a vanguarda da Música Popular Brasileira enquanto Durvalino tinha maior afinidade com a musicalidade de grupos como *The Beatles*.

Ao final do ensino secundário e início do preparatório para o vestibular, a dupla conheceria Paulo José – destacado na entrevista como primo de Torquato Neto – nas aulas de um cursinho. O grupo aproximou-se através da afinidade com a escrita, visto que o jovem Paulo produzia uma coluna de comunicação cultural no jornal *Opinião* de propriedade do professor Camilo Filho.⁹⁷

Edmar e Durvalino integraram-se ao projeto de Paulo José e passaram a produzir de forma conjunta a página de cultura dominical do jornal *Opinião*, os amigos reuniram-se por um curto período nessa atividade, até o momento em que Paulo José alça voo com destino a Brasília para fins educacionais. Mesmo distante, os amigos per-

97. Professor José Camillo da Silveira Filho ocupou os cargos de Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, Secretário de Finanças, Secretário de Agricultura, Secretário de Obras Públicas, Secretário de Educação e Secretário de Governo do Estado do Piauí. No magistério superior, exerceu os cargos de Professor de História da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Professor de Sociologia da Faculdade de Direito do Piauí e Professor do Departamento de Geografia e História da Universidade Federal do Piauí, IES em que exerceu os cargos de Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras, Assessor Jurídico e Reitor, este por mais de seis anos. José Camillo da Silveira Filho é, também, membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e Professor do Programa Terceira Idade em Ação - PTIA/UFPI. Ver: Academia Piauiense de Letras – Cadeiras e Patronos. Disponível em: <<https://www.academiapiaiensedelettras.org.br/caadeiras-e-patronos/>> Acesso em: 23 set. 2024 às 09:49.

maneceram unidos e mantiveram a comunicação ativa por cartas, foi através de uma dessas correspondências que Paulo José informou sobre a passagem do seu primo Torquato Neto pela cidade de Teresina e incentivou os amigos a entrevistarem-no.

Conforme Edmar Oliveira essa foi a primeira entrevista de Torquato Neto no estado do Piauí, publicada na coluna cultural do jornal *Opinião*. Através da interlocução com uma página de curadoria *online* do acervo de Torquato Neto (*Instagram*: @torquatonetoacervo) tivemos acesso ao conteúdo dessa entrevista na íntegra, na qual se pode perceber o tom descontraído que conduziu a conversa. O material foi publicado no dia 31 de janeiro de 1971 na terceira página do jornal e destacava a relação entre Torquato Neto e o *Tropicalismo*.

A patota da COMUNICAÇÃO, estando sempre a par e ao ímpar dos fatos que nos cercam, se reuniu na casa do Torquato Neto para mais uma das tradicionais entrevistas nossas (aliás, depois que nós começamos a fazer este tipo de jornalismo em Teresina, o resto do pessoal aí também entrou o ritmo que nós já estávamos. Não é nada, não, mas por que vocês não têm imaginação?). O resultado desse bate-papo agradável está aí. Queremos ressaltar que o Torquato é um sujeito genial, muito bacana, mesmo (Entrevista [...], 31 jan. 1971, p. 3).

O texto introdutório não revela os autores da entrevista, referindo-se a eles como “a patota da comunicação”, todavia tomamos conhecimento que os sujeitos por trás das perguntas eram Edmar Oliveira e Durvalino Couto. As questões elaboradas pela dupla renderam respostas profundas de Torquato Neto acerca do movimento e permitiram colocar em discussão as raízes do movimento Tropicalista.

Comunicação – O Tropicalismo tinha base em ideias ou era uma coisa inteiramente improvisada?

Torquato – Não foi inteiramente improvisado. Também nós não tratamos de codificar alguma coisa, isso não

interessava. O que se chamou Tropicalismo (esse nome nunca foi dado por nós, foi pela imprensa) foi uma tentativa de propor uma certa liberdade de criação dentro da MPB, de acabar com aquela imbecilidade daquela “guerra santa” idiota entre MPB <pura> versus iê-iê-iê, essa coisa meio histérica e absolutamente reacionária e alienada de nossa época. Isso tinha de ser liquidado, e foi. Queríamos também reavivar a coisa. Porque, naquela época, se a gente pretendia incorporar toda informação que recebíamos da música internacional, tinha que ser (como sempre foi) a partir de uma base inevitavelmente nacional. Por isso a gente fez o que fez. Fizemos aquele disco Manifesto <Tropicália>, onde a gente desenterrou todos os fantasmas da música autêntica brasileira. Tudo isso para propor um trabalho que já teria sobre si uma carga de informações que já estávamos recebendo. Quer dizer: só quem era inteiramente cego, surdo e mudo não notou. Foi uma época danada de guerras, em 68, um ano incrível! A Tropicália não foi improvisada. Nós queríamos bagunçar o coreto da Música Popular Brasileira (Entrevista [...], 31 jan. 1971, p. 3).

A resposta de Torquato acertou em cheio no debate travado por Edmar e Durvalino nos anos anteriores, quando Edmar saía em defesa de nomes como Martinho da Vila em contraposição ao gosto de Durvalino pelos garotos de Liverpool. Conforme Luiz Carlos Maciel a escolha por esse eixo incidiria no *cool jazz*, cuja razão insiste em manter a rédea curta, “afrouxando a tensão apenas para iludir o filho incauto com a ingênua e inútil tentativa de compreensão que é típica das mães fabricadas pelo sistema” (Maciel, 1982, p. 70). Seria uma forma de debate estéril, cujo desfecho seria a escolha por um lado em oposição ao outro.

Naquele momento, todavia, estava em curso uma transformação do conceito de liberdade, em que uma das principais marcas seria o improviso do *free jazz*: “ela não deseja destruir tudo e começar de novo. Prefere assumir a sua tarefa montada sobre os ombros da tradição, sem compromisso, colhendo dessa tradição as forças desprezadas: o êxtase, o sonho, o ritmo, a cor, o riso, a paz” (Maciel, 1982, p. 71). Essa noção, por sua vez, propõe uma

força criadora a partir da percepção dos valores que estão presentes nos diferentes espectros.

A noção de traçar conexões entre elementos tradicional da cultura nacional as informações recebidas do cenário internacional podem ser percebida com clareza na canção *Geleia Geral*, composta por Torquato Neto em parceria com Gilberto Gil, essa música se tornou um dos principais hinos do Movimento Tropicalista e uniu elementos da tradicional festa popular nordestina “Bumba-meu-boi” e o “lê-iê-iê” dos ingleses *Beatles*: “É bumba iê, iê boi/ Ano que vem mês que foi/ Ê bumba iê, iê, iê/ É a mesma dança, meu boi” (Araújo Neto in Campelo, 2022, p. 130).

A autoimagem da Tropicália reflete o projeto como um “exercício de liberdade”, cujo intuito seria arrancar do conformismo o cenário da Música Popular Brasileira, abrindo as portas para que outros jovens sentissem que no país ainda havia liberdade para criação. Contudo, enquanto movimento centralizado, Torquato destaca que o ela se “auto-liquidou” rapidamente, passando a existir apenas conceitualmente: “Rapaz, a Tropicália acabou. Acabou mesmo. A tropicália é o Brasil, é essa salada mista, de miséria, de tecnologia, de tudo isso...” (Entrevista [...], 31 jan. 1971, p.3).

Numa interlocução com Walter Benjamin, podemos considerar que a atuação do movimento tropicalista teve como principal marca o dom de despertar “centelhas de esperança” e arrancar a tradição do conformismo (Benjamin, 1996, p. 226). Diante de um cenário de perigo, em que as movimentações culturais estavam cerceadas por códigos de poder, esse exercício de liberdade provocaria diversos conflitos.

Ainda na entrevista concedida por Torquato Neto ao jornal *Opinião* podemos identificar alguns embates tra-

vados no cenário cultural da Música Popular Brasileira no final da década de 1960 e início dos anos 1970. Ao ser questionado sobre o Festival Internacional da Canção Popular – FIC, o poeta piauiense afirmou que o concurso era “uma coisa acadêmica” que promovia muitas injustiças. Podemos observar um descontentamento de Torquato em relação aos artistas premiados pelo festival e conceito de musicalidade adotado por eles, sobretudo os cantores Geraldo Vandré e Chico Buarque de Hollanda.

O Vandré, na época da esquerda musical disse que eu era o inocente útil do Piauí na mão dos baianos. Foi gozado, e, numa entrevista, eu disse que ele era o Carlos Galhardo da esquerda festiva. Vandré queria fazer um tipo de música revolucionária dentro de uma forma reacionária. Eu sou contra Vandré porque ele parece ser um político do PTB. Para mim ele nunca passou de um demagogo de esquerda. A música do Vandré (*Caminhando*), dentro da estrutura acadêmica do FIC, fez a plateia delirar, no mesmo festival que Caetano foi vaiado com a música ‘É proibido proibir’, e Gil eliminado com ‘*Questão de Ordem*’ (Entrevista [...], 31 jan. 1971, p.3).

E complementa acerca de Chico Buarque de Hollanda:

Na época da Tropicália, o Chico Buarque estava fazendo um trabalho nocivo. Não que o trabalho dele fosse ruim, ele é um ótimo compositor, mas utilizado pela turma mais reacionária como um escudo: a pureza da MPB contra a sujeira da Tropicália (Entrevista [...], 31 jan. 1971, p. 3).

As colocações de Torquato Neto trazem à tona as fragmentações internas no campo cultural da Música Popular Brasileira, em que podemos identificar dicotomias quanto aos conceitos de arte e de política. Por um lado, vislumbra-se figuras como Geraldo Vandré e Chico Buarque, de aparência sóbria, cabelos bem aparados, rostos limpos, heterossexuais e de origem aristocrática em contraposição a corpos entorpecidos, cabeludos, “totalmente terceiro sexo, totalmente terceiro mundo” como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Torquato Neto.

Geraldo Vandré nasceu na cidade de João Pessoa em 1935, sua mãe era Maria Martha, uma pianista e seu pai era o médico José Vandreg selo, ligado ao PCB. Mudou-se para o Rio de Janeiro no final da adolescência, onde cursou Direito na Universidade do Distrito Federal e passou a participar do movimento estudantil. Na carreira musical o cantor chegou a adotar o nome artístico “Carlos Dias”, em homenagem a sua principal inspiração musical, o cantor de bolero Carlos Galhardo. Do ponto de vista est tico suas composições transitaram pela *bossa-nova tradicional*, *bossa-nova engajada* e *viola sertaneja* (Nazário, 08 maio 2021). Essa noção estilística é a chave para o que Torquato Neto consideraria “um tipo de música revolucionária dentro de uma forma reacionária”.

Chico Buarque nasceu no Rio de Janeiro em 1944 e assim como Vandré tinha como mãe uma artista, a pianista e pintora Maria Am lia, o seu pai era um renomado historiador e jornalista, Sérgio Buarque de Hollanda, autor do clássico *R izes do Brasil* (1936). Sua popularidade na música tornou-se notável em 1966 com a participação vitoriosa no Festival de Música Popular Brasileira com a canção “A Banda”. Do ponto de vista est tico a musicalidade de Chico aproximava-se da *bossa-nova* e do *samba*. O cantor caracterizava-se por um comportamento tímido e discreto. Todavia, ao ser provocado sobre comparações entre seu estilo e o dos Tropicalistas, Chico não mediu as palavras:

Estava mal chegando a São Paulo, quando um repórter me provocou: “Mas como, Chico, mais um samba? Você não acha que isso já está superado?” Não tive tempo de me defender ou de atacar os outros, coisa que anda muito em voga. Já era hora de enfrentar o dragão, como diz o Tom. Enfrentar as luzes, os cartazes, e a plateia, onde distingui um caro colega regendo um coro pra frente, de franca oposição. Fiquei um pouco desconcertado pela atitude do meu amigo, um homem sabidamente isento de preconceitos. Foi-se o tempo em que ele me censurava amargamente, numa roda revolucionária, pelo meu desinteresse em participar de uma passeata cívica contra

a guitarra elétrica. Nunca tive nada contra esse instrumento, como nada tenho contra o tamborim. O importante é ter Mutantes e Martinho da Vila no mesmo palco. Mas, como eu ia dizendo, estava voltando da Europa e de sua música estereotipada, onde samba, toada etc. são ritmos virgens para seus melhores músicos, indecifráveis para seus cérebros eletrônicos. “Só tenho uma opção, confessei-me um italiano – sangue novo ou a antimúsica. Veja, os Beatles, foram à Índia...” Donde se conclui como precipitada a opinião, entre nós, de que estaria morto o nosso ritmo, o lirismo e a malícia, a malemolência. É certo que se deve romper com as estruturas. Mas a música brasileira, ao contrário de outras artes, já traz dentro de si os elementos de renovação. Não se trata de defender a tradição, família ou propriedade de ninguém. Mas foi com o samba que João Gilberto rompeu as estruturas da nossa canção. E se o rompimento não foi universal, culpa é do brasileiro, que não tem vocação pra exportar coisa alguma. Quanto a festival, acho justo que estejam todos ansiosos por um primeiro prêmio. Mas não é bom usar de qualquer recurso, nem se deve correr com estrondo atrás do sucesso, senão ele se assusta e foge logo. E não precisa dar muito tempo para se perceber “que nem toda loucura é genial, como nem toda lucidez é velha” (Hollanda *apud* Melo, 11 fev. 2020).

A declaração de Chico Buarque demonstra uma tentativa de apaziguar os ânimos e afirmar que o cenário cultural tem espaço para todos os estilos, contudo não deixa de alfinetar alguns artistas ao rememorar episódios como a “Passeata Cívica contra a Guitarra Elétrica”, ocorrida em 17 de julho de 1967, uma marcha que possuía o *slogan* “Defender o que é Nosso” e que contou com a presença de artistas como Elis Regina, Edu Lobo, Geraldo Vandré e Gilberto Gil. O movimento possuía um caráter conservador e nacionalista, com a mítica da guitarra como uma invasora da cultural brasileira. O historiador Edwar Castelo Branco faz menção a cantora Nara Leão para apontar que à época não faltou quem reagisse ao acontecimento qualificando-o como “um horror! Parece uma manifestação do Partido Integralista. É fascismo mesmo!” (Leão *apud* Castelo Branco, 2023, p. 55).

Essas rixas internas no campo da Música Popular

Brasileira mostram a pluralidade de pensamentos e as vaidades dessa cena cultural. Contudo, em alguns momentos esses artistas foram capazes de colocar o ego de lado e permitiram-se fazer trocas, aprendendo coletivamente. Torquato Neto afirma que, apesar das ressalvas ao movimento *Jovem Guarda*, Roberto Carlos fez a maior música de protesto da sua geração e influenciou composições como “Alegria, alegria” de Caetano Veloso:

Naquela época em que a gente queria fazer música de protesto, na época em que a gente estava acabando de deteriorar a bossa-nova, Roberto Carlos fez a maior música de protesto, “Que tudo mais vá pro inferno”, e agente feito otário, a fazer isto e aquilo. Até que num dia a gente se mancou: ora, nós estávamos brigando com os caras que estavam aí e esquecendo que há juventude. Quando Roberto Carlos começa com “O Calhambeque”, quem foi com ele foi a juventude. Aquela mesma juventude que, quando eu era garoto, ouvia Celly Campello sem o menor preconceito. Só depois, com a cultura universitária, é que a gente vai criando aquela ferrugem preconceituosa e quer ficar purificado através de folclore e de uma brasilidade histórica. Roberto nos ensinou muito. Ele foi muito importante. Quando nós percebemos a burrice de lutar contra a gente mesmo, que era a juventude, nós aproveitamos Roberto Carlos para uma nova jogada, que começou com “Alegria, Alegria”. Ele foi muito importante para a cultura brasileira (Entrevista [...], 31 jan. 1971, p. 3).

Para Caetano Veloso essa nova jogada deveria passar por uma música fácil de aprender por parte dos ouvintes e, ao mesmo tempo, marcada por uma nova atitude que os artistas desejavam inaugurar. A canção deveria ser uma marchinha alegre, de certa forma contaminada pelo *pop* internacional, e carregando em sua letra algum toque crítico-amoroso sobre o mundo onde esse *pop* se dava. Caetano adiciona na canção o esquema de retrato, na primeira pessoa, de um jovem típico da sua época andando pelas ruas da cidade, com fortes sugestões visuais, criadas, pela menção de nomes, produtos e funções (Veloso, 1997, p. 122).

A receita de “Alegria, Alegria” ainda carregava um trunfo no seu título: esse era o bordão do apresentador Chacrinha, um grande sucesso na televisão brasileira da época. A menção à Coca-Cola foi um dos produtos escolhidos por Caetano e agradou bastante ao público, a canção ainda menciona um jovem desgarrado “sem lenço, sem documento” dentro de uma harmonia melódica inspirada no iê-iê-iê dos *Beatles* e da Jovem Guarda em articulação com o judaísmo pernambucano de Franklin Dario (Veloso, 1997, p. 125). Essa estratégia foi adotada para utilizar uma sonoridade reconhecida da música comercial e alavancou a carreira de Caetano Veloso como um de seus maiores sucessos.

Caminhando contra o vento/ Sem lenço sem documento/
No sol de quase dezembro, eu vou/ [...] Eu tomo uma
Coca-Cola/ Ela pensa em casamento/
E uma canção me consola/ Eu vou/ Por entre fotos e nomes/
Sem livros e sem fuzil/ Sem fome, sem telefone/ No
coração do Brasil [...] (Veloso, 1967).

A canção traz à tona inquietações de uma juventude que começava a questionar valores institucionais, como a segurança psicológica do lar, e partia para aventuras da experimentação existencial: sem lenço e sem documento. A letra também aborda questões matrimoniais, onde o eu lírico toma uma *Coca-Cola* enquanto sua parceira pensa casamento, revelando uma dicotomia de posições acerca desse compromisso amoroso.

Zuenir Ventura observa que a transição dos anos 1960 para a década de 1970 é marcada por uma subversão do conceito de casamento, fosse pela destruição ou pela experimentação de modelos alternativos de relacionamento.

A moda - ou a vida que “pregava” essa geração de jovens mulheres entre 20 e 30 anos - consistia em questionar os valores institucionais que davam sustentação ao que chamavam com desdém de “casamento burguês”:

a monogamia, a fidelidade, o ciúme, a virgindade. [...] A disposição dessas jovens mulheres era, pelo menos, não repetir o erro de suas mães. Elas não queriam ser tão infelizes quanto julgavam ter sido a geração anterior. Se os exemplares mais estabelecidos da geração tentavam subverter o casamento pela sua destruição, outros, mais novos, começavam a experimentar formas alternativas de relacionamento que não reeditassem os compromissos matrimoniais impostos pela convenção (Ventura, 1988, p. 18).

Nesse contexto difundiu-se o uso das pílulas anticoncepcionais, o debate sobre o divórcio e a contestação do sexo como mero fator de reprodução. A confluência desses pensamentos causava descontentamento nas alas mais conservadoras da sociedade brasileira, sujeitos como Nelson Rodrigues⁹⁸ utilizavam a imprensa para contrapor essas mudanças e expor declarações como a seguinte: “Sou a favor do filho, sou contra a pílula, seja do homem ou da mulher, sou contra todo tipo de anticoncepcional. Acho, também que, sendo o aborto um assassinato, a pílula é a arma do crime” (Os movimentos [...], [?] dez. 1972, p. 12).

Outros textos associavam as novas práticas sexuais à propagação de doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo na faixa etária dos 18 aos 25 anos. Os especialistas do período destacavam a confluência de dois fatores: o excesso de liberdade e a falta de informação.

A ausência de diálogo com os pais e a vergonha de profissionais da saúde seriam alguns dos problemas encontrados pelos jovens recém iniciados na vida sexu-

98. Nelson Rodrigues foi um escritor, romancista, jornalista, teatrólogo e cronista, considerado pela crítica especializada como o mais influente dramaturgo brasileiro. Nascido em Recife constituiu carreira no Rio de Janeiro, onde produziu peças teatrais como *“Toda nudez será castigada”*, inclusive os trechos de entrevista citados anteriormente remetem ao período de lançamento do filme homônimo à essa peça, sob direção de Arnaldo Jabor e produzido pela *Produções Cinematográficas Roberto Faria*, em dezembro de 1972. Ver: MOTA, Carlos. *Por dentro da pauta: história política e cultural na imprensa escrita de Teresina (1971-1975)*. 2021. Dissertação – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2021, p. 154.

al. Junto a isso torna-se notória a popularização de novos métodos contraceptivos, como a “pílula”, conforme explica o médico Paulo Belfort, para o jornal *O Estado*:

O Dr. Paulo Belfort diz que a grande repressão em termos de sexo, antes do advento da pílula, foi trocada por uma liberdade intensa, mas a desinformação sobre a vida sexual continua dando margem a subprodutos como a gestação em jovens, aumento do aborto criminoso e a própria propagação das doenças venéreas. As pílulas anticoncepcionais surgiram no Brasil em 1963, mas a sua larga utilização começou em 1967. Seus efeitos colaterais inexistem, afirmam ginecologistas, e se, teoricamente, elas só poderiam ser vendidas com receitas médicas, na prática isso não acontece. Também o preço compensa, pois um estojo custa em torno de Cr\$ 5, enquanto que um aborto ilegal sai por Cr\$ 500,00 (Doenças [...], 22 set. 1972, p. 3).

Conforme podemos observar na matéria, as pílulas anticoncepcionais passaram a adquirir, nesse contexto, primazia como método para evitar a gravidez. Todavia, o consumo das pílulas apenas impediria a ovulação, não sendo útil na proteção contra doenças sexualmente transmissíveis. A matéria torna perceptível a desinformação até mesmo entre os agentes de saúde, ao afirmar a inexistência de efeitos colaterais atrelados ao consumo desses medicamentos.

O consumo da “pílula” era um assunto polêmico que invadia o imaginário social e chegava a servir de inspiração para os compositores musicais do período, como Odair de José que, em 1973, lançou *Uma Vida Só (Pare de tomar a pílula)*, com o seguinte refrão:

Você diz que me adora/ Que tudo nessa vida sou eu/
Então eu quero ver você/ Esperando um filho meu/ Então eu quero ver você/ Esperando um filho meu/ Pare de tomar a pílula/ Pare de tomar a pílula/ Pare de tomar a pílula/ Porque ela não deixa nosso filho nascer (Araújo, 1973).

A canção apresenta o pedido de um amante inconformado com sua companheira que insiste em aderir ao

método anticonceptivo, impedindo o surgimento de um filho, conjecturado símbolo de representação do amor romântico. Embora possa parecer inocente, essa composição colabora com um discurso normativo do papel da mulher na sociedade, associada à ideia de “guardiã do lar”. Conforme a historiadora Elizangela Cardoso, esse tipo de discurso era reproduzido – por diversos meios – no imaginário brasileiro e buscava normatizar a posição social feminina.

O feminino se caracterizaria pelo desenvolvimento do instinto materno, da doçura, da resignação e da pureza. A felicidade da mulher seria encontrada no casamento, na maternidade e no lar. O Seu desejo seria o desejo do outro – o marido e os filhos. Era em função dos mesmos que deveria viver e construir o seu território existencial (Cardoso, 2003, p. 191).

Nesse sentido, a historiadora Laura Brandão aponta os anos 1960 e 1970 como um momento de irrupção, quando começa a se delinear um circuito antidisciplinar contra as convenções, que viria a explodir através de gestos, atitudes, consumo do espaço e rompimento de valores: “O corpo – assim como a linguagem – foi, para a juventude em questão, o veículo e sentido da experiência, um dos locais de estabelecimento de identidades, mesmo que fluídas e cambiantes” (Brandão *in* Cerqueira, 2014, p. 97). Celso Favaretto enfatiza o valor desse contexto histórico e o gosto pela experimentação, em que a gestualidade do corpo, do sensorial, das experiências limite por via das drogas, do misticismo e dos comportamentos renovados na vida amorosa davam significado a uma nova forma de pensar a política.

A composição desse novo quadro cultural constituía-se às margens da política oficial de cultura e da indústria cultural, podendo ser qualificada através dos termos “alternativa, contracultural, curtição ou desbunde” (Fava-

retto, 2019, p. 14), seus protagonistas buscavam “desafinar o coro dos contentes” através de novas sensibilidades, novos comportamentos e novos valores, em oposição aos comportamentos burgueses.

A expressão “desafinar o coro dos contentes” é um verso de Torquato Neto, musicado por Jards Macalé em 1972, na qual o poeta narra um conselho recebido de um anjo torto no momento do seu nascimento: “Quando eu nasci/ Um anjo muito louco/ Veio ler a minha mão/ Não era um anjo barroco/ Era um anjo muito louco, torto/ Com asas de avião/ Eis que o anjo me disse/ Apertando a minha mão/ Com um sorriso entre os dentes/ Vai bicho/ Desafinar o coro dos contentes” (Araújo Neto *in* Campelo, 2022, p. 133).

Os versos de Torquato revelam a missão adotada pela cena contracultural desse período, a partir das diretrizes de um “anjo muito louco, torto”. Com suas asas de avião ele contrapunha-se ao “anjo barroco”, tradicionalmente retratado como jovens cupidos ou querubins, dentro de um conceito de arte que se tornou hegemônica a partir do século XVI.⁹⁹ Nesse âmbito, o rompimento com o ideal de anjo barroco é também um rompimento com a estética cultural consolidada.

A influência do “anjo torto” pode ser percebida através do relato de Edmar Oliveira num momento onde lhe foi indagado sobre sua percepção acerca da atuação

99. A arte barroca foi uma corrente que teve como berço de origem a Itália. Surgido no fim do século XVI, esse movimento artístico foi difundido para outros países da Europa e logo chegou à América Latina. Marcada pela exuberância, a proposta e a estética da arte barroca se assemelham às do renascimento, visto que as duas correntes promoviam a beleza e exaltavam elementos da antiguidade. No entanto, enquanto a primeira enfatizava o equilíbrio entre a emoção e a razão, promovendo um formato consciente de arte; a segunda ressaltava o dinamismo, a emoção e a dramaticidade. O estilo barroco não dominou só a arte, também influenciou a arquitetura, o design de interiores, a música e a literatura. Ver: ARTE Barroca: Contexto histórico, características marcantes e principais artistas. São Paulo: LAART, 09 dez. 2019. Disponível em: <<https://laart.art.br/blog/arte-barroca/>> Acesso em: 15/09/2024 às 08:30.

do jornal *O Gramma* durante os anos 1970.

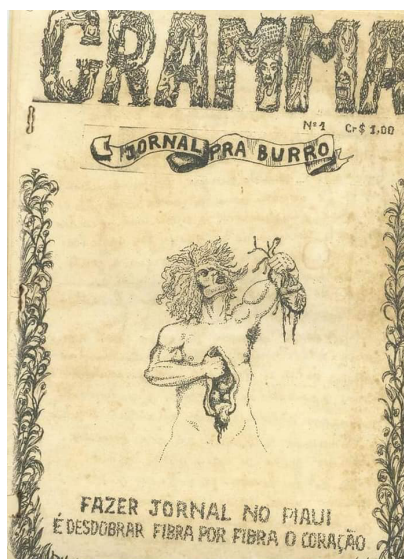
A gente chocava a cidade, a gente sabia que estava chocando. Mas nada muito sério, era muito alegórico, nada de traumático, tudo a gente levava na brincadeira. A gente não tinha ideia naquela época, **embora a gente estivesse tentando desafinar o coro dos contentes**, a gente não tava naquela época achando que ia dar isso que vocês hoje estão fazendo, que é levantar essas coisas, a gente não tinha essa ideia que isso ia acontecer. Mas sabíamos que a gente estava fazendo algo importante para a cidade, isso a gente sabia, isso a gente tinha certeza (Oliveira *apud* Mota, 04 jul. 2024).

Conforme podemos observar nesse capítulo, *O Gramma* não foi a primeira aventura dessa patota de jovens pelo jornalismo, eles já haviam se arriscado como colunistas no *Jornal Opinião* e nas páginas estudantis do *Folha do Diocesano*, todavia *O Gramma* marcou o estopim de uma nova fase do jornalismo piauiense, caracterizado pelo experimentalismo e imersões artísticas.

Edmar Oliveira menciona que a entrevista com Torquato Neto no *Jornal Opinião* foi um divisor de águas para a formação do grupo que seria a base do *Gramma*, visto que após a publicação do material, ele e Durvalino transitaram por diversos locais divulgando o material para venda. Todavia, a recepção do material foi limitadíssima, com a venda de apenas um exemplar. Na percepção de Edmar, havia na cidade uma rejeição à figura de Torquato Neto, no início dos anos 1970 ele era visto como “cabeludo e maconheiro” e quem andasse com ele também estaria suscetível a esse tipo de comentário. O único comprador do exemplar da entrevista foi Carlos Galvão, que também passaria a integrar o grupo de amigos; seu interesse pelo material teria sido primordial para o nascimento dessa amizade, nas palavras de Edmar teria sido “um negócio absurdo, foi como separar joio do trigo, os outros não se interessavam, não sabiam nem quem era o cara que tava aí” (Oliveira *apud* Mota, 04 jul. 2024).

Nesse âmbito, o jornal *O Gramma* surge através de um grupo que destoava do padrão estilístico e comportamental da cidade de Teresina nos anos 1970. Em grande medida, a ideia desses jovens era “achincalhar” a caretece da época, seus escritos e comportamentos não miravam a longa duração, entretanto havia neles a consciência de que algo relevante deveria ser feito para romper o marasmo local. Esse grupo de jovens representava o “outro” da imprensa tradicional, cujo enredo estava se traçando em torno da confabulação do “pequeno perfil de um cidadão comum”: um sujeito heterossexual, cristão, distante de vícios, trabalhador, centrado na família e, sobretudo, avesso ao comunismo (Mota, 224, p. 229).

Capa do jornal Gramma



Fonte: (Gramma, mar. 1972).

O *Gramma* nasceu com o lema “Fazer jornal no Piauí é desdobrar fibra por fibra o coração” numa clara referência à música “Mamãe Coragem” de Torquato Neto. Todavia, a troca do termo “mãe” pela sentença “fazer jornal no Piauí” carrega um simbolismo para além da canção, denota as dificuldades técnicas, financeiras e obstáculos sociais para jovens que buscavam aventurar-se no mundo da escrita. Por ora, observemos a arte que compõe a capa da primeira edição do jornal, de autoria de Arnaldo Albuquerque: observamos ao topo o título GRAMMA, abaixo do título a expressão “jornal pra burro” e ao centro um homem que arranca seu coração e suas vísceras como um ato de sacrifício, as margens laterais são enfeitadas por ramos de folhas e a parte inferior comporta a frase “fazer jornal no Piauí é desdobrar fibra por fibra o coração”.

Em linhas gerais, observamos que o jornal nasce sob a influência do poeta piauiense Torquato Neto que, apesar da sua mudança para o Rio de Janeiro, manteve vivos diálogos com jovens teresinenses do período. Sua influência estava além do lema apresentado na capa do jornal, ela poderia ser percebida também no estilo de escrita experimental e nos objetos explorados por esse grupo de estudantes.

O jornal *O Gramma* foi publicado em duas oportunidades, ambas em março de 1972, e apesar da curta duração acabou movimentando o cenário cultural de Teresina, despertando centelhas de esperanças nas camadas juvenis da cidade e sendo inspiração para outros jornais alternativos que viriam a surgir na capital do Piauí.

Logo após o lançamento este grupo de jovens teresinenses foi convidado a comparecer na sede da Polícia Federal para prestar esclarecimentos sobre um material impresso que circulava na cidade com o título de “*Gramma*”. Diante do clima de polarização causado pela Guerra

Fria, colocando em extremos blocos capitalistas e socialistas, desconfiava-se que uma célula do movimento comunista pudesse estar surgindo na capital do Piauí.

Ao receberem a intimação os jovens foram pegos de surpresa, contudo conseguiram contornar a situação com relativa tranquilidade. Eles argumentaram, diante dos oficiais, que o título do seu material fazia referência ao local onde se reuniam para debater suas ideias: a grama da Igreja São Benedito. Informaram ainda que não tinham conhecimento da existência do jornal cubano e que para eles isso teria sido uma coincidência.

A gente nem sabia, a desinformação na época era muito grande. Não tinha rede social e não tinha notícia rolando não. A gente botou "O Gramma" porque a gente se reunia na grama, na São Benedito, como tá nessa foto que você tem aí. Aí o Pereirinha – que está na foto – disse "Ah, vamos colocar Gramma com dois m, igual o jornal do comércio que tinha dois m". Aí botamos dois "m". Quando a gente publica o jornal, que somos chamados na Polícia Federal, para explicar algumas coisas, aí eles falam assim: "Por que vocês botaram o nome do jornal de Cuba?"
A gente ia preso sem saber (risadas). Mas não, não tinha nada a ver, foi uma coincidência e uma boa coincidência (Oliveira *apud* Mota, 04 jul. 2024).

A foto mencionada por Edmar foi levada para o momento da entrevista com o objetivo de auxiliar o trabalho da memória, elementos como esse podem estimular o surgimento de lembranças do período sobre o qual se conversa. Ao observar a fotografia o entrevistado refletiu sobre cada um dos sujeitos que compunham o quadro e lembrou-se ainda dos que estavam ausentes, conforme sua observação a falta de mulheres na fotografia se justificava pelo cenário autoritário do período e a necessidade de proteger suas identidades, pois estar inserida dentro desse grupo era considerado algo degradante para grande parte do imaginário local.

Jovens do jornal O Gramma



Na imagem podemos identificar a base do grupo que forma o coletivo *Gamma*. Sentados da esquerda para a direita: Galvão, Haroldo, Arnaldo, Etim, Marcos Igreja, Durvalino, Pereira e Edmar. De pé: Paulo José.

Ao observarmos os detalhes dessa fotografia, podemos perceber que a maior parte do grupo cultivava longas cabeleiras, esse ato – por si só – já era considerado uma indisciplina no contexto em que estavam inseridos. Também podemos confirmar que eles se reuniam em um espaço gramado, contudo isso não comprova em definitivo a motivação para o nome do jornal.

Em entrevista com o cartunista Gregório “Dodó” Macedo obtive a declaração que essa teria sido uma des-

culpa criada pelos jovens para fugir da repressão e do boicote. Conforme Dodó, a coerção era tamanha que se tornava praticamente impossível para os grupos dissonantes do governo realizarem a impressão de materiais em gráficas piauienses:

Porque assim, era tamanha a perseguição, o boicote... Tudo que era de dificuldade se criava. As gráficas e tudo mais. Porque pensa assim: quem era o principal cliente da gráfica x? Governo do Estado ou Prefeitura Municipal. Aí eles chegavam lá e "Pô, rapaz! Se tu continuar assim não vou mais continuar contigo. Tu fica dando espaço para esse moleques aí que ficam me denegrindo, se for assim vou cortar todas as encomendas que tenho contigo". Aí os caras "Não, pode deixar comigo! Pelo amor de Deus, nem se preocupe!", aí cortava, né?! Ah, e O *Gramma* já era uma crítica, porquê *Granma* é o nome do jornal oficial de Cuba, né?! Que veio lá da Rússia, esse nome "gramma", veio do jornal soviético e depois o jornal de Cuba. Inclusive "gramma" com dois "m". O *Granma* lá da Rússia e de Cuba! (Macedo apud Mota, 07 dez. 2023).

Conforme a análise do cartunista Dodó Macêdo, o título do jornal seria uma clara referência aos jornais internacionais e uma crítica ao modelo político em curso no país. Todavia, essa declaração é bem mais cômoda para ele, visto que não estava integrado no grupo e analisava a partir de uma ótica externa. Os integrantes do grupo, por sua vez, se recusam a admitir que esse nome possua alguma ligação com os periódicos socialistas. Poderíamos imaginar que os jovens do *Gramma* teriam feito um pacto de silêncio que perdura mesmo 5 décadas depois, dado o temor imposto pelo regime autoritário e a perseguição aos grupos de oposição.

Discutir a função do "não-dito" na história é colocar em pauta a zona sombria do silêncio, este pode ser motivado "pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos". Para Michel Pollack essas lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas são zelosamen-

te guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante, pode-se considerar que a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, seria fator determinante para distinguir uma memória coletiva subterrânea de uma memória coletiva majoritária (Pollak, 1989, p. 6).

Compreendemos que esses jovens jornalistas estavam em uma posição vulnerável ao se aventurar no mundo da escrita alternativa, até mesmo o processo de impressão dos seus textos exigia uma logística diferente dos veículos de comunicação do circuito tradicional. Conforme exposto na declaração de Dodó Macêdo e discutido no primeiro capítulo, os parques gráficos piauienses estavam subordinados aos interesses do governo municipal e estadual. Dessa forma, discursos como os desses sujeitos que destoavam das narrativas harmônicas precisavam fazer uso de meios paralelos – como mimeógrafos – para alcançar circulação.

Referências

ARAÚJO NETO, Torquato. Geleia Geral. In: CAMPELO, Viriato; CUNHA, Paulo José; MENDES, George (org.). *Torquato Neto: arte inacabada*. Teresina: EDUFPI, 2022, p. 130.

ARAÚJO NETO, Torquato. Let's play that. In: CAMPELO, Viriato; CUNHA, Paulo José; MENDES, George (org.). *Torquato Neto: arte inacabada*. Teresina: EDUFPI, 2022, p. 133.

ARAÚJO, Odair José. Uma vida só (Pare de tomar a pílula). In: *Odair José*. Rio de Janeiro: Polydor, 1973.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. In:

Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense (Obras escolhidas), vol. I, 1996.

BRANDÃO, Laura. Juventude em trânsito: corpos e linguagens da década de 1970 em Teresina. In: CERQUEIRA, Maria (Org.). *Itinerários da pesquisa em história: a polifonia de um campo.* Teresina: Edufpi, 2014.

CARDOSO, Elizângela Barbosa. *Múltiplas e Singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970).* Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália.* Teresina: Editora Cancioneiro.

DOENÇAS venéreas têm altos índices entre os jovens universitários. Teresina: *O Estado*, 22 set. 1972.

ENTREVISTA com Torquato Neto. *Opinião.* Teresina: 31 jan. 1971.

FAVARETTO, César. *A contracultura entre a curtição e o experimental.* São Paulo: N-1 Edições, 2019.

HOLLANDA, Chico Buarque de. APud: MELO, Dani. *Chico Buarque desde a Bossa Nova até o fim da ditadura.* São Paulo: Headflow, 11 fev. 2020.

MACEDO, Gregório Magno. *Entrevista concedida a Carlos Alberto de Melo Silva Mota.* Teresina, 07 dez. 2023.

MACIEL, Luiz Carlos. *Negócio Seguinte.* Rio de Janeiro: Codreci, 1982.

MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. *Por dentro da pauta: história política e cultural na imprensa do Piauí.* Teresina-PI: EdUESPI, 2024.

NAZÁRIO, Cristiano. *Geraldo Vandré: da resistência   rendição*. Rio de Janeiro: A Nova Democr cia, 08 maio 2021.

OLIVEIRA, Edmar. *Entrevista concedida a Carlos Alberto de Melo Silva Mota*. Teresina, 04 jul. 2024.

Opinião de Nara Leão. Cf. Callado, Carlos. *Tropicália – a história de uma revolução musical*. São Paulo: editora 34, 1997, p. 109. *Apud*: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de Paupéria*: Torquato Neto e a invenção da Tropicália. Teresina: Editora Cancioneiro, 2023.

OS MOVIMENTOS feministas levam a mulher   servidão. Teresina: *O Estado*, [?] dez. 1972, p. 12.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

VELOSO, Caetano. *Alegria, Alegria*. In: *Caetano Veloso*. Rio de Janeiro: Universal Music Ltda, 1967

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

16

**"Do lado de fora": crítica de
cinema brasileiro na coluna
"Plug", de Torquato Neto
(1971)**

*Sávio de Oliveira Silva
Caio Felipe Rodrigues Miranda
Edwar de Alencar Castelo Branco*



"FILHO de Kennedy não quer ser Kennedy
 Deus os faz e os junta.
 Amanhã em Tara eu pensarei nisso.
 Pra o bom entendedor: meia palavra basta?
 É disco que eu gosto?
 Quem vem lá faça o favor de dizer por que é que vem.
 Tem gente dando bandeira a meio pau.
 Ninguém me ama, ninguém me chama, são coisas
 [do passado (W.S.)
 Quem sabe, sabe, conhece bem: gostoso gostar de al-
 guém?
 Vai começar a era de Aquarius. Prepare seu coração.
 Ou não: dê um pulo do lado de fora.
 Compre: Olhe. Vire. Mexa.
 Você sempre me aparece com a mesma conversa mole.
 Com o mesmo papo furado – só filmo planos gerais.
 Sou feiticeiro de nascença/Trago o meu peito cruzado
 A morte não é vingança/Orgulho não vale nada.
 E atrás dessa reticência
 Nada, ri-go-ro-as-men-te nada
 Boca calada, moscas voando, e tudo somente enquanto
 Eu deixar. Enquanto eu estiver atento nada me
 [acontecerá.
 Um painel depois do outro e um sorriso de vampiro;
 Eu me viro/como/posso me virar.
 E agora corta essa – só quero saber do que pode dar
 certo
 Mas hoje tenho muita pressa. Pressa! A gente se vê,
 Na certa" (Araújo Neto, 1971)¹⁰⁰.

O trecho acima, retirado da coluna "Plug", pu-
 blicada no jornal Correio da Manhã em 1971,
 revela o estilo provocativo, multifacetado e
 poético de Torquato Neto, poeta piauiense que desempe-
 nhou um papel significativo no cenário cultural brasileiro.
 Com a frase "Vai começar a era de Aquarius. Prepare seu
 coração. Ou não: dê um pulo do lado de fora", observa-se
 que o autor vai então mesclar referências culturais com
 uma perspectiva crítica e irônica, caracterizando assim o
 tom de suas crônicas e então, consequentemente, mar-
 cando a sua "forma ser" como colunista. Na coluna, Tor-

100. ARAÚJO NETO, Torquato. *FILHO de Kennedy não quer ser Kennedy*. Cor-
 reio da Manhã, Rio de Janeiro, 1971. Coluna Plug.

quato não apenas comenta sobre cinema, mas também transita entre reflexões sociais, culturais e existenciais, imprimindo sua visão peculiar sobre o mundo e a arte.

De forma geral, a atuação de Torquato Neto, enquanto colunista da *"Plug"* revela então sua capacidade de utilizar esses espaços como um palco de articulação crítica e estética. Por meio de uma linguagem híbrida e bem particular, que vai mesclar poesia e prosa, além de diversas ironias e ataques, ele comenta sobre cinema, música popular, questões de identidade cultural e temas do cotidiano. Vemos que, no decorrer da coluna, vai haver então um Torquato com uma postura muitas vezes incisiva e irônica, assim, contribuindo para que o mesmo se consolide como uma das vozes mais autênticas, inquietas e até mesmo provocativa de sua geração.

Este trabalho, portanto, visa explorar os textos do poeta piauiense Torquato Neto na então coluna *"Plug"*, com o objetivo de compreender como o autor vai utilizar desse espaço para validar e até mesmo subjugar suas ideias estéticos e culturais naquela época, e também compreender a sua fase transitiva de enxergar o cinema naquele contexto, onde o mesmo "supera" o cinema novístico e entra a fundo no cinema experimentalista. Assim, sequencialmente, dividindo o estudo em duas partes, onde inicialmente se contextualiza a trajetória de Torquato como jornalista e crítico social, destacando sua passagem pelo *Correio da Manhã* e outros veículos de época, de forma rápida e singela. Em seguida, concentra-se na análise dos textos publicados na coluna *"Plug"*, evidenciando o modo como o poeta constrói um discurso de legitimação para suas ideias e como isso vai se refletir sobre os caminhos da cultura brasileira e principalmente aos modos de sua transição do cinema novo para com o cinema experimental. A abordagem teórica vai se ter principalmente

através de uma grande pesquisa hemerográfica, utilizando então os textos da coluna “*Plug*”. A pesquisa também vai trazer diversos arsenais teórico-metodológicos, cujo estão presentes autores tais como Edwar de Alencar Castelo Branco (2001); Gilles Deleuze (2018); Fabio Leonardo Castelo Branco Brito (2013); Frederico Osanan Amorim (2015), dentre diversos outros, que irão auxiliar na realização do trabalho.

Portanto, é de suma importância frisar que já existem diversos trabalhos sobre a figura de Torquato Neto, contudo, a maioria atrelada a uma romantização de sua fase a qual é participe do movimento tropicalista, o então *anjo torto* da Tropicália. Neste presado trabalho, compreende-se que, segundo Edwar de Alencar Castelo Branco, o então poeta dos Últimos dias de paupéria, devido a imensidão e complexidade de sua produção artística, o mesmo vai se tornar um objeto redondo das temáticas das suas próprias produções fílmicas experimentais em super-8, assim, deixando um pouco de lado o próprio “Torquato colunista”.

Este trabalho, para fim de se esquivar de uma abordagem que enfoque nos momentos de maiores estudos sobre o poeta no meio acadêmico, torna como seu objeto principal entender como o poeta piauiense atua como colunista da coluna “*Plug*” do *Correio da Manhã*, e como o mesmo vai agir nesse período transitório do mesmo.

Torquato Neto e sua crítica ao Cinema Novístico

Sobre a análise através do poeta e jornalista piauiense Torquato Neto, é importante compreender, com base em Castelo Branco (2024), que “a despeito de ter vivido menos de três décadas, pode-se dividir a ampla e potente

arte de Torquato Neto em termos de pelo menos três blocos distintos” (Castelo Branco. 2024. p. 95), onde compreendemos assim, o primeiro bloco sendo, portanto, aquele cujo Torquato se põe em um eixo de discussões que se fazem opostas às fases tropicalistas e pós-tropicalistas, trazendo como exemplo suas publicações no jornal teresinense com o nome *O Dia* em 1964, elaborando um discurso bem mais regionalista. Já em sua segunda fase, vemos um Torquato bem mais ideólogo do movimento tropicalista, logo o mesmo está adentro desse movimento e, posteriormente vai escrever a então música-manifesto do próprio, intitulada como *Geleia Geral* onde, como aponta Cunha (2022) “o diálogo com Oswald é explícito [...] a canção gravada no disco-manifesto *Panis et circencis*, de 1968, e que três anos mais tarde Torquato escolheria para batizar seu jornalismo de invenção” (Cunha, 2022, p. 35). Já o terceiro e último bloco, vê-se um Torquato Neto que vai radicalizar-se e conseqüentemente, irá romper as suas amarras tropicalistas, agora, tendo como mote central sua preocupação com a linguagem, com a ambiguidade do discurso escrito, o que justificaria sua obstinação e o seu enveredamento pelas produções fílmicas experimentais (Castelo Branco, 2024). Esta breve exposição de suas fases revela, sobretudo, que todas elas são permeadas pela prática jornalística, elemento distintivo que atravessa e configura a trajetória existencial do poeta.

Nesse sentido, a obra “Todos os dias de paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália” reeditada em 2024, de Edwar de Alencar Castelo Branco, reúne em conjunto as vastas matérias da *coluna plug* vão ser imprescindíveis para a discussão sobre esse momento transitório do Torquato sobre o Cinema Novo e o Experimentalismo Fílmico, a análise se concentra no poeta piauiense, destacando-o como uma figura central e crítica em relação

às práticas cinematográficas da época, o então dito como Cinema Novo, que está sendo orquestrado principalmente por figuras como Glauber Rocha e Arnaldo Jabor, especialmente no período que abrange as décadas de 1960 e 1970, em pleno contexto do século XX.

Em meio à arrancada geral Glauber Rocha, muito vivo, também se arrancou - mesmo quando veio já havia se arrancado. Agora já foi. Pode transar à vontade por aí. Pode até voltar: já não será mais a velha sopa de colher para os meninos. Ou será, ou não será. Glauber foi o cineasta máximo da consciência brasileira em transe e isso já passou, bonecos. Agora respondam: quem será, onde se esconde o cineasta bem fornado do desenvolvimento nacional? As inscrições estão abertas. Na Embrafilmes. E é pra já (Araújo Neto, 1971. p. 19)¹⁰¹.

Por meio de sua coluna no jornal Correio da Manhã, Torquato Neto expressa sua crítica de forma incisiva, lançando provocações direcionadas ao próprio Glauber Rocha. Essas observações evidenciam um aparente desdém pelas transformações nos procedimentos cinematográficos de Glauber, insinuando uma possível acomodação ou concessão comercial em seu “fazer *filmico*”. Essa forma de agir e pensar, que privilegia o cinema experimental, converge com as reflexões do filósofo francês Gilles Deleuze, cuja obra também se dedica a valorizar a “forma experimental” como uma via singular e inovadora de fazer cinema. Para ele, a transgressão verdadeira residiria no experimentalismo, que rejeita a codificação narrativa convencional e explora novas possibilidades estéticas, ou seja, Deleuze (2018) “O cinema não se limita a contar histórias; ele pode produzir blocos de espaço-tempo autônomos, onde o movimento é pensado em suas próprias intensidades e variações” (Deleuze, 2018, p. 70).

De acordo com Castelo Branco (2024), para Tor-

101. ARAÚJO NETO, Torquato. *Plug*. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, p. 19, 12 jun. 1971. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspxbib=089842_08&Pesq=%22Torquato%20Neto%22&pagfis=21175. Acesso em: 14 out. 2024.

quato, a comercialização do cinema é o que vai então, tornar o Cinema Novo algo tão abominável, essa óptica se aproxima bastante com a ideia de Deleuze de desterritorializar¹⁰² as formas artísticas rompendo com padrões pré-estabelecidos para explorar novos territórios criativos. Assim, explana Castelo Branco (2024):

Para Torquato, o Cinema Novo, ao se consolidar, perde a capacidade de reinventar-se, enquanto o experimentalismo oferece uma alternativa mais aberta e fluida, onde o cinema é tratado como uma forma de pensamento em constante mutação (Castelo Branco, 2024. p. 84).

Seguindo então, essa linha, compreende-se que a forma como o poeta piauiense vai defender o Experimentalismo Filmico vai se dar através de uma forma de resistência, uma resistência que se tem tanto no âmbito estético, quanto no próprio âmbito político. Uma recusa a se adequar aos padrões exigidos pelo mercado ou às suas expectativas narrativas, assim, criando novos regimes de percepção e afeto, afastando-se das lógicas de reprodução e consumo. Dando forma a seu modo próprio de ver sem a necessidade de se adequar a forma a qual o mercado emprega um determinado valor, ou seja, Torquato Neto defendia o Experimentalismo por proporcionar essa liberdade e subalternidade, como afirma Castelo Branco (2024) “Torquato não via o cinema apenas como um meio de contar histórias, mas como uma linguagem autônoma, capaz de produzir rupturas e questionar estruturas de poder” (Castelo Branco, 2024, p. 112).

102. O conceito de desterritorialização, de Gilles Deleuze e Félix Guattari refere-se ao processo de ruptura ou deslocamento de um território simbólico, social ou físico.

Da crítica ao cinema novo para uma nova linguagem cinematográfica

A historiografia cinematográfica brasileira evidencia que o período compreendido entre a década de 1960 e o início dos anos 1970 foi marcado por uma expressiva dualidade de projetos estéticos e ideológicos no campo da produção cinematográfica nacional, representada por duas vertentes principais: o “Cinema Novo” e o “Cinema Marginal”.¹⁰³ A primeira vertente, com forte orientação política e engajamento social, consolidou-se a partir da obra de cineastas como Nelson Pereira dos Santos, Carlos Diegues e Glauber Rocha, sendo este último responsável pela redação do manifesto “*Uma Estética da Fome*”¹⁰⁴, amplamente reconhecido como um dos documentos centrais do cinema brasileiro, como pontua Lima (2015):

Mais que um texto síntese das principais ideias e projetos defendidos e desenvolvidos pelos cinemanovistas, a *Eztetyka da fome* é a missiva glauberiana que deu mais certo, pois foi endereçada a todos aqueles que desejassem compreender sua obra e foi atendido quase que plenamente. A *Eztetyka* é, portanto, a pedra de toque do pensamento glauberiano. Não por ser naturalmente um texto importante. Mas, por fazer-se importante na medida em que foi produzido num momento em que era preciso encontrar palavras, expressões, gestos e enunciados capazes de dizer o que se vivia em termos de cinema no Brasil. O manifesto é a grande metáfora da vida grandiloquente que Glauber desejou para si: sempre discutido, nunca marginalizado, posto como cerne do entendimento do Cinema Novo e, sinteticamente, a expressão máxima do que de melhor se pôde/pode produzir, no Brasil, de crítica à nossa condição de lamuriantes dependentes culturais do exterior (Lima, 2015, 264-265).

103. Ler: Ramos, Alcides Freire. REVISITANDO DELIMITAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS CRISTALIZADAS NA HISTÓRIA DO CINEMA BRASILEIRO: O CINEMA NOVO E O CINEMA MARGINAL. *Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 17, N.º 2. 2020.

104. CINTRA, André. *Leia a íntegra do manifesto Uma Estética da Fome, de Glauber Rocha*. Site: Vermelho. 2019. Disponível em: <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/leia-a-integra-do-manifesto-uma-estetica-da-fome-de-glauber-rocha/>. Acesso em: 04 jan. 2025.

Nesse sentido, o manifesto propôs uma nova linguagem cinematográfica que, mais do que representar, venciasse a fome e a precariedade latino-americana como resistência estética ao colonialismo cultural que o Brasil sofrera. Ou seja, a importância do manifesto não reside apenas em sua qualidade literária, mas no fato de ter surgido em um contexto histórico que exigia uma resposta artística ao domínio cultural estrangeiro - a colonização cultural.

Embora o manifesto de Glauber Rocha sintetizasse os ideais centrais do Cinema Novo em seu nascedouro, o movimento não tardou a desviar-se de seus ideais que lhe deu origem. Passou a incorporar práticas mercadológicas alinhadas aos modelos das grandes indústrias cinematográficas, de modo a submeter-se a uma identidade estrangeira em detrimento das produções autênticas, são essas, dentre outras, as críticas cinematográficas de Torquato Neto expressas via Coluna Plug. Esse processo de afastamento de suas premissas originais levou, segundo o mesmo, à configuração de um movimento de caráter “elitista”, que agora jaz distanciado das aspirações populares e sociais que marcaram sua gênese.

Destarte, concomitantemente a formação e consolidação do Cinema Novo, o poeta piauiense o Torquato Neto, agora residindo no Rio de Janeiro, passa a se fazer presente como um crítico do cinema nacional e internacional, desde o final dos anos 1960, fazendo público seus apontamentos através da Coluna Plug, no jornal carioca Correio da Manhã (1971). Ao dividir o espaço de redação da coluna juntamente com seu futuro parceiro-tropicalista, Wally Salomão, o poeta já apresentara empolgação ao mais novo instrumento e técnica que viria a revolucionar a linguística cinematográfica nos anos 1970: o super-8. Empolgação essa evidenciada pela potencialidade de

uma nova linguagem cinematográfica, como pontua Brito (2024):

A proposta de uma antiestética cinematográfica, onde não se pretendia, necessariamente, contar uma história em sua linearidade, e sim, filmar espaços, vivências e hábitos, rompia com as noções menos heterodoxas de cinema. A ruptura com as metáforas significava, também, um rompimento com outra estética que se propusera experimental em meados dos anos 1960, mas cuja proposta já haveria, também, caducado para o poeta. Tratava-se do Cinema Novo, e de seu principal expoente em termos nacionais, Glauber Rocha (Brito, 2024, p. 133).

Nesse contexto, ao discutir o Cinema Novo, Torquato Neto exerce uma crítica contundente a essa corrente cinematográfica partindo da observação que, com o tempo, muitos cineastas imbricados ao movimento passaram a abandonar os princípios da chamada “estética da fome”, proposta por Glauber Rocha em seu manifesto homônimo. Se outrora Glauber defendia a ruptura com o modelo industrial hollywoodiano, ao mesmo tempo em que concebiam a violência como a mais legítima expressão da fome, Torquato Neto apontava que a busca por maior inserção na indústria cinematográfica internacional conduziu esses cineastas a se venderem aos padrões estrangeiros, o que resultou no enfraquecimento da produção cinematográfica principiada como “autenticamente brasileira”.

O posicionamento e crítica de Torquato se torna especialmente evidente em uma de suas redações a Coluna Plug, ao apontar diretamente o eminente fim do Cinema Novo: “Ah, eu vi. E foi tudo por aqui mesmo, enquanto as cucas fundiam e o cinema novo se desfazia em transas com a indústria barra-pesada, em transas com a história mal contada e por que contá-la?) [...]”¹⁰⁵. Não obstante, o mesmo posicionamento, em incisiva afirmativa, se en-

105. ARAÚJO NETO, Torquato. Plug. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, p. 19, 12 jun. 1971. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspxbib=089842_08&Pesq=%22Torquato%20Neto%22&pagfis=21175. Acesso em: 06 out. 2024.

contra em parágrafos à frente: “Entre os restos de uns e a glória de outros o cinema brasileiro segue o curso normal do cinema: cresce e brilha, aparecerá. E o cinema novo (alguma novidade?), caiu do galho e foi ao chão. Como se diz: já era...”.

Pelos fragmentos acima, é de cabível a análise que os apontamentos de Torquato Neto tratam de explicitar a postura combativa do poeta em relação ao Cinema Novo. Nesse sentido, pode-se perceber uma série de críticas às escolhas dos cinemanovistas, em vista de uma internacionalização do cinema brasileiro, onde através das críticas presentes nas redações da Coluna Plug, o poeta vislumbra um completo rompimento para com os valores originais por eles propostos. No entanto, cabe-se perceber que a crítica de Torquato Neto não dar-se-ia somente no combate ao modelo do cinema vigente, mas também no caráter “apológico” à uma resignificação do mesmo, como pontua Brito (2024):

Em contrapartida, ao se posicionar combativamente perante os fazedores daquele cinema que aderira à crítica, Torquato via em sua ação a busca pelo fazer daquilo que também poderia ser visto como cinema uma arte resignificada, menos preocupado com os acabamentos, mas não menos cinema (Brito, 2024, p. 136).

Destarte, mais do que somente criticar a consolidada vertente cinematográfica do “Cinema Novo”, como é possível depreender a luz da leitura de Castelo Branco (2024), o poeta piauiense Torquato Neto propõe uma ruptura consciente com os paradigmas centrais que sustentavam as produções fílmicas comerciais e institucionais – ao modelo de produção da grande indústria cinematográfica. Em suas redações, especialmente no espaço jornalístico em análise, a coluna Plug, ele delineou uma busca por novas formas de linguagem, adotando uma escrita coloquialista, e também de experimentação estética, defendendo

o super-8 como uma alternativa radical e acessível.

Para Torquato Neto, essa técnica se aproximava do real de maneira mais autêntica, pois, com sua leveza técnica, menor ou nenhum controle de roteiro e restrições mínimas, proporcionava uma expressão direta e fugaz das vivências cotidianas. Assim, ao mesmo tempo em que mantinha uma postura crítica em relação ao movimento cinemanovista e seus principais expoentes, empenhava-se na promoção de um novo fazer cinematográfico, marcado pela experimentação e pela busca de uma linguagem alternativa que refletisse de forma mais visceral a realidade brasileira

Considerações finais

Nesta pesquisa, foram observadas e analisadas as críticas de cinema de Torquato Neto na Coluna Plug, publicadas através do jornal “Correio da Manhã” (RJ). Nesse sentido, o escopo principal da análise recaiu sobre suas críticas cinematográficas, com ênfase nas configurações e rumos do movimento do Cinema Novo e nos principais cineastas que o integraram, destacando-se, dentre eles, Glauber Rocha.

Dessa forma, com base nas fontes históricas e nas produções teóricas de historiadores de referência, estes citados no decorrer do texto, é passível de constatação que Torquato Neto assumia uma postura de transição entre o Cinema Novo, então em fase de emergência e consolidação, e o emergente Cinema Experimental, que gradualmente tornara-se seu principal foco de interesse. Assim, essa inclinação revela-se, sobretudo, em suas apreciações favoráveis ao formato super-8, por ele considerado a mais recente e inovadora expressão da linguagem

cinematográfica.

Por fim, presume-se que o presente estudo tenha atingido os objetivos previamente estabelecidos, possibilitando novas reflexões e perspectivas historiográficas no que concerne o pensamento do poeta tropicalista Torquato Neto e como o mesmo se relacionava com as produções cinematográficas nacionais de sua época. Assim, espera-se que os respectivos leitores se sintam instigados e empolgados a desenvolverem novos estudos acerca desse contexto histórico, contribuindo, nesse sentido, para a ampliação da compreensão e debate acadêmico desse contexto.

Referências

ARAÚJO NETO, Torquato. FILHO de Kennedy não quer ser Kennedy. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1971. Coluna Plug.

ARAÚJO NETO, Torquato. Plug. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 19, 12 jun. 1971. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspxbib=089842_08&Pesq=%22Torquato%20Neto%22&pagfis=21175>. Acesso em: 06 out. 2024.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. *Torquato Neto e seus contemporâneos: vivências juvenis, experimentalismos e guerrilha semântica*. Teresina: Editora Cancioneiro, 2ª ed., 2024.

CASTELO BRANCO, Edwar Alencar. Canta, Torquato, ainda que teu canto pareça pranto, pois eu sei que é canto. In: MENDES, George; CAMPELO, Viriato; CUNHA, Paulo José. *Torquato Neto: arte inacabada*. Teresina: Edufpi, 2022.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de paupéria: Torquato Neto e a invenção da tropicália*. Teresina: Editora Cancioneiro, 2024.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Travessuras em superoito milímetros: o cinema em liberdade de Torquato Neto. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, núm. 18, 2010.

CINTRA, André. *Leia a íntegra do manifesto Uma Estética da Fome, de Glauber Rocha*. Site: Vermelho, 2019. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/leia-a-integra-do-manifesto-uma-estetica-da-fome-de-glauber-rocha/>>. Acesso em: 04 jan. 2025.

CUNHA, Paulo José. De Oswald a Torquato. In: MENDES, George; CAMPELO, Viriato; CUNHA, Paulo José. *Torquato Neto: arte inacabada*. Teresina: Edufpi, 2022.

DELEUZE, Gilles. *Cinema 1: a imagem-movimento*. São Paulo: Editora 34, 2018.

LIMA, Frederico Osanam Amorim. A invenção do cinema brasileiro moderno: apontamentos e trajetórias de pesquisa. *IS Working Papers*, 3ª Série, n.º 4, 2015.

RAMOS, Alcides Freire. Revisitando delimitações historiográficas cristalizadas na história do cinema brasileiro: o Cinema Novo e o Cinema Marginal. *Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 17, n.º 2, 2020.

SILVA, Irma Maria Viana da. A trajetória artístico-intelectual glauberiana: da Estética da Fome à Eztetyka do Sonho. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 6, núm. 14, pp. 222-241, 2018.

17

**Entre a delicadeza e a
virilidade: bailarinos e
masculinidade em
Teresina (1970-1990)**

*João Vitor dos Santos
Francisco de Assis de Sousa Nascimento*



Entre a delicadeza e a virilidade: bailarinos e masculinidade em Teresina (1970-1990)*¹⁰⁶

A década de 1970 perfaz momento de ebulição no cenário teresinense em sentidos múltiplos: na plêiade de acontecimentos que englobam desde os projetos de modernização da mais importante cidade do Estado do Piauí – a vista de desvencilhar-se da alcunha provinciana que a capital interiorana transmitia na comparação com outros centros urbanos nacionais –, perpassando os impactos da juventude contracultural – no desbunde dos códigos de conduta comportamental, de maneira expressiva nos usos do corpo na ordem da micropolítica – e estando a arte em evidência no momento como recurso de propagandeamento e/ou expressão das querelas diversas, o ensino institucionalizado da dança na cidade dá seus primeiros passos, figurando as investidas da bailarina Lenir Argento¹⁰⁷ como símbolo de iniciativa em tais âmbitos a partir da fundação de sua escola, em 1972.

Como manifestação da cultura intrinsecamente ligada à prática artística, a prevalência da dança em Teresina exhibe os traços da própria identidade regional, tecida por um mosaico histórico que abarca memórias, tradições, percepções e a aplicação prática de tal arte nas dinâmicas sociais. Longe de se apresentar como um fenômeno está-

106. Texto oriundo de pesquisa em andamento, a compor a monografia de conclusão de curso intitulado *Entre a delicadeza e virilidade: história e memória de figuras masculinas da dança em Teresina (1970-1990)*, orientado pelo Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (DH/UFPI), sendo requisito para obtenção do grau de licenciado em História pela Universidade Federal do Piauí.

107. Considerada precursora da dança clássica no Piauí, Lenir de Oliveira Argento fundou uma das primeiras academias de balé em Teresina, em 1972, a qual levava o seu nome. A Academia de Balé Lenir Argento fora responsável por formar artistas bailarinos entre as décadas de 1970 e 1990.

tico, a cidade pulsava ao ritmo dos instrumentos artesanais durante os Reisados, acompanhava o passo irregular do cavalo piancó, deslizava sob os giros e as poesias do bumba-meu-boi, e se envolvia nas festividades religiosas das quadrilhas juninas, além de se deixar contagiar pela efervescência da bateria que convocava ao samba em seus vibrantes carnavais de rua. No que diz respeito à rotina cotidiana, e apesar de sua designação como provinciana, Teresina ainda revelava um notável caráter boêmio em suas noites, marcadas tanto por bailes pudicos, como pelos cabarés da zona, espaços estes onde se consolidavam contratos sociais, encontros amorosos, flertes, namoros, prazeres efêmeros, conversas e a pressão social acerca dos costumes – tudo entre uma dança e outra. A respeito dos espaços dedicados à dança no cotidiano e da dança enquanto prática social, Bernardo Sá Filho nos elucidou:

Dos bailes, os mais tradicionais e elegantes eram os do Clube dos Diários, fundado em 1922 e que nos anos 1940 e 1950 passou a contar com outras formas de entretenimento como jogos de cartas, xadrez, sinuca, pingue-pongue, dominó ou simplesmente o encontro com amigos para uns drinks e conversa amistosa.

Teresina já figurava como uma cidade dançante. Além do Clube dos Diários, outros fizeram história como o River, que era recreativo e esportivo, e o Jôquei Clube do Piauí, também destinado a pessoas de médio e alto poder aquisitivo, sem dizer dos mais populares, como o Botafogo, Os Terríveis, o Teresinense, o Automóvel Clube e a União Artística. Os bailes ali realizados aproximavam as pessoas não somente do ponto de vista físico, mas também afetivo, já que, fora dos clubes, as relações eram tímidas, formais e vigiadas pelos costumes da época (Sá Filho, 2017, p. 43).

Desse modo, dançar fazia parte da rotina e dos códigos de socialização, desde as classes de maior poder aquisitivo aos espaços populares de recreação. Sendo elemento também de aproximação entre pessoas de maneira estreita – o toque, o contato físico – em sua execução, recaia nela a vigília das condutas: às moças o recato de

deixar-se conduzir, de estabelecer os limites da proximidade corpo a corpo na valsa, no forró, no foxtrote; aos rapazes a afirmação de sua masculinidade no conduzir da dama pelo salão, na ostentação da versatilidade de parceiras a cada dança, no acesso aos cabarés – sendo este, segundo Sá Filho, outro notado espaço onde a dança era presente, mas restrito o acesso ao universo masculino – e seu festejo íntimo com as cortesãs, a se desvelar os beijos e maiores profundidades à quatro paredes, despontando um tipo viril esperado de si.

Ao se tratar da dança enquanto arte cênica, as novas propostas que não se ligavam necessariamente ao folclore e tradição em sua finalidade, além de pensar no corpo em evidência de forma para além do usual – mas enquanto tela da obra de arte –, tensionavam os códigos de conduta em voga pelo fato do corpo feminino ser exibido em cena ao passo em que se formulava nova possibilidade de masculinidades aos moços que ousavam vestir suas malhas e porem-se a dançar – mesmo diante da formatação de um estigma social que vai se criando em torno das performances de masculinidades contrastantes entre, de um lado, aquela típica da rudeza das ações do macho que afirma sua condição e, de outro, a delicadeza dos passos que a dança exige e que cada vez mais ganha espaço na tessitura dos tempos modernos da urbe.

A profundidade das transformações históricas, porém, vai de encontro às ponderações de Pierre Ouellet: “o tempo é um renascimento, sendo reminiscência, resurgência, lembrança de um nascimento que não acaba” (2019, p. 16), no sentido de que as influências em transversalidade temporal asseguram que o discurso do tipo macho viril permaneça enraizado no meio social face aos ares da modernização. Prova disso é a maior receptividade da dança cênica por parte das moças – ou melhor: das famí-

lias que as matriculavam nas aulas – no intuito do exercício da atividade em forma recreativa. Os rapazes, por consequência da imersão sociocultural aos valores da tradição do macho, eram levados a encarar aquela manifestação artística como suprimida aos traços femininos da leveza e do culto à forma, aspectos não condizentes com a performatividade exigida de si, recaindo sobre suas concepções a estruturação de “dois mundos, dois sistemas de valores: o mundo masculino positivado; o mundo feminino como o seu outro, a sua negação” (Queiroz, 2008, p. 23). Ainda assim, houve quem desafiasse o quadro em questão.

Homem nordestino, dança, tensões

Nas palavras de Sandra Jatahy Pesavento (2004), a cultura é “uma forma de expressão e tradução da realidade de que se faz de forma simbólica”; precisamente, constitui a codificação dos signos e significados de uma sociedade pela “apreciação valorativa” que decorre dos transcursores sócio-históricos de suas formações, cristalizando-se no bojo das propriedades de definição, representação e interpretação da comunidade que partilha de tais códigos. Mesmo diante das vicissitudes do transcurso temporal, a cultura grava impressão digital no meio, mantendo-se presente nos intervalos das edificações dispostas, sejam elas mais ou menos aplacadas pelas transformações sucedidas (Pesavento, 2004, p. 15).

Ao pensar nos códigos de postura masculina à luz dos anos 1970 em Teresina, desvela-se que a incidência das condutas transgressoras aos padrões bem delineados de sexo e gênero – provenientes até então às bases do patriarcado (formulados com maior afinco no meio urba-

no na virada do século XIX para o século XX¹⁰⁸) –, a partir da juventude em desbunde, causara desconforto nos segmentos mais conservadores do corpo social, porém não fora capaz de suprimir as composições tradicionais do exercício e da semântica acerca da masculinidade (Brandão, 2019). A especificidade cultural de uma performance masculina muito atrelada ao regionalismo nordestino não se torna a quem dos novos tempos, perdura em potência e essência assegurando suas concepções e representações.

No tocante à masculinidade cultivada no espaço nordestino, é pelo regionalismo que se lança a personificação dos ideais confluentes à cultura de seus representantes, estes que são incumbidos de ostentar a força do Nordeste frente à superação econômica alcançada pelos estados do Sul. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013), é no indivíduo do sexo masculino onde se instala a potência dos enquadros culturais de afirmação e ilustração de um povo, o qual se insere também no universo piauiense enquanto estado componente do Nordeste e de cultura compartilhada dos vizinhos. O tipo nordestino – cravado no simbolismo do espaço – é aquele construído à vista de apresentar maior efeito de força, virilidade, na projeção da forma mais acentuada da autoridade, segundo a ordem de estima de dominação do macho como sinônimo de vigor: o homem. Na busca pela certificação da tradição, empreende-se a formulação do ideal que sustenta o arranjo; de tal modo, é o tipo provido do falo que ganha a centralidade do imaginário, e mesmo os sujeitos desprovidos dele devem consigo carregar as características do dote viril:

108. Acerca da questão, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros) e CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX*. Teresina: EDUFPI, 2008.

Quando dizemos homem nordestino, não é apenas porque estamos reproduzindo a generalização do discurso humanista, em que a palavra homem serve para se referir a toda a espécie, o que já é sintomático de que este homem em geral também é pensado no masculino, mas é porque os discursos que analisamos não deixam dúvida de que o homem nordestino é um homem, ou seja, é macho, é pensado no masculino, não há lugar para o feminino nesta figura. *No Nordeste, até as mulheres seriam masculinas*, como pareciam queixar-se cada vez mais os próprios discursos masculinos na região. Seja por motivos eugênicos, telúricos ou histórico-culturais, *o nordestino é definido como cabra macho, é um cabra da peste, homem de fibra, uma reserva de virilidade nacional* (Albuquerque Júnior, 2013, p. 153 – grifos nossos).

Para efetividade da investida, não se admite os traços frágeis em suas linhas constitutivas; neste tipo não poderia haver a fragilidade da criança ou a delicadeza da mulher, e mesmo os indivíduos imersos em tais condições são investidos dos realces do tipo viril incorporando os sinais assimilados ao ideal masculino próprio. Até as mulheres, portanto, seriam masculinas, coabitando em si a fibra e robustez das maneiras de fazer e habitar o espaço mergulhado pela cultura do tipo nordestino aos dotados sensíveis e submissos esperados da fêmea. Corre pelo Nordeste, pois, a aura impositiva de uma masculinidade formatada nos aspectos mais salientes da virilidade, um tipo inexorável de macheza.

Entre os representantes socio-históricos que formam o modelo nordestino elencados por Albuquerque Júnior¹⁰⁹, no Piauí, o vaqueiro se instala na alegoria social como o herói destas bandas, muito por conta das razões históricas da formação do estado que conferem sua importância nos âmbitos das atividades econômicas e sociais da comunidade desde o período colonial. Em uma socie-

109. O autor apresenta os tipos regionais e sociológicos presentes na região, a partir da composição histórico-geográfico, tais como: o sertanejo, o praieiro, o vaqueiro, o senhor do engenho ou o coronel, o caboclo, o matuto, o cangaceiro ou o jagunço, o beato (líder religioso carismático) e o retirante. (Albuquerque Júnior, 2013, p. 186-187).

dade estratificada em fatores inclinados às dicotomias da liberdade e da escravidão, dos tons de pele relacionados à ascendência europeia, nativa ou africana, o vaqueiro torna-se insígnia sobressalente ao corpo social por dispor de possibilidades muito próprias de autoridade, livre-alvedrio e, em tese, de ascensão econômica pelo trabalho, lida e repartição do gado – atributos justificáveis à grande ambição pelo posto que, conseqüentemente, conferia o status de *sex symbol* pela ousadia e valentia, tornando-se personagem hospedado nas mais variadas caracterizações do meio de forma transversal na cultura piauiense. Pelo estudo de Tânia Brandão (1999), reconhece-se que:

Em meio aos componentes dessa camada social intermediária entre fazendeiros e escravos, destaca-se o vaqueiro, figura simbólica da região pastoril, tanto no folclore local como na historiografia. Por um lado, representava toda a sociedade pecuarista, por ser o elemento diretamente envolvido com o gado. Por outro, o tipo de vida que levava, montado a cavalo, solto pelos campos, administrando um patrimônio longe da fiscalização do patrão serviu como indicador da liberdade existente nas sociedades do interior pastoril (Brandão, 1999. p. 105-106).

Tratando-se de personagem com significado entendido pelos incursos históricos, os quais cravam presença na cultura, pode-se dizer que a efígie deste acaba por servir de parâmetro ao que se espera do tipo ideal de homem à vista das construções discursivas o alçarem como “símbolo da liberdade e modelo de masculinidade desta região” (Bezerra; Lima, 2016, p. 123-124), uma vez que é justamente a sua masculinidade o aspecto definidor da sua identidade, e isto fora levado em consideração na construção de um perfil traçado ao longo dos anos. O vaqueiro modela um tipo de sociedade na qual “o medo e a covardia não poderiam fazer parte da sua personalidade” (Bezerra; Lima, 2016, p. 126), virtudes acionadas somente com a percepção e performance de um homem destemi-

do, forte, másculo, macho em forma física e vigor sexual; o tipo que sobrevive às intempéries do sertão:

É esta natureza que também explicaria uma característica decisiva no nordestino, a de ser másculo, viril, macho. Só um macho poderia defrontar-se com uma natureza tão hostil, só com uma exagerada dose de virilidade se conseguiria sobreviver numa natureza adusta, ressequida, áspera, árida, rude; traços que se identificariam com a própria masculinidade. Por isso, até a mulher sertaneja seria masculinizada, pelo contato embrutecedor com um mundo hostil, que exigia valentia, destemor e resistência. Só os fortes venciam em terra assim. A masculinidade nordestina se forjara na luta incessante contra um meio em que apenas os mais potentes, os mais “membrudos”, os mais rijos, homens que nunca se vergavam, nunca amoleciam diante de qualquer dificuldade, conseguiam vencer. *Os homens fracos, débeis, delicados, impotentes, frágeis, afeminados não teriam lugar numa terra assim, não sobreviveriam.* Ser macho era, pois, a própria natureza do nordestino. Seria no espelhamento do mundo natural que estes machos hiperbólicos se haviam formado (Albuquerque Júnior, 2013, p. 172-173 – *grifos nossos*).

Se as bases histórico-culturais do Brasil colonizado, em sua completude, assentam o patriarcado e a figura masculina como dominante (quais sejam os aspectos sociais, políticos, ou de quaisquer outros âmbitos), o Nordeste projeta a forma mais acentuada de homem em seus atributos de autoridade: o macho. Rústico, telúrico, eugênico, o macho nordestino remonta o sertanejo, o vaqueiro, o senhor do engenho, na confluência do sujeito cujos comportamentos, atitudes, hábitos e manifestações artísticas pertencem à cultura tradicional, ao espaço rural, “ainda não marcadas pela delicadeza das culturas civilizadas” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 185). Isolado da moda, atrelado à terra, não é tipo que se degenere pelas influências cosmopolitas. Forte, sagaz, compete a coragem da defesa da integridade e do respeito. Rijo, duro, a pouca polidez dos costumes é o apanágio de sobrevivência às condições adversas. A potência atribuída ao falo, portan-

to, é a única capaz de penetrar a crise e inseminá-la com as sementes de nova vida: somente a um homem se delega o trabalho de defender a honra, e somente um macho é capaz de fazê-lo. Para o embate, o macho nordestino está a postos, treinado pela natureza que o criou, que lhe conferiu virilidade, pois no sertão não há brecha para a moleza.

A política que percorre o performar viril do homem nordestino é a afirmação de um sujeito que se apresenta impávido frente às mudanças de seu tempo, não porque rejeita o progresso, mas por partir do princípio da identidade que deve ser conservada – é preciso manter a tradição, sobretudo, frente às avarias que modificam a cultura, as raízes de identificação, dando vazão a quem se é. Calha-se, ao fim e ao cabo, o fato da identidade desejada ressaltar a potência de um homem aos moldes rústicos, “macho”. É precisamente desta posição que se procura estabelecer a figura não somente da persona em si, mas do entrelaçamento projetado como indivisível entre o espaço-habitante, ou seja, Nordeste-nordestino, entendendo sujeito-cultura: um homem forte por conta de uma região forte.

Aos anos 1970, a modernidade que envolve Teresina entrelaça-se ao conservar da identidade afirmativa do perfil masculino cultivado ao longo do tempo, performando-se a política no corpo e nos costumes (Bhabha, 2013, p. 40), materializando a esfera simbólica da força do passado herdado e a essência dos sujeitos habitantes do meio, na dicotomia de conviver com o moderno e, ainda assim, por ele não se deixar levar. Deste modo, a essência que constitui o indivíduo típico do Nordeste é, de modo dominante, a hipérbole de virilidade, pois em terra onde só se vence pela força, onde até o feminino se enrijece aos fazeres do habitar e vivenciar a natureza, não basta ser

homem, tem de ser “macho”.

Para que se trace o papel desse “macho” característico no processo de sua afirmação, a performatividade das condutas viris exige, em máxima, afastamento dos atributos taxados como parte do universo feminino. Ao homem nordestino compete a valentia, a dureza e a seriedade abrutalhada das palavras proferidas. Ao tipo masculino rústico confere-se a reclusão dos sentimentalismos aflorados e das emoções denotadas à vulnerabilidade do espírito e do corpo; mas, se, porventura, aberturas são cedidas à transparência da subjetividade emocional, que esta fosse a paixão pela terra e a defesa pela linhagem e pela honra.

Envolto em códigos de vigilância do corpo e das ações (Foucault, 2014), na “onipresença do poder” do discurso que estipula as normas de conduta sexuais (Foucault, 2022, p. 101), poucas são as brechas de transparência da sensibilidade íntima daqueles providos do falo. Dentre os subterfúgios permissivos à exteriorização sentimental pela poética do ser, a arte torna-se lugar de licença para a exposição dos atravessamentos sensíveis não expostos ordinariamente. Mas não é toda forma de arte se inclui nos parâmetros da virilidade – distingue-se a arte instituída, tributária dos ideais que orbitam e reafirmam o discurso do cabra da peste – tampouco se aborda quaisquer temáticas – resumindo-se ao cantar dos flertes às donzelas, da exaltação da figura masculina destemida, da simplicidade do sertão, do respeito à tradição e, se longe, da saudade de casa.

Quanto à dança, sua prática não se encontrava apartada da sociedade teresinense, tampouco os homens se restringiam a dançar. Mas a coreografia disposta nas câmaras de baile regia-se pelo libreto da enunciação da estirpe e da sexualidade: na dança popular montava-se

lugar de memoração da cultura dominante e de afirmação da masculinidade ao homem que conduzia sua dama ao salão. Ao passo dos movimentos rítmicos existia a cautela da postura rija, a postura “de homem” ao dançar, deixando-se a plasticidade cinésica aos pares femininos. De tal forma, quando o balé ganha espaço na Teresina de então, o estilo da arte vai supostamente ao desencontro do convencional, exigindo também dos rapazes a suavidade da marcha, o culto ao expressionismo sentimental na interpretação dos papéis, a articulação e exposição do corpo cênico. Eis que se instala o descompasso entre os tipos impostos e esperados pela tradição e pela nova arte acerca do homem.

Para Judith Butler (2018), longe de ser lastreado numa imanência de característica natural, ou biológica, o gênero é, antes, a construção social da crença de heterogeneidades dos sexos acerca dessa suposta essência inata da biologia, difundida por meio daquilo que Foucault denomina de *dispositivos de poder*; ou seja, estipulando a segmentação dos sexos, programa-se a regulação da sexualidade aos fins da homogeneização da sexualidade apta a reprodução, formação de prole. Na assimilação e difusão do propósito regulador, do corpo exige-se a performatividade das condutas acionada às divisões do “ser” masculino e do “ser” feminino, de modo que se determina as ações e comportamentos esperados dos indivíduos XX e XY, cada qual segundo as convenções estipuladas artificialmente. A performatividade do gênero, a propósito, sugere “a premissa básica a garantir uma ontologia pré-social de pessoas que consentem livremente em ser governadas, consistindo assim a legitimidade do contrato social” (Butler, 2018) e, por ser basilar, atua incutindo seus elementos pré-discursivos desde a tenra idade.

Já na infância, os corpos infantes são sujeitados às

normas concernentes aos padrões da ordem heteronormativa, sendo introduzidos ao reconhecimento destes a partir de caracteres lúdicos como a dicotomia de cores, de brinquedos, de brincadeiras e atividades recreativas. No universo arquitetado na oposição entre o azul e o cor de rosa, a dança (e sobretudo o balé erudito, em sua composição clássica ou contemporânea) também entra na roda como alvo da segregação ocupacional dos gêneros, sendo voltada às meninas muito como estratégia para a assimilação e afirmação da feminilidade (Santos, 2009) num momento em que, por ironia das circunstâncias, coincide com a fase ideal do ingresso dos indivíduos nesta arte.

Tratando-se de atividade que exige a elevada consciência corporal e alta performance física, a dança requer trabalho iniciado em corpos ainda bem jovens para que se desenvolva com maior excelência a técnica exigida tanto em seu preparo físico (a flexibilidade dos músculos e estrutura postural) quanto artístico (a integração do método e a expressividade subjetiva do performer), sendo este a justa conjuntura temporal em que, se as meninas estão aprendendo a incorporar a performatividade feminina – a qual os pais identificam tais perfis na dança e as inserem neste espaço –, os meninos também estão assimilando a performatividade do masculino – e, por isso mesmo, são afastados da atividade a qual, segundo os olhos da virilidade convencional, não encontra-se como primeira, nem mesmo a segunda ou terceira possibilidade de ambiente onde se possa exercitar os trejeitos de “macho”, tampouco afirmar a masculinidade hegemônica e esperada (Andreolli, 2010, p. 112). Assim, desde cedo, os rapazes crescem e tomam como verdade que o dançar é “coisa de mulher”.

A sociedade impõe comportamentos sociais diferentes para os dois sexos, o masculino, a dominação e a força (simbolizando a agressividade), já o feminino a submis-

são e a fragilidade, exprimindo os estereótipos aceitos pela sociedade. Nesta perspectiva tradicional e hegemônica, masculino e feminino seriam opostos um ao outro. Logo praticar a dança, mas especialmente, a sensibilidade e expressividade do balé clássico e contemporâneo, se torna algo inadequado para os homens, pois foge a masculinidade tradicionalmente marcada pela rigidez, dureza e instrumentalidade racional (Gonçalves, 2014, p. 104).

Desenvolve-se, então, um estigma latente ao simbolismo social da cultura viril em torno do paralelo da masculinidade e da dança clássica – posteriormente estendido também aos âmbitos da dança contemporânea – localizando os preceitos existentes no balé, como a delicadeza dos movimentos e a exposição dos sentimentos, numa “aproximação perigosa com o feminino” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 51). Pelo arranjo projetado no intuito de demarcar contradição de condutas, os rapazes internalizam a imagem dos bailarinos homens como figuras demasiadamente próximas dos atributos da feminilidade, de trejeitos – aos olhos submersos no discurso machista – frágeis, “homens quase mulheres de tão delicados.” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 57). Logo, a força do discurso do tipo masculino formatado nas idealizações do nordestino desenrola em sua manutenção e evita desassociação dos códigos de performance estipulados.

É como se o homem tivesse que provar constantemente a sua masculinidade, a sua virilidade “natural”, como um valor social. A masculinidade é assim delineada sob uma luta diária com atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados (HONÓRIO, 2009, p.4) [...] requerendo sacrifício e deveres cumpridos (Gama, 2016, p. 33-34)

Assim, se se concebe esse o tipo “macho” aos caracteres da brutalidade, rusticidade e vitalidade heterossexual afirmada, as novas formas de dança que se instalam naquela realidade avolumam os *tipos dissidentes de*

masculinidades (Mascarello, 2022, p. 50) já expostos nos corpos da juventude contracultural que causava mal-estar ao desafiar os limites das condutas masculinas e femininas. Nesses caminhos que se abrem aos perfis masculinos alternativos à ordem conservadora, condiciona-se o novo olhar dos rapazes para com a arte da dança em sua característica cênica e de culto à forma e à beleza plástica e sentimental, muitos pelo fato de já estarem imersos nas esferas artísticas, desenvolvendo estudo nas searas do teatro e da música.

Destarte, os desígnios impostos à moral conservadora masculina, ainda que surtisses efeito na maior parcela do meio social, não conseguiram barrar por completo os ímpetus de alguns rapazes que encontraram na dança possibilidades de identidade e paixão pela produção artística. De fato, eram as moças quem realmente lotavam as salas de aula dos *maîtres* de balé, pode-se mesmo supor que a realidade as tomava como público-alvo nos incursos das primeiras academias que se instalavam, a começar pela de Lenir Argento. Todavia, o entusiasmo de nomes como Helly Batista, Marcelo Evelin, Frank Lauro e Júlio César – alguns dos componentes da primeira leva de rapazes que se matriculam em cursos de dança almejando-a como futura profissão – foi crucial para se depreender nova acepção e pavimentar caminho para tantos outros nomes como Sidh Ribeiro, Roberto Freitas, Datan Izaká (para citar alguns deles).

A densidade do discurso do macho nordestino constitui o enredo das lembranças dos bailarinos neste trabalho entrevistados, das decisões iniciais de fazer parte do universo da segunda arte, em grande medida por conta da não identificação com os regimentos estipulados em torno do agir e do portar-se, da expectativa, em especial, que lhes eram lançadas pelo meio social. Iniciando o inte-

resse na dança nos anos 1970, Marcelo Evelin, por exemplo, evidencia uma realidade dos costumes fortemente ligada aos pilares dos princípios do tipo “macho”; num panorama de vivência das cobranças referentes ao comportamento e às atitudes dos indivíduos do gênero masculino, o bailarino conta:

Nos anos [19]70 não tinha essa escolha, não tinha nem uma ideia ou uma opinião ou um sentimento bem formulado de como ser contra a um tipo de masculinidade [dominante]. Era o que existia, era o que era imposto, era o que era legitimado e você, de alguma maneira, tinha que se adaptar ou tinha que escapar – mas, no caso de escapar, às vezes pode ser reafirmar alguma coisa em que você não se encaixa (Carvalho, 2024)¹¹⁰.

A adaptação aos moldes da cultura viril divide-se na ambivalência da tomada de partido pela internalização e exercício prático dos regimentos da performance exigida ou, ainda, no adequar-se ao rótulo da diferença – caso se assuma posição em discordância com os códigos de postura requeridos – rendido pelo meio sociocultural. Ambas, no entanto, convergem postura de convicção em manter-se pertencente ao ambiente, mesmo que permeado de dificuldade. A não adesão e o escape ao amoldamento no sentido da fuga também são possibilidades, mas corroboram a sensação de não conformidade com o meio, como se não fosse possível se encaixar. Ainda nas palavras de Marcelo Evelin, a masculinidade esperada pela maior parte da sociedade no período

Era totalmente formatada como a imagem de homem heteronormativo. Era um formato de homem que não se permite a nada, de um homem que não chora, de um homem que é duro. [...] Existia uma corrente que você não tinha opção de não ser assim, porque, se não, você seria uma pessoa realmente jogada para o lado, seria uma pessoa que “não funciona” (Carvalho, 2024)¹¹¹.

110. CARVALHO, Marcelo Evelin de. *Entrevista concedida a João Vitor dos Santos*. Teresina, 14 mai. 2024.

111. Idem, *Ibid.*, 2024.

Um homem que “não funciona”, dentro da lógica da masculinidade exacerbada, apreende o sentido de não harmonia entre o indivíduo e as condições dispostas para seu reconhecimento de gênero, na ordem das ações práticas balizadas nos aspectos simbólicos. “Não funciona” enquanto sujeito identificável, de limites e composições definidas, alvo da *vontade de saber* sedenta pela disciplina (Foucault, 2022, p. 17). “Não funciona” enquanto caracterizado com moleza, fragilidade, frouxidão, impotência... decerto este é o justo elemento limitante à funcionalidade do homem em tais moldes, o concernente ao sentido sexual de prover o vigor do lugar de autoridade, em posição de idoneidade, do desejo cumulativo e do coito em posto ativo.

A contradição arbitrária entre o viril e o delicado, donde emerge a suposição da dança enquanto prática dotada do espírito feminino, espelha repulsão à associação a tal universo. Manifesto ao bailarino atributos sensíveis, nele se imprime a passividade sexual atribuída à fêmea, mas na escala de escárnio ao homoerotismo. De maneira incipiente, antes mesmo da confirmação do artista, especula-se a homossexualidade do homem que dança e, no inconformismo da suposta conexão ao feminino, faz-se disto motor e combustível para insultos, visto que a aproximação com a feminilidade – e a aparente perda da virilidade – provocava efeito de chacota:

Vou dizer bem no popular: ser bailarino era ser sinônimo vivo de viado. Literalmente, não tem outra sentença. Não tem outra palavra utilizada nos anos [19]70, [19]80 e [19]90 para descrever o que era o bailarino no jargão popular. Pra sociedade, balé era coisa de gay e acabou. Isso foi muito difícil para mim, até porque eu vivi muito numa lógica que eu não tinha muita certeza da minha própria sexualidade, então eu fui casado e eu tive um filho. Tem toda uma história, toda uma confusão... talvez fosse até uma fuga por conta de toda essa pressão da sociedade (Sousa, 2024)¹¹².

112. SOUSA, Júlio César de. *Entrevista concedida a João Vitor dos Santos*. Te-

A fala do bailarino Júlio César, atuante na área desde o início da década de 1980, revela as sombras do estigma latentes ao homem que dança pelos olhos do meio social impregnado dos valores de acentuado enfoque fálico-moral: a desqualificação enquanto homem discorre-se, ademais, nos termos pejorativos com objetivo de diminuição da identidade masculina dos bailarinos. Em cada “viado”, “bicha” e outros termos proferidos, bem como nas imitações dos movimentos cênicos executados de forma desdenhativa, entrelaça-se fobia ao espectro tido como da ordem feminina e aversão à individualidade homoafetiva, como se o indivíduo gay e o bailarino (postos como sinônimos) não apresentassem legitimidade característica do “macho”, em outras palavras, como se não fossem suficientemente homens.

A pressão instituída sobre a performance social, o corpo e as condutas geram receio pessoal aos bailarinos sobre a vivência de suas subjetividades, implicando, por sua vez, questões não resolvidas com a própria identidade sexual, se for o caso. Júlio César, em primeiro momento, busca fazer uso das possibilidades de adaptação anteriormente destacadas, optando pelo caminho da sujeição ao exercício prático da performance exigida, casando, constituindo família, exemplificando uma fuga não do meio, mas da própria natureza subjetiva de sua condição sexual, experienciando os contrastes existentes no meio social e artístico na formatação de uma identidade – conforme suas ponderações na época – teoricamente mais alinhada ao esperado de si, conforme os reclames simbólicos estipulados ao seu gênero.

A ideia que toca o tipo masculino viril persistente não é questão que se finda na dissensão entre novas formas de performar masculinidade e as exigências tradicionais, 13 jun. 2024.

nais do homem nordestino ocorrentes nos anos 1970, mas se estendem por todo o resto do século. Já nos anos 1990, Roberto Freitas observa os contrastes de performance que permeiam a fala de Júlio César acerca das décadas anteriores, entretanto, refere-se mais especificamente às questões envolvidas com a dicotomia do trabalho cênico e o viver ordinário, os quais se chocam no transitar entre o meio artístico e campo social carregado dos preceitos e preconceitos aqui discutidos:

Existia uma coisa que me incomodava sobre uma cobrança machista da sociedade de querer que homem seja viril e etc. Na dança – eu estava estudando para ser bailarino clássico – existia uma coisa que não batia, porque eu não podia ser um macho carrancudo. Um bailarino tem que ser forte, mas tem que ser suave; tem que ser viril, mas tem que ser sensível. Então, como era que eu, criado para ser príncipe de balé clássico, iria ter um protótipo de masculinidade? O macho nordestino? As coisas não batiam, mas eu não me incomodava muito com isso. O que me incomodava mais era, mesmo me entendendo como uma pessoa gay, ser chamado de viado (Freitas, 2024)¹¹³.

Por mais que haja a segurança da identidade sexual, os termos ofensivos recebidos, no fim das contas, não são menos sentidos pelo fato da convicção pessoal acerca da questão estar presente, todavia são de suscetibilidade equiparada não por vergonha à condição, mas pela carga que desvalida a subjetividade concernente à masculinidade do sujeito. Desta forma, descortina-se percepções correlatas às maneiras plurais de viver o masculino. Os bailarinos teresinenses – inseridos nos enquadros de valorização do tipo nordestino firme, rijo, rústico – firmam concepções próprias no universo circundante em face da ligação de elementos posicionados em disparidade, posto a necessidade do recinto da dança de reunir essências variadas para a robustez do arcabouço representativo. Roberto

113. FREITAS, Francisco Roberto de. *Entrevista concedida a João Vitor dos Santos*. Teresina, 09 jun. 2024.

fala das contradições requeridas de si em dois ambientes diferentes, um dilema inevitável quando se mergulha na profundidade de roteiros performáticos aparentemente díspares, mas transparece a formação de um sujeito artista e ordinário, resultado das correlações formuladas nesses *entre lugares* que “fornecem terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação” (Bhabha, 2013, p. 20) donde a dança perfaz idiosincrasia.

Considerações finais

Assim sendo, o panorama aqui montado mostra que diversos foram os fatores que contribuíram para a instalação da dança aos moldes institucionais em Teresina, sendo estes dispostos por um processo de modernização estrutural, cultural e das condutas comportamentais na cidade que, curiosamente, corroboram a promoção das linhas clássicas da dança. Da academia de balé de Dona Lenir Argento, os primeiros corpos dançantes que almejam o profissionalismo na área tomam presença, sendo muitas moças, mas também alguns rapazes – os quais submetiam-se ao jugo do preconceito concernente às abstrações da virilidade dominante.

Intercorre às ideias de formatação do homem nordestino sua instalação durante todo o decorrer do século em questão. Em Teresina, a atmosfera provinciana existente com maior força até os anos 1970 resultou tanto no adensamento do discurso, como também na perpetuação e cristalização deste mesmo. Tamanha intensidade da palavra, sua influência chega ao ponto de incutir influxos sobre as produções artísticas, utilizando-as como forma de legitimação e propagação de seus ideais – pela música, a escrita, o teatro e demais ramificações, estende-se

o braço da tradicionalidade cultural almejada, denotando as referências simbólicas que constituem o Nordeste e o nordestino inventado, criações postas à frente das avarias da modernidade tida como efeminada e “efeminante”, refletindo os tons saudosistas dos cenários coloniais e seus heróis, como o vaqueiro é representado.

Quando se abrem as portas à modernização eminente e novos modelos e vivências de masculinidades alternativas irrompem espaço (sejam pelos motivos de se causar desconforto ao conservadorismo, crítica às normas impostas, estratégia com o fim de chocar o corpo social ou mesmo gozar das próprias orientações sexuais sob gêneros em nova reflexão), o discurso em questão ainda ronda o espaço, ainda está à espreita dos comportamentos desviantes e ainda incide peso sobre os indivíduos em não conformidade com o código de conduta estipulado – no caso tratado, a potência viril do macho nordestino, duro, rústico, contido dos sentimentalismo, avesso à feminilidade.

Portanto, deflagra-se o fato de que a instalação da dança clássica neste ambiente em que até as mulheres são masculinizadas não fora vista de bom tom à aderência dos rapazes. O balé, no exercício dos movimentos leves, da postura palaciana, da codificação afrancesada, é posicionado pelo meio social nos quadros característicos à feminilidade, de modo que os praticantes do gênero masculino, ou seja, os bailarinos, são associados a tal perfil na rotulação das competências do uso ou desuso do falo, provocando suposições acerca da sexualidade desses sujeitos ligados à dança. Ainda assim, nos atravessamentos deste universo, os bailarinos homens observam, dinamizam, consomem e constroem identidades no decorrer do processo.

Fontes orais

CARVALHO, Marcelo Evelin de. *Entrevista concedida a João Vitor dos Santos*. Teresina, 14 mai. 2024.

FREITAS, Francisco Roberto de. *Entrevista concedida a João Vitor dos Santos*. Teresina, 09 jun. 2024.

SOUSA, Júlio César de. *Entrevista concedida a João Vitor dos Santos*. Teresina, 13 jun. 2024.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros).

ANDREOLI, Giuliano Souza. Dança, gênero e sexualidade: um olhar cultural. *Conjectura*, v. 15, n. 1, p. 107-118. Jan./abr. 2010b.

BEZERRA, Monique Gomes; LIMA, Nilsângela Cardoso. Histórias e estórias do vaqueiro nordestino na literatura de cordel. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; SILVA, Jailson Castro; CHAVES, Reginaldo Sousa (orgs). *A forja do tempo: artes e vanguardas diante do contemporâneo*. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 119-140.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BRANDÃO, Laura. Corporalidades juvenis em Teresina na década de 1970. In: Márcio Ananias Ferreira Vilela (org). *Anais do 30º Simpósio Nacional de História – História e o futuro da educação no Brasil*. Recife: Associação nacional de História – ANPUH – Brasil, 2019.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX*. Teresina: EDUFPI, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: 1. Vontade de saber*. 13. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GAMA, Juliana Fonsêca de Almeida. *“Né homem não?” – retratos das masculinidades: entre as singularidades e a hegemonia*. Dissertação (Mestrado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

GONÇALVES, Adriane Oliveira Garcia. Sexualidade, masculinidades e dança: o preconceito e o (des)respeito ao bailarino numa incursão aos filmes Billy Elliot e Dzi Croquettes. In: FREITAS, Eliane Martins de; et al (org.). *Gênero, sexualidade e corpo*. Goiânia: UFG/CIAR; Gráfica UFG; 2014. p. 104.

MASCARELLO, Fernando. *David Cronenberg e a psicanálise: a feminilidade dos homens héteros em eXistenZ*. São Paulo: Editora Polytheama, 2022.

OUELLET, Pierre. BERND, Zilá; GRAEBIN, Cleusa Maria

Gomes; VENERA, Raquel Alvarenga Sena (orgs.). *Patrimônio e memória: narratividade, rememoração, reminiscência*. Canoas: Ed. Unilasalle, 2019. p. 15-30.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Prefácio: sobre os gêneros do desejo. In: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX*. Teresina: EDUFPI, 2008. P. 07-34.

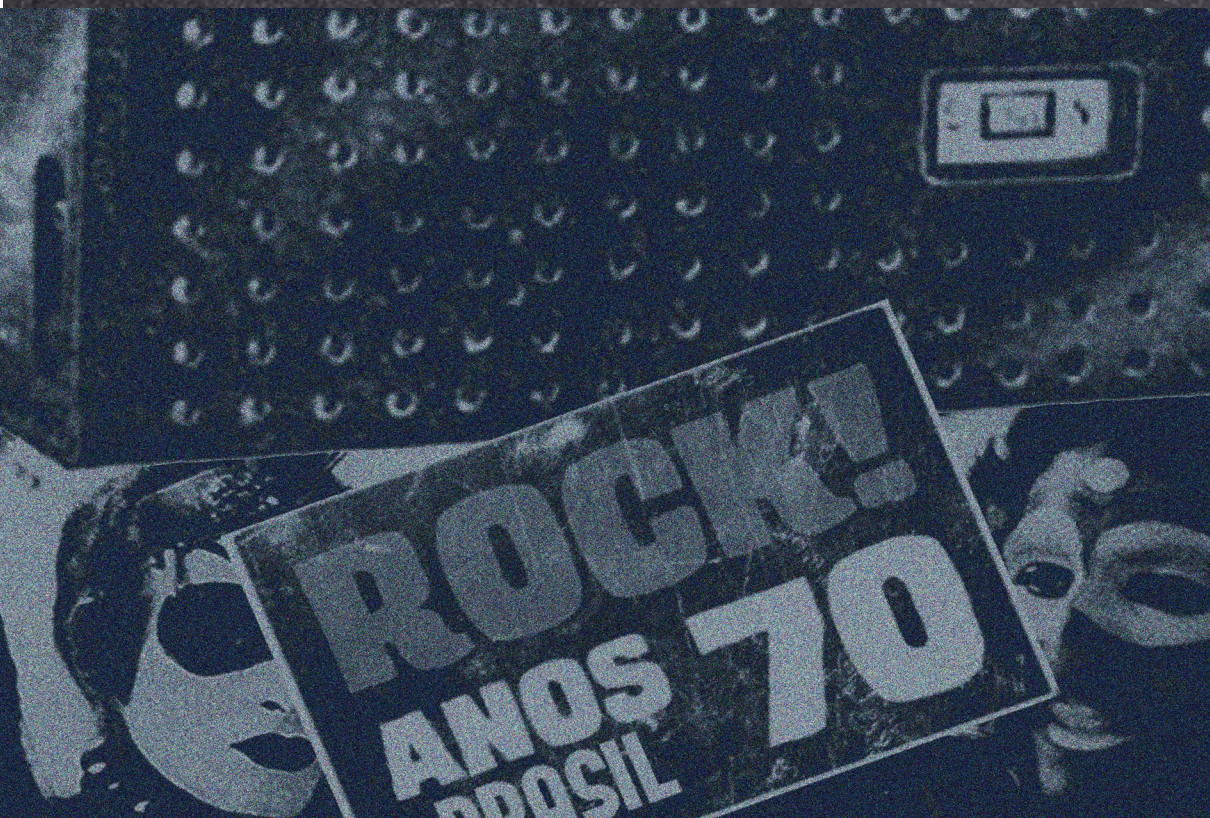
SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *Cartografias do prazer: corpo, boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História – UFPE). Recife: UFPE, 2017.

SANTOS, Tatiana F. M. *Entre pedaços de algodão e bailarinas de porcelana: a performance artística do balé clássico como performance de gênero*. 2009. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

18

O rádio e o rock no cotidiano do litoral piauiense na segunda metade do século XX

*Gustavo Silva de Moura
Claudia Cristina da Silva Fontineles*



O rádio e o rock no cotidiano do litoral piauiense na segunda metade do século XX*¹¹⁴

O rádio, ao longo do século XX, foi um dos meios de comunicação amplamente utilizados por todas as classes sociais no Brasil. No Piauí, a transmissão por ondas radiofônicas teve início com amplificadoras instaladas nos locais de grande circulação. Em Parnaíba, litoral do Piauí, com a redução do custo dos aparelhos, o rádio enraizou-se e popularizou-se entre os habitantes da cidade na segunda metade do século XX, chegando às residências e assumindo uma importante função na comunicação de massa.

A sociedade parnaibana, impulsionada pelas novidades da mídia radiofônica, passou a assimilar sua utilidade, incorporando-a ao cotidiano e formando novos hábitos culturais e sociais. Assim, durante o século XX, o rádio consolidou-se no litoral piauiense, influenciando as relações estabelecidas entre as pessoas, forjando contextos e modificando o dia a dia da população.

Dessa forma, com basea História Oral, especialmente na história oral de vida, será analisada a relação do rock e de seus personagens com a mídia radiofônica do litoral do Piauí durante a segunda metade do século XX. Conforme a historiadora Verena Alberti (2008, p. 157-158), a história de vida surge com o propósito de acessar as experiências e visões de mundo de grupos sociais que não deixaram registros escritos e cujas vivências seriam dificilmente estudadas por outros meios. Diante do exposto, possibilita-se reconhecer a existência de múltiplas histórias, memórias e identidades vinculadas à relação do rock

114. Este texto foi produzido com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), por meio da bolsa de doutorado concedida pelo edital FAPEPI n. 05/2021.

com a mídia radiofônica na região.

Em virtude dos fatos mencionados, também é relevante considerar a perspectiva da micro-história. Segundo o historiador Giovanni Levi (1992, p. 156), essa abordagem atribui importância às atividades, formas de comportamento e instituições que possibilitam discussões significativas sobre conceitos e convicções que, de outra forma, poderiam ser considerados fechados em si mesmos, sem uma criteriosa referência à sociedade em suas particularidades. A micro-história defendida por Levi busca levantar questões que evidenciem os fenômenos gerais em seu papel particular, em harmonia com o social (1992, p. 158-159).

Diferentes gerações tiveram seu primeiro contato com a música rock por meio das emissoras de rádio, e no litoral piauiense não foi diferente. A partir de Parnaíba, o rádio contribuiu para a formação do gosto musical da região e, conseqüentemente, estabeleceram-se parâmetros para os espaços de lazer e para a cultura da região. Considerando esses aspectos, este estudo pretende analisar como se constituiu a relação entre o rádio e a música rock na sociedade e na cultura do litoral do Piauí durante a segunda metade do século XX.

Acessos e práticas de escutas do rock: o caso do rádio parnaibano

Para além das amplificadoras, presentes na década de 1940 e 1950¹¹⁵, as mudanças tecnológicas e a popu-

115. Para uma maior explicação da relação do rádio com a sociedade piauiense nas primeiras décadas do século XX, recomenda-se: SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. *O Rádio com sotaque piauiense: História e memória da Rádio Educadora de Parnaíba em meados do século XX*. 152 f. 2009. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História, Teresina, 2009.

larização das técnicas comunicacionais ampliaram o uso do rádio a partir da década de 1960 em Parnaíba. O rádio passou a estar presente nas residências de famílias de maior poder aquisitivo, bem como entre pessoas da classe média e baixa, além de ser adotado como um atrativo por donos de bares e restaurantes.

Em Parnaíba, com o passar dos anos e a redução do custo dos aparelhos, o rádio foi se enraizando e se popularizou entre os habitantes da cidade, alcançando cada vez mais as residências das classes menos abastadas e assumindo um papel privilegiado na comunicação de massa. Jesum Messias, nascido no final da década de 1960, recorda sua infância no bairro São José, em Parnaíba, e a relação dos moradores da cidade com o universo radiofônico. Segundo ele:

Para você ter ideia, acho que ainda hoje isso acontece como tradição no bairro, não sei, mas aos domingos as casas, as portas e as janelas eram abertas, e quem tinha as suas radiolas colocavam para tocar. Geralmente usavam do rock and roll do Roberto Carlos, a curva de Santos e muitas outras canções e aí entrava Jerry Adriani, The Fevers, Renato e seus Blues Caps e cantores da Jovem Guarda. Tinha também a turma da Tropicália, Pepeu Gomes, Baby Consuelo, Raul Seixas e isso tudo era tocado no bairro São José e nos bares, não era só o brega. O brega sempre foi muito vivido aqui na cidade, mas essa cultura no bairro São José era diferenciada porque tinha essa sonorização (Jesum Messias, 2022).

A programação radiofônica expandiu sua audiência por meio das radionovelas e dos programas de auditório, momentos em que cantores locais e até mesmo nacionais se apresentavam, interpretando canções que conquistavam a atenção do público. Na fala de Jesum Messias, também é possível encontrar o que ele denomina “sonorização”, uma das formas de socialização que disseminava entre a população os diferentes estilos musicais.

Segundo o comunicólogo Jorge Cardoso Filho

(2013, p. 58), as práticas de escuta da música rock são resultados de uma configuração social, cultural, tecnológica e estética. Nesse contexto, desenvolvem-se experiências que estruturam socialmente a forma de escuta e, no caso do rock, proporcionam três tipos principais de relação com a música: contemplativa, corporal e de devoção.

Outro elemento do universo radiofônico que aproximou a população da música rock no litoral do Piauí foi a Rádio Educadora. Em atividade desde a década de 1940, a emissora desempenhou um papel fundamental na difusão musical, levando a música aos lares da região. O ambiente da Rádio Educadora e o seu impacto nas práticas de lazer são lembrados por Rogério Souza (2022), que relata: “Na época só tinha uma rádio, era a Rádio Educadora de Parnaíba, tinha um programa de auditório aos sábados. Pessoal ia, se divertia lá, cantava”. O ex-músico e espectador da programação da Rádio Educadora nas décadas de 1960 e 1970, ao ser questionado sobre a dinâmica dos programas radiofônicos, afirma:

Era, todo sábado tinha. No sábado e final de semana tinha e o pessoal se preparava para ir, quando era sexta-feira a turma já estava preparada, ensaiando as músicas para cantar e esse o negócio todo. O auditório era cheio, era novidade aqui para a cidade (Rogério Souza, 2022).

Na Rádio Educadora, realizavam-se programas de auditório que atraíam um expressivo público da região. Nesses eventos, a plateia apreciava apresentações de calouros, de cantores e cantoras locais, além de artistas de outras cidades que chegavam à região para apresentações. A partir da Rádio Educadora, as sociabilidades foram modificadas, permitindo, por meio do ambiente comunicacional, a realização de encontros e novas práticas culturais tanto na cidade de Parnaíba quanto em outras localidades alcançadas pelas ondas médias e tropicais de sua torre.

Ao longo de sua existência, a Rádio Educadora foi uma importante difusora de diferentes estilos musicais na região. Segundo a historiadora Luciane Moreira Andrade de Lima (2010, p. 33), sua programação, nas décadas de 1940 e 1950, apresentava um repertório que privilegiava os estilos musicais populares na região sudeste do país, como samba, bolero, valsa e baião. A partir da década de 1960, no entanto, a indústria midiática nacional passou a se inclinar para a Jovem Guarda e seu rock.

Para o pesquisador Albert Pavão (1989, p. 47), foi em 1964, com a ascensão de Roberto Carlos, que o rock nacional ganhou espaço na mídia de consumo doméstico. Devido a seus elementos mercadológicos latentes, a Jovem Guarda se diferenciava das formas de inserção nos ambientes cotidianos experimentados pelo rock brasileiro no final da década de 1950. Considerando essa lógica comercial, as gravadoras começaram a investir, em diferentes níveis, em artistas que representassem os valores desejados pela sociedade consumidora da época, seja por espontaneidade, seja por estratégias de consumo definidas pelas empresas musicais.

Para o sociólogo Marcelo Garson (2015, p. 93), o rock produzido pela Jovem Guarda estava inserido em limites socialmente estabelecidos, devido ao baixo grau de autonomia atribuído a essa construção da juventude. Assim, os prazeres dos jovens deveriam estar enquadrados em normas do mundo adulto. Nesse contexto, o mercado fonográfico posicionava o rock nas estruturas domésticas familiares, permitindo que ele chegasse aos lares como idealizações dos jovens roqueiros, vistos como moralmente aptos ao convívio social conservador. Dessa forma, houve mudanças nas formas de contato com o rock.

Esta inserção do rock na programação radiofônica do litoral do Piauí, através da Rádio Educadora, levou a Jo-

vem Guarda aos espaços domésticos locais na década de 1960. Nesse sentido, Rogério Souza, ao ser perguntado sobre as músicas que ouvia no rádio em sua adolescência, relatou:

Na minha adolescência, de criança para adolescência, existia muito a Jovem Guarda. O início da Jovem Guarda eu peguei, lembro muito bem. Aqui na cidade de Parnaíba, no meu tempo, era: Wanderley Cardoso, Jerry Adriani, Vanusa, Antônio Marcos, Eduardo Araújo, ouvia muito no rádio essas coisas (Rogério Souza, 2022).

A partir da fala de Rogério Souza, percebe-se que o rádio proporcionou, para o litoral piauiense na década de 1960, a inserção da música rock. Essa dinâmica artístico-musical aproximava a programação das rádios locais das existentes nos centros econômicos e culturais brasileiros, principalmente no eixo Rio-São Paulo.

Assim, a musicalidade do rock encontrou, progressivamente, espaço na vida social e cultural do litoral piauiense. A discografia oferecida pela programação das rádios da região norteava os espaços musicais, criando um diálogo entre as novidades da indústria fonográfica brasileira e os gostos musicais estabelecidos pela relação entre os programas de rádio e o público ouvinte.

O historiador Fernando Muratori Costa (2012, p. 86), ao analisar o ambiente musical da cidade de Teresina na década de 1970, observa que os meios pelos quais as distintas classes sociais acessavam a música revelam as diferenças de consumo entre as juventudes das classes baixa, média e alta. Dessa forma, a juventude de classe média e alta consumia principalmente por discos e participando de eventos, enquanto os jovens das classes mais pobres encontravam no suporte radiofônico sua principal ou única alternativa de consumo musical. Essa observação de Costa sobre a capital piauiense pode ser estendida para o litoral no mesmo período. Com isso, o uso dos programas

de rádio local tornou-se essencial para os divulgadores dos lançamentos fonográficos.

Um exemplo de como o rock ocupava a programação da Rádio Educadora, na década de 1970, pode ser encontrado no periódico *Folha do Litoral*, na coluna *As Transas (Pop Tops)*, assinada por J. França¹¹⁶.

Pat Boone, cantante da década de 50, teve lançado recentemente um álbum que traz grandes sucessos daquela época que era toda do rock and roll. Com uma montagem especial feita pelo Emilson em seu programa diário na Educadora com as músicas "Truti Fruti" (Pat Bonne) e "Let me Sing Let me sing" (Raul Seixas) ele mostrou uma mera coincidência na música. Cá pra nós, o negócio tá mais plágio (França, 03 fev. 1973, p. 03).

Percebe-se, no escrito de J. França, que havia uma disposição, por parte da Rádio Educadora, em incluir em sua programação os sucessos que marcaram o início do rock (Pat Boone) e da década de 1970 (Raul Seixas). Dessa forma, a música rock entrava nas casas, bares, estabelecimentos comerciais e nos espaços de sociabilidade através da programação radiofônica.

Para além da crítica publicada por J. França no *Folha do Litoral* em fevereiro de 1973, o jovem periodista também desempenhou um papel importante na difusão do rock através do ambiente radiofônico. Em 1975, após mudar-se para São Luís, no Maranhão, iniciou na capital maranhense um programa semanal, que, segundo ele, poderia ser ouvido em Parnaíba:

Nós sabemos da potência e a cristalinidade do som da Rádio Difusora do Maranhão, aí em Parnaíba, convidamos aqueles que foram nossos ouvintes na Rádio Educadora e particularmente, aos admiradores do extinto Beatles, para um encontro, todos os domingos, na marca das treze horas, através da emissora maranhense, onde

116. Uma análise sobre a coluna de J. França no *Folha do Litoral* pode ser vista em: MOURA, Gustavo Silva de. *"Acham que somos alienados": O rock na imprensa do litoral do Piauí nos anos 1970-80*. 2019. 147f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019. p. 29-47.

estamos apresentando o programa "BEATLES CLUB BAND".

Trata-se de um histórico musical sobre a vida do sensacional grupo, onde nós contamos a história da formação do grupo e divulgamos as músicas compostas pela dupla Lennon & McCartney (sic).

Então, a partir de domingo, gire o seletor de sintonia do seu receptor para a Rádio Difusa, na marca das treze horas, estabilizando-o em 62 metros, para curtir comigo, o som do BEATLES (França, 14 mai. 1975, p. 03).

Na divulgação do programa *Beatles Club Band* nas páginas do *Folha do Litoral*, é possível observar o acesso oferecido aos interessados na banda The Beatles. Segundo Steve Chapple e Reebee Garofalo, "a força e a popularidade que os Beatles tinham ganhado no seu período mais directo habilitou-os a conduzir milhões de jovens a toda uma série de mudanças" (1989, p. 110). Assim, exposições dessa natureza contribuíam para as transformações do cenário musical do litoral piauiense.

Amostras dessa influência do rádio sobre a música ao vivo no litoral do Piauí podem ser observadas na fala de Fernando Holanda, ao ser perguntado sobre como eram acessadas as músicas tocadas em apresentações pelo conjunto musical Os Apaches:

Não chegava tão fácil assim não! Porque na época não se tinha CD, era só LP. A gente pegava mais música assim por rádio, o Albuquerque gravava do rádio, pra poder a gente tocar e tudo. (...) as influências que a gente tinha era do Renato, The Fevers, Gorem boys, o pessoal da jovem guarda né, também fazia Beatles e Stones e algumas bandas mais de sucesso assim, mundiais (Fernando Holanda, 2013).

A fala de Fernando Holanda revela que os conjuntos musicais do litoral piauiense utilizavam a programação radiofônica, visando, uma aproximação com o espectador das apresentações por meio da experiência como ouvinte. Nesse sentido, incluir no repertório músicas da Jovem Guarda e de artistas internacionais, como The Beatles e

The Rolling Stones, se tornou um diferencial para a cativação de público e aquisição de novos contratos.

Costa (2019, p. 313) pontua que, no contexto teresinense, o rádio se tornou inseparável do cotidiano daqueles que consumiam música nas décadas 1970 e 1980. Como ressaltado anteriormente, existem semelhanças entre a relação da sociedade com o rádio no litoral na capital piauiense. Assim, na década de 1970, a Rádio Educadora desempenhou um papel fundamental na difusão da música rock, o que possibilitou o desenvolvimento de gostos musicais. Um exemplo disso está nas palavras de Paulo Bastos:

Eu me lembro de que eu estava na Rádio Educadora de Parnaíba e existia um programa chamado 'O Som Nosso de Cada Dia' que era dia de sábado pela manhã e certo dia eu fui na Rádio Educadora pra assistir esse programa ao vivo e o locutor Bernardo Silva colocou um disco de rock do Led Zeppelin pra tocar a música 'Black Dog (...)' Então a partir dessa época eu passei a gostar de rock" (Paulo Bastos, 2010).

Em sua fala, Paulo Bastos descreve o momento da chegada do rock em sua vida. Assim, é possível perceber que o rock esteve presente nas mídias sonoras desde a segunda metade do século XX. Bernardo Silva foi um personagem que contribuiu para a difusão do rock no litoral piauiense. Além do ambiente radiofônico, o jornalista também levou o rock para a imprensa periódica da região¹¹⁷.

A presença do rock no ambiente radiofônico de Parnaíba pode ser entendida como consequência da atuação das bandas locais no cenário musical da região. Segundo Jesum Messias, ao ser perguntado sobre as pessoas que abriam as portas em emissoras de rádio da região, ele destaca a existência de personagens-chave:

117. Uma análise sobre Bernardo Silva na imprensa periódica do litoral piauiense e sua relação com o rock pode ser vista em: MOURA, Gustavo Silva de. *Op. Cit.* p. 47-59.

Era o Airton Alves, grave esse nome. O Airton Alves passou a ser diretor da Rádio Educadora e vendo os festivais que estavam acontecendo em torno da cidade, nas ruínas, a banda Inferno no Céu começou a ser prestigiada por ele e aí o Airton Alves passa a abrir as portas da Rádio Educadora para começar o primeiro programa. E aí entra o Paulo Bastos e entra Danilo Melo, primeiro lá foi eles dois, o Nyx fica resistente a querer fazer programa. O Paulo Bastos era do heavy metal e o Danilo Melo era punk e era do country, Bob Dylan e afins. Então, começou o primeiro programa que foi a Rádio Rock and Roll, foi o primeiro programa de rock na rádio de Parnaíba. Depois o Danilo me convida para participar, para ficar lá ajudando e auxiliando porque tinha que ir lá para o sonoplasta e dizer qual era a música para colocar na faixa da outra pick-up. Na pick-up que estava tocando já tinha que ter um outro disco no ponto da agulha para a gente só soltar e tocar, eu ficava auxiliando eles (Jesum Messias, 2022).

Como pode ser visto nas palavras de Jesum Messias, houve um contexto de abertura na década de 1980 que possibilitou a presença do rock nas programações radiofônicas. Nesse momento, o comando dos jovens envolvidos e sua autonomia trariam repercussões significativas. A esse respeito, no *Jornal Inovação*, Danilo Melo assina um texto sobre o programa *Radio Rock'n'Roll*, transmitido pela Rádio Educadora, que, na oportunidade, também contava com Nilson Borges no comando do programa:

Há seis meses atrás, juntamente com um amigo - Nilson Borges (Nyx Roten)-, conseguimos implantar um programa radiofônico através da Rádio Educadora de Parnaíba intitulado "Radio Rock'n'Roll" e nos propúnhamos fazer um programa diferente de rock; sem preconceitos ou tabus. Entramos no ar aos sábados, a partir das 14:15hs., ao longo desse período conseguimos penetrar na cabeça de muita gente, e, por ser um programa diferente e original, sem qualquer vínculo com o esquema reciclado e enlatado das AMs e FM's, nosso programa vem sofrendo severas críticas de alguns. Achem que somos alienados, que só falamos bobagens... mas se esquecem que, na abertura e no decorrer de cada apresentação tocamos em assuntos como pacifismo, ecologia, arte, cultura, contra-cultura, fome, miséria, etc (Melo, jan-fev. 1985, p. 07).

O programa radiofônico *Radio Rock'n'Roll* é descrito, tanto por Danilo Melo no *Jornal Inovação* quanto por Jesus Messias, em entrevista, como uma iniciativa que visava criar um ambiente para que os jovens levassem o rock e suas ideias contestadoras às mídias de massa do litoral piauiense. Isso intencionava proporcionar ao público a experiência de ouvir, por exemplo, o *punk* e o *heavy metal*.

Faz-se importante ressaltar que o *Radio Rock'n'Roll* ainda não desfrutava dos benefícios que o festival *Rock in Rio*, ocorrido no mesmo ano do texto de Danilo Melo, traria para o cenário midiático nacional. A temática principal do programa apresentado na Rádio Educadora era o rock, no entanto, os apresentadores também abordavam temas conexos que consideravam inevitáveis, ou seja, questões relacionadas à sociedade, política e cultura.

As preocupações sociais daqueles que produziam e apresentavam o programa *Radio Rock'n'Roll* refletiam as suas formas de entender o papel da música e suas contribuições para a sociedade, alinhando-se às ideias difundidas na cena rock local. Segundo o historiador Paulo Gustavo da Encarnação (2015, p. 181), o rock, no Brasil, passou por um processo de incorporação da cultura local, refletindo sobre as condições sociais brasileiras e adotando tópicos da cultura urbana em suas composições.

Apesar do engajamento demonstrado na matéria publicada no *Jornal Inovação*, a atividade radiofônica não era, para os envolvidos no programa *Radio Rock'n'Roll*, uma atividade laboral que representava ganhos econômicos. Isso é expresso nas palavras de Paulo Bastos, quando afirma:

Esse programa foi um projeto que surgiu como um hobby. Na época eu não trabalhava, estava saindo da adolescência e eu e outros amigos como Nilson Borges que hoje mora em Goiânia, Danilo Melo que hoje é se-

cretário de educação em Tocantins. Nós erámos muito amigos, participávamos de bandas de rock... e nós conseguimos um espaço na Rádio Educadora. Inicialmente esse programa era feito pelo Danilo e pelo Nilson. Quando o Danilo foi embora aí eu passei a fazer com o Nilson. Aí logo em seguida o Nilson foi embora pra Goiânia. Depois disso apareceram outros amigos como o Joelson do "Ódio Suicida" e aí nós ficamos aproximadamente dois anos trabalhando na Rádio tocando músicas voltadas para o rock, de um modo geral (Paulo Bastos, 2010).

Ao falar sobre o espaço ocupado pelo programa na Rádio Educadora, Paulo Bastos o situa, inicialmente, como um *hobby* para jovens saindo da adolescência. Nessa conjuntura, o *Radio Rock'n'Roll* pode ser considerado pioneiro quando se trata de programas de rádio feitos por jovens envolvidos com bandas de rock autoral no litoral piauiense. Os apresentadores iniciais eram membros das bandas Condutores de Cadáver (Nilson Borges) e Garotos da Estrada (Danilo Carvalho). No decorrer dos quase dois anos de vida do programa, outros apresentadores se juntaram a Paulo Bastos (Condutores de Cadáver), como Joelson, um dos membros da banda Ódio Suicida. A necessidade de troca de apresentadores surgia devido ao deslocamento territorial dos integrantes, consequência da saída de Parnaíba para estudos e trabalho em outras regiões do Brasil¹¹⁸.

Programas voltados ao rock também surgiram nas grades de programação das emissoras de rádio do litoral piauiense na segunda metade da década de 1980. Como exemplo, em 1885, o jornal *A Liberdade*, publicou a se-

118. Danilo Melo é um dos idealizadores e primeiros apresentadores do programa radiofônico *Radio Rock'n'Roll*. Foi secretário de cultura da cidade de Parnaíba entre 1993 e 1996, além de ter atuado em outras atividades na gestão pública no estado de Tocantins. Atualmente, é professor na Universidade Federal de Tocantins e secretário de cultura da Bahia; Nilson Oliveira, antes conhecido como Nyx Rotten, foi presente na Cena Rock de Goiás na década de 1990 e, atualmente, possui um estúdio musical, onde grava e produz bandas de rock em Brasília e região, além administrar uma empresa de tecnologia, ambas na capital federal. Esses são dois exemplos de pessoas envolvidas com o rock e programa na rádio Educadora, que possuem trajetórias com a cultura em outros lugares.

guinte nota: “A Rádio Igaraçu Ltda., está apresentando todos os sábados, no horário das 17 às 18 Horas, com gravações atualizadíssimas, destinadas à jovem-guarda, o Programa ‘ROCK IGARAÇU’” (Editorial, 02/03 mar. 1985, p. 05).

Para o comunicólogo Eduardo Vicente (2014, p. 102), a década de 1980 foi o período em que novos mercados brasileiros começaram a ser explorados, visando faixas etárias ainda não alcançadas em períodos anteriores. Como consequência desse movimento, existiu a explosão do rock, o que possibilitou a difusão e ampliação em direção ao Nordeste, região onde está localizado o litoral piauiense.

Conforme analisa o historiador Mario Luis Grangeia (2018, p. 358), com o aumento expressivo do público consumidor de rock no Brasil durante o final da década de 1980 e início da década de 1990, o estilo assumiu um papel de conexão entre o público e a música popular no período pós-democratização. Nos primeiros anos da década de 1990, a Rádio Educadora continuava funcionando como local fundamental para a difusão do rock. Nesse sentido, em uma nota publicada na coluna *Carneiro Júnior* News no jornal *A Libertação*, pode-se observar o seguinte:

O advogado Gilberto Escórcio Duarte Filho, está balançando os ouvintes da Rádio Educadora com o seu programa musical de rock e baladas. Todo Domingo a partir das 2 horas. Profundo conhecedor desta área musical, Gilberto Filho está sendo um verdadeiro inovador na mídia parnaibana, modernizando a cultura (Júnior, 06 jun. 1992, p. 06).

O programa de rádio anunciado por Carneiro Jr. se chamava *Rock’n Movies*. Para além da música rock, a atração mantinha parceria com as locadoras de vídeo que se propagavam em Parnaíba e viam na rádio uma forma de divulgação dos filmes de seus catálogos. Segundo Gilber-

to Escórcio Filho, a dinâmica do programa era a seguinte:

Lembro que a gente trabalhava a ideia de manter o parnaibano informado sobre o que acontecia dentro do universo do rock and roll, principalmente no Brasil, por exemplo, se vai ter um show do Paralamas em Fortaleza, dizíamos: “galera, dá para ir dessa forma; Vai ter um show dia tal; Vai ser no Paulo Sarasate”, a gente procurava saber como era os ingressos, como tinha que comprar. Isso nos anos 1990. Imagina que dava um trabalhão para a gente conseguir trazer essa informação, mas a gente tinha essa informação de quais as bandas que tocavam em São Paulo e no Rio. A outra era o cinema que era feita pelo professor Fredmar Lima, ele é um cara que era amante do cinema, das pessoas que eu conhecia ele era o único colecionador da revista Set, dessa revista eu lembro que ele tinha da primeira até a última, uma coleção gigantesca, acho que ele vendeu essa coleção dele. É aí ele tinha um momento do programa que a gente trabalhava com a ideia de cinema, era muito legal. Naquela época estava começando essa coisa das locadoras. Enfim, era muito legal isso. (Gilberto Escórcio Filho, 2022).

A fala de Gilberto Escórcio Filho destaca o esforço empreendido para a disseminação de informações sobre o universo do rock e do cinema no contexto do litoral piauiense dos anos 1990. Dessa forma, o *Rock’n Movies* surgia no campo musical com a proposta de informar aos ouvintes sobre shows e seus aspectos logísticos, principalmente os localizados em cidades e capitais próximas à Parnaíba. Além disso, havia a busca por notícias relacionadas à cena musical nos centros fonográficos brasileiros.

Apesar da abertura que as rádios do litoral piauiense deram para programas que levavam o rock aos seus ouvintes, existia, na década de 1990, uma defasagem das empresas radiofônicas locais em relação à atualização de seu material musical para reprodução. Ao falar da música veiculada no *Rock’n Movies*, Gilberto Escórcio Filho diz:

Por isso que tô te falando, a necessidade de montar um acervo foi porque não tinha nada e aí teve que partir do zero. Eu tinha um acervo em casa, Dominginhos tinha um acervo em casa, então um trazia um CD e o outro

trazia outro, naquela época já era CD, o Jonas trazia o CD dele, eu trazia o meu e aí a gente resolveu montar um acervo específico. (Gilberto Escórcio Filho, 2022).

A questão levantada por Gilberto Escórcio Filho não era exclusiva do *Rock'n Movies*. Paulo Death, ao falar sobre o acervo do programa *A Hora do Rock*, apresentado na década de 1990 na rádio *Urbana FM*, pontua o seguinte:

O material era todo levado por nós, a gente é que fazia toda programação, cada programa tinha uma ordem das músicas, as bandas que seriam executadas e que dia, tudo era a nosso cargo. A rádio não cedia nada disso, o material era todo nosso, nós levávamos praticamente o programa feito para rádio, funcionava dessa maneira (Paulo Death, 2021).

Como pode ser observado nas falas de Paulo Death e Gilberto Escórcio Filho, a compra e o acesso a equipamentos e materiais fonográficos em Parnaíba aconteciam por meio de uma rede de colaboração. Esse processo facilitava a inserção das novidades do rock nas rádios do litoral piauiense na década de 1990, sem custos para as empresas, que não precisavam adquirir CDs, fitas cassetes, vinis ou sequer equipamentos para reproduzir essas mídias.

Esse contato era viabilizado, segundo Vicente (2020, p. 198), pelo barateamento da produção musical, provocado pelo desenvolvimento das tecnologias digitais na década de 1990. Junto a isso, de acordo com Cardoso Filho (2013, p. 88-89), o maior acesso aos álbuns pelos ouvintes do rock exerce uma função ritualística, que envolve as pessoas para além das músicas a serem reproduzidas.

Com isso, novos espaços começaram a surgir no meio comunicacional da cidade de Parnaíba. Ao falar sobre o caso do programa *A Hora do Rock*, Paulo Death menciona:

Se eu não me engano, coincidiu com a abertura, lançamento da rádio Urbana, extinta rádio Urbana que era de propriedade do Júnior, filho do nosso atual prefeito (Mão Santa), e assim, a gente conseguiu esse espaço primeiro porque era uma rádio alternativa e segundo porque o Arthur tinha todo um *know how* e toda uma bagagem de produção de vinhetas, ele já havia trabalhado no estúdio dele e a coisa foi propiciando para a gente de fato conseguir produzir e apresentar um programa de rádio e eu tive o privilégio de encabeçar, de apresentar com a produção do Arthur e eu como apresentador na rádio Urbana (Paulo Death, 2021).

O espaço da Rádio Educadora na década de 1980 e primeiros anos dos 1990 constituiu-se basilar no litoral piauiense por grande parte do século XX. Contudo, no momento final da década de 1990, a relação entre rock e rádio na cidade de Parnaíba começa a ganhar novos contornos. Voltada principalmente ao público jovem e ao rock na região, surgia à emissora *Urbana FM*. Como seu *slogan*, estava a frase: “A rádio rock de Parnaíba”. A partir dela, entre a segunda metade dos anos 1990 e a primeira metade dos anos 2000, uma diversidade de referências foi colocada aos seus ouvintes.

Com a inserção e renovação de personagens da cena rock local nos ambientes radiofônicos, como Paulo Death, programas temáticos voltados ao rock transmitiam ao público os conhecimentos adquiridos e a diversidade da música rock. No caso de *A Hora do Rock*, sua programação é descrita por Paulo Death da seguinte forma:

O programa se chamava A Hora do Rock e nós tocávamos uma infinidade de gêneros, tocava até umas coisas eletrônicas, tocava Ministry, tocava, deixa eu ver aqui, tocava bandas que faziam essa junção de metal com industrial na época, White Zombie e tocava coisas pops também, inclusive tocava boa parte daquele material que eu citei e que o Paulo tinha de bandas alternativas e undergrounds que ele tinha vários CDs. Boa parte desse material também fazia parte do repertório que a gente executava nesse programa que se chamava A hora do rock, programa esse que foi apresentado na rádio Urbana durante um período de mais ou menos dois anos consecutivos (Paulo Death, 2021).

O rock ouvido nas programações da década de 1990, como no *A Hora do Rock* e no *Rock'n Movies*, chegava ao conhecimento dos apresentadores e produtores por meio de outras mídias. Como divulgadoras nacionais do rock no período, as revistas especializadas traziam para Parnaíba e região as informações sobre bandas e artistas. Com o conhecimento desse catálogo musical, foram adquiridos materiais fonográficos que, posteriormente, eram difundidos pelas ondas radiofônicas do litoral piauiense.

Ao ser perguntado sobre o acesso às revistas especializadas em rock e a influência delas no *Rock'n Movies*, Gilberto Escórcio Filho diz que:

Inclusive grande parte dos comentários partiam exatamente de reportagens dessas revistas, principalmente da Bizz. Lembro demais da Rock Brigade, o Dominguinhos tinha assinatura na época, então ele recebia e a gente tinha essas revistas. Elas eram levadas para o estúdio e lá a gente pegava uma parte do que era interessante a ser discutido (Gilberto Escórcio Filho, 2022).

E Paulo Death, sobre a mesma influência no *A Hora do Rock*, afirma:

Cara, como na época eu estava mais mergulhado nesse universo de formação do rock, de buscar informação das bandas, o que as bandas estavam fazendo, se ia ter lançamento e coisa do tipo, as revistas que tinham na época e já estavam mais fáceis o acesso eram a Rock Brigade e tinha a Roadie Crew. (...). Essas revistas já estavam de fácil acesso para a gente, já conseguimos comprar nas bancas locais, nós já tínhamos internet (Paulo Death, 2021).

O acesso na cidade de Parnaíba aos meios impressos especializados em rock pode ser visto como mais uma relação que se estabelecia entre os meios de comunicação e os percursos do rock local. Com isso, percebe-se que, na década de 1990, havia uma rede de informações que colaborava no desenvolvimento musical dos envolvi-

dos com o rock no litoral piauiense.

Considerações finais

Observa-se que o percurso do rock no litoral piauiense, no contexto radiofônico, pode ser analisado em paralelo à expansão do acesso tecnológico e informacional relacionado à música na segunda metade do século XX. Essas transformações permitiram, no cotidiano da região, o alcance e a diversidade de conteúdos musicais voltados para o rock. Assim, o ambiente radiofônico do litoral piauiense desempenhou um papel fundamental na difusão do rock, conectando os ouvintes às tendências culturais e sociais ao longo de diferentes décadas, e contribuindo para a formação de uma identidade cultural jovem vinculada às mudanças sociais e políticas do país.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.

CARDOSO FILHO, Jorge. *Práticas de escuta do Rock: experiência estética, mediações e materialidades da comunicação*. Salvador: EDUFBA, 2013.

CHAPPLE, Steve; GAROFALO. Reebee. *Rock & indústria: história e política da indústria musical*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

COSTA, Fernando Muratori. *Nas margens da modernidade: música e percursos de memória em Teresina (anos 1980)*, 2019. 373 f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Univer-

sidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

COSTA, Fernando Muratori. *Seu gosto na berlinda: Um estudo do consumo musical nos anos 1970*. 2012. 205 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

ENCARNAÇÃO, Paulo Gustavo da. *Rock cá, rock lá: a produção roqueira no Brasil e em Portugal na imprensa – 1970/1985*. 2015. 244 f. 2015. Tese (Doutorado em História e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

GARSON, Marcelo. *Jovem Guarda: a construção social da juventude na indústria cultural*. 349 f. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GRANGEIA, Mario Luis. *Pátria amada, não idolatrada: o Brasil no rock dos anos 1980/1990*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da Nova República - Da transição democrática à crise política de 2016* (Vol. 5). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 353-387.

LIMA, Luciane Moreira Andrade de. *RÁDIO, TV E MÚSICA: a difusão musical em Parnaíba entre 1940 e 1970*. 2010. 47f. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História) - Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História, Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, 2010.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p.133-161.

MOURA, Gustavo Silva de. *"Acham que somos alienados": O rock na imprensa do litoral do Piauí nos anos 1970-80*. 2019. 147f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa

de Pós Graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

PAVÃO, Albert. *Rock Brasileiro: 1955-65*. São Paulo: Edicon, 1982.

SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. *O Rádio com sotaque piauiense: História e memória da Rádio Educadora de Parnaíba em meados do século XX*. 152 f. 2009. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

VICENTE, Eduardo. Do vinil ao CD: a indústria fonográfica no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. In: MAGI, Érica; DE MARCHI, Leonardo. (Orgs.). *Diálogos Interdisciplinares sobre a Música Brasileira*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 185-204.

VICENTE, Eduardo. *Da vitrola ao iPod: uma história da indústria fonográfica no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2014.

Fontes

Entrevistas

BASTOS, Paulo. ? anos. Abril de 2010. Entrevistador: Edilson dos Santos Monteiro. Parnaíba-PI. 21 de abril de 2010.
DEATH, Paulo. 49 anos. Novembro de 2021. Entrevistador: Gustavo Silva de Moura. Google Meet. 30 de novembro de 2021.

ESCÓRCIO FILHO, Gilberto. 54 anos. Maio de 2022. Entrevistador: Gustavo Silva de Moura. Google Meet. 23 de maio de 2022.

HOLANDA, Fernando. ? anos. Janeiro de 2013. Entrevi-

tador: João Carlos Araújo. Parnaíba-PI. 09 de janeiro de 2013.

MESSIAS, Jesum. 54 anos. Abril e maio de 2022. Entrevistador: Gustavo Silva de Moura. Google Meet. 27 de abril de 2022 e 05 de maio de 2022.

SOUZA, Rogério. 64 anos. Abril de 2022. Entrevistador: Gustavo Silva de Moura. Google Meet. 22 de abril de 2022.

Periódicos

EDITORIAL. Notícias Daqui Dali e Dacolá. *A Libertação*. Parnaíba, ano 2, n. 171, p. 5, 02/03 mar. 1985.

FRANÇA, J. As Transas (Pop Tops). *Folha do Litoral*. Parnaíba, ano 13, n. 1059, p. 3, 03 fev. 1973.

FRANÇA, J. As Transas (Pop Tops). *Folha do Litoral*. Parnaíba, ano 15, n. 1281, p. 3, 14 mai. 1975.

JÚNIOR, Carneiro. Carneiro Júnior News. *A Libertação*. Parnaíba, ano 9, n. 829, p. 6, 06 jun. 1992.

MELO, Danilo. Radio Rock'n'Roll. *Jornal Inovação*. Parnaíba, ano 8, n. 51, p. 7, jan-fev. 1985.

19

**O teatro como ferramenta
do ensino de História:
análise da produção da peça
*Carlos Said: O Magro-de-
Aço* no processo de ensino-
aprendizagem na UFPI**

*Honorielio de Andrade Sales
Savio de Alencar Pessoa
Nilsângela Cardoso Lima*

CARLOS SAID:



O teatro é uma importante prática artística, que pode ser usada também com uma ferramenta educativa, gerando significativos benefícios no desenvolvimento cultural, profissional e pessoal dos alunos. A prática não é nova e ela tem sido frequentemente utilizada por docentes de diferentes áreas do conhecimento que tem por interesse desenvolver outras habilidades para além do conhecimento científico através da arte cênica.

Como parte da cultura brasileira, o teatro reúne em torno de si ficção e realidade, simulação e verdade. Por este motivo, é que o presente trabalho tem por objetivo discutir a produção da peça teatral *Carlos Said: o Magro-de-Aço* como uma experiência didática e pedagógica que visa a ampliação do conhecimento por meio da arte cênica. Ao unir o teatro com a educação, buscamos demonstrar os impactos positivos desta abordagem, como um estímulo à comunicação em diversas vertentes, criatividade e no desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

A análise aqui proposta refere-se à experiência vivenciada na disciplina História do Jornalismo II-Piauí, ofertada pelo Curso de Graduação em Jornalismo, no período de 2023.2, com o objetivo de levar para o palco a vida do jornalista esportivo piauiense, Carlos Said, por meio da adaptação do livro em quadrinho *Carlos Said: O Magro-de-Aço em quadrinhos*, de Gustavo Said. Para tanto, o referencial teórico tem como base Peixoto (2005), Japiassu (2007) e Montagner, (2008), para a compreensão do conceito de Teatro; Saviane (2008), Libâneo (2013 e Canda (2020), para discutir educação e o processo ensino-aprendizagem. Através da metodologia participativa (Gil, 2008), pode-se evidenciar os caminhos pelos quais o

teatro pode ser um grande aliado na formação profissional e pessoal dos estudantes, e contribuir para uma educação mais inclusiva, dinâmica e mais humana.

História do teatro e suas formas de expressão na contemporaneidade

Constituído pela união de diversos elementos filosóficos, estéticos e culturais, como música, dança e literatura, o teatro é uma forma de expressão artística que vem sendo alterada em função do processo histórico pelo qual passou, mas que conserva uma série de componentes que o definem como arte (Peixoto, 2005). Apesar de ser descrito como uma arte, o teatro é um ambiente que não tem respostas precisas quanto ao conceito e às raízes históricas. As diferentes maneiras de fazer teatro no mundo e as constantes transformações que ainda ocorrem no meio são um empecilho para os pesquisadores consentirem sobre a definição dessa prática. Já a origem, mesmo incerta, pode remontar ao período pré-histórico. De acordo com Peixoto (2005, p. 13):

Na verdade, o teatro nasce no instante em que o homem primitivo coloca e tira sua máscara diante do espectador. Ou seja, quando existe consciência de que ocorre uma "simulação", quando a representação cênica de um deus é aceita como tal: a divindade presente é um homem disfarçado. Aqui começa o embrião da noção de ficção e também da noção de fazer arte. E, naturalmente, enquanto para os idealistas sua essência pode ser até mesmo divina, para os materialistas seu significado é concreto (Peixoto, 2005, p. 13).

Embora os povos do Egito e da China antiga fizessem representações em rituais que envolviam deuses, religião e morte, foi na Grécia, por volta de VI a. C., que o teatro se consolidou. A própria palavra "teatro" vem do

grego, *théatron*, que indica um local ou espaço de onde se observa (Montagner, 2008).

Na Grécia antiga, essa expressão artística ocorreu, primeiramente, como forma de reverenciar os deuses mitológicos, especialmente Dionísio. Com a evolução do teatro grego, as apresentações eram feitas ao ar livre e os temas se dividiam entre as tragédias e a comédia, como explica Peixoto (2005, p. 50):

Duas figuras merecem atenção na fase primitiva do teatro grego: um tirano, Psístrato, e um ator, Téspis. O primeiro oficializou o culto a Dionísio, mandou organizar festas dionisíacas urbanas e chamou Téspis para promovê-las anualmente. De forma competitiva, passaram a realizar durante seis dias na primavera. Para muito Téspis foi o primeiro ator. E também o responsável por transformações decisivas na libertação da dramaturgia das amarras da poesia: inventou um “respondedor” ao coro e ao corifeu, substituiu a máscara animal dos sátiros pela máscara humana, introduziu a máscara feminina, deu início ao tratamento dramático de temas míticos e históricos (Peixoto, 2005, p. 50).

Com o fim do Império Romano (27 a.C. a 476 d.C.), quando o teatro teve influência grega e era usado como forma de entretenimento, e a entrada do período medieval (V a XV), o teatro, visto como pecaminoso pela Igreja Católica, foi proibido na Europa e passou a ser dominado pelo cristianismo. Conforme Montagner (2008), à medida que a Idade Média avança, não são mais construídos edifícios para o teatro, e as noções teatrais vão desaparecendo. Além disso, a Igreja começa a usar a linguagem teatral para trabalhar questões e ensinamentos religiosos com a população e, a partir disso, são criadas peças sobre histórias bíblicas.

Em contraste com o período medieval, no Renascimento (séculos XIV a XVI), época marcada pelo antropocentrismo e pelos avanços científicos e culturais, o teatro toma novos rumos e coloca o homem como centro de

suas preocupações, além de redescobrir e fazer reverência aos clássicos greco-latinos (Peixoto, 2005). A linguagem teatral não é mais exclusiva da Igreja, e os espetáculos abordam temáticas além da Bíblia. Nesse período, a Inglaterra é o local onde o teatro é mais marcante, com nomes como William Shakespeare, Ben Jonson e John Webster. Contudo, a França e a Itália também foram importantes nessa época e desenvolveram tendências notáveis e com propostas diferentes.

No país mediterrâneo surgiu a *commedia dell'arte*, e na França, uma dramaturgia de influência clássica. Vale destacar que é nessa época que, segundo Peixoto (2005), ocorre a primeira apresentação teatral no Brasil, com a peça *O Auto do Santiago*, realizada na Bahia. O teatro em terras brasileiras foi trazido pelos padres jesuítas como forma de ensinar fundamentos cristãos aos povos indígenas, semelhante ao que acontecia na época medieval.

Com o avanço do comércio e da industrialização e a ascensão de uma nova classe social, a burguesia, na Europa do século XVIII, o teatro passa por modificações para agradar essa emergente camada da sociedade. O texto teatral ainda variava entre comédias e dramas, mas o personagem burguês era inserido nas obras para gerar identificação com a classe. A partir do século XIX, inicia-se na França um movimento que rompe com todos os padrões e divisões estabelecidos nos processos de fazer teatro: o Romantismo, que privilegiava a subjetividade, o amor e as emoções humanas, mas que logo começou a disputar espaço com outras correntes, como o Naturalismo e o Realismo, que trazem consigo a vida social e o cotidiano dos indivíduos.

Peixoto (2005) conta que a encenação moderna nasce no século XX e que as tendências contemporâneas, além de amplas, são opostas e reforçam o imprevisto e o rigor científico. Mais do que isso, o teatro contemporâneo

também incorpora novas vertentes, como o surrealismo e o expressionismo alemão, além de surgir o teatro de cunho político, o teatro documental e o teatro épico, bem como são incorporadas nas peças as inovações tecnológicas.

Teatro e Educação: Novos horizontes para o processo de ensino-aprendizagem

A educação possui conceitos amplos considerando que existem várias formas de promover o saber e educar um indivíduo nas diversas culturas. Entretanto, podemos denominar a educação como “uma prática social como processo através do qual os seres humanos, em sua relação com o mundo, desenvolvem suas capacidades, potencialidades e habilidades, sendo capaz de promover a transformação do indivíduo e da sociedade em que ele está inserido” (Saviani, 2008, p. 77).

Ocorre que, muitas vezes, a concepção sobre a educação pode ser um pouco limitante, tendo em vista que o entendimento comum sobre este fenômeno é que ele é praticado apenas nas salas de aulas de escolas ou que se filtram apenas em disciplinas básicas, como português e matemática. Libâneo (2013, p. 14) considera essa visão míope sobre o que é a educação e, por este motivo, propõe um olhar mais amplo ao entendê-la como “uma prática social que acontece em uma grande variedade de instituições e atividades humanas (na família, na escola, no trabalho, nas igrejas, nas organizações políticas e sindicais, nos meios de comunicação de massa, etc.)”.

O contexto cultural de cada sociedade dita o que é preciso ensinar e aprender em cada região, pois a educação se molda conforme as características específicas de

cada contexto cultural, respondendo às demandas e necessidades da sociedade, ao mesmo tempo em que busca preservar e transmitir os valores e conhecimentos essenciais para a continuidade e transformação daquela cultura. Partindo da realidade brasileira, nos deparamos com uma educação que é constantemente associada a alvos políticos e de controle social, e, principalmente, sendo afetada drasticamente pela desigualdade social desde os primórdios do período colonial e possibilitando aos estudantes de classes sociais mais baixas a sua “vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores” (Freire, 1987, p. 16).

É preciso um modelo pedagógico que seja mais humanizado, que promova a liberdade, que permita aos estudantes uma visão mais ampla e que elimine a lógica de que a educação é apenas um preparo para o mercado competitivo e capitalista. Que essa visão seja transformada em um ambiente em que haja a promoção do desenvolvimento social e humano, a partir de outras práticas educacionais que promovam a intera o social entre as diferentes realidades sociais, culturais e de gênero que podem se fazer presentes em uma institui o educacional.

A educa o, sob o capital, é uma ferramenta de reprodu o das rela es sociais existentes, mas deve ser transformada em um instrumento de emancipa o humana, capaz de ultrapassar as barreiras impostas pelo sistema capitalista (Mészáros, 2008, p. 45).

Neste sentido, o teatro surge no ambiente escolar como um agente precursor no combate das desigualdades e como uma importante estratégia didática e pedagógica para inovar o processo ensino aprendizagem e possibilitar novas formas de produ o/apreensão de conhecimento. A arte c nica também contribui para o desenvolvimento do aluno ao ajudar na perda de timidez, inseguranças e outros medos que o limitam dentro do espaço da sala de

aula e fora dela. Além de possibilitar as interações, criatividade e várias outras maneiras de manifestar a arte e o talento de cada aluno. No livro *Ensino de Teatro: Fundamentos e Didática*, Cilene Canda (2020, p. 27) afirma que "o teatro se situa como uma experiência de diversidade, diálogo e criação tão necessários ao cotidiano de filhos e filhas dos trabalhadores brasileiros, uma vez que favorece a constituição de atos de consciência do mundo, conforme conclamado por Paulo Freire".

O ensino do teatro nos ambientes educacionais não só contribui para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, como ainda estimula uma análise mais crítica do conteúdo que estudam, proporciona um ambiente mais dinâmico dentro da sala de aula, o que estimula e favorece o alívio do estresse cotidiano da vida pessoal ou do próprio meio escolar, como defende Viganó (2006, p. 28), ao destacar que a "percepção tanto de si e dos outros seres humanos, quanto das questões sociais que torna-se mais aguda, pois o indivíduo aprende a melhor se relacionar e se posicionar ante a realidade".

Ao refletir sobre os impactos positivos da introdução do teatro na escola, é preciso considerar também que os estudantes além de produzirem linguagens artísticas, eles se encontram na arte através do estímulo do autoconhecimento. De acordo com Ricardo Japiassu (2007), o teatro é uma complexidade de práticas artísticas e que segue a filosofia do "ser" e do "vir-a-ser", ou seja:

Quando, intencionalmente, ao comunicar-me faço um gesto ou pronuncio uma palavra, essas minhas ações corporais são dirigidas a meus interlocutores. Elas são realizadas para serem "vistas" (fruídas e apreciadas). Nisto é que reside a essência da teatralidade: na intencionalidade semântica dos enunciados corporais ou cênicos, no modo de "dizer" apoiado na comunicação corporal (Japiassu, 2007, p. 108).

A presença do teatro na escola permite que os alu-

nos criem um vínculo com diversos gêneros teatrais, e conheçam a dramaturgia de autores nacionais ou até mesmo locais. Em outra vertente, os alunos podem criar um texto autoral ou baseado em uma história de um grande ícone da região, possibilitando uma experiência imersiva nas histórias e os inserindo como agentes ativos em perceber e representar a realidade através da arte. Conforme Soares (2010, p. 46-47):

Essa capacidade consciente do homem de perceber-se de forma ativa e criativa na relação com o mundo, tornando-se capaz de atribuir à realidade uma ordem, uma significação. Do mesmo modo, o jogo teatral na sala de aula está carregado de sentido estético ao despertar no aluno um olhar dinâmico que se desloca para dentro e para fora de si mesmo, numa perspectiva ativa e não mais passiva diante do mundo. Tal atitude faz do aluno sujeito, portanto, criador e transformador das formas, imagens e acontecimentos (Soares, 2010, p. 46-47).

Em cena, o indivíduo é capaz de entender e compreender elementos que estão fora de sua realidade, e é convidado a decifrar a realidade do colega de cena. Levando até a uma maior compreensão sensível das emoções e ações de si, e dos outros. Seguindo uma reflexão sobre o termo originário de Teatro, que significa “lugar onde se vê”, entendemos que a “a aprendizagem dos afetos e dos perceptos, é um mergulho na vivência estética do corpo próprio como lugar de afetos e palco da pessoa que dele se dá conta como consciência intencional” (Galeffi, 2018, p. 41).

Assim, a introdução do teatro na escola pode ser considerada como uma educação que promove o olhar crítico e sensível, precursora da criatividade e da iniciação da jornada do autoconhecimento e maturidade pessoal e profissional. Essa prática se utilizada com técnicas pedagógicas eficientes, em conjunto com outras linguagens da arte contribuem também para um olhar ainda mais atento

para a realidade, e a fundamentação para debates de diferentes leituras.

História do jornalista Carlos Said: do texto em livro ao palco do teatro

Carlos Said nasceu no dia 14 de abril de 1931, em Teresina. Filho de Salomão Abraão Said e Fadua Said, Carlos é o sexto de oito filhos do casal de libaneses que saiu do país de origem devido ao temor da Primeira Guerra Mundial. Com sete anos, Carlos Said descobriu sua paixão por futebol, contrariando o pai, que levava a vida como comerciante no centro da capital piauiense e considerava o esporte, marginalizado na época, como “coisa de vagabundo”. Mais do que praticar a modalidade esportiva, ainda criança, Carlos conheceu outra paixão, que era ouvir jogos de futebol e notícias no rádio.

De acordo com Gustavo Said (2011; 2022), não demorou muito para o menino franzino adentrar no universo esportivo profissional. Ainda estudante, Carlos participou da fundação do River Atlético Clube e se tornou o primeiro goleiro do Galo. Como futebolista, ainda jogou no Sírio-Brasileiro, equipe formada por descendentes de sírio-libaneses.

Em 1944, o jovem iniciou sua carreira como jornalista, fazendo comentários sobre os resultados das partidas de futebol no *Jornal do Piauí* e lendo os placares nas amplificadoras *Teresinense* e *Cidade Verde*. Esse foi apenas o primeiro de muitos feitos pessoais de Carlos no ambiente jornalístico. Em 1955, idealizou e desenvolveu o Departamento de Esportes da *Rádio Difusora de Teresina*. Um ano depois, em 1956, concluiu o curso de Direito. Em 1958, fundou a Associação dos Cronistas Desportivos do Estado

do Piauí (Said, 2011; 2022).

Já na década de 1960, Carlos Said formou, junto com seu amigo e parceiro de trabalho, Dídimo de Castro, popularmente conhecido como “Pequeno Polegar”, a primeira equipe de esportes da *Rádio Pioneira de Teresina*, conforme Said (2011; 2022). Em 02 de março de 1964, ao sair para uma cobertura esportiva, Carlos Said sofreu um grave acidente de trânsito no trajeto entre Teresina e José de Freitas na unidade móvel da *Rádio Pioneira*. Mesmo desacreditado pelos médicos, Carlos sobreviveu e ganhou o apelido de “magro-de-aço”, nome que ele incorporou e que se tornou um mito.

Nos anos de 1970, na “década de ouro” do futebol piauiense, Carlos Said fez diversas transmissões de jogos locais e nacionais, assim como comandou diversos programas, como o “Viva o Esporte”, “Alô Torcida Piauiense” e “Marcação Cerrada”. Na década de 1990, Carlos se aposentou da vida de professor da UFPI e deixou a *Rádio Pioneira*, passando a se dedicar à literatura (Said, 2011; 2022). Em 1996, iniciou o trabalho como jornalista esportivo na *TV Pioneira*, atualmente *TV Cidade Verde*. Nos anos 2000 e 2010, o magro-de-aço se dedicou a fazer reportagens e coberturas de jogos, além de se adaptar à vida de aposentado. Em 2020, Carlos fez sua última transmissão esportiva, encerrando a carreira após 75 anos.

A história do jornalista Carlos Said encontra-se registrada em livros de memória produzidos pelo seu filho, Gustavo Said. A primeira obra intitulada *Como era bom aos domingos... Carlos Said – o homem, a vida, o mito Magro-de-Aço* foi publicada em 2011 e tem um caráter memorialístico, que atravessa praticamente toda a trajetória da vida pessoal, familiar e profissional de Carlos Said. Logo depois, em 2022, a história de Carlos Said foi transformada em quadrinhos, onde traz os principais mo-

mentos da vida do biografado. E em 2023, essa história construída por Gustavo Said (2011; 2022) através da linguagem verbal e não verbal foi levada ao palco do teatro. Ganhou uma nova vida pela arte cênica que juntou voz, corpo, iluminação, cenário.

A transformação da História em Quadrinhos (HQ) *Carlos Said, o magro-de-aço em quadrinhos* em espetáculo de teatro foi idealizada e desenvolvida pela professora doutora Nilsângela Cardoso em colaboração com os alunos da disciplina História do Jornalismo II – Piauí do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Piauí e foi apresentada no Auditório Professora Salomé Cabral, no Centro de Ciências da Educação (CCE). A peça surgiu durante uma aula, quando os estudantes leram a história em quadrinhos homônima, escrita por Gustavo Said, professor do Curso de Jornalismo da UFPI e filho de Carlos Said, que narrava a vida do jornalista.

Após a leitura em conjunto na turma, em que os alunos se prontificaram para os diálogos de acordo com os personagens, foi proposto a divisão dos papéis e, assim, foi dado o pontapé para a criação do espetáculo *Carlos Said: O Magro-de-Aço*.

A turma, composta por quase 40 discentes, foi dividida em grupos, formando o elenco, a produção e a direção. Numa peça de teatro são vários papéis a serem exercidos. Muitas vezes, se tem a equivocada ideia de que um bom espetáculo teatral se faz com os atores e as atrizes que atuam no palco, mas não é. Os bastidores são tão importantes quanto o palco e lá há muito mais gente trabalhando para a montagem de um espetáculo.

Cientes disso, os alunos e as alunas foram escolhendo qual das atividades poderiam e pretendiam exercer, de maneira que, cada um, na sua função, deu início ao trabalho de pesquisa sobre: a história pública e privada de

Carlos Said, as roupas que usavam na época, que mobília seria usada para a composição do cenário, a iluminação a ser usada, dentre outros aspectos. Nesse sentido, com o apoio técnico da atriz Bid Lima, os alunos foram divididos em grupos de funções: 19 deles atuaram, 03 se encarregaram da produção geral, 03 da composição do cenário, 02 atuaram como assistente de palco, 04 na sonoplastia, 03 na operação de luz, 03 no figurino e outros 03 ficaram responsáveis pelos *making-offs* e gravações.

Considerando que a grande maioria dos alunos não tinha experiência em artes cênicas, a atriz Bid Lima ministrou uma oficina de teatro e, também, foi a responsável pela direção da peça. Foram dois de preparação do elenco, produção, iluminação, figurino e caracterização. Depois de tudo pronto, coube ao grupo responsável pela divulgação, o papel de elaborar o cartaz convidando a comunidade acadêmica, o público em geral e a imprensa para assistir ao espetáculo *Carlos Said: O Magro-de-Aço*, que aconteceu em 21 de agosto de 2023 e teve 40 minutos de duração.

A produção do cartaz foi minimamente pensada. Como pode ser observado na Figura 1, o cartaz apresenta a imagem de Carlos Said num tom vermelho que compõe o fundo da imagem num *dégradé*. A cor vermelha escolhida não foi à toa, uma vez que representa a cor da cortina e, geralmente, as cadeiras que se encontram no teatro.

Figura 1: Cartaz de divulgação do Espetáculo *Carlos Said: O Magro-de-Aço*



Fonte: Acervo do Grupo de Teatro ComunicAção.

No descortinar da produção de uma peça de teatro, que prestava uma homenagem ao magro-de-aço, o espetáculo visava ensinar de maneira descontraída aos discentes da turma a importância e as contribuições de Carlos Said para o jornalismo e o esporte estadual, bem como a personalidade e as histórias de vida de um dos pioneiros e principais ícones da imprensa esportiva no Piauí. Por isso, como já foi apontado, a produção da peça contou com uma pesquisa sobre a vida de Carlos Said, sua história familiar, sua entrada no jornalismo impresso e no rádio. Vários textos acadêmicos foram utilizados como referências, além de fotos disponíveis na internet. A pesquisa minuciosa e cuidadosa foi de fundamental importância, porque se tratava da História de um dos principais jornalistas esportivos do Piauí vivo e que ia prestigiar o evento.

Após a divisão de tarefas, os discentes iniciaram a preparação do roteiro, baseado na HQ de Gustavo Said e nas pesquisas, que descrevia 15 cenas com os principais momentos da vida de Carlos Said, como a infância, a paixão pelo futebol, a parceria com Dídimo de Castro, a vida familiar e, mais que tudo, o lado profissional.

Com a finalização do roteiro e as oficinas ministradas por Bid Lima para ensinar técnicas de atuação e construção do personagem, começaram os ensaios, realizados durante os meses de julho e agosto de 2023, nas segundas, quartas e sextas-feiras. A cada ensaio, com duração aproximada de 1h30, eram reproduzidas todas as cenas a fim de aprimorar as habilidades teatrais dos alunos e a incorporação do personagem no palco.

Figura 2: Ensaio da peça em sala de aula com alunos da disciplina História do Jornalismo II-Piauí



Fonte: Acervo do Grupo de Teatro Comunicação.

Os primeiros ensaios da peça aconteceram na sala de aula. Na Figura 2, por exemplo, encontram-se os discentes Miguel Andrade e Sávio Pessoa que, respectivamente, representariam Carlos Said e seu amigo de infância, desafiando o pai ao demonstrar seu gosto pelo futebol, pelo rádio, e não pelo comércio. A cena traz os conflitos entre pai e filho e a teimosia de uma criança que, desde cedo, não queria ser comerciante.

A decoração das falas, as primeiras encenações de cenários, foram realizados em sala de aula. Porém, como a peça iria ser apresentada no Auditório do Centro de Ciências da Educação (CCE) da UFPI, tão logo, os ensaios migraram para lá. E não podia ser diferente, pois a atuação dos atores se faz com marcação das cenas, do cenário, movimentação dos personagens no palco, iluminação, sonoplastia etc. que devem ser decoradas para o êxito da apresentação. Então, a partir de agosto de 2023, todos os ensaios foram realizados no auditório do CCE/UFPI, como pode ser observado na Figura 3, em que os discentes Altino Oliveira e Miguel Andrade, respectivamente, representam os papéis de Carlos Said e Dídimo de Castro.

Figura 3: Ensaio da peça no Auditório do CCE/UFPI com alunos da disciplina História do Jornalismo II-Piauí



Fonte: Acervo do Grupo de Teatro Comunicação.

De acordo com Gustavo Said (2022), a aproximação de Dídimo de Castro e Carlos Said teve início nos anos 1960. Carlos Said, já veterano no jornalismo impresso e radiofônico, despertava em Dídimo de Castro o interesse de também se tornar um jornalista esportivo. Dessa forma, em 1962, influenciado por um grupo de amigos, Dídimo de Castro procurou Carlos Said na Rádio Difusora de Teresina e afirmou que tinha interesse em trabalhar com ele na emissora. Sem titubear, Carlos Said pediu que ele entrasse no estúdio e fizesse um comentário de improviso. Dalí em diante, os dois não se largaram mais, formando a dupla de comentaristas de futebol no Piauí, testemunhando a irreverência, as brigas e os palavrões que ficaram na História do jornalismo esportivo local, a saber: “apedeutas, lorpas, pacóvios e energúmenos para os biliguinguins dos

infernos”

Do texto à cena foram questões de dias. Na tarde do dia 22 de agosto de 2023, os(as) discentes da disciplina História do Jornalismo II-Piauí apresentaram a peça *Carlos Said: o Magro-de-Aço* para um público amplo que envolvia a comunidade em geral, discentes e docentes da UFPI e de outras IES, parentes e amigos de Carlos Said e imprensa. As figuras 4 e 5 retratam dois momentos do espetáculo no dia da apresentação para o público, cujas cenas, foram anteriormente apontadas nas Figuras 1 e 2:

Figura 4: Apresentação da cena I do Espetáculo *Carlos Said: o Margro-de-Aço*



Fonte: Acervo da Superintendência de Comunicação da UFPI.

Figura 5: Apresentação do Espetáculo *Carlos Said: o Margro-de-Aço*



Fonte: Acervo da Superintendência de Comunicação da UFPI.

“Luz, câmera, ação” é uma expressão muito utilizada para o cinema, todavia, neste momento, será utilizado para entender que o teatro e a produção do Espetáculo *Carlos Said: o Margro-de-Aço* foi uma experiência que ultrapassou os limites do palco e os muros da universidade, visto que chamou a atenção da mídia local. A importância de Carlos Said e de Dídimo de Castro para o jornalismo piauiense é tamanha que a imprensa local fez questão de cobrir o evento, que contava com a presença dos dois jornalistas homenageados.

O resultado da produção de uma peça de teatro feita por alunos e alunas do jornalismo da Universidade Federal do Piauí sobre ícones do jornalismo foi um marco para todos aqueles e todas aquelas que se encontraram no auditório. A encenação de cada ato, a transição de cada cena que trazia em seu bojo um recorte da vida de Carlos Said, da sua família, da sua trajetória na imprensa e no rádio, do acidente que contribuiu para a construção do

mito magro-de-aço, fez com os olhos do público ficassem cheio de água, especialmente, daqueles que viram no palco a história da sua vida. Então, no geral, o espetáculo recebeu *feedbacks* positivos do público, da imprensa e dos próprios participantes, que fizeram a primeira peça teatral piauiense a retratar a vida do magro-de-aço.

Figura 7: Matéria publicada no Portal da UFPI, no dia 22 de agosto de 2023



Fonte: Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <https://ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/52710-estudantes-de-jornalismo-da-ufpi-apresentam-a-primeira-peca-teatral-sobre-carlos-said>. Acesso em: 30 mar. 2025.

Figura 8: Matéria publicada TV Cidade Verde



Fonte: TV Cidade Verde. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ReJ_G91mFhg. Acesso em: 30 mar. 2025.

Figura 9: Matéria da TV Assembleia



Fonte: TV Assembleia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iTKR-90iBh0>. Acesso em: 30 mar. 2025.

A repercussão na mídia local visualizada nas figuras 7, 8 e 9 deve ser interpretada muito mais do que uma divulgação e cobertura de um evento que acontece dentro da universidade. Trata-se da divulgação de um trabalho educativo que se realiza em sala de aula e que pode ultrapassar as fronteiras de um processo de ensino-aprendizagem que se limita a textos, ao quadro, livros e outros materiais didáticos tradicionais. É, portanto, uma demonstração que o teatro, quando bem direcionado, pode ser um aliado da educação. Afinal, é inegável que o teatro tem uma função social. Para além do entretenimento, o teatro possibilita uma formação social e crítica, tanto para aqueles que atuam como atores quanto para os que se encontram na plateia como espectador. Se o teatro é arte que tem a duração do espetáculo, o/a ator/atriz e o/a espectador/a também. A cada apresentação realizada num palco de teatro, “[...] atores e espectadores se enfrentam, no espetáculo, como dois grupos de produtores, entendendo-se mutuamente, criticando-se e revelando-se mutuamente necessários” (Peixoto, 1992, p. 23).

No tocante ao aprendizado, os estudantes elogiaram a metodologia adotada para abordar a História do jornalista Carlos Said, um ícone do jornalismo piauiense, o que facilitou a compreensão de diversos temas abordados na peça. Como legado dessa produção artística, alguns alunos se identificaram com o teatro e ingressaram em grupos teatrais. Em 2024, o projeto de extensão Grupo de Teatro Comunicação, coordenado pela Profa. Nilsângela Cardoso continua promovendo oficinas de teatro com inscrição aberta a estudantes de todos os cursos de graduação e da pós-graduação da UFPI e a comunidade em geral, com o objetivo de despertar talentos e desenvolver a produção teatral no âmbito acadêmico.

Considerações finais

Ao longo deste estudo, exploramos de maneira aprofundada como o teatro pode se inserir no ambiente educacional, com ênfase na produção da peça *Carlos Said: O Magro de Aço* produzida por alunos da UFPI, revelando que a prática teatral proporciona benefícios notáveis na vida acadêmica. Através da utilização de um referencial teórico sobre o teatro e educação foi possível compreender como a junção dos dois campos podem contribuir, sobremaneira, para a formação intelectual de indivíduos tornando-os mais sensíveis, críticos e criativos.

É necessário reconhecer algumas limitações, como a prática teatral ainda é uma arte que se concentra em grandes polos mais urbanos, e precisa se estender a polos mais rurais, também há uma falta de investimento para inserir estas práticas nas instituições de ensino. Mesmo reconhecendo as limitações, é válido ressaltar que este estudo não apenas aprofunda nosso entendimento sobre teatro e educação, mas também abre espaço para novas investigações que possam trazer novas abordagens.

Assim, cada espetáculo produz uma experiência educacional, social e profissional. A produção da peça *Carlos Said: O Magro de Aço* contribuiu, direta ou indiretamente, para ampliar o conhecimento científico por meio da arte cênica sobre um dos ícones do jornalismo esportivo do Piauí.

Referências

CANDA, Cilene Nascimento. *Ensino de Teatro: fundamento e didática*. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2020. p. 27.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALEFFI, Dante Augusto. Teatro, experiência estética e arte no educar transdisciplinar. In: CANDIA, Cilene Nascimento; MENDONÇA, Célida Salume. *Paisagens educativas do ensino de teatro na Bahia: saberes, experiências e formação de professores*. Salvador, EDUFBA, 2018. p. 13-46.

Gil, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JAPIASSU, Ricardo. *Teatro e Filosofia: ensaios sobre a experiência estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 10. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MONTAGNER, Aírto Ceolin. Teatro latino e idade média. *Principia*, n. 16, p. 1-4, 2008.

PEIXOTO, Fernando. *O que é teatro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

SAID, Gustavo. *Carlos Said, o magro-de-aço em quadinhos*. 1. ed. Teresina: Editora e Livraria Nova Aliança, 2022.

SAID, Gustavo. *Como era bom aos domingos... Carlos Said – o homem, a vida, o mito Magro-de-Aço*. Teresina: Edufpi/Halley, 2011.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 40. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SILVA, Maria Aparecida. O impacto do teatro escolar na

formação dos estudantes. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 1, p. 50-65, 2021.

SOARES, Carmela. *Pedagogia do jogo teatral: uma poética do efêmero. O ensino do teatro na escola pública*. São Paulo: Hucitec, 2010. Série Pedagogia do Teatro, nº 6.

VIGANÓ, Lúcia. *Teatro na escola: uma experiência educativa*. São Paulo: Cortez, 2006.

20

**"Em terra de muitos
analfabetos, quem sabe ler
tem motivo para sorrir":
Alagoinha do Piauí na "mira"
da Rede Record de televisão
(2014)**

*José Clecionarton Teixeira
Raimundo Nonato Lima dos Santos*



Ao cantar do galo, abrem-se as janelas das casas. Mais um mês estava iniciando. O cheiro do café feito ao fogão à lenha exalava os quatro cantos da casa para celebrar a chegada do mês de novembro de 2014, no município de Alagoinha do Piauí. O sol já estava raiando e a esperança dos alagoinhenses com a entrada deste mês era que as chuvas pudessem retornar. A seca era “castigante”, vista por meio da vegetação que se encontrava sem cores verdes, isso em virtude dos vários meses que presenciávamos uma das maiores estiagens em nosso lugar. Entretanto, a fé e a esperança de ouvir os trovões de novembro e o bater dos pingos d’água no telhado era o que nos motivava a continuar rezando e pedindo chuvas a São José.

Ao fundo, em um rádio, sintonizado na Rádio Cajueiro FM¹¹⁹, ouvia-se a música Asa Branca (1947), de Luiz Gonzaga, “que brasileiro, que fornaia, nenhum pé de prantação, por falta d’água perdi meu gado, morreu de sede meu alazão”. A estiagem, que castigava a fauna e a flora, fazia com que os nordestinos clamassem pela volta dos trovões e das chuvas do mês de novembro para cuidar do seu roçado e de seus criatórios. As conversas versavam sempre sobre expectativas, experiências e possíveis visões de um bom inverno. Os relâmpagos vistos ao longe simbolizavam a esperança que as chuvas estivessem próximas, tendo chegado o momento de terminar de preparar as terras e aguardar o inverno para o plantio. Se a música anterior refletia o bater de asas da Asa Branca e da sua saída do sertão, agora ouvíamos: “já faz três noites que pro Norte relampeia, e a Asa Branca ouvindo o ronco do tro-

119. A Rádio Cajueiro FM 87.9 MHZ, tem sede em Alagoinha do Piauí, na qual funcionava todos os dias da semana com diversos locutores. Um dos principais meios de comunicação e informação do município, onde os alagoinhenses ligavam para pedir as suas músicas favoritas e mandar o seu alô para os amigos e familiares. Atualmente se encontra fechada, não operando desde 2017.

vão, já bateu asas e vortou pro meu sertão, ai, ai, eu vou-me embora, vou cuidar da prantação (Gonzaga, 1947)".

A praça São Francisco, localizada no centro da cidade, calçadas, escolas, residências e rodas de amigos deixavam de ter sujeitos que falavam acerca das irregularidades das chuvas como pauta principal das suas conversas e passavam a comentar sobre visitantes estranhos e inusitados que teriam chegado à cidade na primeira semana de novembro de 2014, espalhando de boca em boca que eram pessoas importantes da televisão. Uns falavam que "aquele povo" tinha vindo fazer uma matéria sobre algum assassinato; outros falavam que teriam vindo falar bem da cidade; outros sobre a educação do município; mas ninguém sabia ao certo sobre o que aquelas pessoas com microfones e câmeras faziam gravando vários pontos do município.

Depois de muita especulação, suspense e curiosidade por parte de todos, apareceram os rumores que estavam fazendo uma reportagem sobre Alagoinha do Piauí e que iam mostrar em rede nacional, por meio do programa Repórter *Record* Investigação da emissora Rede *Record*, sobre a educação oferecida na cidade. Foi muita euforia e ansiedade pela chegada do dia que a reportagem seria transmitida, dia este que nas escolas, calçadas, ruas e na praça São Francisco da cidade não se falava em outra coisa, a não ser que todo mundo iria assistir a sua cidade sendo "passada" na TV.

Chega o tão esperado dia, (10/11/2014), dia esse que a cidade de Alagoinha do Piauí entraria para a história. A expectativa era gigantesca, parecia uma final de copa do mundo entre Brasil e Argentina. As TVs foram ligadas muito antes do horário de início do programa, para não perder nenhum momento do que seria transmitido. Os olhos brilhantes, atenciosos e a esperança e alegria

pelo que seria mostrado mudaram em questões de segundos por verem a manchete e o resumo do que seria projetado.

A manchete em caixa alta e negrito, “O ABC DA CORRUPÇÃO”, marcou o pontapé inicial das construções discursivas em volta do analfabetismo em Alagoinha do Piauí. Na reportagem foi denunciado fraudes que ocorriam na execução do Programa Brasil Alfabetizado, pegando o título de cidade com o maior índice de analfabetismo do Brasil, com 43% segundo dados do IBGE (2010), para mostrar que tais práticas ilegais que ocorriam neste município incutia nesse cenário exagerado de analfabetos.

Antes de adentrar nas questões em volta do funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, a matéria televisiva utilizou vídeos, imagens e discursos sensacionalistas engessados em um espaço que carrega consigo visões pré-estabelecidas simplesmente por estar localizado na Região Nordeste, criando construções imagético-discursivas que poderiam caracterizar como uma possível realidade do espaço ao qual estava inserida a cidade de Alagoinha do Piauí, a exemplo da seca, da pobreza, da falta de oportunidade e do analfabetismo. Após imagens, vídeos e falas depreciativas acerca daquele local irem ao ar é são iniciadas que as denúncias em volta do programa, dando a entender que em virtude das condições de vida da população e da falta de uma educação de qualidade, Alagoinha teria o maior índice de analfabetos do Brasil.

O resultado positivo durante a exibição, tal qual se imaginava em uma final de copa do mundo entre Brasil e Argentina, transformou-se em um 7 – 1 entre Brasil e Alemanha, justamente no mesmo ano, em 2014. Se todos os brasileiros ficaram envergonhados com o vexame da seleção Brasileira em uma transmissão de nível nacional e internacional na copa do mundo em 08/07/2014, com

Alagoinha não foi diferente, pois em 10/11/2014, a partir de tal divulgação, ficou reconhecida nacionalmente como a cidade dos analfabetos, com quase metade da população analfabeta.

Na manhã do dia 11 de novembro de 2014, um silêncio tomou conta da cidade. Os alagoinhenses tentavam entender o que havia sido noticiado em rede nacional, em um horário nobre. Nos dias subsequentes não se falava em outra coisa. Tamanha era a tristeza e revolta pela forma que Alagoinha do Piauí e a sua população foram mostradas. Estrondosa foi a repercussão, não somente pelas cidades vizinhas, mas a nível de Brasil. Diversos sites e meios de comunicações passaram a noticiar tal ocorrido, impulsionando ainda mais a divulgação e a implementação de uma característica a cidade, “a de cidade dos analfabetos”. Imensa foi a zombaria e visão depreciativa acerca de quem aqui vivia, pois sempre ao encontrarem algum conterrâneo de Alagoinha já perguntavam com sarcasmo se alguém da cidade sabia ler.

A construção e divulgação da matéria jornalística teve todo um estudo e preocupação no momento da seleção de conteúdos, montagem e transmissão, isso para se chegar a um produto o mais chocante e didático possível para que vendesse e tivesse uma boa audiência. Verdade ou não o que foi repassado, essa produção deixou uma imagem negativa acerca deste espaço. Com isso, o que acabou de ser narrado anteriormente em forma de crônica virou objeto de estudo neste artigo que propomos realizar.

Para a escrita do trabalho iremos analisar a reportagem da Rede *Record*, do programa *Repórter Record Investigação*, que foi ao ar em 10/11/2014, sendo o recorte temporal estudado no presente artigo. O estudo se fundamenta em fontes hemerográficas, audiovisuais e imágé-

ticas. Utilizando de capturas de tela de vídeos e imagens que foram ao ar com o intuito de compreendermos como teria sido montada e projetada em rede nacional. As discussões serão realizadas com base nos seguintes autores: para falar da invenção do Nordeste, suas representações e estereótipos utilizamos Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), em relação ao sensacionalismo como estilo jornalístico José Cristian Góis (2014) e Ana Luiza Lugão (2010). A escolha do título do trabalho faz parte do fragmento de uma das falas da repórter Heleine Heringer¹²⁰, quando saía a procura de alguém nas ruas da cidade que conseguisse ler um bilhete e, ao encontrar, vibra e fala: "ó, a senhora está de parabéns... E a alegria fica estampada no rosto dessa mulher... Em terra de muitos analfabetos, quem sabe ler tem motivo para sorrir."¹²¹

Traços de uma Alagoinha multifacetada: suas representações e estereotipações em rede nacional por reportagem midiática (2014)

Naquele dia 10 de novembro de 2014, quando os telespectadores ligaram a TV e sintonizaram na Rede Record, estava sendo transmitido uma matéria sobre um esquema de corrupção em uma das regiões mais carentes do país. Antes mesmo de citarem qual local era objeto daquela reportagem, já era possível supor que poderia ser da Região Nordeste, pois, ao iniciar o seu programa, o apresentador Roberto Cabrini narra: "o bê-á-bá da exploração numa das regiões mais carentes do país. Do sertão castigado pela seca e pela fome, nossos repórteres des-

120. Repórter do Jornal Repórter Record Investigação, da Rede Record.

121. Heleine Heringer. Trecho retirado da fala da repórter do jornal Repórter Record Investigação, transmitida pela Rede Record de televisão. Alagoinha do Piauí-PI. 10, nov. 2014.

vendam um ambicioso esquema de desvio de verba”¹²². Nesse momento, pegando como base as características descritas, imagens e vídeos mostrados, além da forma exagerada e o som de uma música de Luiz Gonzaga ao fundo – quando ia sendo mostrado os pontos fortes da reportagem que seriam transmitidos –, já era sabido que a matéria jornalística seria em volta de um lugar do Nordeste.

A partir daquele momento, durante os primeiros minutos de transmissão, não foi possível identificar sobre qual Estado/Cidade estavam falando, pois foram exibidas apenas imagens e estigmas pertencentes ao Nordeste, a exemplo da seca, pobreza, analfabetismo e da falta de oportunidade. Os recursos visuais e linguagens utilizadas foram escolhidas de forma consciente no momento da montagem e seleção do que seria mostrado, pois segundo Durval Albuquerque Júnior (2011, p. 354), “as reportagens sobre o Nordeste não são feitas para descobrir algo novo a seu respeito, mas reafirmar a sua imagem já estabelecida, que significa, ao mesmo tempo, reforçar a imagem construída para São Paulo, para o Sul”. Com isso, a escolha do que seria mostrado foi com a intenção de prender o público acerca do que seria exibido, pois a junção entre a imagem e oralidade forma uma linguagem verbo-visual que consegue chamar atenção para o que está sendo exposto.

Ao analisar a reportagem do seu começo ao fim e tomando como base a forma que foi narrada, podemos perceber que faz parte de uma construção sensacionalista, isto é, fazem o uso de atributos que buscam chocar e escandalizar acerca do transmitido. De acordo com Ana Luiza Lugão (2010), nas matérias sensacionalistas, o ob-

122. Roberto Cabrini. Trecho retirado da fala do apresentador do jornal Repórter Record Investigação, transmitida pela Rede Record de televisão. Alagoinha do Piauí-PI. 10, nov. 2014.

jetivo principal é provocar impacto no público, fazendo com que as pessoas se envolvam emocionalmente com o conteúdo apresentado. O intuito é levá-las a se colocar no lugar dos personagens retratados, experimentando as emoções transmitidas e sentindo indignação diante dos acontecimentos narrados. Para alcançar esse efeito, a linguagem, o texto, as imagens, os vídeos e os discursos ao longo da narrativa são cuidadosamente elaborados para chocar e causar forte impacto. Deparando-me com tais características existentes na matéria da Rede *Record* e presente em jornais de cunho sensacionalista, reporto-me ao pensamento de Lugão (2010, p. 12), quando afirma que o

o sensacionalismo é um tipo de postura editorial adotada regular ou esporadicamente por determinados meios de comunicação, que se caracteriza pelo exagero, pelo apelo emotivo e pelo uso de imagens fortes na cobertura de um fato jornalístico. Exagero de tal fato exibido com muitas cenas emotivas e de certa forma generalizando o tema exibido.

Com a utilização de imagens, vídeos e declarações marcantes e exageradas durante a transmissão atrai a atenção do público e desperta suas emoções, gerando maior envolvimento com o conteúdo mostrado. O sensacionalismo em matérias televisivas – como visto no Repórter *Record* Investigação – torna-se uma estratégia comum adotada por muitos telejornais para aumentar a audiência durante suas transmissões, indo de encontro ao José Cristian Góis (2014, p. 38) que defende que “[...] o perfil sensacionalista de alguns produtos da imprensa mantém uma lógica central desse formato: a prioridade de seleção e narração verbo-visual exagerada de acontecimentos aberrantes”. Destarte, quem de fora do município de Alagoinha assistisse ao que foi exibido, acreditaria no roteiro montado e construído com o auxílio das imagens e vídeos idos ao ar, já que um dos intuitos é vender a notícia para

o seu público.

Nas capturas de tela a seguir, é visto alguns momentos que são expostos logo no início da reportagem, com o intuito de narrar por meio de imagens e falas como teria se dado a reprodução em nível nacional da referida reportagem. Na primeira, figura 1, a projeção de um vídeo exemplificava um vaqueiro levando a sua boiada, sendo possível perceber a poeira que se misturava a luz solar. Na figura 2, um homem transporta água em um cavalo com o auxílio de tambores/ancas para a sua subsistência ou para o seu criatório de animais. Na figura 3, podemos observar que em virtude da estiagem e da seca que se prolongava ocasionou a morte do mandacaru, símbolo de resistência da Região Nordeste, justamente pela sua capacidade e adaptação em solos secos durante a falta d'água por longos períodos sem chuvas.

Figura 1 – Vaqueiro conduzindo uma boiada
Figura 2 – Homem carregando água em tambores com um cavalo
Figura 3 – Mandacaru morto em virtude da seca



Fonte: Repórter Record Investigação (2014).

A visão que foi vendida pela Rede Record em rede nacional acerca do Nordeste faz parte de uma construção histórica engessada e aceita como uma verdade absoluta. Antes mesmo da sua invenção no plano discursivo e político não existia uma identidade bem delimitada até mesmo

sobre a ideia de Norte. No entanto, o Nordeste será criado por meio de uma disputa segmentada entre Norte e Sul, isto é, uma disputa ideológica por meio de discursos e imagens que passam a caracterizar o espaço que daria a sua origem. Com isso, carrega consigo representações e estereotipações consolidadas acerca do espaço que cederia lugar à Região Nordeste. Ao ler o livro *A invenção do Nordeste e outras artes* (2011), de Duval Muniz de Albuquerque Júnior, no ano de 2022, lembrei de uma passagem que se faz necessário trazer para a discussão, em que o autor cita que o

O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área (Albuquerque Júnior, 2011, p. 81).

Sendo assim, no processo de construção de uma identidade para o Brasil, vários discursos passaram a ser construídos no plano discursivo por meio dos regionalistas, aqueles encarregados por escrever de forma que refletisse e/ou representasse os diversos espaços que compunham o país. A partir desse momento, haverá inúmeros discursos que procurariam observar o Brasil em toda a sua complexidade, e isso seria por intermédio de regionalistas de diferentes áreas do país, a exemplo do Norte e Sul, que começariam a analisar o seu próprio espaço, mostrando características que os diferenciavam, diagnosticando e promovendo um distanciamento entre as áreas do país.

O regionalismo que foi difundido no Norte e Sul, fez com que o Nordeste fosse criado enquanto um espaço inferior e atrasado, principalmente se tratando das características que aqui poderiam ser encontradas. O clima, vegetação, costumes, hábitos, raça, por exemplo, passaram a ser vistas enquanto causas da inferioridade do Nordeste,

discurso esse já disseminado antes mesmo da sua invenção. O Sul, no discurso regionalista, passa a ser visto como o exemplo de superioridade em relação ao Norte, seria o espaço distribuidor de sentido em nível nacional, e o que era visto como diferente a ele, só representava atraso, estranhamento e bizarrices que chocava quem presenciasse.

É por meio de tais atribuições e imposições aceitas e difundidas sobre este espaço ao qual Alagoinha do Piauí está inserida – localizada no Estado do Piauí e na Região Nordeste –, que a reportagem se apropriou para construir uma narrativa que pudesse ser vendida e aceita pelos consumidores de informações. A partir da reprodução cinematográfica em volta da seca e da falta de oportunidade presente naquele lugar a história da cidade mais analfabeta do país começava a ser construída. Mostrando escolas fechadas, vegetação seca, estradas de difícil acesso e a corrupção que acontecia no Programa Brasil Alfabetizado – que tinha a finalidade de alfabetizar jovens e adultos –, mas em virtude das fraudes que aconteciam na sua execução, o dinheiro que deveria ser utilizado era desviado por parte dos integrantes.

Nas figuras abaixo, segue algumas ilustrações que foram exibidas durante a reportagem. Na figura 4, foi mostrado a vegetação seca, isso em virtude de ser no período da estiagem onde a flora perde as suas cores verdes e dar lugar ao acinzentado, caracterizando o bioma da região, a caatinga. Na figura 5, foi projetado crianças brincando em um terreno de correr atrás de galinha, atestando uma realidade simples em relação aos seus moradores. Na figura 6, a repórter explora escolas fechadas há anos. Em uma delas, a exemplo da imagem abaixo, ela encontra um cenário de abandono total: sem estrutura alguma, com livros antigos espalhados pelo chão.

Figura 4 – Vegetação em período de estiagem Figura 5 – Crianças brincando de correr atrás de galinhas Figura 6 – Fechamento de escolas



Fonte: Repórter Record Investigação (2014).

A emissora da Rede Record em seu programa *Repórter Record Investigação* foi utilizando de imagens e vídeos que pudessem vender a sua notícia, atestando que esta cidade da Região Nordeste e do Estado do Piauí vivia uma realidade a parte dos outros lugares; como se a população fosse predominante pobre e analfabeta em virtude da sua localização e do desprezo do poder público municipal. A exemplo da figura 5, se pararmos para analisá-la, revela intenções por trás da reportagem da Rede Record, especialmente ao mostrar um vídeo de crianças brincando em condições adversas. Apresentar a pobreza e a simplicidade de uma cidade e seu povo dessa forma leva o telespectador a enxergar essa realidade como única e incontestável.

No vídeo, a repórter Heleine Heringer comenta: “Vidas humildes e de muita batalha, por aqui as brincadeiras são sempre assim”¹²³. Tal afirmação sugere uma generalização sobre as formas de lazer das crianças em Alagoinha

123. Heleine Heringer. Trecho retirado da fala da repórter do jornal Repórter Record Investigação, transmitida pela Rede Record de televisão. Alagoinha do Piauí-PI. 10, nov. 2014.

do Piauí, como se correr atrás de galinhas fosse a única forma de diversão, reforçando a imagem de um povo sem acesso a outras alternativas de lazer ou espaços apropriados para se divertir. Nesse contexto, a mídia adotou uma abordagem sensacionalista ao tratar da pobreza de uma cidade do Nordeste. Devido à sua localização estigmatizada e estereotipada desde a sua criação, a região já é vista de maneira negativa e uniforme, uma percepção construída ao longo do tempo no imaginário daqueles que não vivem ali.

Sobre isso, lembro-me de um trecho de Lugão (2010, p. 12), na qual a autora relata que

O sensacionalismo é a divulgação e exploração, em tom exagerado, de matéria capaz de emocionar ou escandalizar. É a exploração do que é sensacional na literatura. É tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento, utilizando-se de escândalos, atitudes chocantes, hábitos exóticos etc.

Quando o sensacionalismo passa a ser veiculado à reportagem da Rede *Record* – retratando a seca, a vegetação e os animais mortos, estradas de difícil acesso e escolas fechadas –, passa a se formar no imaginário dos telespectadores uma percepção de verdade única e absoluta, influenciada pelo contexto da região mostrada. Essa visão, compartilhada por outras áreas, descreve o local como atrasado, pobre, marcado pela seca e com uma educação precária. Contudo, a realidade das cidades do Nordeste vai além disso, o que torna problemática a generalização de uma determinada região.

Muitas emissoras, ao se afastarem da imparcialidade em suas transmissões jornalísticas, acabam destacando aspectos facilmente encontrados nesse espaço, gerando choque e indignação nos telespectadores. Conforme observa José Cristian Góes (2014, p. 34), “o sensacionalismo

pode ser identificado como uma prática noticiosa centrada prioritariamente na seleção, ênfase e repetição de elementos narrativos e imagéticos dramáticos e exagerados, gerando impacto emocional em parte da audiência”.

As narrativas midiáticas de caráter sensacionalista buscam apresentar uma visão uniforme e tratada como verdade absoluta, intensificando e exagerando a forma de expressão, seja na linguagem, na semântica ou no discurso. Utilizam-se de estratégias que capturam a atenção do público, combinando oralidade e imagens para criar uma linguagem audiovisual por meio de narrativas ilustrativas. Góes, (2014, p. 12), no seu texto, recorda-me que “[...] o sensacionalismo é um formato historicamente presente no jornalismo, acessível aos meios e que pode ser analisado sob quatro perspectivas: conteúdo, narrativa, estética/suporte e condição mercadológica”.

Desse modo, os jornais que utilizam o sensacionalismo em suas produções procuram fixar no imaginário dos espectadores uma percepção de realidade como se fosse incontestável, despertando o interesse pelo conteúdo transmitido. Nesse sentido,

pode-se encontrar a cobertura sensacionalista, em menor ou maior grau, com maior ou menor tom, também na considerada imprensa de referência. Há casos dramáticos e de impacto, que em razão do exagero e dos contornos na cobertura cotidiana, migraram em vários momentos para o sensacionalismo [...] (Góes, 2014, p. 12).

Com base na análise do autor, pode-se concluir que o sensacionalismo não é exclusivo da mídia de menor prestígio, mas também permeia veículos de comunicação considerados de referência, a exemplo da emissora da Rede Record. Mesmo veículos renomados, em determinadas circunstâncias, podem recorrer ao exagero e à dramatização em suas coberturas, imprimindo um tom sensacionalista a eventos de grande impacto.

Através de imagens, vídeos e discursos veiculados em rede nacional, os telespectadores são levados a construir uma percepção de “verdades” sobre esse espaço. Contudo, é importante ressaltar que essas “verdades” apresentadas na reportagem são construções desenvolvidas ao longo do tempo e não exclusivas da cidade ou do cenário nordestino, podendo ser encontradas em outras regiões e municípios brasileiros.

No tramar da cena e narração em volta da cidade dos analfabetos, a repórter Heleine Heringer parte em uma missão cheia de aventuras. Enfrenta um sol escaldante e dragões da ignorância ao sair pelas ruas da cidade em busca de pessoas que pudessem escrever um bilhete e depois lê-lo. Nesse momento, anda em alguns lugares a procura de alguém que fosse capaz de escrever algo simples, entretanto, não foi possível. Depois de interpelar diversos sujeitos para que pudessem cumprir esse desafio, encontra Ronny, figura 7 abaixo, comerciante de verduras, frutas e legumes da cidade de Alagoinha do Piauí. Ao ser abordado pergunta se ele sabe escrever o seguinte bilhete: “6 milhos ficarão prontos às 17:30h da tarde. Assina Ronny.” Ele responde que sim e faz o que lhe é pedido, apesar de não entender o propósito daquela estranha abordagem. Após conseguir completar a missão que parecia quase impossível, nossa “Dora aventureira” parte para a segunda fase: a de encontrar quem soubesse ler o escrito.

A figura 8 abaixo faz parte de um dos momentos que um alagoinhense é abordado em busca de zerar a missão, no entanto, foi falha, pois, esse senhor, não sabia ler e nem escrever. A repórter depois de perguntar a algumas pessoas, encontra a mulher da figura 9 e, ao ser confrontada, finalmente uma pessoa teve a capacidade de realizar a tarefa de ler o bilhete. Ao zerar a missão a repór-

ter vibra, pega na sua mão dando os parabéns e fala: “ó, a senhora está de parabéns... E a alegria fica estampada no rosto dessa mulher... Em terra de muitos analfabetos, quem sabe ler tem motivo para sorrir”¹²⁴.

Figura 7 – Comerciante de Alagoinha do Piauí Figura 8 – Comerciante alagoanhense Figura 9 – Cidadã de Alagoinha



Fonte: Repórter *Record* Investigação (2014) / R7.

A recompensa da repórter por ter consigo tal feito foi comer o milho ao horário programado, às 17:30h, sendo narrado com a frase: “com a saga do bilhete, chega a hora da recompensa...”¹²⁵ Neste momento, os holofotes giram em torno da repórter, que aparece rindo ao degustar o milho depois de uma tarefa árdua na cidade que parecia parada no tempo.

Nas imagens mostradas e analisadas até o momento é notório a forma dramática utilizada durante a reportagem. O foco principal do presente artigo ao qual me proponho produzir não é com o objetivo de falar que a reportagem está mentindo, mas narrar como ela teria se apropriado de características e métodos encontrados em jornais de carácter sensacionalistas. A exemplo da passagem exposta anteriormente é possível perceber que hou-

124. Heleine Heringer. Trecho retirado da fala da repórter do jornal Repórter *Record* Investigação, transmitida pela Rede *Record* de televisão. Alagoinha do Piauí-PI. 10, nov. 2014.

125. Heleine Heringer. Trecho retirado da fala da repórter do jornal Repórter *Record* Investigação, transmitida pela Rede *Record* de televisão. Alagoinha do Piauí-PI. 10, nov. 2014.

veram intencionalidades e finalidades por parte da repórter ao fazer todo este cortejo para encontrar alguém que soubesse ler e escrever o bilhete. A frase verbalizada pela repórter e a sua comemoração ao encontrar essa senhora que soubesse ler, é carregada de emoção e sentimentalismos, procurando emocionar e vender a história da cidade mais analfabeta do país para os seus telespectadores.

Mesmo que a reportagem da Rede *Record* tenha repassado uma visão sensacionalista durante a matéria jornalística, não quer dizer que reflete a realidade da cidade como um todo e de forma homogênea. Nessa perspectiva, é problemático a utilização de imagens que são facilmente encontradas em determinado espaço, já que se trata de uma questão social vivenciada e encontrada em várias partes do território brasileiro.

Considerações finais

A análise das imagens utilizadas revelou intenções claras por trás da reportagem da Rede *Record*, principalmente a tentativa de moldar os perfis dos alagoanenses como pobres, miseráveis e analfabetos, de forma estereotipada e estigmatizada. Isso foi feito por meio de construções imagético-discursivas que reforçam uma visão preconceituosa sobre um povo pertencente a um espaço historicamente e culturalmente marginalizado na Região Nordeste do Brasil. Além disso, no programa *Repórter Record Investigação*, a reportagem não se limitou a diagnosticar práticas ilegais no Programa Brasil Alfabetizado, mas também adotou um tom sensacionalista, reproduzindo estigmas e estereótipos generalizados sobre a região retratada.

Nesse contexto, não é apropriado produzir repor-

tagens que, em seu roteiro, busquem depreciar uma cidade utilizando discursos, imagens e vídeos enraizados em estigmas de uma determinada região. Um exemplo disso é a matéria jornalística veiculada pela Rede Record. É fundamental destacar que, em um mundo onde a informação se propaga rapidamente, os consumidores de notícias devem adotar uma postura crítica diante de discursos sensacionalistas.

Essas narrativas exageradas, frequentemente manipuladas para chocar e atrair audiência, podem distorcer a realidade e perpetuar preconceitos, como no caso abordado neste artigo. Ao evitarmos acreditar em tudo que é transmitido pelos meios de comunicação, reduzimos o risco de sermos manipulados por informações enganosas. Por isso, é imprescindível buscar fontes confiáveis, verificar os fatos e refletir sobre as intenções por trás de manchetes chamativas. Essa postura crítica não é apenas tarefa do historiador, mas de toda a sociedade, pois somente assim podemos construir uma visão mais justa e equilibrada da realidade.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

GÓES, José Cristian. *Jornalismo e sensacionalismo: Enquadramento, criminalização da pobreza e implicações éticas no Jornal Cinform*. Dissertação (Mestre em Comunicação) – Programa de pós-graduação em comunicação (PPGCOM) - Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão/SE, p. 229. 2014.

GONZAGA, Luiz; TEIXEIRA, Humberto. *Asa Branca*. Brasília: Victor, 1997. Disponível em: <<https://www.lettras.mus>>.

br/luiz-gonzaga/47081/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

GONZAGA, Luiz; DANTAS, Zé. *A Volta da Asa Branca*. Brasília: Victor, 1997. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/664045/>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-do-piaui/panorama>>. Acesso em: 14 de jul. de 2024.

LUGÃO, Ana Luiza. *Jornalismo sensacionalista: o programa Brasil urgente em cena*. Monografia em Comunicação Social – Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS, Centro Universitário de Brasília - Uni-CEUB. Brasília – DF, p.31. 2010.

REPÓRTER *Record* Investigação revela a corrupção na “cidade dos analfabetos”. [10/11/2014]. In: R7. [Portal de notícias da Rede Record]. Disponível em: <<https://record.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/reporter-record-investigacao-revela-a-corrupcao-na-cidade-dos-analfabetos-22012024/>>. Acesso em: 10 dezembro 2024.

REPÓRTER *Record* Investigação revela a corrupção na “cidade dos analfabetos”. *Vegetação em período de estiagem*. Fotograma do programa Repórter Record Investigação da Rede Record de televisão. 10 nov. 2014. R7: [Portal de notícias da Rede Record]. Disponível em: <<https://record.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/reporter-record-investigacao-revela-a-corrupcao-na-cidade-dos-analfabetos-22012024/>>. Acesso em: 17 dez. 2024. 1 fotograma, color, 8h45min11s.

REPÓRTER *RECORD* Investigação revela a corrupção na “cidade dos analfabetos”. *Mandacaru morto*. Fotograma do programa Repórter Record Investigação da Rede Record de televisão. 10 nov. 2014. R7: [Portal de notícias da Rede Record]. Disponível em: <<https://record.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/reporter-record-in>

vestigacao-revela-a-corrupcao-na-cidade-dos-analfabetos-22012024/ >. Acesso em: 17 dez. 2024. 1 fotograma, color, 8h50min22s.

REPÓRTER *Record* Investigação revela a corrupção na “cidade dos analfabetos”. *Homem carregando água em tambores com um cavalo*. Fotograma do programa Repórter *Record* Investigação da Rede *Record* de televisão. 10 nov. 2014. R7: [Portal de notícias da Rede *Record*]. Disponível em: <<https://record.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/reporter-record-investigacao-revela-a-corrupcao-na-cidade-dos-analfabetos-22012024/>>. Acesso em: 17 dez. 2024. 1 fotograma, color, 9h12min15s.

REPÓRTER *Record* Investigação revela a corrupção na “cidade dos analfabetos”. *Crianças brincando de correr atrás de galinhas em um espaço*. Fotograma do programa Repórter *Record* Investigação da Rede *Record* de televisão. 10 nov. 2014. R7: [Portal de notícias da Rede *Record*]. Disponível em: <<https://record.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/reporter-record-investigacao-revela-a-corrupcao-na-cidade-dos-analfabetos-22012024/>>. Acesso em: 17 dez. 2024. 2 fotogramas, color, 9h31min17s.

REPÓRTER *Record* Investigação revela a corrupção na “cidade dos analfabetos”. *Vegetação em período de estiagem*. Fotograma do programa Repórter *Record* Investigação da Rede *Record* de televisão. 10 nov. 2014. R7: [Portal de notícias da Rede *Record*]. Disponível em: <<https://record.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/reporter-record-investigacao-revela-a-corrupcao-na-cidade-dos-analfabetos-22012024/>>. Acesso em: 17 dez. 2024. 1 fotograma, color, 9h15min22s.

REPÓRTER *Record* Investigação revela a corrupção na “cidade dos analfabetos”. *Fechamento de escolas*. Fotograma do programa Repórter *Record* Investigação da Rede *Record* de televisão. 10 nov. 2014. R7: [Portal de notícias da Rede *Record*]. Disponível em: <<https://record.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/reporter-record-investigacao-revela-a-corrupcao-na-cidade-dos-analfabetos-22012024/>>. Acesso em: 17 dez. 2024. 1 fotograma, color, 9h15min22s.

vestigacao-revela-a-corrupcao-na-cidade-dos-analfabetos-22012024/ >. Acesso em: 17 dez. 2024. 1 fotograma, color, 9h33min10s.

REPÓRTER *Record* Investigação revela a corrupção na "cidade dos analfabetos". *Comerciante de Alagoinha do Piauí*. Fotograma do programa Repórter *Record* Investigação da Rede *Record* de televisão. 10 nov. 2014. R7: [Portal de notícias da Rede *Record*]. Disponível em: <<https://record.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/reporter-record-investigacao-revela-a-corrupcao-na-cidade-dos-analfabetos-22012024/>>. Acesso em: 17 dez. 2024. 1 fotograma, color, 9h36min17s.

REPÓRTER *Record* Investigação revela a corrupção na "cidade dos analfabetos". *Comerciante alagoinhense*. Fotograma do programa Repórter *Record* Investigação da Rede *Record* de televisão. 10 nov. 2014. R7: [Portal de notícias da Rede *Record*]. Disponível em: <<https://record.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/reporter-record-investigacao-revela-a-corrupcao-na-cidade-dos-analfabetos-22012024/>>. Acesso em: 17 dez. 2024. 1 fotograma, color, 9h40min9s.

REPÓRTER *Record* Investigação revela a corrupção na "cidade dos analfabetos". *Cidadã de Alagoinha*. Fotograma do programa Repórter *Record* Investigação da Rede *Record* de televisão. 10 nov. 2014. R7: [Portal de notícias da Rede *Record*]. Disponível em: <<https://record.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/reporter-record-investigacao-revela-a-corrupcao-na-cidade-dos-analfabetos-22012024/>>. Acesso em: 17 dez. 2024. 1 fotograma, color, 9h45min15s.

21

**O sabor dos inquéritos
policiais militares: tecendo
possibilidades para a
compreensão do Terror de
Estado em solo piauiense**

Helen Adriely Sobreira de Sousa



O sabor dos arquivos policiais é objeto de interesse da historiadora Arlette Farge. Diferente dos impressos dirigidos ao público, os arquivos policiais são vestígios brutos de “[...] vidas que não pediam absolutamente para ser contadas dessa maneira, e que foram coagidas a isso porque um dia se confrontaram com as realidades da polícia e da repressão” (Farge, 2009, p. 12). Procura-se, neste artigo, investigar o sabor de um determinado tipo de arquivo policial: o Inquérito Policial Militar.

O objetivo deste artigo é apresentar um panorama geral acerca dos Inquéritos Policiais Militares, disponíveis no acervo “Brasil: Nunca Mais”, instaurados com o propósito de investigar crimes que, na visão da polícia política, atentavam contra a ditadura militar em território piauiense. Para tanto, busca-se analisar os Inquéritos instaurados no Piauí, de modo a compreendendo-os como fontes importantes para a história da ditadura militar no estado. Além disso, pretende-se apontar, ainda que de forma breve, os principais fatos compreendidos como crime pela *justiça fardada*, e, por meio de outras fontes complementares, indicando possibilidades de interpretação sob outra ótica, de modo a complementar os acontecimentos. No Piauí foram instaurados quatro Inquéritos, que podem ser divididos em dois grupos: o primeiro, com o BNM 185 e BNM 349, referentes a atuações antes de 1964; e o segundo, BNM 340 e BNM 705 relacionados às ações de militantes ligados ao movimento estudantil.

Os Inquéritos policiais militares estão inseridos em uma lógica maior: a defesa da segurança nacional. Os meios justificavam os fins, tendo em vista que a doutrina de segurança nacional foi amplamente utilizada como justificativa para a implantação autoritária de um sistema de vigilância, controle e dominação da sociedade. Para a

proteção da DSN, o Estado adotou o *Terror de Estado*¹²⁶ como estratégia para amedrontar os supostos inimigos, desmobilizando movimentos populares, e, consequentemente, instaurar um clima de medo à população.

Os IPMs nascem com o Ato Institucional nº I, especificamente com o artigo 8º, com a prerrogativa de investigar a “[...] responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária” (Brasil, 1964). Observa-se uma falta de fundamentação jurídica nos Inquéritos, por exemplo, se a opinião pública concordasse que aquele indivíduo era subversivo, isso bastava. Os Inquéritos foram responsáveis por acabar com os sonhos de muitos brasileiros, que ao serem investigados perdiam diversas oportunidades, como assumir concursos públicos, além da constante exposição pela mídia, como é o caso do Piauí. Além disso, ser acusado por meio de um Inquérito, expunha o indivíduo às práticas de *Terror de Estado* mais incisivas, como tortura física, psicológica e prisões sucessivas.

O IPM é instaurado após a notícia do crime. Em seguida, ocorre a fase da coleta de provas, incluindo apreensões e buscas nos lugares de subversão, coleta de depoimentos dos indiciados e das testemunhas, e, quando necessário, outras provas técnicas como perícias e reconstrução de eventos são realizadas. Por fim, a autoridade policial, ao final da investigação, apresenta um relatório do que foi examinado, indicando os processados e quais leis devem ser aplicadas. No que se refere ao julgamento

126. O conceito de *Terror de Estado* utilizado ao longo do trabalho é baseado nos estudos do historiador Enrique Serra Padrós. Enrique Padrós (2005) pontua que o *Terror de Estado* é uma modalidade de terrorismo em que o sistema de governo patrocina o terror (intimididação), com o fito de enquadrar a sociedade em uma determinada lógica. Na América Latina, o *Terrorismo de Estado* foi acionado pelas Ditaduras de Segurança Nacional, em que os projetos políticos visavam a perpetuação de governos autoritários. A noção de *Terror de Estado* em conjunto com a Doutrina de Segurança Nacional solicita que a sociedade, de um modo geral, contribua na luta contra o *inimigo interno*. In: Padrós, 2005.

dos presos políticos, antes do Ato Institucional nº 2, competia ao Ministério Público, com a promulgação do Ato, os processos políticos passaram a ser julgados pela Justiça Militar. Quando a denúncia é aceita no âmbito jurídico, inicia-se a fase de investigação criminal. Nesta ocasião, os acusados são ouvidos, assim como as testemunhas da acusação e da defesa, ambas apresentando as razões que sustentam a inocência ou a culpa do acusado (Brasil, 1985).

A subversão antes do golpe de 1964: BNM 185

O Inquérito Policial Militar nº 185 foi instaurado em 1964, com o objetivo de investigar indivíduos acusados de *subversão* antes do golpe de 1964:

Em face dos últimos acontecimentos em que intervieram as Forças Armadas, resultou de toda evidência que elementos ligados à ideologia comunista vinham praticando atos que atentavam contra a Segurança Nacional, pelo que determino seja instaurado o devido I.P.M para a necessária apuração dos fatos e da responsabilidade de quantos neles se envolverem, delego-vos, para esse fim, as atribuições policiais que me competem (Ceará, 1964, p. 27).

Os “últimos acontecimentos” a que se refere o Major Idalécio Nogueira Diógenes dizem respeito aos resultados das chamadas “operações limpeza” que ocorreram em solo piauiense. As evidências referem-se aos materiais considerados subversivos encontrados sob a posse dos indiciados. Para tanto, o Major destaca a necessidade de uma apuração mais ampla. Os indivíduos acusados no inquérito¹²⁷, de modo geral, estavam envolvidos com três

127. Em razão da natureza objetiva do artigo, optou-se por não listar os nomes e indicar cada acusação. Recomenda-se que o leitor procure mais detalhes acerca da idade, profissão e acusação no Inquérito (Ceará, 1964. p. 10- 20).

frentes, que, nesse primeiro momento, a ditadura tentou desarticular: representantes do povo de esquerda (eleitos democraticamente e que manifestaram-se contra a ditadura), lideranças de movimentos sociais e trabalhadores rurais e urbanos.

O local de investigação do Inquérito era o 25º Batalhão de Caçadores, localizado no centro da cidade de Teresina - Piauí. Com a instauração do Inquérito, o próximo passo era a intimação dos iniciados para que prestassem depoimentos ao Major Idalécio. As informações acerca desses momentos não estão contidas nas linhas do processo, no entanto, por meio de livros de memórias de presos políticos podemos acessar os depoimentos, sob uma nova perspectiva. Jesualdo Cavalcanti (2006) contou que foi assistir à uma sessão matutina de sábado no Cine Rex, e quando retornou para casa (a pé) pôde perceber que estava sendo seguido por um jipe oficial. Ao chegar em casa, foi convidado a entrar em uma viatura do Exército, pois estava detido por ordem da Guarnição Federal de Teresina. Na mesma tarde, foi encaminhado ao Dops, local em que pernitoiu. No dia seguinte (domingo), foi conduzido até o 25º Batalhão de Caçadores, sendo transportado na carroceria de um caminhão aberto e escoltado por militares fortemente armados com fuzis e metralhadoras. Ao atravessar a diagonal da Praça Pedro II, a velocidade do veículo foi reduzida, permitindo que as pessoas nas longas filas do Cine Rex assistissem à cena.

O Sumário do Processo nº 185 aponta o objeto de acusação contido no qual os indivíduos foram indiciados:

Tentativa de insurreição, atentado à vida, à incolumidade ou à liberdade pessoal de autoridade, associação prejudicial à segurança nacional, agrupamento perigoso à segurança nacional e propaganda subversiva. Classificação do crime alterada na sentença para constar unicamente o agrupamento paramilitar (Ceará, 1964).

Nas páginas do Inquérito, os indivíduos são acusados de “associação prejudicial” e “agrupamento perigoso”, por supostas ligações com o Partido Comunista Brasileiro e a frente de mobilização popular. Os militares, ao longo dos “termos de perguntas aos indiciados” presentes no Inquérito, demonstraram preocupação em investigar uma suposta reunião, organizada por Deolindo Silva Júnior em sua residência. A reunião em questão possuía a finalidade de arregimentar meios para armar camponeses em defesa do presidente deposto, João Goulart, e assim, promover uma revolta armada contra a Polícia Militar do Piauí e a Guarnição Federal de Teresina.

Para os militares, o objetivo final era dominar o Estado do Piauí com a prisão do Cel. Façanha. No auto de interrogatório, ao ser questionado se havia algum motivo específico ao qual atribuía a acusação, Deolindo Silva Jr. respondeu que se tratava de perseguição política. Em seguida, afirmou possuir provas que justificavam sua inocência, uma vez que a denúncia era improcedente (Ceará, 1964, p. 1084-1085).

Em relação à “propaganda subversiva”, destacam-se a doação de dinheiro ao PCB, as aulas de marxismo-leninismo na União Piauiense dos Estudantes Secundaristas (UPES) e a distribuição ou compra dos jornais *Novos Rumos* e *Terra Livre*. Todas essas ações são compreendidas pelos militares como tentativas de insurreição e atentado à vida e à segurança nacional.

Ao final do Inquérito, são anexados documentos, como cartas, telegramas, fotografias, atas de reuniões, livros, revistas e anotações, encontrados durante as “operações limpeza”. Os documentos, encontrados sob posse dos indiciados, foram organizados em pequenos acervos, por exemplo, os documentos encontrados na residência de José Ribamar Lopes fazem parte de seu acervo e são

dispostos em grupo. Tais anexos são documentos valiosos para o historiador, uma vez que são capazes de fornecer informações importantes acerca dos indiciados, levando o historiador a compreensão de tais contatos, como de piauienses com militantes de outros estados, convicções pessoais, as questões financeiras dos partidos e o cotidiano dos piauienses contestadores da ordem.

Parnaíba como um lugar de subversão: BNM 349

O trecho abaixo refere-se ao Inquérito Policial Militar nº 349, que apresenta acusações contra lideranças e membros dos sindicatos atuantes em Parnaíba, antes de 1964:

Certos de que o regime democrático-representativo que ainda hoje desfrutamos, graças à admirável demonstração de civismo, patriotismo e decisão das gloriosas Forças Armadas do Brasil, seria dentro em breve substituído por uma ditadura síndico-comunista, à maneira de Cuba e de outros países de igual sistema político, os pelegos e arruaceiros do C.G.T, do P.U.A, da U.N.E e de outras formas de outras entidades subversivas, sediadas no Guanabara, porém com articulações em todos os Estados da Federação, inclusive nesta cidade, através de vários Sindicatos e estes por intermédio dos seus presidentes, desenvolviam a mais nefasta atividade no sentido de responder à expectativa daqueles que, contando com o apoio, prestígio e intimidade do Sr. João Goulart, projetavam a instalação para sempre, como na Rússia, de um governo totalitário e impiedoso. (Ceará, 1965, p. 8-9).

Como foi observado, os indiciados são acusados de defender uma “ditadura síndico comunista”, assim como, idealizar a instalação de um “governo totalitário e impiedoso”. O argumento principal era a infração dos artigos 10 e 11 da Lei nº 1.802, de 1953. Em fragmento, os militares redatores do Inquérito, reafirmaram a ideia de que a “infiltração extremista” ocorria desde o início da administração passada, ou seja, durante o mandato do Presidente

Jango:

A extensão e profundidade da infiltração extremista nesses setores, difundida pelos seus líderes, desde o início da administração passada, refletia nitidamente a conjuntura caudilhesca que a nação atravessava naquela época sombria e o abismo que lhe haviam preparado os agentes de Moscou com a colaboração dos irrefletidos e insensatos adeptos de Kremlin (Ceará, 1965, p.506).

O excerto acima reflete tanto a lógica anticomunista quanto a lógica antissindicalista. A lógica antissindicalista era um sentimento profundamente enraizado na ditadura militar. Com o golpe de 1964, uma das preocupações do Estado era extinguir os movimentos sindicais, que exerciam significativa força em Parnaíba, sobretudo, porque nos primeiros momentos do golpe, esses movimentos tentaram organizar mobilizações contestatórias à ordem, como exemplo, temos a possível realização de uma greve geral.

De acordo com Francisco José Leandro (2022), houve um momento em que os acusadores tentaram incriminar os grupos que tomavam para si a iniciativa de uma organização política. Como consequência, os militares passaram o “pente fino” nas sedes dos sindicatos da cidade litorânea, com o intuito de encontrar materiais subversivos. No que se refere ao anticomunismo, Patto de Sá Motta (2021) argumenta que o discurso anticomunista era a amálgama no momento do golpe de 1964, esses “sentimentos (e obsessões) anticomunistas ficaram raízes fundas em vários segmentos sociais”, portanto, o Inquérito possui um caráter fortemente anticomunista.

A análise do IPM nº 349 revela que as principais preocupações dos militares estavam relacionadas à posse e distribuição de materiais de propaganda subversiva e/ou comunista; presença de agitadores políticos em Parnaíba; às viagens de lideranças sindicais parnaibanas à cidade de

Guanabara; reuniões de caráter subversivo; e, por fim, à Assembleia Geral dos sindicatos locais em solidariedade a João Goulart.

Um dos principais objetivos da “polícia política” foi a busca por focos comunistas dentro das organizações sindicais para enquadrar os sindicalistas na Lei de Segurança Nacional. No Inquérito, observa-se que alguns indivíduos são acusados de distribuir materiais de propagandas comunistas nas reuniões sindicais. Nos interrogatórios, as perguntas giram em torno dos materiais subversivos, geralmente encontrados nas sedes dos sindicatos, em especial, nos jornais ligados ao Partido Comunista, como *Novos Rumos*, *Terra Livre*, *Brasil Urgente*, além de livros e revistas como *Movimento Sindical Mundial*.

Outra preocupação da Guarnição era a estreita relação entre os sindicalistas piauienses e os de outros estados, devido à circulação de jornais de cunho nacional, à presença de agitadores políticos e as viagens de líderes sindicais piauienses à Guanabara, que se tornou o palco de agitações sindicalistas. Pode-se supor, a partir da leitura do Inquérito, que os sindicalistas buscavam estabelecer uma unidade para um movimento que acontecia pelo território brasileiro, além de, através da experiência de outros locais, explorar possibilidades para o Piauí, evidenciando ligações dos líderes com outras organizações, como a Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria e a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores. Além disso, era questionada a presença de agitadores políticos em Parnaíba, como a do padre português Alípio e Orestes Timbaúba, redator do jornal *Novos Rumos*.

São investigadas, no Inquérito, as demonstrações de solidariedade a João Goulart pelos sindicalistas parnaibanos, que foram interpretadas como uma afronta ao Estado. A classe trabalhadora parnaibana resolveu mobi-

lizar-se para contestar a nova ordem, por meio de greves em apoio ao presidente deposto. Assim, foi convocada a Assembleia Geral dos Sindicatos em Parnaíba, com o objetivo de discutir a possibilidade de uma greve geral na cidade, somado a isso, os militares dedicaram atenção para investigar a existência de armas de fogo nos sindicatos, devido a presença massiva de indivíduos capazes de rebelar-se contra o Estado militar.

Ao final do ano de 1972, o processo encerrou-se. Francisco José Leandro (2022) argumenta que, devido às fragilidades presentes nas acusações (como a falta de provas consistentes) e pela percepção de que o Inquérito refletia rivalidades e intrigas políticas, grande parte dos trabalhadores indiciados foram absolvidos, e os que não foram, foi concedido o direito de *habeas corpus*.¹²⁸ O IPM nº 349 pode ser entendido como uma tentativa de desmobilizar os movimentos sindicais, que vinham se fortalecendo no Piauí desde o governo Goulart. A desmobilização foi marcada por intensa violência, caracterizada pelo *Terror de Estado*, que se viabilizou por meio da instauração de IPMs. Esse processo adentrou o cotidiano dos parnaibanos, refletindo o que Francisco José Leandro (2022) descreve como “a tentativa de apagamento histórico-social sobre a repressão”.

128. “Antônio José de Souza, Tiago José da Silva, Tomaz da Silva Lima, Antônio Farias Ferreira, Manoel Pereira Neto, João Roberto de Araújo, Bernardo Luiz Caldas Veras, Raimundo Nonato de Brito, Antônio Bezerra da Silva, Israel Brodher, Francisco das Chagas Frota de Medeiros, Evilásio dos Santos Barros, José Alexandre Caldas Rodrigues, Acilino Pereira da Silva, Luiz da Silva Araújo e Liduino da Costa Lira foram excluídos do processo mediante “habeas corpus”. Sumário do Processo nº 349. In: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/400/349.html>.

O povo organizado e armado derruba a ditadura: BNM 340

Mas nós estudantes, não vamos aceitar essa dominação estrangeira feito através do acordo MEC-USAID e juntamente com os operários e camponeses, expulsaremos do Brasil os imperialistas e derrubaremos a ditadura militar que oprime o povo brasileiro. O POVO ORGANIZADO E ARMADO DERRUBA A DITADURA (Ceará, 1968, p. 1033).

As palavras de protesto acima advêm do panfleto “Por que o estudante está lutando?”, criado por estudantes teresinenses no final da década de 1960. O panfleto convoca os operários, camponeses e estudantes a lutarem contra a ditadura militar, que foi fortalecida pelo Ato Institucional nº 5, e também manifesta a recusa ao acordo MEC-USAID.

Como consequência da panfletagem e de outras movimentações estudantis, foi instaurado o Inquérito Policial Militar nº 340, sob responsabilidade do Capitão Astrogildo de Castro Sampaio – delegado de Ordem Política e Social – que indiciou os estudantes Geraldo Almeida Borges¹²⁹, Odilon Pinto de Mesquita Filho¹³⁰, Benoni Alencar Pereira e Evandro Setubal da Cunha e Silva¹³¹. Os militares interpretaram a movimentação dos jovens citados como uma subversão “[...] da ordem política e social vigente no país, bem como manifestaram de modo categórico, a intenção de mudar a forma do governo prevista na Constituição que o rege” (Ceará, 1968, p. 4). O panfleto poderia, de acordo com os investigadores, configurar infrações

129. Apontado como um dos autores do manifesto *PORQUE O ESTUDANTE ESTÁ LUTANDO?*, e também de ofender o governo americano e brasileiro, tanto no manifesto, como nas entrevistas. Além de membro das entidades Flepa e Unepi.

130. Apontado como um dos autores do manifesto *PORQUE O ESTUDANTE ESTÁ LUTANDO?* Acusado de fazer do movimento estudantil, responsável por causar desordens.

131. Apontado como presidente da UNEPI (União Nacional dos Estudantes Piauienses), que de acordo com o Inquérito Policial Militar Nº 340, era a instituição responsável por financiar o panfleto.

preconizadas na Lei de Segurança Nacional.

O Inquérito investigou os responsáveis pela criação e divulgação do panfleto. De acordo com o IPM, o manifesto foi redigido e mimeografado no Centro Social Luiza Ribeiro, localizado na cidade de Teresina, na madrugada do dia 9 para o dia 10 de agosto, com o objetivo de ser distribuído no dia seguinte na Faculdade de Filosofia do Piauí. O documento também aponta que Geraldo Borges e Odilon Pinto escreveram e imprimiram o panfleto, enquanto Benoni Alencar colaborou com a frase “Por que o estudante está lutando?”.

O historiador Francisco Alcides do Nascimento (2016) argumenta que Teresina era uma cidade pequena e silenciosa durante a madrugada. Portanto, qualquer tipo de movimentação chamava a atenção, o que de fato ocorreu: um carro da Delegacia da Ordem Política e Social passou pela rua do Centro Social, e os policiais, ao perceberem uma movimentação suspeita, adentraram o local, como consequência, Geraldo Borges foi preso. O estudante contou, em depoimento ao Dops, que os demais colegas foram embora mais cedo. No dia seguinte, é cumprido um mandado de busca e apreensão na casa de Geraldo, a fim de encontrar material destinado à subversão da ordem política e social.¹³²

Naquele período, a Universidade Federal do Piauí ainda não existia, e havia apenas quatro faculdades: Filosofia, Direito, Medicina e Odontologia. Muitos piauienses acabaram não optando pelas faculdades oferecidas e decidiram estudar fora do Piauí. Como resultado, os estudantes universitários do Piauí decidiram fundar a União Nacional dos Estudantes do Piauí (UNEPI), com a finalidade de promover o intercâmbio entre os jovens piauienses, pos-

132. Mandado de busca e apreensão. In: CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº CCCXL*. V. 2+1 anexo. Organização mov. estudantil. Ceará, 1968. Projeto BNM nº 340. 1968. p. 15.

sibilitando sua articulação em todo o Brasil e incentivando estudos sobre a realidade do Piauí. Também se destaca a Frente de Lideranças Estudantis Participantes (FLEPA), liderada por Benoni Alencar¹³³, com o objetivo de expandir o movimento estudantil além do Liceu Piauiense. Ambas as entidades foram investigadas e apontadas como entidades subversivas.

Outras pessoas envolvidas, de forma direta e indireta, com os indiciados ou entidades estudantis também foram ouvidas. Aos entrevistados¹³⁴ foram realizadas perguntas acerca do envolvimento com os indiciados e do conhecimento em torno das ações consideradas subversivas. Ao final do interrogatório, foram realizadas perguntas, com exceção dos agentes da polícia, que de algum modo, assumiram a função de levar os indivíduos a afirmarem a legitimidade do governo militar perante a *polícia política*. Uma dessas perguntas era: “Como aceita o regime político e social vigentes no Brasil?”, as estudantes interrogadas responderam que concordavam em partes com a ditadura ou alegavam falta de conhecimento para responder tais questionamentos (Ceará, 1968, p. 83).

Ao fim do processo, observa-se que Geraldo Borges, Evandro Setúbal e Benoni Alencar contrataram um advogado para defendê-los. O advogado Pádua Barroso¹³⁵ alegou uma incongruência entre os depoimentos,

133. Benoni Alencar era um jornalista, bancário e estudante secundarista do colégio Liceu Piauiense, envolvido com a Ação Popular. Após perseguições políticas em Teresina, resolveu mudar-se para o Rio de Janeiro, lugar em que morou até 2011, ano em que faleceu.

134. Perpétuo Socorro de Lima Veloso, Francisca Luiza Bonfim, (ambas participantes da UNEPI e FLEPA), Maria Luiza de Alencar (professora e responsável pelo Centro Social), Jesemir Pereira dos Santos (dividia residência com Geraldo Borges) e os agentes da DOPS Francisco da Chagas Viana e Carlos Benício de Oliveira.

135. O advogado cearense Pádua Barroso atuou em diversos casos com o objetivo de defender perseguidos políticos. Mais informações acerca da atuação do advogado em: <https://oabce.org.br/2024/04/wanda-sidou-e-padua-barroso-a-atuacao-dos-advogados-cearenses-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 18/07/2024.

Benoni Alencar negaram a autoria do panfleto subversivo, enquanto Odilon Pinto e Geraldo Borges apontaram a participação de Benoni Alencar. Geraldo passou a negar que havia participado da realização do panfleto subversivo. A razão para a confusão, de acordo com o advogado, era a existência de um segundo panfleto chamado “Colega estudante”, de caráter não subversivo. Com o objetivo de defender os clientes, o advogado enfatiza ao juiz que a acusação acerca da realização do panfleto parte apenas de Odilon Nunes, que estava foragido, sendo necessário a justiça publicar o nome do acusado em um Edital de Citação¹³⁶: “Ademais, Odilon é um revel, é um foragido, é um acusado que não tem coragem de vir enfrentar a justiça e defender-se, coragem essa que não faltou aos demais réus, inclusive o defendente (Benoni Alencar)¹³⁷”.

Odilon Filho foi condenado a um ano de detenção, enquanto Geraldo Almeida Borges e Benoni Alencar a 6 meses. Aos jovens supracitados, foram aplicados o art.38, inciso II do Decreto-Lei de 314¹³⁸; no art.33, inciso III e seu parágrafo único do Decreto-Lei 314/64¹³⁹; além do art.45, inciso II da Lei de Segurança Nacional¹⁴⁰, enquanto Evandro Setubal da Cunha e Silva foi absolvido. Aos demais, foi emitido mandado de prisão, no entanto, não se

136. O Edital de Citação é um procedimento legal com o objetivo de notificar um indivíduo a participar de um processo judicial, quando não é possível contatá-lo.

137. Razões de Defesa. In: CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar N° CCCXL*. V. 2+1 anexo. Organização mov. estudantil. Ceará, 1968. Projeto BNM n° 340. 1969. p. 273.

138. Art. 38. Constitui, também, propaganda subversiva, quando importe em ameaça ou atentado à segurança nacional: II - a distribuição de jornal, boletim ou panfleto; In: BRASIL, DECRETO-LEI N° 314, DE 13 DE MARÇO DE 1967.

139. Art. 33. Incitar publicamente: III - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis. In: BRASIL, DECRETO-LEI N° 314, DE 13 DE MARÇO DE 1967.

140. Art. 45. Fazer propaganda subversiva: I - Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva ;In: BRASIL, DECRETO-LEI N° 314, DE 13 DE MARÇO DE 1967.

tem conhecimento de que realmente houve prisão desses indivíduos em virtude do Inquérito. Odilon Nunes esteve em Fortaleza e depois na Bahia, onde foi preso por envolvimento com a Ação Popular na penitenciária Lemos de Brito.

De acordo com o Relatório Projeto Brasil Nunca Mais, o Ministério Público determinou que fosse anexado ao processo um IPM, instaurado em março de 1969, presidido pelo Major Ângelo de Araújo Paz, nas dependências do 25º Batalhão de Caçadores (Brasil, 1985). Nesse IPM, o Major realizou uma investigação mais aprofundada acerca das atividades desenvolvidas pelos piauienses citados no interior de entidades apontadas como subversivas: FLEPA, UNEPI, Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Colégio Diocesano, Retiro de Padres Jesuítas (Localizado no bairro Socopo), Centro Social da Diocese, Movimento Educação de Base e Capela do Bairro São Pedro.

O Major Ângelo de Paz dedica-se a analisar, de forma mais aprofundada, quatro acontecimentos notórios envolvendo os piauienses citados, com base em testemunhas, documentos e depoimentos dos próprios indiciados. Um desses acontecimentos, citado diversas vezes ao longo do processo, foi a manifestação dos moradores do bairro São Cristóvão, em razão das derrubadas de casas e agressões que sofriam, que, com a ajuda dos estudantes mencionados e dos padres Luís Soares e Raimundo José, dirigiram-se ao pátio da Igreja São Benedito com a intenção de realizar uma manifestação na porta do palácio do governador.

A participação do estudante Antônio José Medeiros no Congresso Nacional da UNE em Ibiúna, em 1968, e sua consequente prisão, junto a 800 estudantes, representa um momento significativo, pois indica uma aproximação do movimento estudantil do Piauí com a União Nacio-

nal dos Estudantes. A pichação na cidade com as frases “abaixo a Ditadura, Fora o Imperialismo, Reforma Agrária Já, contra o acordo MEC-USAID” causou um alvoroço no cotidiano teresinense. A vinda do bispo de Crateús, Dom Antônio Fragoso, para apresentar a palestra intitulada *A Igreja no mundo de hoje* foi, segundo o Inquérito, um evento que incitou os jovens à guerra revolucionária contra a ditadura militar.

Em seu livro *1968: Uma geração contra a ditadura*, Antônio José Medeiros (2022) apresenta os acontecimentos narrados no Inquérito Policial a partir das suas memórias, alicerçadas em documentos oficiais e relatos orais de contemporâneos. É fundamental que o historiador combine as fontes policiais com outros tipos de fontes, como as orais e literárias.

O sonho da revolução no meio norte piauiense: IPM 705

Em setembro de 1969, outro Inquérito foi instaurado com o objetivo de apurar práticas subversivas dos seguintes indivíduos: Oswaldo Rocha (o seu codinome era César), Benoni de Alencar Pereira, Geraldo Almeida Borges, Antonio José Castelo Branco Medeiros, Samuel Alves Farias Filho e Manoel Ventura Campos dos Santos. Tal Inquérito aponta que os acusados, nos primeiros dias após o Ato Institucional nº 5, passaram a agir de maneira a subverter a estrutura político-social vigente no Brasil, com o objetivo de estabelecer uma ditadura popular nos moldes preconizados pelo Partido Comunista Revolucionário, tendo em vista “a própria literatura apreendida e constante dos autos, encarrega a terceira posição entre o marxismo-leninismo e revisionismo contemporâneo” (Ceará, 1989, p. 297).

Uma das maiores preocupações do Inquérito é a presença de militantes experientes que circulavam no Piauí e no Maranhão. Um deles chamava-se Oswaldo Rocha, que usava uma documentação falsa com o nome de César Moraes Ferreira e era conhecido assim pelos companheiros piauienses. Tal iniciativa foi uma tentativa de camuflar as suas atuações políticas em outros estados, em que era militante da Ação Popular. Oswaldo Rocha era uma liderança da AP que atuava na região de Pindaré-Mirim, onde havia um acampamento destinado a iniciar uma guerra popular. A AP de Teresina coordenada por Benoni Alencar, Odilon Pinto e Geraldo Borges fornecia auxílio a essa região. Os piauienses citados chegaram a participar ativamente do acampamento da organização em Pindaré-Mirim.¹⁴¹

O outro era o maranhense Manoel Ventura que, segundo o Inquérito, era um dos alvos da polícia do Maranhão, por ter comparecido ao Congresso de Ibiúna, local em que conheceu Antônio José Medeiros. O Inquérito também aponta que Manoel Ventura convidou os indiciados Antônio José Medeiros, Geraldo Borges, Samuel Filho e João Vasconcelos para participarem de uma reunião na coroa do Rio Parnaíba, no bar Carcará. No entanto, durante a reunião, os mencionados foram presos pelo capitão Astrogildo Sampaio e levados ao DOPS.

Por meio dos *Termos de Perguntas aos Indiciados*, observa-se que é de grande preocupação para a *polícia política* compreender os assuntos tratados nessa reunião privada. Os depoentes informaram à polícia que Manoel Ventura veio a Teresina realizar a missão fracassada de Oswaldo Rocha, que havia sido preso: criar uma comissão do Piauí. No entanto, aponta-se que não sabem a qual movimento a comissão seria vinculada (Ceará, 1969, p. 67). Os policiais encontraram um papel, escrito por Sa-

141. Olívia Candeia Rocha (2019) investiga essas movimentações em sua tese.

muel Filho, considerado a elaboração de um esquema para o funcionamento da comissão, portanto, durante as perguntas questionam o que significavam, naquele contexto, as palavras “finanças”, “documentos”, “prática”, “teoria”, “local do companheiro”, “tratamento”, “objeto apreendido”, “outro”, “acusação”, e por fim a expressão “objetivo e informações e citação”.

Compreende-se que todas as perguntas levaram os depoentes a reconstruírem, sob pressão, os assuntos discutidos na reunião. É importante considerar que os Inquéritos possuem lacunas, ou seja, não informam ao pesquisador as condições em que os depoimentos foram colhidos. Por isso, é essencial que o historiador esteja atento às observações dos advogados, que podem alegar o uso de violência durante a oitiva. No caso analisado, a partir do livro de memórias de Antônio José Medeiros, é possível reconstruir a narrativa histórica, por meio do ponto de vista do depoente:

Nos interrogatórios, houve tortura contra César (do Maranhão), com golpes de palmatória nas mãos e nos pés que ficaram bastante inchados. Nós outros fomos interrogados, ouvindo insinuações e com um chicote de fios e uma palmatória permanentemente em cima da mesa do interrogador, inclusive quando estavam presentes o delegado do Dops, Catião Astrogildo, ou o secretário de Segurança Sebastião Leal (Medeiros, 2014, p. 75.)

A autoria de uma carta endereçada ao jornal *O Dia* é atribuída a Samuel Filho, com o caráter de protesto, desrespeito à prisão dos indiciados, mas que não chegou a ser publicada pois foi entregue diretamente ao Capitão Astrogildo. Segue o teor da mensagem:

O povo piauiense, que está unido aos movimentos revolucionários existentes, em todo o país, resolveu, também, protestar contra as arbitrariedades praticadas pela DITADURA. Os piauienses já despertaram para uma luta revolucionária que se esboça de maneira visível, em todo o Brasil contra o imperialismo ianque e a burguesia entreguista representada pelos GORILAS que se apossa-

ram do poder. Desta forma, através desta carta protesto proclamamos que não aceitamos as imposições ditatoriais da junta militar, consubstanciadas nos últimos atos impopulares editados, pena de morte, banimento, prisão perpétua, torturas, etc. Não atemorizam o nosso povo, que está disposto a lutar sem tréguas pela sua libertação, vingando centenas de milhares de pessoas injustiçadas – vítimas da condição de miséria a que estão relegadas! Vocês são imbecis! Andam, a todo instante, perseguindo, prendendo e torturando inocentes filhos do povo – como agentes revolucionários; enquanto os verdadeiros revolucionários do Piauí, dado a sua organização revolucionária, avançam clandestinamente no sentido da luta pela emancipação nacional. Somos militantes de uma organização revolucionária, de âmbito nacional, cujas ramificações se estendem às principais cidades do nosso estado. Atravessamos atualmente uma fase avançada da luta do povo brasileiro. [...] Nas principais cidades do estado, e eliminação dos opressores do povo, tais como, comandante da Polícia Militar, o gorila Major Paz, o analfabeto e corrupto delegado da DOPS.¹⁴²

Observa-se que a mensagem apresenta o desprezo pela ditadura e a confirmação de uma luta revolucionária e clandestina no Piauí, além de possuir fortes ataques aos militares, que foram chamados de “gorilas”, e ao delegado do DOPS, o Capitão Astrogildo, que foi chamado de “analfabeto” e “corrupto”.

Antônio José Medeiros, Samuel Alves, Benoni Alencar e Geraldo Borges foram presos preventivamente na Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Piauí. Os indivíduos foram defendidos pelo advogado cearense Antônio Pádua Barroso, conhecido como o “anjo da guarda dos subversivos”, em razão da sua solidariedade em defender presos políticos. Em Apelação Judicial, o advogado apontou que os pacientes com menor tempo de prisão já contavam com cem dias e, por isso, pediu à *justiça fardada* para que os indicados pudessem responder o processo em liberdade. Muitas são as tentativas do advogado, em outra apelação, Pádua Barroso faz uma coloca-

142. Aos opressores do povo. In: CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar N° 705*. V. 1. AP/ PC do B. Ceará, 1969. Projeto BNM n° 705. 1969. p. 75 a 76.

ção interessante, que revela bastante sobre o seu ponto de vista:

Os acusados, presos faz mais de sete meses e a instrução ainda se arrasta, plumbosamente, na fase de depoimentos de testemunhas do MP, pedem, em nome de alguns farrapos do Direito do Homem que por ventura ainda sejam respeitados, que se dê celeridade à marcha do progresso, fazendo com que as testemunhas, as arroladas pela acusação e pela defesa, sejam ouvidas de uma só feita, através de uma única depreciação ou de duas feitas ao mesmo tempo, pois que os acusados estão cansados de ser coisa (Ceará, 1969, p. 356).

Apesar de todas as acusações, a Justiça Militar concluiu que não havia provas suficientes de que os indivíduos mencionados estavam planejando modificar a estrutura política e social do país, sendo assim, os indiciados foram acusados de realizar propaganda de natureza subversiva, que poderia implicar em uma ameaça à Segurança Nacional. Em outras palavras, o crime foi alterado para a sentença do artigo 38, inciso VI, do Decreto-Lei nº 314, de 1967. O resultado do julgamento foi a condenação de Osvaldo Rocha e de Geraldo Almeida Borges à pena de 4 meses de detenção, e, Benoni Alencar Pereira, António José Castelo Branco de Medeiros, Samuel Alves Farias Filho e de Manoel Ventura Campos dos Santos à pena de 8 meses de detenção. Posteriormente, foi extinta a punibilidade de Manoel Ventura Campos dos Santos em razão da prescrição.

Considerações finais

Os Inquéritos Policiais Militares sobre a atuação de indivíduos que contestavam a ordem em solo piauiense ainda precisam ser explorados pelos historiadores. Afonso Scocuglia (2019) aponta que o contato com esse tipo de

documentação faz com que o historiador faça o trabalho de espiar por cima dos ombros do delegado, pois ao historiador resta apenas uma documentação escrita, oriunda da articulação de um conjunto de depoimentos orais e o trabalho de investigação. Sendo assim, devido à sua extensão e à diversidade de temas abordados, esses documentos podem ser fontes valiosas para a construção de narrativas sobre a história da ditadura militar no Piauí.

Os processos são verdadeiros universos a serem investigados, pois transcrevem para a escrita um período em que parte da sociedade piauiense foi exposta às práticas de *Terror de Estado*. Observou-se que, ao final dos Inquéritos, a maior intenção não era prender e condenar por um longo tempo, mas sim criar (na população) um clima de tensão através das *operações limpezas*, que eram cotidianamente descritas pela população, e, sobretudo desmobilizar as possíveis manifestações contrárias à ditadura militar.

Para tanto, observa-se a necessidade de articular os Inquéritos com outras fontes, de modo a complementar os fatos. Os livros de memórias de piauienses que foram perseguidos durante a ditadura, depoimentos orais e jornais são instrumentos importantes para compreender os acontecimentos que os Inquéritos silenciam.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Edusc, 2005. p. 40.

BRASIL. [Constituição (1946)]. *ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964*. Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964.

BRASIL: nunca mais. Projeto A. Tomo II, vol. 1. São Paulo. Arquidiocese de São Paulo, 1985.

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina, Gráfica do povo, 2006.

CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. *1964: memórias e culturas políticas no Piauí*. Teresina: Cancioneiro.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MEDEIROS, Antônio José. *1968: Uma geração contra a ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014. p. 75.o, 2022.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A arte de narrar: memórias de presos políticos em Teresina nos anos 1964*. In: RÊGO, Ana Regina; EUGÊNIO, João Kennedy (Org). *Regimes ditatoriais: comunicação, cultura e memórias*. Teresina: EDUFPI, 2016.

RICARDO, Elisângela Maria. *Entre Indícios e Vestígios dos Tempos da Ditadura Civil Militar em Parnaíba-PI*. Dissertação – Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades. 2018.

ROCHA, Olivia Candeia Lima. *Ação popular: a experiência política de militantes de Teresina-PI e a produção de subjetividade revolucionária na década de 1960*. 2019. Tese de Doutorado. [sn].

PADRÓS, Enrique Serra. *Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas*. In: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Editora FGV, 2008.p. 150.

Documentos

CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar CLXXXV*. V. 3+4 anexos. Organização: PCB 1964 Ceará, 1964. Projeto BNM nº 185, 1964.

CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº CCCXLIX*. V. 3. Organização Mov. Sindical. Ceará, 1965. Projeto BNM nº 349. 1965.

CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº CCCXL*. V. 2+1 anexo. Organização mov. estudantil. Ceará, 1968. Projeto BNM nº 340. 1964.

CEARÁ, Ministério Público. *Inquérito Policial Militar Nº 705*. V. 1. AP/ PC do B. Ceará, 1969. Projeto BNM nº 705. 1969.

22

**A presença da violência na
cultura política do Piauí:
notas sobre os assassinatos
de prefeitos piauienses entre
1989 a 1999**

Phablo Ferreira de Jesus Noleto.

**Viúvas de prefeitos
entregam relatório**

Teresina PI - QUINTA, 24 de junho de 1999

**de prefeitos assassinados
em relatório ao Ministro**

A pesar de vulgarmente ser referida como a “década perdida”, a década de 1980 se tornou um período efervescente nas mais diversas dimensões sociais brasileiras. Durante esse intervalo, o país passou por fecundas transformações políticas e sociais, como as manifestações das *Diretas Já*, ou mesmo do fim da Ditadura Militar, em 1985, e o início definitivo da redemocratização brasileira. O mesmo período foi berço de significativas transformações nas mais diversas expressões de produção cultural (Rostoldo, 2003, p. 56), como pode ser testemunhado com a popularização de gêneros musicais como *MPB* e *tropicália*.

Paralelamente, como um dos principais influenciadores do rock brasileiro, Raul Seixas transmitia a sua percepção da realidade social, cultural e política através de versos críticos e, por vezes, enigmáticos. No mesmo ano de 1985, Raul lançava um de seus *singles* mais famosos, a música *Cowboy Fora da lei*. Logo naquele momento de transição entre os regimes e fim do autoritarismo, o artista cantava em seus primeiros versos “Mamãe, não quero ser prefeito, pode ser que eu seja eleito, e alguém pode querer me assassinar”. Apesar de os versos serem atrelados – e por isso confundidos – à morte de Tancredo Neves (Blank; Santos, 2013), a referência, decerto, não é essa.

Em conformidade com Miguel (2015, p. 32), que aponta que a ação dos indivíduos na política também é condicionada pela sua capacidade material de manejar recursos, os versos de Raul Seixas parecem ser muito mais inexplorados do que despercebidos, pois eles, objetivamente, denunciavam uma das contradições entre o ideal do regime democrático que estava em curso com as racionalidades políticas locais. Isto é, os casos de *violência política* (Lauris; Hashizume, 2020, p. 14), e, especialmente,

os assassinatos de prefeitos.

Sobre esse assunto, é interessante observar que, de acordo com matéria do jornal online Carta Capital (2012), *Em menos de 30 anos, 72 políticos foram mortos no Brasil*, o período consecutivo às transformações políticas que o Brasil testemunhou no final da década de 1980 foi seguido por uma crescente onda de violência no Brasil. Segundo essa matéria, entre os anos de 1989 a 1999, o Piauí havia sido palco por oito vezes do assassinato de prefeitos. Apesar de trazer uma temática pouco difundida, o levantamento do jornal faltou com a informação de um dos casos de assassinato contra prefeitos e ex-prefeitos no Piauí, que somam nove, ao todo.

Conforme aponta Schwarcz, em seu livro *Sobre o Autoritarismo Brasileiro* (2019), no sexto capítulo, intitulado *Violência*, a autora aponta que desde a década de 1980 até por volta de 2003, o Brasil havia passado por um intenso crescimento dos índices de violência e homicídio (Schwarcz, 2019, p.125). Dessa maneira, percebe-se que o intervalo de tempo em que os assassinatos de prefeitos piauienses ocorreram (1989 – 1999) foi marcado, em nível nacional, por um crescimento da violência urbana.

No entanto, antes de visualizar dados mais específicos em torno desse episódio da política piauiense, vale é excepcional refletir antes sobre o peso histórico que a violência adquiriu nas relações políticas piauienses, pois isso permite compreender os assassinatos como expressões de uma cultura piauiense marcada pela violência. Para começar, Frederico Pernambucano de Mello, aponta que a violência está impregnada na sociedade nordestina desde o início do processo de colonização, e que “em nenhuma outra região do país pode-se dizer que tenha demorado mais o período de enraizamento de uma tradição de violência” (Mello, 2011, p. 65).

Assim como afirmam os cientistas políticos Borba et al (2021, p.2), ainda que reflexões em torno do uso da violência nas relações políticas tenha adquirido recentemente a atenção de pesquisadores brasileiros, a menção ao uso da violência aparece com frequência na literatura referente à República Velha. Como pode ser visto com a historiadora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, no Piauí não é diferente. Em seu livro *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo* (2011), a autora explora as trajetórias dos literatos no seio da política piauiense com o quadro republicano que havia recém acabado de ser estabelecido na política nacional.

Segundo sua análise, a autora aponta que o próprio funcionamento da política daquele período era embasada na restrição, veto e exclusão da participação popular das decisões políticas. Nesse quadro, além de ser utilizada para a exclusão do povo da política, justificava-se por isso a violência para garantir que o povo excluído e descontente não se sublevasse e perturbasse a ordem estabelecida (Queiroz, 2011, p. 320). Sobre essa questão, o trecho abaixo descreve como muitas vezes se dava o comportamento político:

O capítulo das diferentes formas de violência que incidiam sobre as pessoas é um capítulo denso e sanguineo. A crônica de arbitrariedades e desacatos pessoais é imensa, tanto na capital como no interior, sobretudo neste, pelo capricho dos régulos locais e pela ineficiência e conivência governamentais. Espancamentos, assassinatos, prisões arbitrárias ocorrências cotidianas, para a maior parte das quais não havia punição ou qualquer outra forma de recurso legal (Queiroz, 2011, p. 327).

Dessa maneira, percebe-se que o uso da *violência política*, ou seja, o uso da força aplicado arbitrariamente para adquirir vantagens em meio as disputas políticas, é há tempos documentado na literatura piauiense. Como assinalado no trecho acima, o uso *subjetivo* de agressões,

espancamentos ou assassinatos muitas vezes se consagravam como crimes que não haveria nenhum recurso legal capaz de proteger os indivíduos que estavam para além do domínio do exercício político.

Ainda sobre essa questão, em sua tese de doutorado, *Da Terra ao Céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)* (2016), a historiadora Marylu Alves de Oliveira também ressalta como a violência constituía-se como parte do comportamento político no Piauí, seja pelo comportamento individual e/ou partidário. Sobre a imbricação da violência às relações políticas, é importante verificar as considerações da autora sobre essa questão no trecho transcrito abaixo:

Não eram consideradas incomuns práticas de violência na política piauiense, como a que levou à morte o vigia Miguel Pedro, pois, muitas vezes, questões relativas à definição de poder eram resolvidas mediante uso da força, à bala, resultando, em alguns casos, em mortes [...]. Ora, se o jogo político mudara, novas formas de atuação na política teriam que ser encetadas, e, de certa forma, a população conseguia entender essa mudança, mas não se abandonavam práticas partidárias antigas tão rapidamente. Nenhum dos lados (Oliveira, 2016, p. 112).

Por meio desses trechos, é possível considerar que os assassinatos de prefeitos piauienses entre os anos de 1989 a 1999 não representam casos meramente fugazes de ruptura do comportamento político – tal como sugeriria Harendt (1994, p. 32) –, pois, como pode ser percebido, a violência esteve desde cedo presente nas relações políticas piauienses. Essa elucubração, antes de tudo, serve para distanciar uma noção idílica que considera a violência como uma manifestação oposta ao comportamento político (1994, p. 32), pois, sem deter o debate em aspectos morais, a violência tem capacidade de mobilização política tão potente quanto o discurso (Miguel, 2015, p. 32).

Tendo em vista a permanência do uso arbitrário da força no seio do comportamento de atores políticos no Piauí, é possível considerar que a violência, em si, faz parte da *cultura política* do Piauí. Sobre esse conceito, para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, em seu livro *Culturas Políticas na História: novos estudos* (2014), sua definição pode ser entendida por um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhados por determinado grupo humano, que se expressa numa identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados para o futuro” (Motta, 2014, p. 21).

Oliveira, quando estudo o comportamento de indivíduos e agentes partidários no Piauí entre os anos de 1945 a 1964, assim como destaca a predominância da violência em meio às relações políticas do período, em convergência ao entendimento de Motta, a autora sugere o termo *cultura política piauiense* (Oliveira, 2016, p. 22), pelo qual o uso da força é entendido como uma das práticas coletivas que constitui a identidade e ações dos atores políticos. Com esse entendimento, os assassinatos contra prefeitos no Piauí são entendidos como mais uma manifestação dessa violência que está impregnada no comportamento político piauiense.

Entretanto, para além de compreender esses assassinatos como uma expressão cultural, é importante ressaltar que esses assassinatos não se constituem como casos isolados, pois eles encontram eco em um fenômeno social que foi contemporâneo aos assassinatos, isto é, os *crimes de pistolagem*. Em seu livro *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro* (1998), César Barreira descreve esse termo como crimes pecuniários, ou seja, quando há relação de contrato, o qual é configurado pela existência de uma rede de atores responsáveis

pela consumação dos crimes, principalmente “a partir da existência do autor material e do autor intelectual na execução do assassinato” (Barreira, 1998, 145).

Na descrição que o autor faz do termo, Barreira destaca que, para além de ser constituído por uma rede de atores, os *crimes de pistolagem* caracterizam-se, sobretudo, pelos ambientes sociais em que esse tipo de violência é operado, sendo caracterizado, essencialmente, pelo seu emprego em meio a tensões e disputas políticas e/ou familiares, assim como também é empregado em meio a disputas econômicas, como as disputas pela posse de terra em conflitos fundiários. Sobre esse conceito, Barreira descreve sua atuação mais especificamente como:

A atuação dos pistoleiros, como escrevi na introdução, está ligada diretamente a duas situações: ao voto, que materializa a reprodução do mando político, e à terra, que preserva a dominação econômica. Nas questões de terra, o grande alvo tem sido os líderes camponeses ou pessoas envolvidas nos trabalhos de organização e representação dos trabalhadores rurais. Nas disputas pela representação política, o alvo é a eliminação do opositor na esfera político-partidária, tendo como litigantes grupos familiares (Barreira, 1998, p. 36).

Esse fragmento é importante de ser aqui destacado, pois ele permite levantar maiores interpretações em torno dos assassinatos contra prefeitos no Piauí. Primeiro, o conceito propõe que o entendimento acerca dos assassinatos não deve ser resumido a analisar as questões factuais do acometimento dos atentados, pois a violência não se resumiria somente à vítima e seu algoz, mas sim seriam “delineadas a partir de um quadro sociopolítico mais amplo, ganhando destaque as relações políticas e familiares que estão no centro das atenções” (Barreira, 1998, p. 36).

Assim, entende-se que a violência pode ser lida na esfera dos *meios* (Benjamim, 2014, p. 122), sendo utiliza-

da de forma instrumental a fim de gerar “lucros” na esfera política (Lauris; Hashizume, 2020, p. 14), ainda que esses objetivos sejam alcançáveis a partir da eliminação dos opositores ou rivais políticos. Por isso, há o entendimento que esses assassinatos foram operados tendo em vista alterar as relações de mando político nos respectivos municípios de cada uma das vítimas.

De volta ao entendimento acerca dos assassinatos contra prefeitos piauienses, este artigo se institui como um dos primeiros esforços no estudo dessa temática, que ainda é pouco discutida a nível acadêmico. Uma das poucas produções bibliográficas a tratar acerca desse assunto, certamente, é o livro *Matadores de Prefeitos* (1999) do jornalista piauiense Antônio Rodrigues. Em seu livro, Rodrigues confere a descrição acerca dos nove episódios de assassinato contra os prefeitos piauienses no intervalo entre 1989 a 1999, apresentando comentários acerca dos cenários de disputas locais em que cada uma das vítimas estava imersa.

Outro aspecto interessante de sua produção é o entendimento acerca da impunidade legada a esses crimes. Assim como coloca o autor, a maioria dos assassinatos, ao ano de 1999, permanecia sem haver complicações jurídicas aos financiadores e executores dos atentados ocorridos no Piauí (Rodrigues, 1999, p. 13). A respeito dessa impunidade, o autor salienta a atuação da *Associação de Viúvas de Prefeitos Assassinados do Piauí*, que era um grupo formado pelas viúvas dos prefeitos que reivindicavam a penalização dos agressores e seus mandantes.

Sobre essa associação, o autor destaca que, inconformadas com a morosidade da justiça piauiense diante dos casos, o que gerava a impunidade, e sem contar no “esquema de juízes” que impediam o avanço dos casos, as viúvas haviam se deslocaram à Câmara dos Deputados

para cobrar por agilidade no processo investigativo e judiciário a fim de punir legalmente os assassinos e seus mandantes. Para compreender melhor a atuação desse grupo, na imagem abaixo captura uma reportagem do jornal *O Dia* que trata acerca da atuação dessas viúvas:

Figura 1: página 2 do jornal *O Dia*, no dia 24/06/1999



Fonte: Arquivo Público do Piauí.

A reportagem acima apresenta diversos pontos importantes para esta discussão. Primeiro, a reportagem rechaça o comentário feito por Rodrigues, pois o ponto principal dessa manchete está na descrição da movimentação que a Associação de Viúvas fez no sentido de buscar apoio institucional para a resolução dos crimes. Segundo a manchete acima, o grupo havia tido encontro com o então Ministro da Justiça à época, Renan Calheiros, e com José Carlos Aleluia, que seria o então presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara no ano de 1999. So-

bre esse encontro, o trecho transcrito abaixo apresenta o sentimento de uma das viúvas diante desse esforço:

Agora estamos confiantes. Depois dessa audiência com o ministro Renan Calheiros as nossas esperanças e fé se renovaram e acreditamos que a justiça será feita. Cremos, agora, que os processos dos assassinatos dos nossos maridos serão julgados, levando à punição dos assassinos e dos mandantes'. O desabafo foi, ontem, de Edisa Cavalcante, viúva de João Batista Filho, ex-prefeito de Capitão de Campos, morto em 13 de janeiro último.

Como pôde ser observado a partir da leitura desse trecho, esse movimento parecia iluminar as esperanças das viúvas dos prefeitos assassinados, tendo em vista que a maioria daqueles crimes permanecia impune de maiores complicações. Para além da compreensão acerca da movimentação das viúvas, a manchete acima traz também a descrição de cada um dos assassinatos, apresentando o nome e cidade de cada um dos prefeitos que foram assassinados. Para facilitar a compreensão dessas informações, elas foram dispostas na tabela abaixo:

Quadro 1: Perfil dos prefeitos assassinados no Piauí de 1989 a 1999

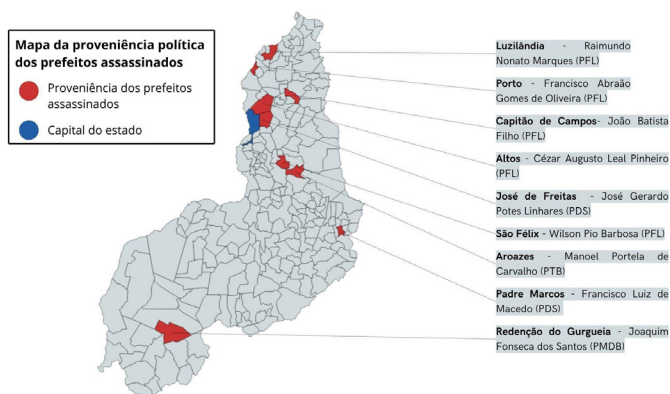
Prefeitos/ ex-prefeitos	Data do assassinato	Cidade	Filiação	Idade	Trajetória política
Francisco Luiz Macedo	29/04/1989	Padre Marcos	PDS	37	Ex-prefeito
Francisco Abraão Gomes de Oliveira	29/08/1989	Porto	PFL	59	Ex-prefeito
José Gerardo Pontes Linhares	06/07/1990	José de Freitas	PDS	44	Prefeito
Joaquim Fonseca Santos	09/04/1991	Redenção do Gurqueia	PMDB	45	Prefeito
Wilson Pio Barbosa	01/08/1992	São Félix	PFL	41	Prefeito
César Augusto Leal Pinheiro	11/04/1996	Altos	PFL	43	Prefeito

Manoel Portela de Carvalho	11/12/1996	Aroazes	PTB	65	Prefeito
Raimundo Nonato Marques	08/08/1997	Luzilândia	PFL	70	Prefeito
João Batista Filho	12/01/1999	Capitão de Campos	PFL	71	Prefeito

Fonte: Tabela desenvolvida pelo autor.

A partir da leitura desses dados, percebe-se que todas as vítimas assassinadas eram homens de meia-idade a idosos, e todos provenientes de cidades interioranas. Ainda mais, pela leitura da Tabela 1, percebe-se que, apesar de os assassinatos terem ocorrido num intervalo de dez anos, os assassinatos não ocorreram “aritmeticamente”, ou seja, não houve a média de um assassinato por ano. Na verdade, esses crimes aparentam estar mais próximos da ciclicidade dos processos eleitorais. Por fim, para melhor compreender a distribuição desses assassinatos, a imagem abaixo apresenta o mapa do Piauí com destaque às cidades dos prefeitos assassinados:

Figura 2: Mapa das cidades dos prefeitos assassinados no Piauí entre 1989 a 1999



Fonte: imagem elaborada pelo autor.

Como pôde ser observado através dessas fontes, os assassinatos não aparentam ter ocorrido de forma sistematizada, isto é, obedecendo a uma lógica comum. Ao mesmo tempo, também não possuem regularidade no intervalo entre os casos, e nem distribuição espacial. Pela visualização da imagem acima, percebe-se que os atentados ocorreram de norte a sul do Estado, apesar de a maioria dos assassinatos terem se concentrado na região norte.

Através desse debate, percebe-se que a violência se constitui enquanto uma das práticas comuns no comportamento dos indivíduos e grupos políticos no Piauí, a qual se encontra menção ao seu uso desde o período da República Velha (Queiroz, 2011, p. 320, estando, assim, presente na própria *cultura política piauiense* (Oliveira, 2016, p. 22). Da mesma maneira, esses crimes podem ser percebidos como uma variação piauiense dos *crimes de pistolagem*, pelos quais os maiores efeitos se instalavam

na esfera das relações políticas.

Assim como foi colocado por Rodrigues, ou percebido através da visualização da Figura 1 acima, ao lado da falta de penalidade legada aos casos, a falta de maiores estudos e debates acadêmicos reforçam a impunidade pela qual a maioria dos casos parece gozar. Dessa maneira, esse episódio da política piauiense ainda carece de maior pormenorização no *hall* dos estudos da formação política, social e cultural piauiense.

Referências

BARREIRA, César. *Crimes por Encomenda: Violência e Pistolagem no Cenário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BLANK, J. C. G.; SANTOS, J. dos. Raul Seixas e a Ditadura Militar: Uma Análise Semiótica da Música “Cowboy Fora da Lei”. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Santa Cruz do Sul, p. 1-13, 2013. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/sul2013/resumos/R35-0224-1>> Acesso em: 2 jan. 2025.

BORBA, F. et al. Violência política e eleitoral nas eleições municipais de 2020. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, p. 1–21, 28 jun. 2021.

LAURIS, Élida; HASHIZUME, Maurício. (2020), *Violência política e eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020*. Curitiba, Terra de Direitos e Justiça Global.

MELLO, Frederico Pernambucano. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil*. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

MIGUEL, L. F. Violência e Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, p. 29–45, jun. 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na História: novos estudos*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da Terra ao Céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Motriz. *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Referência hemerográfica

Viúvas de prefeitos assassinados entregam relatório ao Ministro. *O Dia*, Teresina, 24 de junho de 1999, n. 12287, p. 2.

Referência de música

SEIXAS, Raul; COELHO, Paulo. Um Cowboy Fora da Lei. In: SEIXAS, Raul. *O Dia em que a Terra Parou*. São Paulo: WEA Discos, 1977.

Os autores



Ana Clara Brito de Abreu

Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e atualmente pesquisa sobre Políticas Públicas de Saúde, principalmente aquelas geradas a partir da Reforma Sanitária Brasileira. Esse estudo está sendo realizada através do Programa de Iniciação a Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Antonia Valtéria Melo Alvarenga

Pós-doutora em Direito pela Università degli Studi de Messina -Itália. Pós-doutora em História pelo PNPD-CAPES, Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011). Doutora em Direito pela Universidad Nacional Lomas de Zamora-AR. Possui Mestrado em Educação, área de concentração Docência Superior pelo Instituto Latino Americano e Caribeño, com revalidação pela Universidade Federal do Piauí. É especialista em Ensino Superior; em Educação e Sociedade; em História Política Contemporânea; em Direito Processual e em Direito Constitucional. Atualmente é professora adjunta III da Universidade Estadual do Piauí e Associada I da Universidade Estadual do Maranhão . Foi Diretora Técnico Científico da Fundação de Amparo a Pesquisa do Piauí; É líder dos grupos de pesquisa Estado, Poder e Política (UESPI) e História e Políticas Públicas (UEMA). É Professora Permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) UESPI/UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. É pesquisadora do INCT Proprietas/NEEPP. Tem experiência na área de Políticas Públicas, trabalha com Direito Público; Ensino de História , Teoria da História, Políticas Públicas

de Saúde e atualmente é vice-presidente da Academia de Ciência do Piauí.

Aricélia Soares Barros

Aricelia Soares Barros é Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2024) Especialista em História Cultural pela Universidade Estadual do Piauí(2013). Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí(2005).

Caio Felipe Rodrigues Miranda

Atualmente é discente da Universidade Federal do Piauí pelo curso de licenciatura plena em História, realizando estudos no âmbito da História Intelectual, dando ênfase na figura de Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003). É bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvendo e auxiliando na elaboração e prática de projetos didáticos-pedagógicos.

Carlos Alberto de Melo Silva Mota

Professor Substituto na Universidade Federal do Piauí. Doutorando em História pela Universidade Federal do Piauí com período de mobilidade na Universidade do Porto. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2021). Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (2017), onde atuou junto ao Programa de Educação Tutorial (PET) e ao Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV). Atualmente, desenvolve estudos sobre as seguintes áreas: História e

Imprensa, História e Memória, História Política, História Indígena e História Cultural.

Clarice Helena Santiago Lira

Professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), doutora em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Possui experiência no ensino de História do Brasil República, Teoria e Metodologia do Ensino e da Pesquisa em História, além de atuação em pesquisa, orientação e produção científica relacionadas à história e memória da Segunda Guerra Mundial e do Exército Brasileiro. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Militar, Política e Sociedade e membro do Núcleo de Estudos em Estado, Poder e Política.

Claudia Cristina da Silva Fontineles

Bolsista em Produtividade Científica CNPq. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (Departamento de História, Pós-Graduação em História e Pós-Graduação em Ciência Política). Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em História Sociocultural pela Universidade Federal do Piauí e Especialista em História Política Contemporânea pela Universidade Estadual do Piauí. Licenciada em História e em Pedagogia, Graduada em Direito pela Universidade Esta-

dual do Piauí. Desenvolve pesquisas nas áreas de História e Memória, História Política, História e Mídia, História e Cidade, História e Literatura, História dos Esportes, História da Educação, Ensino de História, entre outros temas. Coordenadora Voluntária do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/HISTÓRIA/CAPES/UFPI). Autora de livros sobre História, entre os quais, "O Recinto do elogio e da crítica" e "Nasce um bairro, renasce a esperança".

Danielle Filgueiras Santos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Integrante dos grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos em Estado, Poder e Política - NEEPP (UESPI); História, Cultura e Gênero - GRUPECHGE (UESPI); História das Ciências e da Saúde no Piauí/Sana (UESPI).

Eduardo Albuquerque Rodrigues de Castro Diniz

Doutor em História pelo Programa de Pós Graduação em História do Brasil - PPGHB, da Universidade Federal do Piauí - UFPI (2025), Mestre em Direito e Gestão de Conflitos pela UNIFOR (2018), e possui Especialização em Direito Constitucional, pelo Centro Unificado de Teresina - CEUT (2012). Atualmente é Professor titular - Classe Auxiliar da UESPI (2018), empossado em 30.10.2018, e exercendo o cargo de Chefe da Assessoria Jurídica da UESPI desde 31.01.2022. Atualmente compõe o Conselho Superior da ESA-Piauí/OAB-PI e Membro das Comissões da OAB-PI de Educação Jurídica, de Verdade, Memória e História, e de Mediação, Conciliação e Arbitragem.

Edwar de Alencar Castelo Branco

Professor Titular na UFPI, é graduado em História e em Direito, Mestre em Educação e Doutor em História. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e atua junto ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Departamento de História da UFPI. Fez estágio pós-doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Orienta trabalhos de Doutorado, Mestrado, Iniciação Científica e TCC. Lidera o GT História, Cultura e Subjetividade (DGP/CNPq) e é membro da Associação Internacional de Pesquisadores em Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa (AILPcsh). Foi Vice-Reitor (2008-2012), Chefe do Departamento de História (2006-2007) e Tutor do Programa de Educação Tutorial em História (PET) na UFPI. Tem experiência na área de História, com ênfase em História, Arte e Cultura e em Teoria e Metodologia da História. Tem desenvolvido pesquisas sobre as condições de existir das culturas urbanas no Brasil da segunda metade do século vinte aos dias atuais. Publica regularmente livros, capítulos e artigos, nos quais enfatiza temas tais como História, Brasil, Teoria da História, Cultura urbana, Cinema, Música, Literatura, Identidade, Juventude e Pós-modernidade.

Francilene Teles da Silva Sousa

Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI (2021). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade Integrada do Brasil-FAIBRA (2014). Especialista em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio-UESP (2016). Pós Graduada em Gestão,

Supervisão Escolar e Docência no Ensino Superior- Faculdade Evangélica do Meio Norte-FAEME (2020). Membro do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde-SANA desde 2019 e participa do Grupo de Estudo e Pesquisa da História das Práticas da Saúde e das Doenças- GEPHPSD desde 2022. Atualmente trabalha como professora substituta no CMEI Eduardo Henrique Accioly Campos.

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Professor Associado IV da Universidade Federal do Piauí – UFPI, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB/UFPI. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordena os Programas Stricto Sensu da Pró Reitoria de Ensino de Pós-Graduação - PRPG/UFPI. É Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq “História Política, Arte e Cultura”. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: República, Educação e Memória, Psico-história, História militar, Arte e Cultura no Brasil contemporâneo.

Francisco Gleison da Costa Monteiro

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atua no curso de graduação em História do CSHNB/UFPI e no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil/CMPP. Também já foi Diretor do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, gestão 2017-2021 e Coordenou o Projeto de Extensão História na comunidade: digitalização de documentos eclesiásticos na cidade Jaicós. É atualmente Coordenador do Programa de Pós-

-Graduação em História do Brasil da UFPI, membro da Associação Nacional de História (ANPUH), da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO) e do Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (NUPEDOCH). É co-líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista/CNPq. Também atuou como Membro da Comissão de Classificação de Livros da área de História/CAPES no quadriênio (2016-2020). Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Metodologia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: Historiografia Brasileira, Métodos e Técnicas da Pesquisa, Ensino de História, Piauí Imperial e História Agrária, trabalho e trabalhadores no Império do Brasil.

Gustavo Cleon Marques Nascimento

Mestrando em História do Brasil (PPGHB) pela UFPI na turma 2024. Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí(UESPI). Aluno Laureado com participações como bolsista CNPQ no programa de Iniciação Científica (PIBIC), também atuou como Bolsista CAPES no Programa de Iniciação a Docência(PIBID) e voluntário no programa de Residência Pedagógica(RP). Durante a graduação teve participação como Monitor Bolsista em História da América.

Gustavo Silva de Moura

Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2025), Mestre em História e Historiografia pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (2019); Especialista em História do Brasil pela Universidade Candido Mendes (2015) e Músi-

ca e Artes pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (2021), Graduado em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Piauí (2014). Pesquisador do Núcleo de Estudos em Sociedade, Imprensa e Literatura Piauiense (UESPI/CNPO).

Helen Adriely Sobreira de Sousa

Mestranda em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB-UFPI) da Universidade Federal do Piauí. Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí. Durante a graduação, participou do Programa de Iniciação Científica do CNPq na condição de bolsista. Desenvolve pesquisa nas áreas da História, Literatura, Ditadura, Memória e Exílio.

João Victor da Costa Rios

Mestrando em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB-UFPI) da Universidade Federal do Piauí. Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí. Durante a graduação, participou de vários eventos e do Programa de Monitoria Voluntária. Desenvolve pesquisa nas áreas da História, Ditadura, Política Externa e Cultura Política.

João Vitor dos Santos

Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (2021-atualidade). Pesquisador Voluntário do Programa de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI/CAPES/UFPI), integrando a equipe responsá-

vel pela administração da plataforma virtual do Museu de História do Piauí (MHP). Bailarino Clássico formado pela Escola do Teatro Bolshoi no Brasil (2020).

Joel Marcos Brasil de Sousa Batista

Mestrando em História do Brasil pelo PPGHB da UFPI, bolsista pela agência de fomento CAPES/DS. Membro do grupo de pesquisa: *História, Cultura e Arte e Museu Virtual de História do Piauí*. Possui experiência em pesquisas relacionadas a História do Brasil República, História do Piauí e História da Imprensa Brasileira e Piauiense.

José Clecionarton Teixeira

Mestrando em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí – PPGHB/UFPI. Membro voluntário do Museu de História do Piauí - MHP/UFPI. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí - FAPEPI. Licenciado em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI/CSNB/Picos. Pós-Graduado em nível de Especialização em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – CEAD/UFPI.

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná- UFPR, Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí- UFPI, Especialista em História Sociocultural pela Universidade Federal do Piauí- UFPI e Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí- UESPI. Exerce a função de Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí- UESPI, Departamento de História, Cam-

pus Poeta Torquato Neto. É Professora do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (Pro-História) UESPI/UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil- PPGHB/UFPI. É Bolsista de Produtividade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). Tem experiência nos campos de história da saúde, das doenças e das ciências, história das mulheres, gênero, história local e ensino de história. Atua principalmente nos seguintes temas: maternalismo, infância, sanitarismo, políticas públicas e assistência à saúde, estudos decoloniais e feminismo negro. É líder do Grupo de Pesquisa História das ciências e da saúde no Piauí (Sana) e do Grupo de Trabalho (GT) de História da Saúde e das Ciências da ANPUH- PI.

Lucas Clementino Feitosa Pinheiro

Mestrando em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação de História do Brasil da UFPI (PPGHB) no campus Ministro Petrônio Portela – UFPI. O discente também é bolsista pela CAPES. Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí. Durante a graduação, participou de vários eventos, do Programa de Monitoria Voluntária e do Programa de Iniciação Científica do CNPq na condição de bolsista. Desenvolve pesquisas nas áreas da História, Piauí oitocentista, seca, trabalho e migração.

Márcio Douglas de Carvalho e Silva

Doutor em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Desenvolve pesquisas nas áreas da História, Piauí

oitocentista, seca, trabalho e migração.

Mário Sérgio Pereira de Olivindo

Doutorando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Ensino de História pela Universidade Regional do Cariri (ProfHistória/URCA). Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialista em História do Brasil (UFPI). Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (IFMA). Desenvolve pesquisas nas áreas da História, ensino de história e Ceará oitocentista.

Pedro Moraes Amaral de Queiroz

Discente do 7º período do curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e bolsista de Iniciação Científica PIBIC – UESPI (Voluntário, 2023-2024). É membro colaborador do projeto de pesquisa em desenvolvimento "*Organização de arquivo digital composto por boletins regimentais produzidos no 25º Batalhão de Caçadores entre os anos de 1918 e 1942*", registrado na PROP-UESPI, e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Militar, Política e Sociedade.

Pedro Pío Fontineles Filho

Doutor em História Social (UFC). Professor Permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História da UESPI. (ProfHistória/UESPI). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI).

Mestre em História do Brasil (UFPI). Especialista em História do Brasil (UFPI). Graduado em Licenciatura Plena em História (UESPI). Graduado em Letras-Inglês (UFPI). Diretor de Departamento de Pós-Graduação, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROP/UESPI, desde 2018. Atualmente, é Professor Adjunto - Dedicção Exclusiva da Universidade Estadual do Piauí.

Phablo Ferreira de Jesus Noleto

Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Durante a graduação, foi bolsista do Programa Residência Pedagógica sob a orientação do professor Dr. Dalton Melo Macambira. Atuou em órgãos colegiados, sendo membro do conselho do Departamento de História da UFPI no período de 2022 a 2023, além de integrar o Centro Acadêmico de História em duas gestões, ocupando o cargo de Diretor de Cultura e Esporte. Desenvolve pesquisas na área de História Política, com foco na violência política e eleitoral no Piauí, destacando os crimes de assassinato e suas implicações políticas e sociais. Também realiza estudos sobre historiografia, com ênfase no positivismo e no pós-abolicionismo, além de contribuir para o debate acadêmico sobre a história política.

Raimundo Nonato Lima dos Santos

Pós-Doutor em História do Brasil (PPGHB-UFPI). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Piauí - UFPI, vinculado ao curso de História. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História do

Brasil - PPGHB-UFPI. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq "História, Cidades e Memória" e, Membro do Grupo de Pesquisa do CNPq "Cidade, Tempo e Espaço", atuando na linha de pesquisa "História, Memória e Cidade". Coordenador do GT Anpuh - Seção Piauí «História, Cidades e Memória». Orientador de Trabalhos de Conclusão de Curso, PIBIC e ICV na área de História. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: história e cidades, história e memória, história e música, história da educação, história e artes.

Rodrigo Thadeu Paiva Dias

Doutorando em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2025). Licenciado em História pela Universidade Federal do Piauí (2021). Compõe os grupos de pesquisa História, Cultura e Subjetividade e História Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro, ambos cadastrados junto ao CNPQ. Desenvolve pesquisas sobre História Intelectual, História e Literatura, História e Imprensa.

Savio de Alencar Pessoa

Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Foi bolsista do Grupo de Teatro Comunicação (2024), projeto de extensão do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX/UFPI).

Sávio de Oliveira Silva

Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí. Durante a graduação, participou do Programa de Iniciação Científica do CNPq na condição de bolsista. Desenvolve pesquisa nas áreas da História, Cultura, Arte e Cinema.

Teresinha Queiroz

Possui Licenciatura Plena em História (1977) e Bacharelado em Ciências Econômicas (1983) pela Universidade Federal do Piauí, Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1984) e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é Professora Associada IV da Universidade Federal do Piauí, onde atua junto ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado e Doutorado). Desenvolve pesquisas sobre História e Literatura, História e Imprensa, História Política, História e Sociabilidades e Historiografia piauiense.

Wellington dos Santos Pereira

Professor da rede básica de ensino pela Secretária da Educação do Piauí (SEDUC-PI). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Especialista em História do Brasil (UFPI). Especialista em Estados, Movimentos Sociais e Cultura (UESPI). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).



ISBN 978-65-5330-009-5



9 786553 300095